

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

CRISTINA EBERSBACH AZNAR

**ANÁLISE AMBIENTAL E DA ATIVIDADE PESQUEIRA
DO BALNEÁRIO ENSEADA (SÃO FRANCISCO DO SUL - SC).
A PERCEPÇÃO MANIFESTADA DOS ATORES SOCIAIS.**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA COMO PARTE
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

ORIENTADOR: MARCUS POLETTE
CO-ORIENTADOR: SANDRA S. NAHAS BAASCH

FLORIANÓPOLIS
SANTA CATARINA
MAIO DE 1998

**ANÁLISE AMBIENTAL: A ATIVIDADE PESQUEIRA E OUTRAS FORMAS DE
APROPRIAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO BALNEÁRIO ENSEADA (SÃO
FRANCISCO DO SUL - SC) / A PERCEPÇÃO MANIFESTADA DOS ATORES
SOCIAIS EM RELAÇÃO AO MEIO NATURAL E SOCIAL**

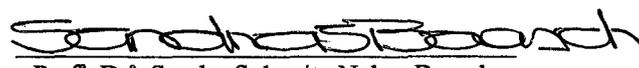
CRISTINA EBERSBACH AZNAR

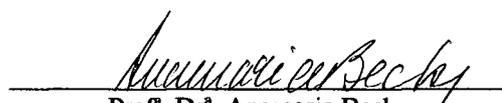
Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de

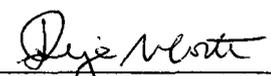
MESTRE EM ENGENHARIA AMBIENTAL
na Área de Planejamento de Bacias Hidrográficas.

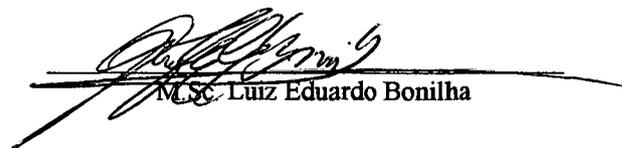
Aprovado por:


Prof. Dr. Marcus Polette
(Orientador)


Prof. Dr. Sandra Sulamita Nahas Baasch
(Co-Orientador)


Prof. Dr. Anamaria Beck


Prof. Dr. Rejane Helena Ribeiro da Costa
(Coordenadora)


M.Sc. Luiz Eduardo Bonilha

FLORIANÓPOLIS, SC - BRASIL
MAIO DE 1998

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, ILUSTRAÇÕES E FOTOS.....	I
RESUMO.....	III
ABSTRACT.....	IV
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 OBJETIVOS.....	5
3 REVISÃO TEMÁTICA E METODOLÓGICA	
3.1 SÍNTESE.....	6
3.2 RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE HUMANA E MEIO AMBIENTE - O USO DOS RECURSOS NATURAIS.....	7
3.3 ZONA COSTEIRA E ATIVIDADE PESQUEIRA.....	18
3.4 ATIVIDADE TURÍSTICA.....	26
3.5 PROGRESSO, CONSERVAÇÃO E ADAPTAÇÃO HUMANA.....	30
3.6 PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTO HUMANO.....	34
3.7 PROCEDIMENTOS PARA O RECONHECIMENTO DA PERCEPÇÃO.....	42
4 CARACTERIZAÇÃO DE ÁREA	
4.1 ASPECTOS FÍSICOS DE SÃO FRANCISCO DO SUL.....	55
4.2 COLONIZAÇÃO E EVOLUÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL.....	59
4.3 ASPECTOS ECONÔMICOS DE SÃO FRANCISCO DO SUL.....	63
4.4 DA SEDE AOS VILAREJOS.....	66
5 METODOLOGIA	
5.1 ANÁLISE DE DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS.....	70
5.2 APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS QUALITATIVAS	
5.2.1 SONDADEM DE CAMPO.....	72
5.2.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE, ENTREVISTA E HISTÓRIA DE VIDA.....	73
5.2.3 ESCOLHA DOS INFORMANTES.....	76
5.2.4 PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE DE PESCA DA TAINHA POR ARRASTO DE PRAIA.....	77

5.2.5 PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES.....	78
5.2.6 LEVANTAMENTO E ANÁLISE FOTOGRÁFICA.....	78
5.3 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DAS RESULTANTES.....	79
6 RESULTADOS	
6.1 UM TEMPO ANTERIOR: RESGATE DE MEMÓRIA	
6.1.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO:	
DAS COMUNIDADES DE CASQUEIRO E MORRETES AO BALNEÁRIO ENSEADA.....	80
6.1.2 HISTÓRICO DA PESCA:	
6.1.2.1 USO DOS RECURSOS NATURAIS PARA A	
CONFECCÃO DE UTENSÍLIOS DE PESCA.....	87
6.1.2.2 INÍCIO DA PESCA NO BALNEÁRIO ENSEADA.....	89
6.2 O TEMPO PRESENTE: ANÁLISE PARTICIPATIVA	
6.2.1 LEITURA DO DISCURSO PARA ANÁLISE FÍSICO-TERRITORIAL.....	93
6.2.2 LEITURA DO DISCURSO PARA ANÁLISE ECONÔMICA: ENFOQUE PESQUEIRO	
6.2.2.1 CARACTERIZAÇÃO DE PESCA.....	100
6.2.2.1A ENTREPOSTO DE PESCA CASA DO PESCADOR.....	103
6.2.2.1B MARICULTURA.....	106
6.2.2.2 PROBLEMÁTICA DA ATIVIDADE PESQUEIRA.....	107
6.2.2.2A FISCALIZAÇÃO PESQUEIRA.....	118
6.2.2.2B COLÔNIA DE PESCA Z2.....	117
6.2.3 A PESCA DA TAINHA:	
6.2.3.1 CONSIDERAÇÕES.....	122
6.2.3.2 CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE PESCA	
DA TAINHA POR ARRASTO DE PRAIA.....	124
6.2.3.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESCA DE ARRASTO DE PRAIA:	
INSTRUMENTAÇÃO, METODOLOGIA, DIVISÃO	
DAS TAREFAS E DO PRODUTO.....	127
6.2.3.4 ASPECTOS PROBLEMÁTICOS REFERENCIADOS PELO	
GRUPO DE ARRASTO E OUTROS COMENTÁRIOS.....	134

7	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E OUTROS COMENTÁRIOS	
7.1	IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS.....	140
7.2	REAVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA ECONÔMICA-CULTURAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BALNEÁRIO ENSEADA.....	144
7.3	DIAGNOSE FÍSICO- TERRITORIAL A PARTIR DA ANÁLISE FOTOGRÁFICA, CARTOGRÁFICA, DO PLANO DIRETOR E DAS AÇÕES DA MUNICIPALIDADE.....	147
7.4	CARACTERIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DAS ATIVIDADES SÓCIO - ECONÔMICAS.....	153
7.5	PESCA PREDATÓRIA E FISCALIZAÇÃO PESQUEIRA.....	159
7.6	ASSOCIATIVIDADE.....	164
7.7	MARICULTURA, COMERCIALIZAÇÃO E BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA.....	167
7.8	CASA FAMILIAR DO MAR.....	168
7.9	PESCA DA TAINHA.....	170
8	EM OUTRAS PALAVRAS.....	173
9	PARA ALÉM DESTE TRABALHO: ALGUMAS SUGESTÕES.....	175
10	BIBLIOGRAFIA.....	180
	ANEXOS.....	195

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E FOTOS

FIGURA 1: FLUXO DE INFORMAÇÃO.....	38
FIGURA 2 : QUALIDADE FÍSICO AMBIENTAL DOS ESPAÇOS URBANOS.....	41
FIGURA 3 : SÃO FRANCISCO DO SUL E ÁREAS DE INTERESSE PARA A PESQUISA.....	55
FIGURA 4 : QUANTIDADES CAPTURADAS DE TAINHA POR ARRASTO DE PRAIA NOS ANOS DE 1993 A 1997, PARA CADA MÊS, TOTAL DA TEMPORADA E MAIOR LANCE DE CAPTURA EFETUADO.....	133
TABELA 1 : INSTITUIÇÕES CONSULTADAS PARA O LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS E ORAIS.....	70
TABELA 2 : ATIVIDADES DE TRABALHO REALIZADAS NA ENSEADA EM TRÊS INTERVALOS DE TEMPO.....	87
TABELA 3 : IMPACTOS RECLAMADOS E PRIORIDADES SUGERIDAS PELA POPULAÇÃO PARTICIPANTE.....	99
TABELA 4 : PETRECHOS DE PESCA UTILIZADOS NA ENSEADA COM SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES COLETADAS.....	101
TABELA 5 : RESUMO DAS PROBLEMÁTICAS ENFRENTADAS PELOS PESCADORES ARTESANAIS DO BALNEÁRIO ENSEADA.....	111
TABELA 6 : PROBLEMÁTICAS E PRIORIDADES REFERENCIADAS NA REUNIÃO REALIZADA PELA EPAGRI NO BALNEÁRIO ENSEADA.....	112
TABELA 7 : RESULTADO DAS REUNIÕES REALIZADAS PELO SEBRAE REFERENTES AO TEMA “SETOR PRIMÁRIO, PROBLEMAS E SUAS CAUSAS.”.....	115
TABELA 8 : CAMARADAGEM DA PESCA DE TAINHA POR ARRASTO DE PRAIA. GRUPO ENSEADA, EM 1996.....	126
TABELA 9 : EXEMPLO DE DIVISÃO DO PRODUTO PELO SISTEMA DE PARTES (“QUINHÃO”).....	132
TABELA 10 : RELAÇÃO DOS LOTEAMENTOS APROVADOS NO MUNICÍPIO PARA O BALNEÁRIO ENSEADA (ATÉ 1980).....	148

FOTO 1 : LOCALIZAÇÃO DAS PRAIAS E OUTROS PONTOS DE INTERESSE DO BALNEÁRIO ENSEADA.....	67
FOTO 2 : ENTREPOSTO DE PESCA CASA DO PESCADOR. PRAIA DE ENSEADA.....	68
FOTO 3 : BÓIAS CONFECCIONADAS COM CORTIÇA. RETIRADAS DE UMA ANTIGA REDE DE ARRASTO DE PRAIA, PARA DAR LUGAR A BÓIAS DE ISOPOR.....	89
FOTO 4 : RESULTADO DE UMA AÇÃO DE CAPTURA DE TAINHA POR ARRASTO DE PRAIA DE ENSEADA, NO INÍCIO DA DÉCADA DE 70.....	91
FOTO 5 : CANAL DE DRENAGEM PLUVIAL, RECEPTOR DE EFLUENTES DOMÉSTICOS QUE DESÁGUA NA LAGOA DO ACARAÍ.....	94
FOTO 6 : ÁGUAS, COM INDÍCIOS DE CONTAMINAÇÃO POR ESGOTOS DOMÉSTICOS E RESÍDUOS SÓLIDOS, PROVENIENTES DO CANAL DE DRENAGEM PLUVIAL, DESAGUANDO NA PRAIA DE ENSEADA.....	95
FOTO 7 : CONSTRUÇÃO SOBRE OS MANGUESAIS CIRCUNDANTES À LAGOA DO ACARAÍ.....	97
FOTO 8 : REDE DE EMALHE À ESPERA DE MANUTENÇÃO, NA ÁREA RESERVADA DA CASA DO PESCADOR, PARA SER USADA NA PESCA DA TAINHA.....	122
FOTO 9 : PESCADORES E PRODUTO DE UMA CAPTURA POR ARRASTO DE PRAIA NA PRAIA DA PONTA.....	123
FOTO 10 : ESTRUTURA FÍSICA E ALGUNS CAMARADAS DO GRUPO DE PESCA DA TAINHA POR ARRASTO DE PRAIA, LOCALIZADO NA PRAIA DA PONTA. AO FUNDO, MOLHE DA PETROBRÁS.....	129
FOTO 11 : GUARITA E OLHEIRO À ESPERA DOS CARDUMES, NO COSTÃO DA PRAIA DA PONTA.....	130
FOTO 12 : AÇÃO DE ARRASTO DE PRAIA REALIZADA NA PRAINHA.....	134
FOTO 13 : CONSTRUÇÕES NO ENTORNO DA LAGOA DO ACARAÍ.....	149
FOTO 14 : NAVIO ENCALHADO NA ILHA DA PAZ, LOCALIZADA EM FRENTE À PRAIA DE ENSEADA.....	158

RESUMO

São Francisco do Sul, localizada no norte de Santa Catarina, é a cidade mais antiga do Estado (494 anos), resguardando a arquitetura do Brasil-colônia e uma grande diversidade de ambientes naturais. Este destaque, em termos históricos e ecológicos, é também representativo na Enseada, uma localidade pesqueira-artesanal e um dos balneários de maior fluxo turístico da região. A ambiguidade de usos dos recursos ambientais tem repercutido de maneira a causar transformações expressivas na localidade, inclusive problemáticas graves, como a destruição do meio natural e desestruturação das atividades econômicas e outras características tradicionais.

A análise ambiental de Enseada, fundamentada em metodologias qualitativas, principalmente na coleta de depoimentos de uma mostra dos atores sociais locais, forneceu o resgate histórico do uso do meio ambiente desde o início do século, demonstrando a dinâmica das atividades econômicas, da vivência social e da qualidade do meio natural.

Sendo que a pesca é uma importante atividade econômica na localidade, enfocou-se principalmente este tema, inclusive de modo a realizar um estudo de caso referente à pesca da tainha pelo método de arrasto de praia.

Esta proposta, ao fomentar a participação ativa da população na construção da pesquisa, direcionou-se no sentido de contribuir para a conservação e dados históricos e prover informações que subsidiem a elaboração e aplicação de planos de manejo compatíveis com as peculiaridades locais. Também fortaleceu a conscientização dos depoentes sobre a importância do meio natural onde estão inseridos, de suas problemáticas, promovendo a auto-valorização.

Para o desenvolvimento da região estudada, recomenda-se uma maior responsabilidade por parte dos órgãos municipais na conservação dos recursos históricos-culturais e naturais, através da fiscalização competente e da implantação de Política Ambiental. É necessário o fortalecimento da associatividade e apoio às propostas locais para que seja operacionalizada a cidadania em todos os processos políticos e sociais.

O turismo é uma opção de atividade econômica que deve ser conjugada às características tradicionais, como a pesca artesanal, e às particularidades ecológicas.

ABSTRACT

São Francisco do Sul, located in the north of Santa Catarina, is the oldest city of the State (494 years), protecting the architecture of the Brazil-colony and a great diversity of natural system. This prominence, in historical and ecological terms, is also representative in the Enseada, a fishing-handmade place and one of the beaches of larger tourist flow of the area. The ambiguity of uses of the environmental resources has been rebounding from way to cause expressive transformations in the place, besides serious problems, as the destruction of the natural way and destructuration of the economical activities and other traditional characteristics.

The environmental analysis of Enseada, based in qualitative methodologies, mainly in the interviews of the local social actors, it supplied the historical ransom of the use of the environment since the beginning of the century, demonstrating the dynamics of economical activities, social living and equality of the environment.

Fishing is an important economical activity in the place, mainly this theme was focused, besides in way to accomplish a case study regarding the method of "beach fishing" of the tainha (*Mugil* sp).

This participative proposal was addressed in the sense of contribute for the conservation and historical data and to provide information that subsidize the elaboration and application of projects. It also strengthened the understanding of the actors on the importance of the environment and his jobs and difficulties.

For the development of the studied area, a larger pledge is recommended on the part of the municipal organs in the conservation of the historical-cultural and natural resources, through the most competent fiscalization and of the implantation of Environmental Politics. It is necessary the invigoration of groups and support to the local proposals so that its citizenship in all the political and social processes.

The tourism is an option of economical activity that should be conjugated to the traditional characteristics, as the artesanal fishing and ecological particularities.

1 INTRODUÇÃO

Durante muitas décadas, foi construída e vivenciada uma visão dualista de que homens são separáveis da natureza¹. Novos paradigmas alertam para uma compreensão sistêmica de que a sociedade e o meio ambiente estão intimamente relacionados, e que só através deste conhecimento é que o ser humano poderá caminhar em direção ao verdadeiro conhecimento e resolução de seus anseios.

Eis uma transição em curso. A humanidade parece já ter compreendido os conceitos de inter e trans disciplinaridade, mas não tem suficiente maturidade para desenvolver a prática.

O Planeta é um sistema cibernético mantido pelos elementos naturais, em suas inter-relações, constituintes da variedade de ecossistemas. Fundamental também é a importância destes elementos, denominados de recursos naturais, no que diz respeito ao subsídio à espécie humana, não somente em termos de sua sobrevivência e bem estar, mas também para a continuidade do processo civilizatório. Os fundamentos para a construção do conhecimento e para a formação da cultura encontram-se no ambiente natural, nos seus constituintes biológicos, nos fenômenos, na paisagem.

Entretanto, o ser humano não é somente utilitarista e dependente da natureza, mas também um relevante agente influenciador. O uso dos recursos naturais pode ocasionar transformações na natureza, de forma a lhe impor impacto negativo, como episódios de contaminação, decréscimo de espécies vivas, depredação de ambientes naturais entre outros.

A descaracterização ecológica também fomenta transformações a nível social, inclusive de forma a trazer malefícios à população humana, que tampouco se constituem numa novidade nos dias de hoje.

A qualidade do meio ambiente exerce influência sobre o bem estar do indivíduo, não apenas quanto à dimensão sócio-econômica, mas expande-se para a própria satisfação psicológica.

Assim, a certeza da amplitude de interdependência entre o homem e o meio natural que o cerca, leva à necessidade de buscar a compreensão das relações estabelecidas para que, munidos deste conhecimento, possa ser mantida uma

¹ Se, agora, subdividimos o meio ambiente em compartimentos abiótico, biótico e antrópico, o fazemos com objetivos didáticos

convivência harmoniosa com o sistema a que pertencemos. Este relacionamento é de grande complexidade e dinamismo, o que torna fundamental a consideração de uma variedade de aspectos como o físico, biológico, cultural, psicológico e inclusive a dimensão temporal.

A interdisciplinaridade tem sido recomendada por vários ramos científicos como concepção indispensável para atingir a compreensão aprofundada da situação vigente.

A participação da população é enfatizada, pelas vertentes científica e política, como ação preponderante para um correto encaminhamento de pesquisas e projetos.

Considerando a diversidade de aspectos biofísicos, humanos e de problemáticas ambientais encontrada em nosso País, poucos são os estudos que tratam de sua gestão de forma democrática, integrada e regionalizada. Neste contexto, a região costeira brasileira é bastante representativa, à despeito de suas potencialidades, como a expressividade em termos de produtividade natural e econômica.

Sendo assim, o objetivo desta dissertação parte de uma leitura da crise ambiental: suas origens, complexidade e como algumas disciplinas do conhecimento, ao produzirem ferramentas conceituais e metodológicas, contribuem para a mitigação ou reversão do quadro problemático que se instala. Na segunda fase, são exemplificadas algumas das questões ambientais demonstrativas da zona litorânea do Estado (do País), através de uma análise ambiental (sócio-ecológica) de um povoado, com o fomento à participação de parte da população local.

Para este estudo de caso, enfocou-se São Francisco do Sul, município de destaque histórico-cultural, já que é a terceira cidade mais antiga do País (494 anos), com seus casarios coloniais e outros resquícios de um tempo antigo ainda preservados.

Também possui uma paisagem natural de grande beleza cênica, formada por áreas estuarinas, manguezais, restingas, praias arenosas, lagoas costeiras e outros ecossistemas que compõe uma complexa rede de relações, fundamentais para a manutenção das espécies e da dinâmica abiótica

Este meio natural vem sendo utilizado pelas populações humanas de modo a descaracterizá-lo, devido a episódios de contaminação, alterações quantitativas e qualitativas nas espécies vegetais e animais. A sociedade local não fica à margem destas transformações, assumindo-as em suas características econômicas e culturais.

Assim, apesar da conservação de alguns aspectos culturais e ecológicos, São Francisco do Sul, em busca de seu lugar no desenvolvimento de Santa Catarina, passou por expressivas transformações desde seu descobrimento até os dias de hoje.

O Gabinete de Planejamento do Estado (GAPLAN, 1980) alerta as constantes transformações que ocorrem com os recursos naturais do Município, quer sejam devido, principalmente, à ação do homem empreendedor, ou por fatores naturais. Isto tem repercutido numa imediata inquietude no que se refere ao conhecimento desta situação, que deverá ser obrigatoriamente modificada a fim de se assegurar a existência deste potencial.

Entretanto há grande carência de informações atualizadas e estudos aprofundados, ainda mais aqueles que considerem não apenas a sede administrativa mas também seus vilarejos, como a Enseada.

Enseada é um balneário de importância econômico e ecológica no contexto municipal, com elevado contingente turístico de veraneiro, apresentando aspectos de tradicional comunidade pesqueira artesanal, estando entretanto em processo acelerado de descaracterização, assim como o ambiente natural em que está inserida. Estas características nos levam a considerá-lo como demonstrativo de uma grave realidade que tem se mostrado em parte expressiva do litoral brasileiro e, ao mesmo tempo, revelam aspectos próprios que o diferenciam de outras localidades.

Parte deste reconhecimento deu-se através de uma análise da bibliografia disponível, inclusive o Plano Diretor Municipal e referentes materiais cartográficos, e de uma análise visual da paisagem atual através do levantamento fotográfico (aéreo e terrestre).

Outra importante ferramenta para o entendimento da dinâmica regional foram as informações orais, prestadas pela população local. Os atores sociais² atuaram de modo ativo na construção do conhecimento aqui apresentado, subsidiado pela aplicação de metodologias qualitativas como a Observação Participante, Entrevista e História de Vida, o que contribuiu para um resgate de memória referente a este século, época em que viveram os informantes, e o reconhecimento da percepção acerca de seu meio

² Indivíduo que tem interesse direto ou indireto de uso dos recursos ou dos ecossistemas, que está em risco ou perigo de perda ou receberá um benefício de decisões destes usos. Os atores, no contexto desta pesquisa, são aqueles que colaboraram de alguma maneira no fornecimento de dados para a construção dos resultados aqui apresentados; por isto, as vezes, são chamados de informantes ou depoentes.

natural e social atual.

Através destes procedimentos, foi descrito e analisado, em um contexto temporal, o uso do meio ambiente no Balneário Enseada, demonstrando e relacionando as transformações sócio-econômicas e do ambiente físico-biótico, inclusive os problemas e conflitos³, buscando suas origens e prognosticando os possíveis encaminhamentos destas questões.

Devido a relevância da atividade pesqueira artesanal na área de estudo, esta temática foi especialmente enfatizada quanto a seu desenvolvimento histórico e sua diagnose econômica, onde ainda foi abordado um estudo de caso referente à pesca da tainha.

A proposta está direcionada no sentido de contribuir para a reconstituição dos modos de vida da população, evidenciando as relações estabelecidas entre esta e os recursos naturais.

A importância desta avaliação fundamenta-se no fornecimento de subsídios para a viabilização e implantação de projetos prioritários de intervenção ambiental, racionalizando a aplicação de recursos financeiros, visando o aproveitamento dos recursos naturais e histórico-culturais da região, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local, bem como auxiliar na conservação dos ecossistemas.

Com este enfoque, o trabalho colabora no sentido de evitar a desestruturação completa das atividades tradicionais e o sepultamento dos traços distintivos da população e da própria localidade, a fim de que não se configure apenas como mais um balneário, decadente, do Estado

As propostas desta pesquisa e sua ênfase multidisciplinar, estão fundamentadas nos objetivos da *FAO-Food and Agriculture Organization* desde 1987 (Ano Internacional das Comunidades Pesqueiras) de conscientização da comunidade científica e governos para que dêem atenção às questões relacionadas com a pesca e com as comunidades que nela atuam.

³ Para fins deste trabalho, estabeleceu-se como conflitos quando o uso do recurso por uma dada atividade repercute de forma a dificultar ou impedir seu uso por outra atividade (ou outro grupo).

2 OBJETIVOS

Objetivo principal

Analisar informações ambientais (sociais, econômicas, ecológicas, históricas), de modo a reconstituir a dinâmica das atividades humanas de uso do meio ambiente, reconhecendo suas problemáticas e as potencialidades do Balneário Enseada.

Objetivos específicos

Analisar, temporalmente, o uso dos recursos naturais demonstrando e relacionando as transformações sócio-econômicas e do ambiente físico-biótico, reconhecendo e correlacionando os problemas e conflitos de ordem social e ecológica.

Promover a participação ativa da população na construção da pesquisa, através do uso de metodologias qualitativas.

Realizar uma leitura das percepções manifestadas dos atores sociais acerca do tema em estudo - objeto (ambiente natural) e sujeito (vivência social).

Resgatar a memória dos atores sociais, de forma a contribuir para a documentação e conservação de informações históricas.

Fortalecer a conscientização da população amostrada a respeito da importância da conservação dos recursos naturais, de suas problemáticas e de seu poder de reversão, de modo a contribuir para a auto-valorização (pessoal e de grupo) e que fortalece a adesão de colaboradores para futuros planos de manejo ou ações ambientais.

Prover informações que subsidiem a elaboração e aplicação de planos de manejo na região estudada, que venham a promover o desenvolvimento equitativo e sustentado da população.

3 REVISÃO TEMÁTICA E METODOLÓGICA

3.1 SÍNTESE

A revisão temática se inicia pelo desenvolvimento da questão do uso dos recursos naturais pelo homem, de modo a apresentar as origens históricas da crise ambiental vivenciada nos tempos atuais.

A partir da conscientização da problemática ambiental, buscou-se verificar de que maneira a sociedade, em sua forma científica e política, foi mobilizada para a busca de novos paradigmas e novos enfoques de atuação.

Considerando a vertente política, em seu discurso relativo à temática ambiental, apresenta-se a concepção da Gestão Ambiental e seus instrumentos como modelos para enfrentar a crise. Fornecendo-lhe subsídios, a vertente científica apresenta seus conceitos, procedimentos metodológicos e grande variabilidade de informações.

Dentro de ambas, a abordagem holística e a participação popular são fundamentais para se alcançar a meta do Desenvolvimento Sustentável com Equidade Social.

A análise do meio ambiente não é apenas um estudo das partes que o constituem e sim uma compreensão fundamentada na visão sistêmica, a qual busca a integração do conhecimento. Para tanto, mostra-se quão importantes são também as informações históricas, já que demonstram a dinâmica dos sistemas social e natural, o que auxilia na prognose e a busca de soluções compatíveis com a realidade estudada. Desta forma concebe-se a ação de planejamento, um processo requerido para que o estar (real) se transforme em deve ser (ideal), ou seja, para que as expectativas do futuro sejam positivas.

Para tanto, durante todo o processo, requer-se o fortalecimento da vertente social a partir de sua participação ativa no processo de construção da pesquisa, promoção da autoconsciência e resgate de sua memória.

A zona costeira brasileira, devido a sua importância ecológica e social e magnitude dos problemas aí encontrados, representa área de importância vital e de urgente intervenção das esferas políticas e científicas.

Considerando a expressividade dos recursos pesqueiros, no caso em estudo, é tratada sua exploração pela atividade pesqueira, principalmente no que diz respeito àquela realizada artesanalmente. São demonstradas a importância desta atividade em relação aos enfoques sócio-econômico, sócio-cultural e ecológico, assim como as causas e consequências da atual decadência dos recursos pesqueiros e da pesca.

A problemática pesqueira vem se juntar ao desenvolvimento da atividade turística - um fato bastante ocorrente no litoral brasileiro - repercutindo sobre a vivência da população, trazendo outros conflitos no uso dos recursos naturais, inclusive modificando suas características.

A modificação das relações ambientais leva a considerar a importância e limitação dos conceitos progresso, conservação, e também a qualidade humana de adaptabilidade.

A percepção, os processos cognitivos, os julgamentos e expectativas são fatores constantes e afetam a conduta do indivíduo (e grupo social). Por isto, são temáticas importantes para a compreensão integral do espaço⁴ em suas dimensões antropológica, sociológica, psicológica e outras.

A linguagem é um importante produto representativo da percepção do homem e, sendo assim, por ter caráter fundamental para a construção desta pesquisa, serão analisados os procedimentos de captação e interpretação desta.

3.2 RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE HUMANA E O MEIO NATURAL : USO DOS RECURSOS NATURAIS.

Os ambientes naturais (ecossistemas) possuem variedade de recursos acessíveis aos seres vivos, que assimilam parte que lhes convém, para então transformá-la em sua própria substância vital. Por sua vez, a biota devolve ao ambiente físico resíduos de seus processos biológicos ou a ele retorna na forma de matéria viva em decomposição.

O que não pode ou não é mais utilizável por um organismo, pode prover a energia necessária para sua manutenção e reprodução de outro ser vivo. Assim, os mesmos elementos fundamentais são utilizados sucessivamente em combinações

⁴ Espaço enquanto unidade geométrica (área ou volume) é uma quantidade mensurável e precisa ... espaço é um recurso que produz riqueza e poder quando adequadamente explorado ... uma necessidade biológica de todos animais é também para os seres humanos uma necessidade psicológica, um requisito social, e mesmo um atributo espiritual (Tuan, 1983)

diferentes, e é nesta relação cíclica que a continuidade harmoniosa se estabelece.

Ricos em redes de informação que interligam todas as partes e governam ou regulam o sistema como um todo, os ecossistemas podem ser considerados cibernéticos (de Kibernetes - piloto ou governador) na natureza (Odum, 1988).

O conhecimento dos componentes, dos processos ambientais e da sistemática de relações foi de grande interesse prático, desde muito cedo, na história humana, já que este permeou suas atividades, constituindo-se em um elemento fundamental para o sucesso desta espécie na Terra.

Dentre os seres que compõem a biota, o homem diferenciou-se grandemente durante a evolução pois não busca somente sua sobrevivência. Esta necessidade primeira é suplantada por outras que envolvem valores como conforto, conhecimento, acúmulo de riqueza, maiores níveis de longevidade, entre outros.

Para tanto, utilizou-se de sua capacidade inventiva para a formulação e aprimoramento de tecnologias. Desta maneira, o homem pôde vencer as tarefas que lhe foram propostas além de ampliar seus conhecimentos, desenvolver habilidades diversas e ainda teve favorecidas suas possibilidades de se estabelecer em regiões e explorar elementos que antes estavam inacessíveis.

Mesmo que o intuito do uso da tecnologia tenha sido a busca de maior independência humana em relação ao meio que o cerca, em primeira instância, a satisfação de seus objetivos encontram-se no meio natural. Desta forma, é verificação consequente que o homem, numa relação proporcional à sua sensação de competência e desenvolvimento, foi cada vez mais interferindo no meio ambiente, explorando os recursos do planeta, organizando-o, domesticando-o e até controlando-o.

Desta forma, se o paisagismo, os recursos e os fenômenos naturais são aspectos que influenciam o viver humano⁵, este também tem grande poder sobre a estrutura e funcionamento do ambiente. Nesta teia de relações, a especificidade está no ritmo e na magnitude que cada um destes compartimentos⁶ tem transformado o outro.

⁵ É necessária cautela para não considerar a cultura como resposta adaptativa do homem ao ambiente, teorias que são amplamente criticadas por Cajka (*apud* Diegues, 1995)

⁶ Constitui-se em uma subdivisão teórica e arbitrária do ambiente segundo afins de segmentos ambientais, de acordo com o tipo de abordagem e de ação que se deseja imprimir em uma dada região. As pesquisas e estudos ambientais organizam o espaço ambiental, em conjuntos de sub-espacos (compartimentos ambientais) afins, de modo a facilitar sua compreensão. Uma subdivisão ampla e reconhecidamente utilizada é a seguinte: meio físico, meio biótico e meio antrópico. As relações entre os meios, mesmo assim organizados, são sistemáticas (Tauk *et al*, 1991).

Segundo Odum (1988), à medida que o prodigioso consumo de energia aumentará nossa capacidade de alterar o ambiente, se as leis básicas da natureza não foram revogadas, modificaram-se suas feições e relações quantitativas. Até um determinado momento, nos aproveitamos indiscriminadamente dos serviços e produtos da natureza, sem pensar em consequências, até que percebeu-se que as modificações antrópicas poderiam resultar em interferências significativas no viver humano. Percebendo que não estava preparado para tais fatos, o homem sentiu desfalecer sua pretensão ilusória de superioridade.

Manfredi (1986), ao assinalar alguns impactos sociais decorrentes de impactos ambientais, nos mostra quão amplo é o espectro de influência: fisiológico, psico-fisiológico, cultural, social e quanto à potencialidade de estabilidade dos ecossistemas.

Assim, se antes não era considerada a possibilidade de serem sentidos os efeitos maléficos de uma natureza modificada, hoje compreende-se que, independente do grau de desenvolvimento da sociedade, a não conservação dos processos ecológicos resulta em uma forte ameaça à segurança e à qualidade de vida⁷. Isto não apenas considerando-se impactos locais, mas também o equilíbrio ecológico biosférico, no dizer de Cardyn (1976).

Bouding (*apud* Lanna, 1994) cunhou a expressão “Espaçonave - Terra” para se referir à situação, cada vez mais próxima, do ambiente tornar-se um recurso escasso enquanto fonte de insumos para atividades produtivas, meio receptor de resíduos destas atividades e origem de amenidades ambientais, ou seja, da satisfação proporcionada pela existência, com ou sem usufruto, de ambiente não degradado.

Desta forma, grande parte da população mundial, indispensando classes sociais, ideologias, tempo e espaço, tem se preocupado pela questão dos limites para que o homem possa interferir⁸ no meio físico e biótico, de modo que as consequências

⁷ É a qualidade específica ao fator ambiental HOMEM, estabelecendo os requisitos e as condições mínimas que um ecossistema deve oferecer de modo que, na sociedade humana que participa, possa realizar as relações ambientais que lhe são inerentes, com vistas à sua manutenção, evolução e auto superação (Macedo, 1991). Difere de padrão de vida pois extrapola o conceito tradicional de crescimento e desenvolvimento econômico. Qualidade de vida refere-se ao conceito “ser”, padrão de vida ao conceito “ter” (Comissão para o Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe- CEPAL-, 1990)

⁸ Intervenção ambiental trata-se de toda e qualquer ação ou decisão que envolva a introdução, concreta ou virtual, permanente ou temporária, de pelo menos um fator ambiental (elemento constituinte da estrutura de um ecossistema) em um dado ambiente, capaz de gerar ou induzir o remanejamento de fatores existentes no ambiente. Refere-se a qualquer tipo de atividade que venha a ser instalada em uma dada região (Tauf *et al*, 1991).

oriundas desta intervenção não se reflitam negativamente em sua realidade social e econômica, de forma a prejudicá-lo.

A reflexão tem sido colocada desta maneira - antropocêntrica - pois verifica-se que os danos ao meio ambiente são, muitas vezes, irreversíveis, e o custo desta perda de recursos repassado com ônus à população, inclusive não se descartando a possibilidade da mesma ser vítima fatal de suas próprias ações. Também assim o é, pois a crise ambiental que se instala tem origem em fatores (humanos) sociais, culturais, econômicos, políticos e históricos, sendo que a tecnologia não pode mais ser considerada solução única, e sim como possível causa de problemáticas ainda mais complexas. Em outras palavras, pode-se dizer que o resultado do modelo de desenvolvimento, que há muito tem se realizado, é a superioridade do custo sócio-ambiental sobre o sócio-econômico.

A verificação dos problemas que hoje se apresentam trouxe a conscientização da relevância de nossas ações sobre o meio, levando-nos a buscar não só medidas paliativas, mas a mudança do pensar e do agir, uma transformação paradigmática. Este assunto tem sido amplamente pesquisado e discutido por diversos pensadores da atualidade, resultando na elaboração de uma grande variedade de modelos de desenvolvimento e de filosofias.

Rodriguez (1993) fala da exigência de uma nova conceituação de desenvolvimento, como uma interação evolutiva de processos naturais, sociais e econômicos, e uma nova ética de equidade econômica e social. Tendo em vista as constantes críticas que têm sido levantadas em relação ao conceito original de desenvolvimento econômico, busca-se sua ampliação através do enfoque social humano e ecológico.

Como resultante, surgem vários conceitos que proporcionaram grande efeito na construção de novos paradigmas para o desenvolvimento, como ecodesenvolvimento (patrocinado por Sachs, 1974) e etnodesenvolvimento (patrocinado por Cardoso de Oliveira, 1989).

Cavalcanti (1992) discute estes novos dimensionamentos, salientando que caminhar em direção de um conceito de etno-ecodesenvolvimento é como tomar partido da natureza e do conhecimento tradicional do homem. O autor salienta que ecologia e etnicidade são duas dimensões que significam a adoção de uma compreensão holística

do progresso, além de abrirem espaço para a preservação da diversidade.

Também emerge a concepção de sustentabilidade, da qual já surgiram mais de 60 conceituações, resultado da diversidade de visões acerca do mundo. Em realidade, o que realmente temos de concreto até o momento são conjecturas, ou melhor dizendo, um misto de representações⁹ individuais e sociais. Eqüidade social¹⁰ e inclusive a própria questão ambiental também são noções que expandem-se em suas variadas representações.

A partir destas discussões também têm se originado propostas de ação, algumas com caráter emergencial, algumas das quais têm sido colocadas em prática.

Dentro do contexto científico, várias disciplinas, outrora presas em suas categorias de pensamento, saem em busca de novos parâmetros ou de conhecimentos que se perderam no passado com o desdobramento da ciência clássica, à procura de uma abordagem mais abrangente e, portanto, mais verdadeira.

Para Odum (1988), se a abordagem reducionista que dominou a ciência e a tecnologia desde a época de Newton tem proporcionado boas contribuições, por outro lado, tem pouco a fornecer para a sobrevivência e o bem-estar da civilização se continuarmos a entender tão mal os níveis superiores de organização. É importante salientar que trata-se de abordagens complementares, cada uma adaptada a um tipo específico de sistema.

A complexidade é característica básica do ambiente em que estamos inseridos. Se, outrora, evitava-se considerá-la e delineá-la, atualmente vem sendo percebida como fundamental para a satisfação de nossas dúvidas, de nossos problemas que precisam de atenção urgente.

Da mesma forma que cada vez mais torna-se consistente a indissociação homem/natureza, na medida em que se consolida rapidamente o papel humano na caracterização planetária, verifica-se a importância de pensar e fazer ciência também aportando e integrando conhecimentos, desta maneira permitindo especial enriquecimento.

⁹ Tentativa de tornar presente, ou apresentar, por intermédio de um sistema de signos (por exemplo, a fala), uma impressão que se tem ou quer se transmitir.

¹⁰ Eqüidade social é também um conceito de difícil definição devido às suas distintas interpretações (Williams, 1985).

A Ecologia, como conhecimento, foi de extrema importância desde os primórdios da colonização da Terra. Mas, com o advento do movimento mundial de consciência ambiental, ela é concebida como “a ciência da sobrevivência” (Collier *et al.*, 1975).

Odum (1988), lembra que o aumento da atenção pública afetou profundamente a ecologia acadêmica, levando-a à maioria, como uma disciplina integradora essencialmente nova, ao unir os processos físicos e biológicos e servindo de ponte de ligação entre as ciências Exatas e Humanas. À medida que o âmbito da ecologia se expandia, intensificava-se o estudo sobre como os indivíduos e as espécies interagem e utilizam os recursos. Por este motivo, Delitti (1991) mostra que a Ecologia tem se revelado como um agente catalisador, promovendo a aglutinação de especialistas de muitas outras ciências em torno de questões complexas que dificilmente poderiam ser equacionadas por esforços individuais ou pela abordagem reducionista.

O citado autor destaca o conceito de ecossistema por considerar as porções da biosfera como um todo organizado no espaço e no tempo, onde se desenvolvem relações simultâneas entre seus componentes bióticos e abióticos. Desta maneira, o enfoque sistêmico leva à análise de fenômenos de interação e interdependência, sob a abordagem holística.

A necessária abordagem holística, ao se tratar de sistemas complexos, é um dos paradigmas da teoria básica dos ecossistemas. Outro, de grande interesse para a situação atualmente vivenciada, é o de cooperação, já que este possui um valor de sobrevivência maior do que a competição, quando se aproxima dos limites (Odum, 1988).

E se vários pesquisadores consideram nossa época como de papel decisivo para a definição do futuro da humanidade, as diversas correntes científicas, além da ecologia, tem buscado cooperar de forma positiva neste contexto.

Praticamente todas disciplinas do saber - antropologia, psicologia, geografia, história, engenharia etc. - de alguma forma abordam o amplo tema da crise ambiental. Algumas o fazem de maneira direta, ao salientar em seu discurso que procuram prover ferramentas para a reversão ou mitigação da problemática vigente. Outras o fazem indiretamente, ao considerar a complexidade do quadro, fomentando ferramentas para o entendimento da relação de homens e meio ambiente.

Se, “ao pé da letra”, a Ecologia foi considerada a ciência que estuda apenas o ambiente natural, excluindo-se o homem, a Antropologia, por sua vez, estudaria apenas o homem, a Psicologia, os processos mentais, a Geografia, o meio físico e assim por diante.

Entretanto, sob o ponto de vista da nova abordagem, se a Ecologia considera o homem elemento fundamental para a compreensão do *oikos*, a antropologia volta-se também para o estudo das relações do homem com o meio ambiente para compreender o *antrophos*.

A Antropologia nos concede uma série de conceitos fundamentais para a compreensão do tema como o de “mudança cultural” (de Julian Steward, 1955) ou “adaptabilidade” (de Emilio Moran, 1994) e ferramentas de pesquisa como a metodologia qualitativa, dentro da qual insere-se a observação participante.

Da Psicologia, de fundamental relevância é a consideração da percepção humana, processo pelo qual nossa mente capta, organiza e representa a realidade, através de esquemas perceptivos e imagens mentais, com atributos específicos.

Por sua vez, a Ciência Social fornece procedimentos metodológicos qualitativos, os quais têm se mostrado de grande valia para a captação e também métodos para análise e compreensão da complexidade relacional humana.

Da mesma maneira que muitas ciências perceberam que seus paradigmas estavam defasados para com a realidade ocorrente, a grande maioria das instituições contemporâneas, no primado dos dogmas econômicos de abundância e do progresso material, mostram-se incapazes de enfrentar adequadamente os desafios da transição. Assim, os processos políticos também vêm sendo modificados, ao menos teoricamente, em busca da construção de um novo estilo de desenvolvimento.

Para tanto, não apenas como uma aspiração mas uma necessidade biológica, quer se incorporar o marco ecológico ao processo de decisões governamentais, para levar em conta as implicações das políticas públicas sobre a rede de relações que opera nos ecossistemas (Comissão Interministerial para o Meio Ambiente - CIMA, 1991).

O reconhecimento da base deste conflito entre os seres humanos e a natureza é o primeiro estágio no estabelecimento de políticas racionais de gerenciamento do ambiente (Odum, 1988). Desta forma, verifica-se que a vertente política tende a buscar, para sua correta implementação, subsídios científicos.

Neste contexto, surge a proposta da Gestão Ambiental, como um importante e inadiável procedimento ao objetivar a mitigação da desproporção entre as necessidades humanas e disponibilidades do meio. O principal resultado buscado é a possibilidade de que seja mantido, em alto grau, a “saúde” dos ecossistemas, ou seja, sua estabilidade¹¹, assim concebido para que fosse possibilitado um uso equitativo dos recursos naturais por todos os povos, e sustentado para também estar à disposição de futuras gerações.

A questão não é somente técnica, mas também passa por uma necessidade de ajustar-se às características (capacidades) dos recursos naturais e humanos. Esta preocupação é vista por Lanna (1994), quando conceitua a Gestão como “um processo de articulação das ações dos diferentes atores sociais que interagem em um dado espaço com vistas a garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais (naturais, econômicos e sócio-culturais) às especificidades do meio ambiente.

Ditos populares antigos como “a prevenção é o melhor remédio” ou “a pressa é a inimiga da perfeição”, nos trazem sabedoria em forma bastante atual. Assim, a questão ambiental, face ao seu caráter globalizador, vem retomar a perspectiva do planejar, estabelecido pela preeminência de buscarmos formas integradas de equacionar a questão do desenvolvimento com a concepção conservacionista-preservacionista.

O planejamento se baseia em estudos prospectivos, orientados para fornecer subsídios científicos para a tomada de decisão - coerente, integrada e eficiente - sobre o uso dos recursos.

Nesta fase, nomeada como de ordenamento pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL,1992), além dos estudos elaborados com vistas a prover inventários, avaliações e diagnósticos, inclui-se a elaboração de soluções e estratégias a serem levadas a cabo em etapas posteriores. É, desta forma, um modelo teórico para a ação humana.

O diagnóstico ambiental é a primeira etapa desta fase, definida pela Fundação Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (FEEMA, 1992), como o conhecimento de todos os componentes ambientais de uma determinada área para a caracterização da

¹¹ Representa a propriedade dos ciclos ecológicos de um dado ecossistema que expressa a tendência de plenitude nas relações entre seus fatores constituintes, através da interação das exigências de cada fator em relação às efetivas respostas comportamentais e funcionais daqueles com que interage, uma vez que, em um ecossistema saudável, todas as relações ocorrem dentro de um intervalo de homeostase dos fatores envolvidos. A estabilidade de um ecossistema, portanto, representa um processo de não equilíbrio, posto que nele se verifica a tendência das relações ambientais em busca de auto-organização (Tauf *et al.*, 1991)

sua qualidade ambiental. Portanto, elaborar um diagnóstico ambiental é interpretar a situação problemática do meio ambiente a partir da interação e da dinâmica de seus componentes, elementos físicos e biológicos e fatores sócio-culturais.

Lanna (1994), leva a uma discussão sobre o momento de participação da população quando da verificação que este pesquisador, em uma tabela, traduz o gerenciamento ambiental na forma de perguntas que devem ser respondidas por um processo que se inicia por um diagnóstico ambiental, seguido por prognóstico, para então estabelecer uma etapa de valorização e decisão, sendo que é somente nesta última etapa que se insere a atividade participante da população. Entretanto, uma outra postura define que a participação deve ser dada durante todo o processo. Assim, a valoração já estará embutida desde o seu início, quando os atores sociais demonstrarem sua visão sobre a realidade, seus prognósticos, suas prioridades e sugestões para alcançá-las.

São muitos os aspectos a serem considerados, dificultando a administração do ambiente. Por isto, a participação popular têm como premissa básica que todos que são ou podem ser afetados pelas decisões governamentais tem o direito de participar no processo decisório.

Cornely (1978), salienta que participação popular é um processo político, um contínuo propósito coletivo, uma deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participa a maior quantidade possível de membros de todas as categorias que a constituem. Não é uma ação momentânea quando os planejadores do governo chamam o povo ou algumas de suas categorias, para legitimar determinados projetos, nem é simplesmente chamar setores comunitários para a execução de tarefas decorrentes de planos elaborados sem a participação da comunidade.

Seguindo neste contexto, Laffer (*apud* Foletto *et. al.*, 1994) salienta que a proposta do planejamento é a de organizar racionalmente um determinado sistema a partir de hipóteses sobre a realidade.

Considerando-se que a realidade é o que se percebe e que esta direciona as ações, onde atos ou idéias traduzem o universo cognitivo do ser humano, torna-se lógica a importância do envolvimento da população na totalidade do processo de planejamento como construtora da realidade nele (no plano) delineada. Assim, este deve ser

endógeno, ou seja, que parte de dentro da estrutura da sociedade, pois só o próprio povo sabe suas reais necessidades e concepções sobre quais ações podem constituir bons resultados, possibilitando o que Valla & Stotz (1993) chama de melhor apreensão da realidade a ser estudada e instrumentalizando o planejar dos serviços.

Pois, mesmo que agrupemos e classifiquemos, os ecossistemas e os grupos humanos de acordo com suas principais características, devemos considerar que cada um terá aspectos que lhe conferirão certa distinção de um segundo. Desta forma, um manguezal será diferente de outro e, da mesma maneira, um grupo de pescadores terá características que o distinguirão de um grupo vizinho.

Se, conforme explica Cavalcanti (1992), não se pode generalizar o comportamento humano, pois este é decorrente da diversidade de categorias de conhecimento, da mesma maneira não se pode também uniformizar o desenvolvimento. Não faz sentido, portanto, a imposição de interesses restritos nem paradigmas de desenvolvimento. Este deve, sim, ser referido às diferentes visões do mundo dos indivíduos, às suas éticas, culturas, prioridades. (Por isto, o planejamento para o desenvolvimento deve ser embasado em estudos específicos para cada região, cada grupo social nela inserido, estando também globalmente orientado, pois só assim poderá ocorrer em toda a dimensão do conceito.)

O relatório “*Mankind at the Turning Point*” (Mesarovic & Pestel, 1974) enfatizou que o conceito de um único mundo homogêneo é essencialmente incompatível com uma abordagem verdadeiramente global para melhorar a situação humana. Neste, a abordagem recomendada realmente deve começar com o reconhecimento de se tratar e preservar a diversidade regional do mundo.

Esta sugestão de abordagem regional é muito parecida com a teoria sociológica do regionalismo (Odum, 1939, 1951) que baseia-se no reconhecimento de diferenças distintas em atributos tanto culturais quanto naturais, de áreas diferentes que, no entanto, são interdependentes.

Em Dourojeanni (1993) a participação é operacionalizada não como um objetivo, nem como um meio de alcançar resultados, mas sim a única maneira de atingir o desenvolvimento sustentável.

A população deve ser envolvida não apenas como uma importante fonte de dados, mas inclusive de forma dinâmica, de forma a - este é o conceito de

ecodesenvolvimento de Sachs (1974) - estimular a reflexão e a experimentação criativa e participativa.

Também compreende-se a importância do envolvimento da população pois este consiste numa ferramenta de educação e também, conforme lembra Vieira (1995), de formação de sua autonomia. A validade deste enfoque encontra-se ilustrada na citação “a ignorância impede o jogo democrático” (CEPAL, 1993).

O processo de planejamento deve ser contínuo, evolucionário e criativo, exatamente porque as transformações estão ocorrendo rapidamente em todos os aspectos, fazendo com que se modifique a percepção da realidade e também os novos objetivos que ela impõe. Portanto, para a identificação dos problemas - temas de uma análise ambiental - é importante o levantamento histórico das interações das pessoas e seus lugares, utilizando-se para tanto as informações publicadas e comunicações pessoais (Polette & Bonilha, 1996).

Neste contexto, verifica-se a importância da linguagem humana na fundamentação da abordagem construtivista e na formação de autoconsciência. Também para a complementação de aspectos importantes do passado e do presente, que muitas vezes faltam em documentos escritos. Além disto, o próprio ator social é aquele que mais pode contribuir para o fornecimento de sua representação sobre a realidade e com significativa riqueza de dados.

Todas as práticas sociais estão impregnadas das representações, por isto a necessidade de se buscar o entendimento que a população faz da questão ambiental. Ao nos conduzirmos nesta direção, o projeto do pesquisador é buscar as representações sociais com o objetivo de procurar a existência ou não de consensos entre elas, definir algumas linhas de pensamento, para então, a partir desta resultante, identificar estratégias de ação e desenvolver as etapas do gerenciamento.

Outro enfoque, que deve ser considerado nos estudos, é a possibilidade de se reconhecer na comunidade, conhecimentos empíricos adquiridos pela observação continuada dos fenômenos físicos, bióticos e também sociais, e o resultante desenvolvimento de formas de tratar os recursos disponíveis.

Alguns grupos humano asseguraram a conservação de seu meio ambiente e ao mesmo tempo permitiram sua própria reprodução, através de condutas sociais e técnicas de utilização racional, de proteção e de restauração dos recursos naturais. São diversos

os estudos que comprovam esta questão, inclusive no que diz respeito às populações que hoje são a América Latina as quais, no dizer de Viezzer & Ovalles (1995), foram elaborando técnicas e práticas produtivas adequadas aos seus ecossistemas, sendo que estas se arraigaram na cultura das comunidades e nações distribuídas pelo território.

A importância não se limita somente ao fato em si mas também, conforme lembram os mesmos autores, pelo fato de que estas práticas tradicionais somadas aos princípios da ciência e algumas inovações tecnológicas altamente produtivas, são adequadas para serem incorporadas e utilizadas em processos de descentralização de decisões e de gestão participante. Em outro sentido, os grupos humanos possuidores de modos de vida construídos sobre uma base sóbria de bens e com respeito à natureza, podem servir de exemplo para o restante da sociedade, na construção de seus novos paradigmas.

Entretanto, a realidade é que os modelos desenvolvimentistas aplicados atualmente além de menosprezar certas populações, por considerá-las atrasadas de acordo com seus padrões, são provedores de rápida deterioração do meio natural o que prejudica ou até impossibilita a adaptação destes grupos às novas condições.

Assim, da mesma forma e conjuntamente com a deterioração do meio ambiente, há a deterioração cultural e a perda de conhecimentos práticos necessários ao manejo estável dos recursos. No dizer de Posey (1990), esta riqueza e relevância do conhecimento tradicional está sendo ameaçada pelo expansionismo econômico mundial.

Em relação ao Brasil, mesmo sendo, de acordo com a legislação nacional, o patrimônio cultural nacional parte integrante e indissociável do meio ambiente, Caldarelli (1993) nos mostra preocupação ao salientar que raros são os casos em que a variável cultural foi contemplada em projetos de zoneamento ambiental.

3.3 ZONA COSTEIRA E ATIVIDADE PESQUEIRA

A Zona Costeira é uma faixa de terra seca e o espaço oceânico adjacente (água e terra submersa) na qual a ecologia terrestre e usos diretamente afetam a ecologia do espaço oceânico e vice-versa. Geograficamente, as fronteiras terrestres da zona costeira são imprecisas. As fronteiras marinhas tem sido definidas de acordo com a extensão das atividades do homem, baseadas na terra, que possuem uma influência medida na

química da água do mar ou na ecologia da vida marinha (Ketchum, *apud* Batisse, 1993).

Pode ainda ser definida como um amplo espaço de interações entre o mar, a terra, águas epicontinentais e a atmosfera, sendo que a transição destas fases incide profundamente nas condições de dinâmica ambiental, às quais se agrega a influência do homem como agente transformador de primeira magnitude (Yanes - Arancibia, 1986).

Tal abordagem é facilmente compreendida ao verificarmos que, mesmo cobrindo menos de 15% da superfície terrestre, é nesta área que se concentra a produção econômica e cerca de 70% da população mundial.

Se de um lado verifica-se, como resultantes das atividades humanas, processos de descaracterização ambiental como os adventos de contaminação, perda de qualidade e quantidade de espécies animais e vegetais, por outro sabemos da tamanha importância destas áreas para a produção de alimentos, para a diversidade biológica e geográfica.

Em relação ao litoral brasileiro, é imensa a gama de ecossistemas presentes, como manguezais, dunas, ilhas, estuários e outros, sendo que muitos deles, embora tenham homogeneidade aparente, apresentam especificidades florísticas e faunísticas vinculadas às gêneses diferenciadas dos ambientes em tão longo trecho litoral (CIMA, 1991). O citado relatório, resume os principais vetores de uso e ocupação do espaço costeiro brasileiro:

- crescimento do nível de expansão urbana desordenada e de especulação imobiliária, privatização de praias, diluição de esgotos e disposição de lixo;
- atividade industrial com distritos industriais e pólos especializados;
- melhoria/ampliação dos corredores de transporte litorâneo;
- atividade portuária e proliferação dos terminais marítimos especializados;
- extração mineral, com destaque para a produção de petróleo, gás natural, sal gema e carvão;
- produção de sal, pesca e agricultura.

Rodriguez (1993), caracteriza as paisagens litorâneas como sendo predominantemente jovens, com estrutura espacial complexa e inter-relação sistêmica delicada, definindo-as pela instabilidade, fragilidade, vulnerabilidade e a alta capacidade de difusão de impacto.

Esta identidade ecológica própria aliada a fortes e diversificadas pressões antrópicas, resultantes da gama de uso e ocupação desses espaços, conferem à zona costeira a ampla possibilidade de conflitos de uso com sequenciais impactos ambientais de grande relevância.

É o que se comprova através da observação da diversidade e amplitude dos problemas ocorrentes nestas regiões, não somente quanto aos aspectos ecológicos, mas também, conforme lembra CIMA (1991), com o empobrecimento ou eliminação dos testemunhos de diferentes manifestações culturais litorâneas brasileiras; traços históricos, artísticos e paisagísticos.

Ao falar de região litorânea, muito provavelmente os pescadores serão lembrados. Abundantemente distribuídos por todo o litoral do Brasil, cada grupo tem peculiaridades próprias, vivificando seu meio ambiente não apenas como um cenário de grande beleza cênica, mas também como o palco onde lutam pela sobrevivência, retirando bens e serviços, algumas vezes em situações de incerteza ou até grande periculosidade.

A pesca é considerada, até os dias de hoje, como uma promissora atividade econômica, já que os recursos do mar são ainda pouco explorados em relação a suas possibilidades. Desta forma, a humanidade a escalou como fonte de alimento também para o futuro.

É preciso atentar também para a relevância cultural da atividade, já que é uma das mais antigas na história do homem, sendo que ainda hoje nota-se a conservação de técnicas e crenças que há muito surgiram.

Para Tudela (19--) o pescador tem utilizado, desde o Paleolítico, equipamentos de pesca que, exceto o barco e a tecnologia avançada de detecção e processamento de pescado, têm se desenvolvido pouco. Por outro lado, os materiais utilizados para a confecção destes utensílios de pesca têm se modificado grandemente, devido ao próprio desenvolvimento industrial que incrementou as possibilidades de uso das matérias-primas além de providenciar o surgimento de materiais sintéticos. Possibilitou-se, assim, o aprimoramento da atividade exploratória, em termos de tipologia e, principalmente, a quantidade de produto pesqueiro.

No Brasil, o desenvolvimento da atividade teve apoio por parte do governo da

década de 60, ao decidir pela implantação de uma moderna indústria pesqueira¹².

A motivação da pesca em grande escala juntamente com o aumento populacional e a expansão urbano-industrial, são fatores que, combinados, acarretam a depredação e poluição de ambientes costeiros, destruição de habitats marinhos e costeiros, modificação dos ciclos ecológicos, diminuição da diversidade e dos estoques pesqueiros em nosso País. As transformações ecológicas, notadamente o empobrecimento biológico, trouxeram consequências para a atividade pesqueira como um todo, ao ter que adaptar seus métodos e equipamentos às novas condições impostas.

Entretanto, os impactos foram sentidos principalmente nos grupos que atuam na pesca de modo artesanal. O modelo desenvolvimentista brasileiro, voltado à concentração de renda, sempre esteve atrelado às grandes empresas em detrimento da pequena produção econômica.

Por fazerem parte da camada menos favorecida de uma sociedade que distribui mal a renda econômica e a informação, os pescadores artesanais não tem condições de competir com outros mais poderosos (vide pesca industrial), por um recurso que já sofreu decréscimo. O mesmo pode ser dito em relação à terra que habitam, a qual tentam conservar contra a forte especulação imobiliária.

Cada fato problemático tem funcionado como um agente de retroalimentação positiva, ou seja, incrementando ainda mais a problemática e gerando novos e cada vez mais complexos conflitos.

As problemáticas aos níveis ecológico, econômico e social, são assim grandemente inter-relacionadas e, há tempo, não são novidades, constituindo-se cada vez mais numa questão de grande interesse.

Espoliados da terra e do mar, muitos vem sofrendo com o empobrecimento econômico, sendo que alguns acabam por migrar para outros locais, inclusive mudando de atividade econômica e estilo de vida.

Esta realidade está sendo comprovada através do declínio da pesca artesanal nos últimos anos no litoral catarinense: em 1975 era responsável por 42 % do total capturado do Estado e em 1985 sua participação em relação à pesca industrial se reduziu a 16 % (Diegues, 1995).

¹² A produção de pescado é dividida em duas frotas chamadas industrial e artesanal, classificação esta que se exprime pelas características físicas das embarcações utilizadas: artesanal - barcos que não ultrapassam a 20 TBA (tonelada bruta de arqueação) (1 TBA = 2,83m³)

Outra consequência social é a visível redução da diversidade cultural ao longo da costa brasileira. Diegues (1995) salienta que são inúmeras as culturas como a dos jangadeiros, dos caiçaras e açorianos que estão sob ameaça de total desorganização, de perda de identidade.

Assim, os ecossistemas costeiros são também espaços por onde se estendem gradativamente as relações sociais de produção capitalista tanto pesqueira como industrial (Diegues, 1995). Parafraseando Marx (*apud* Diegues, 1995), a expansão capitalista sobre o espaço costeiro e marinho tem se desenvolvido esgotando as duas fontes de onde jorra a riqueza: o mar (meio físico e biótico) e a força de trabalho (meio antrópico - os pescadores).

Por outro lado, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA – e a Empresa de Pesquisa e Extensão Agropecuária – EPAGRI - consideram que a pesca artesanal representa para o Estado de Santa Catarina um dos mais importantes segmentos da economia e de ocupação da região litorânea, sendo seu desenvolvimento, responsável pelo destaque que o Estado possui no setor pesqueiro nacional, sendo o pescador catarinense considerado o mais capacitado e procurado do país (IBAMA & EPAGRI, 1992) .

O IBAMA, responsável pela normatização e fiscalização da pesca, se utiliza da estatística pesqueira para comprovar tal afirmação, embora saliente que a mesma encontra-se defasada e apresente níveis de precisão variáveis (IBAMA, 1992).

Apesar destas carências pode-se exemplificar a importância da pesca artesanal citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1989) os quais mostram que a Região Sudeste-Sul contribuiu com cerca de 25% da produção total e com cerca de 31% do valor gerado. Estas informações asseguram a importância real dos pequenos produtores do setor pesqueiro, responsáveis por grande parcela da captura do pescado, destinado tanto para a exportação quanto ao consumo interno no Estado e no Brasil.

O custo ecológico da atividade pesqueira é um tema bastante polêmico: será o pescador um agente causador de conflitos ambientais ou um elemento imprescindível para a conservação da natureza?

Uma seleção de textos organizada por Arbex & Linage (19--), mostra a dimensão histórica da problemática ambiental em relação à pesca tradicional, nos levando a pensar sobre a possibilidade de exploração dos ecossistemas e recursos pesqueiros de maneira ecologicamente sadia.

Pode-se partir do princípio de que tradicionais populações pesqueiras artesanais, por suas características históricas, seu íntimo relacionamento com o ambiente natural e a difícil “domesticação” das águas de onde retiram seu sustento, possuem um certo respeito pelo meio ambiente e, por isto mesmo, o conhecimento de muitos processos ecológicos e até técnicas inventivas de conservação dos estoques.

Um exemplo é a comunidade pesqueira nativa de San Marcos (Espanha), pois de acordo com Rodriguez (19--) “há uma total repulsa de todo o tipo de arte e formas de pesca que depredem o meio marinho”.

Entretanto, estas questões podem ser muito variáveis de acordo com as características de cada grupo e do momento histórico, não podendo, de modo algum, serem realizadas generalizações. É o que afirma Tudela (19--): “a atividade pesqueira, em suas diversas manifestações históricas, apresenta caracteres sócio-culturais específicos, determinados pelo sistema de inter-relações, de uma pluralidade de ecossistemas naturais aquáticos e as formas de apropriação dos mesmos”.

Assim, considera-se também a possibilidade dos pescadores serem também responsáveis pelo desequilíbrio ambiental, através do uso de tecnologias danosas ou utilizadas de forma incorreta de forma a causar um forte dano ecológico, uma exploração predatória dos recursos.

Por isto, é preciso resguardar-se de uma visão simplista do mito do “bom selvagem” de Jean-Jacques Rousseau (séc. XVIII).

Mas, se nem todos são “conservadores natos”, seguramente há populações pesqueiras tradicionais que armazenam um vasto conhecimento empírico do funcionamento do mundo natural em que vivem, e o utilizam de forma a promover o equilíbrio ou, em outras palavras, a sustentabilidade dos recursos naturais. Também, a princípio, os pescadores artesanais possuem menor “poder de pesca”, fato que normalmente implica em menores danos de suas atividades ao meio ambiente.

A desejabilidade social da atividade pesqueira artesanal é também percebida pois ela é uma importante alternativa de trabalho, possibilitando a fixação do homem e a

conservação de características tradicionais. Na reunião preparatória para a Conferência da FAO Sobre o Desenvolvimento Pesqueiro, realizada em Roma em 1984, especialistas do mundo inteiro afirmaram que:

As pescas artesanais são mais viáveis sob o ponto de vista social, sobretudo quando se explora ecossistemas costeiros [...] Alguns fatores importantes como a natureza dos recursos naturais disponíveis nas águas tropicais, a dispersão especial das comunidades de pescadores, a ampla utilização de materiais disponíveis localmente, o direcionamento do pescado a mercados locais e regionais, o uso reduzido de combustível fóssil justificam a prioridade a ser dada a esse sistema de produção (FAO, 1985).

Diegues (1995) complementa a concepção da viabilidade econômica:

Uma embarcação artesanal gasta cerca de 1/5 [!] do combustível por tonelada de pescado do que utiliza um barco do setor empresarial-capitalista, além de empregar cerca de ¼ dos investimentos por tonelada do que requer um barco empresarial. A pesca em pequena escala se adapta mais do que nenhuma outra às condições de escassez de combustível fóssil, utilizando a propulsão à vela [o que não ocorre no balneário Enseada], ou a combinação de vela-motor. Além disto, a utilização de equipamentos de pesca fixos, tais como cerco fixos, cerco flutuantes, reduz consideravelmente os custos de deslocamento e os custos globais de captura.

Por todas estas razões, afirma o citado autor, que é fundamental se resgatar a importância dos pescadores artesanais espalhados pelo litoral e águas interiores do nosso País.

Para tanto, são de grande importância os estudos multidisciplinares sobre o setor pesqueiro (Llaneza, 1987), de maneira a considerar o tema inserto na complexa rede de relações sociais e naturais.

A exigência de conhecimentos mais sistemáticos e aprofundados sobre a produção pesqueira e a relação entre as populações pesqueiras e seu meio ambiente, é afirmada por Diegues (1995).

O estudo histórico das diversas formas de apropriação do recurso é muito interessante, pois incide em múltiplos aspectos da organização social e econômica pesqueira, sendo que a estratégia de investigação, segundo autores marxistas, devem passar do descritivo para o analítico (Tudela, 19--).

Para sua compreensão científica, a pesca é concebida como “sistema cultural” no sentido utilizado por Clifford Geertz (*apud*. Tudela, 19--), quer dizer, se estudam “os modos de pensar” desenvolvidos pelos pescadores durante seu trabalho.

Por isto, o que Diegues (1995) cita ser importante para áreas requeridas como unidades de conservação, pode ser ampliado para todas as regiões litorâneas: pesquisar as influências humanas passadas e presentes, os sistemas tradicionais e modernos (atuais) de manejo e conservação, as diversas percepções existentes entre as populações sobre a conservação e uso dos recursos naturais, os mitos e crenças que podem facilitar uma real participação das populações locais no planejamento.

A adoção de população¹³ como unidade de estudo também é sugerida por Leeds (1978), devido a sua formulação abrangente, conferindo-lhe especial flexibilidade.

Tudela (19--) juntamente com Smith (1977), concordam na metodologia de que devemos estudar as unidades populacionais, tratando o conjunto de atividades desenvolvidas na unidade doméstica para assim poder explicar o comportamento dos pescadores.

O tratamento completo e integrado do setor e suas múltiplas inter-relações é exigido por Laxe (1987) para que a resultante seja o máximo benefício econômico, o equilíbrio biológico e o ótimo social (Veiga, 1985). Tais análises são de grande importância para uma política social fortalecida que apoie a pesca, gerencie os recursos, garantindo emprego, segurança, higiene etc. (Beti, 1987).

A verificação da afirmação da FAO (1985) de que devem ser postas em prática as evidentes e necessárias políticas de ordenação e regulamentação da pesca, nos leva a perceber quão emergencial é tal questão para o Brasil pois, como afirma a CIMA (1991), o gerenciamento pesqueiro do País encontra-se desatentido de informações estatísticas mais apuradas, sendo muitas vezes exercido de maneira pouco científica,

¹³ Refere-se, no contexto das distribuições geográficas humanas, aos *loci* de organismos visivelmente distintos, caracterizados por coisas tais como um agregado de pessoas mais ou menos permanente ou um agregado de casas geralmente incluindo e cercadas por espaços relativamente vazios embora não necessariamente sem utilização (Leeds, *apud* Albuquerque, 1983).

além de sofrer fortes pressões do setor produtivo. A mesma salienta que a pesquisa encontra-se pulverizada, sem ordenação, sendo executada por livre iniciativa de diversas instituições, com esforço pontual e, muitas vezes, com caráter puramente acadêmico.

3.4 ATIVIDADE TURÍSTICA.

Indivíduos, populações e outras entidades são unidades significativas de adaptação¹⁴ em relação às mudanças ambientais e também em decorrência de mudanças no setor sócio-econômico.

Um bom exemplo desta questão tem sido verificada em relação à atividade pesqueira artesanal. O ponto de partida está grandemente relacionado com as transformações ecológicas e o pouco incentivo para a conservação desta atividade, o que repercute negativamente na economia familiar.

Buscando mais segurança e maior renda econômica, o pescador e sua família abandonam a sua atividade primeira em detrimento do exercício de outras, mesmo que não estejam preparados para estas.

As áreas litorâneas, devido à beleza natural, proximidade a ambientes aquáticos de grande valor para o lazer e proximidade a grandes centros urbanos do País, tem sido projetadas para o uso turístico, principalmente nos últimos anos. Assim sendo, o pescador e sua família vê, no desenvolvimento desta atividade, maiores possibilidades de melhorar sua renda.

Realmente, esta tem grande importância sob o ponto de vista financeiro, pois há uma grande variabilidade de atividades econômicas que dela podem ser originadas e desenvolvidas.

Também, segundo Bouhdiba (1981), a atividade turística pode ser considerada fator de paz e de compreensão entre países e de amizade entre os povos.

Entretanto, ao pensar, como Rodriguez (19--), que há uma contradição de usos para as duas atividades, pois os pescadores "... têm sido considerados como pessoas de segunda categoria..." sendo descartados quando a estratégia local se volta ao turismo, verificar-se-á que o turismo repercute grandemente junto às estruturas e funcionamento

¹⁴ Ver item 3.5 Conservação, Progresso e Adaptação Humana

do lugar. Portanto, se ela pode ser considerada uma boa opção para o desenvolvimento de um local ou de um povo, ela também tem seu aspecto desvantajoso. Apenas para enumerar alguns impactos negativos, podemos citar os ocorrentes nos planos ocupacional, cultural, social, ecológico e outros.

Assim sendo, aqueles que persistem na pesca também sentem as transformações e, seguramente, sofrerão as consequências de sua resistência..

O turismo é tido pela literatura mais crítica com um caráter potencialmente destruturador da cultura local. O que se pode observar é uma modificação dos hábitos de consumo relacionados ao núcleo pesqueiro artesanal e também alterações do comportamento e materialização de novas atitudes no seio da comunidade.

O turismo transforma a mentalidade e introduz novas idéias a respeito do trabalho, do dinheiro e das relações interpessoais, ao mesmo tempo que desfaz os últimos vínculos da população com sua religião e sua moral tradicionais (Bouhdiba, 1981).

Neste contexto, acredita-se que o visitante estrangeiro pode modificar de maneira brutal e irreversível o modo de ser dos povos visitados. Esta é uma realidade descrita por Bouhdiba (1981), que chama o turismo de um fator de aculturação, na pior acepção do termo, de aculturação moral.

Outra resultante bastante problemática é a exploração predatória dos recursos naturais, sendo transformados em mercadorias de alta valorização econômica, resultando em sua total degradação, a despeito de serem patrimônios públicos e de extrema importância.

O aspecto ecológico, assim como o social, são enfocados por Ross (1991) para a cidade de Guarujá (SP). O autor mostra como a pressão urbana origina as contradições entre natureza e sociedade: ricos e pobres degeneram, cada qual a seu modo, o ambiente natural, de modo irreversível; matas nativas são cortadas, nascentes canalizadas, desviadas e poluídas.

A questão primordial é que muitas vezes a própria população local está interessada nesta forma de especulação com forte descaracterização dos recursos naturais, acreditando que a partir daí a economia se desenvolva e melhore sua qualidade de vida. Este fato pode até ocorrer, mas a longo prazo o processo se reverte de forma negativa e contra a própria população nativa.

Mas a atividade turística não pode ser responsabilizada por tudo. O turismo é um agente catalisador para o encontro de culturas, o que proporciona mudanças em ambas e na mesma direção das tendências históricas da sociedade. Para Bouhdiba (1981), o ideal é que as novas necessidades referentes às novas tendências sociais só surgissem quando a sociedade estivesse preparada para atendê-las.

Desta forma, o turismo não pode ser considerado unicamente como a solução para as dificuldades, nem como o culpado por elas. Há, isto sim, a necessidade de que seja realizado sob bases mais objetivas e serenas, sendo preciso um grande esforço de informação, educação e planejamento.

Nunes *et al.* (1991) propõem o desenvolvimento de estudos que visem caracterizar o ambiente a fim de fornecer subsídios que orientem disciplinadamente o uso dos recursos naturais costeiros.

Kadt (1981) compreende que vale a pena analisar as consequências do turismo em função dos problemas do desenvolvimento e também das lições que se podem tirar de outros projetos ou de outras sociedades no que se refere aos efeitos culturais e sociais. Cabe aqui complementar, afirmando o mesmo para os efeitos ecológicos.

Para tanto, deve-se visualizar o sistema de forma abrangente, avaliando não só os aspectos econômicos a curto prazo, mas também os sociais e ecológicos a médio e a longo prazo.

A atividade turística deve ser integrada à vida da comunidade, não apenas o crescimento típico do turismo no núcleo receptor, mas sim a sua inclusão como setor complementar estratégico de desenvolvimento regional (Nogueira, 1987).

A conservação de locais onde a natureza se encontra com qualidade é de grande importância, pois é um fator de incremento ao turismo já que, conforme lembra Scheiner (1979), o contato com o mundo natural é indispensável ao equilíbrio psicológico de todo indivíduo.

Nogueira (1987), afirma que é necessário o respeito à identidade sócio-cultural e ambiental do núcleo receptor para que sejam alcançados os benefícios econômicos. O citado autor orienta que o objetivo econômico deve ser função dos objetivos social e cultural, e não o inverso

Desta forma, parece possível a compatibilização, acreditando-se que o desenvolvimento econômico pode realizar-se conjuntamente à conservação ao meio

ambiente e à manutenção das características culturais¹⁵.

A comunidade nativa, através de sua organização, tem grande crédito para a preservação dos recursos naturais (culturais e ecológicos). Tal afirmação é confirmada na localidade de Serrinha (RJ) onde os moradores mobilizaram-se e exerceram pressão sobre o Poder Público, garantindo seus direitos e qualidade de vida, que estavam sendo ameaçados pelo turismo predatório (Revista Ecologia e Desenvolvimento, 1995).

É desta forma, através da visão responsável e da participação de todos os atores do contexto, que pode-se alcançar a sustentabilidade ambiental, preservação dos ambientes que geram o turismo e, conseqüentemente, a tão almejada qualidade ambiental.

No que diz respeito especificamente à temática de uso racional dos ecossistemas costeiros, a UNESCO (1973) destaca que “ilhas oferecem uma excepcional oportunidade de estudar, em condições relativamente controladas, o espectro ecológico, demográfico, econômico e fatores sociais que afetam as relações entre população e meio ambiente”. Realmente, e por isto mesmo, verifica-se que tanto as ciências naturais quanto as sociais tem tradicionalmente realizado estudos sistemáticos em ilhas (UNESCO, 1988).

As ilhas têm uma maneira especial para se desenvolverem, devido principalmente às características específicas de seus recursos naturais, de sua economia e cultura, características estas que estando intimamente ligadas, não podem ser ignoradas nem compreendidas separadamente (Polette, 1993).

Mas mesmo estes ambientes não estão isentos de forças originárias de outras regiões. A UNESCO (1978) lembra que os habitantes de ilhas, frequentemente se envolvem com outras culturas, distintas daquela inicialmente estabelecida, estando também vulneráveis aos aspectos econômicos, tecnológicos e às forças sociais, de modo a alterar seu ambiente cultural e natural .

Neste sentido, o turismo é novamente lembrado como um fator a ser considerado no planejamento destes territórios insulares, pois trata-se de uma complexa intervenção, sobretudo no meio natural e na produção econômica especializada dos ilhéus (Polette, 1993).

¹⁵ Assunto discutido no item 3.5

3.5 PROGRESSO, CONSERVAÇÃO E ADAPTAÇÃO HUMANA

PROGRESSO E CONSERVAÇÃO

Basicamente, são duas, e contraditórias entre si, as formas de considerar as transformações ocorrentes seja num meio físico-biótico, ou em um meio social humano.

A primeira, encara as transformações como indesejáveis e procura conter a perigosa contaminação em nome da manutenção de uma certa “pureza”.

Outra forma de entendimento, se fundamenta na consideração de que o contato (ou, conceituando-se da forma anterior, a contaminação) é muito vantajoso.

Na busca de concepções propícias para a solução das necessidades atuais, procura-se propostas de desenvolvimento distintas daquelas meramente econômicas ou embasadas no romantismo exótico.

O resultado é a comprovação de que não existe modelo perfeito, nem verdade única. As diferenças são valorizadas ao invés de limitar a condição humana através de adjetivos como “atrasado, exótico, primitivo” e percebe-se que é possível conciliar progresso e conservação.

A questão discutível é quanto à repercussão das interferências (transformações), sua dimensão, seus benefícios ou malefícios.

Neste sentido, Ayala (1977) nos orienta sobre a distinção entre os termos progresso e mudança, com os quais ele compartilha áreas de significado comum.

O autor nos explica a mudança como uma alteração, seja na posição no estado ou na natureza de uma coisa. Todo progresso implica em mudança, mas nem todas as mudanças são progressistas.

A partir do conceito de progresso, o citado autor assinala dois elementos de importância: um elemento descritivo - o fato de que tenha ocorrido mudança direcional, e o outro axiológico - o fato de que a mudança represente uma melhoria ou um aperfeiçoamento.

Assim sendo, pressupõe-se a exigência de um julgamento de valor, daquilo que é pior e melhor, ou do que é superior e inferior.

Esta avaliação pode se dar por diferentes formas, dependente do padrão - objetivo - a que se quer chegar. Desta forma, melhor pode significar simplesmente mais

eficiente, ou mais abundante, ou mais complexo, sem que se necessite conotar qualquer referência a metas ou padrões morais (Ayala, 1977).

Assim sendo, não se cumpre a premissa, levantada pelo autor, de que o progresso seja como uma mudança sistemática em pelo menos uma característica pertencente a todos os membros de uma sequência histórica, de tal modo que os membros mais próximos do fim da sequência apresentem uma melhoria da característica em questão.

Esta representação de progresso parece ter semelhança com as que tem sido referenciadas em relação a novos paradigmas desenvolvimentistas como “Desenvolvimento Sustentável” ou “Desenvolvimento Integral”, pois lembra algo que não decresce com o passar do tempo, ou seja, sustentável e, podendo ser mais que isto, rentável.

Continuando nesta temática, é fundamental a equidade no processo de desenvolvimento, do progresso, ou seja, que todos tenham acesso a uma melhora da qualidade de vida.

Esta discussão é bastante pertinente para um tempo em que a preocupação maior se dá em termos de progresso, mas um progresso dirigido a algumas camadas e grupos da sociedade.

ADAPTAÇÃO HUMANA

Uma das características mais notáveis das populações humanas é a sua admirável adaptação às condições que lhes são impostas, sejam do meio natural, sejam do meio sócio-cultural em que estão inseridas.

Cada população é única, inédita, ou seja, tem suas próprias características, seu próprio modo de viver, de responder a um certo contexto ambiental, demonstrando alta especificidade e adaptação de homens a meios. Este fato é amplamente verificado no estudo dos distintos grupos humanos existentes do mundo, na abordagem da plasticidade e complexidade de seus mecanismos de adaptação.

As respostas humanas que ajudam a adequar os ajustes de nossa espécie ao ambiente, manifesta-se de formas bastante variadas, as quais Moran (1994) classifica em sócio-culturais, fisiológicas e genéticas.

O citado autor exemplifica as respostas sócio-culturais como vestimentas, abrigo

e várias formas de organização social lembrando que as respostas fisiológicas e, mais ainda, as genéticas necessitam de maior tempo para que sejam implementadas.

O primeiro tipo de ajuste, aparece como um mecanismo de maior rapidez para aumentar as chances de sobrevivência sendo, por este motivo, o mais amplamente utilizado, considerando-se ainda a possibilidade de reversibilidade relativamente rápida.

O reconhecimento destas respostas adaptativas tem fundamental importância, principalmente nos dias de hoje, devido à nossa emergente e urgente necessidade de compreensão em profundidade das relações humanas, pois há de se lembrar que as necessidades vão muito além de sua pacata sobrevivência e suas atividades também estão inseridas em um contexto de elevado poder de transformação do meio que o rodeia.

Tieze (1988), interpreta as transformações em relação às épocas históricas, concluindo que, atualmente, a rapidez com que mudam os parâmetros é extremamente superior à época anterior.

O citado autor explica que, na atualidade, a velocidade com que as novas gerações se defrontam com os processos produtivos e assimilam as novidades tecnológicas é enorme; e também aumenta a velocidade com que evoluem as próprias relações de produção e os modos de produzir.

Rapidez é uma palavra-chave do nosso tempo e sendo desta forma, ao procurarmos entender o processo de adaptação de uma população que vive na atualidade, a questão passará obrigatoriamente pela condicionante temporal e também por outra advinda de outra forte realidade: a desigualdade social.

Percebe-se que as camadas menos favorecidas da sociedade, não só em termos econômicos mas também considerando-se o nível de informação, por terem menores possibilidades de se adaptarem a novas condições impostas, são as que mais sofrem as consequências das transformações ambientais.

Ferkiss (1976), também coloca a questão em termos de velocidade de transformação que, ao ser demasiadamente rápida, propicia a descontinuidade das instituições sociais e culturais, assim como seus processos, o que levaria a uma “confusão”, um descontrole na nossa espécie.

Se as diretrizes de nossa época estão embasadas na otimização do tempo, pois “tempo é dinheiro”, a ciência deve também se preocupar em garantir o ajustamento da

população com o meio que a cerca, de modo que seja garantida uma relação equilibrada. Para isto, um dos caminhos é o reconhecimento e a compreensão das relações humanas.

Uma grande variedade de conhecimentos que vão desde a ecologia e geografia, passando pela fisiologia e genética, até a antropologia e psicologia, integram o estudo dos mecanismos de adaptação humana.

Entretanto, as pesquisas, apesar do intenso desenvolvimento a que tem sido impostas e a lembrança que não se pode generalizar fatos, tem falhado ao desconsiderar parte ou totalidade de certas questões de fundamental importância para o conhecimento integral da questão.

Estudos ecológicos raramente exploram a influência da população humana sobre a dinâmica e o desenvolvimento do ecossistema, ou seja, os mecanismos não biológicos da adaptabilidade. Quanto à ótica das ciências sociais, percebe-se que geralmente é dado tratamento superficial às características do habitat.

É bem verdade que alguns programas e formas variantes de pesquisa surgiram em busca de uma visão mais integrada acerca das ciências bioecológicas e sociais, mas ainda há um longo caminho pela frente, ainda mais ao verificarmos a gama e extensão das problemáticas vivenciadas na atualidade.

Necessitamos reconhecer que estes problemas têm origem no manejo dos recursos, os quais estão sujeitos a particularidades humanas como os fatores individuais, sociais, políticos, históricos, entre outros.

Uma maneira simplificada de entender como se dá a organização de indivíduos e sociedade e ajuda a entender o impacto que as pessoas exercerão sobre um ecossistema e vice-versa, é demonstrado por Rappaport (1979). O processo se inicia com a pergunta de quais são os fatores que mais limitam a produtividade dos ecossistemas e as opções humanas acerca do tempo e da alocação de energia. Como resultante teremos uma hierarquia de problemas (indo dos fatores menos limitantes aos mais limitantes) e uma hierarquia de respostas (desde aquelas que utilizam mais energia e são mais efêmeras às que são mais eficientes e permanentes).

A identificação de aspectos relevantes, como a verificação de obstáculos ou problemas que requerem respostas por parte da população considerada, é um ponto de partida para a empreitada do estudo do meio ambiente, como forma de torná-la menos exaustiva e com resultantes esclarecedores em sua objetividade.

3.6 PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTO HUMANO

Muitas das complexas problemáticas hoje vivenciadas, tiveram início em um tempo bastante anterior, quando o homem procurou desunificar-se da natureza, seja a que está em seu entorno, seja a sua própria, com o objetivo de dela apropriar-se e comandá-la em direção a objetivos bastante específicos.

Perls (1977) fortalece esta visão quando afirma que a ameaça à humanidade vem da concepção de que estas dualidades (homem - ambiente natural, mente-corpo) são como contradições irreconciliáveis, e não como realmente o são: aspectos diversos, mas de um mesmo fenômeno.

Assim sendo, a reversão da atual situação parece estar na busca de uma linguagem unitária, ou seja, ao conceber-se o meio antrópico como parte do meio natural. Também, ao se contextualizar o homem no sistema planetário, devem ser consideradas não apenas a dimensão física, mas também a histórica, temporal e psicológica desta relação.

Marsan (1976) chama atenção para a necessidade de que estas várias dimensões das relações dinâmicas do homem com seu entorno e seu próprio meio - o meio humano - sejam avaliadas e inter-relacionadas.

A dimensão interior humana é a que será agora valorada, através da fundamentação dos processos mentais relativos à percepção ambiental.

De maneira simplificada e num contexto amplo, entende-se por percepção o resultado da integração, no indivíduo, de sensações isoladas¹⁶, as quais não são apenas recebidas passivamente, mas sim são selecionadas, organizadas e armazenadas sendo-lhes conferidos significados, de acordo com interesses e necessidades próprias.

A constância e correção (ortocopicidade) é sua característica essencial, mas também a sua maleabilidade, ou seja, ela é grandemente móvel, dirigível, dinâmica. Estes são parâmetros que tornam a atividade perceptiva humana profundamente distinta das que são ocorrentes nos outros animais.

A enorme quantidade de informações, assim estruturadas, conduz ao conhecimento e a organização do comportamento. Seu desenvolvimento, de acordo com

¹⁶ Podemos representar as sensações como canais - os principais - por onde passa a informação. Devido a isto, são a fonte básica de nossos conhecimentos, fundamentais para a construção da consciência e razão.

Luria (1991), consiste não tanto no enriquecimento quantitativo quanto na profunda reorganização qualitativa.

Portanto, este processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, é uma forma básica e, ao mesmo tempo, a mais complexa de reflexo do mundo material na consciência humana.

Para o indivíduo, o meio é função do que ele sente e percebe, além de que, como bem lembra Raffaelli (1994): “[...] eu (je) sou aquilo que percebo (constituição do sujeito/registro simbólico) e através de mim (moi) isso percebe (formação do ego/registro imaginário).”.

De modo geral, toda atividade de pensamento acaba por constituir-se como uma crença ou juízo da realidade, já que Raffaelli (1994) explica-nos que as sensações e imagens motoras proprioceptivas são conscientizadas pelo ego, sendo que a este é impossível a assunção de um pensamento cognitivo isento de desejo.

Por isto, considera Batenson (1986) que esta experiência é sempre subjetiva¹⁷, ou seja, nossos cérebros fabricam as imagens que pensamos “perceber”.

A realidade em si não existe pois depende de vários fatores individuais ou das características de cada grupo social e cada cultura, ou segundo Perls (1977) “A realidade é determinada pelas necessidades e interesses específicos”.

As diferenças individuais são, assim, de significativa interferência no processo perceptivo, inclusive quanto à precisão de funcionamento dos órgãos e relacionadas ao nível intelectual do sujeito.

Luria (1991) acrescenta que a percepção correta depende de condições essenciais como a experiência anterior, amplitude das suas concepções, a tarefa que se propõe, o caráter ativo, coerente e crítico da atividade perceptora.

A percepção também está subordinada às diferentes etapas do desenvolvimento histórico e da prática social, ou seja, às suas diferentes leis. Portanto, cada grupo humano, cada cultura, cada época terá sua própria resultante deste fundamental processo mediador.

¹⁷ Mearly-Ponty (1975) contesta o próprio princípio da clivagem objetivo-subjetivo, já que reconhece tal conceituação como não mais que duas ordens constituídas apressadamente no interior de uma experiência total, cujo contexto seria preciso restaurar com total clareza. Para tal autor, a percepção nos faz assistir a este milagre de uma totalidade que ultrapassa o que acredita serem suas condições ou suas partes, e as domina de longe, como se existissem apenas em seu limiar, estando destinadas a nela se perderem

Kohlsdorf (1985), fortalece esta concepção ao orientar que qualidades e necessidades não podem ser consideradas absolutamente consensuais.

Desta forma, na perspectiva da ação humana, o indivíduo e o seu entorno (físico, cultural e social) não existem em separado (Erpicun, 1976).

Se, como esclarecem Maturana & Varela (1995), não tem sentido falar de idéias *versus* corpo, pois pensamento e percepção são operacionalmente o mesmo dentro do sistema nervoso, o mesmo pode-se considerar para o campo das condutas, que nada mais são que o resultado da interação entre os dinamismos do meio e das próprias características (também dinâmicas) do indivíduo.

A partir do processo perceptivo, são construídas representações mentais que tornam compreensíveis as experiências do homem. Estes verdadeiros mapas mentais são responsáveis por orientar suas ações (Geertz, 1978).

Portanto, a maneira com que o indivíduo age sobre o todo está grandemente relacionado com a maneira como o próprio entende o “eu”, o “próximo” e a “outra coisa”.

O revés também mostra-se verdadeiro, no sentido que assegura Kates (1971) ao salientar que um indicador bastante seguro sobre a concepção dos ambientes humanos talvez sejam as ações ambientais do homem. Neste contexto, o comportamento humano pode ser a melhor pista de como eles vêem o mundo em que vivem.

Este comportamento não é uma questão de resposta direta às atividades dos outros, mas envolve uma resposta às intenções¹⁸ dos outros, ou seja, ao futuro e intencional comportamento destes, não somente às suas ações presentes (Meltzer, *apud* Haguette, 1992).

De acordo com Mead (*apud* Haguette, 1992), toda atividade grupal se baseia no comportamento cooperativo, sendo que a associação humana, a qual ocorre com uma grande diversidade de padrões, surge quando cada ator percebe a intenção dos atos dos outros e, assim baseado, constrói sua própria resposta.

Além da grande complexidade do processo perceptivo, decorrente dos vários aspectos interferentes, alguns dos quais já citados, também há a questão de sua inacessibilidade, pois estamos inconscientes do processo de formação das imagens que

¹⁸ Estas intenções são transmitidas através de gestos que se tornam simbólicos, isto é, possíveis de serem interpretados. Quando os gestos assumem um sentido comum, ou seja, quando eles adquirem um elemento linguístico, podem ser designados de “símbolos significantes” (Haguette, 1992)

vemos coincidentemente. Este fato é considerado por Batenson (1986), como o começo da epistemologia empírica e, sendo assim, “estamos livres para acreditar no que nossos sentidos nos dizem.”.

Portanto, as interações ao nível humano, principalmente quando se trata de processos internos, só podem ser alcançadas por inferência. Em relação a ele há, evidentemente, um grande número de pontos controvertidos, mas as questões básicas deste tema são esclarecidas.

Assim estabelecido, com a finalidade de compreendermos o processo perceptivo, podemos didaticamente dividi-lo em dois mecanismos constituintes: os perceptivos propriamente ditos e os cognitivos.

Os primeiros são dirigidos por estímulos externos, os quais são captados através dos cinco sentidos: visão, tato, paladar, olfato, audição. Entretanto, os processos reais de reflexos do mundo exterior vão muito além dos limites das formas mais elementares. Luria (1991) salienta que o homem está invariavelmente em contato não com sensações isoladas, mas com imagens inteiras; o reflexo dessas imagens ultrapassa os limites das sensações isoladas, baseia-se no trabalho conjunto dos órgãos dos sentidos. Os cognitivos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência, uma vez admitindo-se que a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem percebe essas sensações passivamente; existem contribuições ativas do sujeito a partir dos sentidos ao processo perceptivo desde a motivação à decisão e conduta (Fiske & Taylor, 1991). Esses mecanismos cognitivos incluem motivações, humores, necessidades, conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas.

Na figura 1, Moran (1994) concede um modelo mais realista do processo perceptivo, ao conceber a sua característica auto-organizativa que possibilita o ajuste do indivíduo ao meio natural e social.

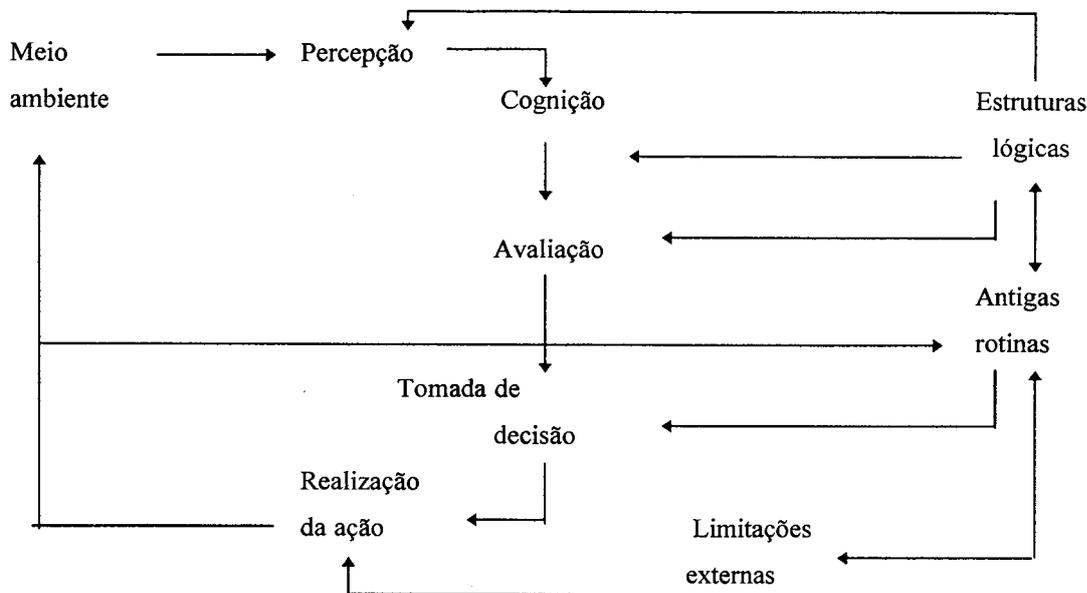


FIGURA 1: Fluxo de informação. O fluxo de informação é visto como um sistema organizador de retroalimentação que ajusta o organismo às condições ambientais e sociais. As limitações externas podem incluir a pressão do grupo social sobre uma pessoa, que a impulsiona numa direção distinta daquela escolhida individualmente. Cada ação tomada torna-se parte das antigas rotinas que irão, daí pôr diante, limitar a escolha.

FONTE: Moran (1994)

Nesta figura, verifica-se que na recepção sensorial de sinais e símbolos, alguns são ignorados e outros são captados dependendo da qualidade sensorial da informação e da adequação da mesma às estruturas lógicas atuais, resultantes da classificação linguística e cultural. Isto, então, dá espaço a possíveis interpretações, ambiguidades e novas reordenações.

Captado o estímulo externo, se este não se encaixa bem nas categorias, o domínio cognitivo pode desenvolver análises estruturadas do estímulo de modo a permitir que ele formule hipóteses e atribua significado à informação obtida. Uma vez ocorrido isto, a informação é processada e inserida na esfera de “informação para a decisão”, isto é, o estágio no qual se verifica se o estímulo é uma informação de fonte direta ou indireta, se ele induz a uma resposta imediata ou se deve ser armazenado como

uma sub-rotina até que certas condições o tragam à tona.

Este sistema mental pode ser equiparado ao de um computador¹⁹, na medida em que nele pode-se reter informação, codificar e, a partir da versão resultante, executar operações, armazenar o resultado para recuperá-lo quando necessário. Além disto, podemos utilizar nosso *output* (comportamento) como retroalimentação ou prova para guiar o nosso desempenho futuro.

Tal analogia é, no mínimo, simplista, devido à riqueza da experiência e comportamento humano, que pode se dar de maneira consciente e inclusive de modo a controlar o meio que o rodeia.

Oportuno lembrar que, se o mundo perceptivo humano é determinado por um somatório de fatores de origem biológica e histórico-sociais, as falhas também podem ter origem em ambas as condicionantes. Portanto, se a experiência anterior assegura elevada constância, proporcionando legitimidade, ela pode também levar a ilusões, à uma falsa percepção.

A percepção do meio ambiente e o comportamento²⁰ dela resultante desenvolveram-se como categorias de análise a partir de conceitos e métodos da Ciência Psicológica. Atualmente, tal estudo situa-se no contexto da Psicologia Cognitiva, constituindo um importante tema de investigação psicológica (Kruger, 1991).

Nos últimos anos, o interesse em seu estudo expandiu-se para uma grande variedade de disciplinas do saber, já que tornou-se fundamental a concepção que o ambiente que envolve o homem, seja físico, social ou até mesmo imaginário, influencia sua percepção e conduta.

¹⁹ Lee (1977) lembra que a analogia do computador talvez não seja adequada para abordar outras situações nas quais não existe experiência sensorial imediata nem um comportamento consequente de fácil identificação.

²⁰ O estudo do Comportamento Humano também origina-se da Psicologia, sendo que os trabalhos mais tradicionais traçam uma verdadeira linha divisória entre o enfoque “comportamental” e o “piagetiano”. Na abordagem fenomenológica, a realidade se revela como um complexo conjunto de fenômenos que, embora admita correlações, é incomensurável e, portanto, impossível de se verificar pelas relações diretas de causa-efeito, e de ser compreendida em sua plenitude (Del Rio, 1996). Os primeiros defendem que a reação do ser humano é reflexo puro da situação que ele se encontra, buscando relações causa-efeito mais diretas nos comportamentos ambientais. Os que seguem a segunda linha de pensamento, admitem uma formação de memória através dos processos cognitivos e da experiência ambiental; assim, cada nova situação em que nos vemos seria mentalmente relacionada com outras de nosso passado, informando para as atitudes e as ações a tomar (Del Rio, 1990).

Del Rio (1996), salienta que disciplinas como a arquitetura, o urbanismo e a geografia souberam compreender rapidamente a importância da psicologia aplicada ao espaço, tanto pelo estudo da percepção como pelo comportamento humano.

Confirma-se tal pensamento através da verificação de que tem aumentado consideravelmente a literatura dedicada a análises mais abrangentes do espaço, o que tem nos proporcionado um importante fortalecimento de nosso embasamento humanístico e conceitual.

Ao realizar um breve levantamento de pesquisadores que buscam este enfoque, seleciona-se os trabalhos na área de geografia humanística de Tuan (1980, 1983), que analisa a percepção do meio, tentando uma compreensão da experiência humana mais ampla do que permite a linguagem puramente técnica, que peca por não expressar a unidade e a coerência da experiência holística dos lugares (Walter, 1988). O citado autor mostra uma clara distinção entre “espaço” e “lugar”, já que este último está carregado de significados afetivos e simbólicos.

Na área da arquitetura, Norberg-Schulz (1979) desenvolve conceitos fenomenológicos como “espaço existencial” e *genius loci*²¹, que expressa a identidade, o caráter e a qualidade de um dado local.

Sobre o segundo conceito, Appleyard (1979) observa que podemos gerar novos ambientes com qualidade ao buscarmos inspiração num tempo passado, no *genius loci* e nas necessidades e valores particulares das pessoas comuns. Por isto, salienta que o bom resultado de tal empreitada vai depender de que aprendamos a escutar as pessoas “não profissionais”, compreender o que querem, como vêm, e realmente colaborar com eles.

²¹ Do latim, que representa “espírito do lugar”, o guardião que os antigos romanos acreditavam existir para cada lugar, impregnando-o com sua personalidade e seu caráter de semideus (Walter, 1988).

Neste contexto, ajuda Carter (1977) ao sugerir que o “sentido de lugar” é aquela qualidade indescritível mas que, ao mesmo tempo, diz tudo sobre a qualidade físico-ambiental dos espaços urbanos (Fig.2).

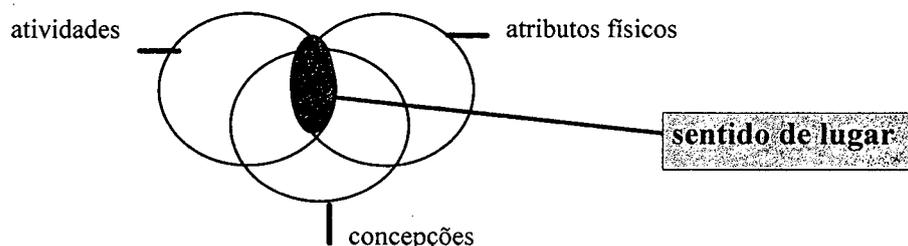


FIGURA 2: A qualidade físico-ambiental dos espaços urbanos é gerada na sobreposição das três esferas da consciência.
FONTE: Carter (1977).

Realmente, para o ser humano, o espaço só começa a fazer sentido a partir do momento em que nos conscientizamos desta qualidade através das três esferas da consciência: atividades ou usos, atributos físicos propriamente ditos e as concepções e imagens.

Existem trabalhos como o de Goodey (1981), que exploram os conceitos de preferências ambientais e de satisfação, ou seja, quais imagens e razões que levam os observadores a preferir este ou aquele lugar, ou quais os atributos do ambiente que o destaca como especial (Del Rio, 1990).

Ressalta-se, assim, a pertinência da análise da percepção - considerando-se conjuntamente a da vivência e ação cotidiana - como fundamental para a compreensão do meio ambiente num sentido fenomenológico, buscando-se o que se entende por conhecimento holístico.

Merleau-Ponty (1975) nega que a Percepção seja uma Ciência que se inicia, e sim, ao contrário, que a ciência clássica é uma percepção que esquece suas origens e se crê acabada. Até porque, a ciência não foi, primeiro, mais que a sequência ou amplificação do movimento constitutivo das coisas percebidas, sendo o conceito científico o meio para fixar e objetivar os fenômenos.

Assim, ao considerar a dimensão mental humana, possibilita-se o desenvolvimento de uma compreensão sistemática e profunda, ou o que Whyte (1977)

chama de uma visão de dentro para fora, para complementar o enfoque científico tradicional e externo.

Quanto à questão específica do gerenciamento ambiental, Kates (*apud* Goodey & Gold, 1986) mostra que os estudos das percepções e atitudes humanas, além de sensibilizarem àqueles que nele atuam para levarem em consideração os pensamentos daqueles que usam o ambiente enfocado, podem também tornar os planos e projetos efetivos, assegurando sua adequação aos lugares e até fornecendo um veículo para influenciar a preferência e o gosto públicos.

3.7 PROCEDIMENTOS PARA O RECONHECIMENTO DA PERCEPÇÃO

Os objetivos do presente trabalho, que informam da importância de considerarmos a percepção dos atores sociais acerca de seu meio natural e social, como fundamental informação para a construção desta pesquisa, levam a buscar maneiras de reconhecê-la e, conseqüentemente, realizar sua descrição e análise.

Sabe-se que os processos formadores da percepção são muito complexos, pois envolvem uma série de fatores e aspectos, sendo para nós uma espécie de “caixa-preta”. Por este motivo, os seres humanos não têm como diferenciar o ambiente “em si” e como varia a sua atividade perceptiva diante deste ambiente.

Assim, sendo inacessíveis os *processos* de percepção (campo cognoscitivo), busca-se pelos seus *produtos* os quais, segundo Bateson (1986), são conscientes.

O contemplar de objetos e registrar seus indícios, são faculdades que o organismo humano não realiza passivamente. Sequencialmente a estas, há uma busca por maneiras de manifestar os complexos processos mentais ocorrentes.

A indicação que o processo de percepção nunca se realiza em nível elementar e sua composição tem sempre como integrante o nível superior da atividade psíquica, encontramos em Luria (1991).

Assim como a descrição oral, outras formas de linguagem, como a escrita, os gestos, ou até mesmo a inexistência de componentes motores ou verbais, são também manifestações sequenciais de eventos perceptivos.

Todos estes são importantes sistemas de símbolos, portadores de significados, já que são capazes de traduzir e expressar características reveladoras de como as pessoas

vêm a si próprias, como relacionam-se entre si e com o ambiente natural ou antrópico.

Luria (1991) chama atenção particular à fala (discurso), abordando o fato de que ao designar pela palavra os objetos percebíveis, nomeando-os, o homem aprende mais a fundo as propriedades e as atribui a determinadas categorias.

Paz (1974), mostra a intrínseca relação entre sensação, percepção, e o ato de dar nomes às coisas “A árvore não é o nome da árvore, tampouco é a sensação de árvore: é a sensação de uma percepção de árvore, que se dissipa no mesmo momento da percepção da sensação de árvore.”. Desta forma compreende-se que as coisas no mundo tornam-se (em termos pragmáticos) reais porque nós as rotulamos e também, e por isto mesmo, esta realidade é totalmente e sempre mutável, como novamente Paz (1974) explica em “tudo é um contínuo ir e vir das coisas aos nomes das coisas.”.

Ao expressar suas percepções acerca do mundo que o rodeia, o homem cria distintas informações e situações para os seus ouvintes que, por sua vez, somam estas às suas próprias impressões, sendo originados, assim, “novos” significados, novas representações.

Por isto, a linguagem é uma faculdade de tamanha importância para o desenvolvimento humano, pois também propicia a transformação do seu meio externo.

Neste contexto, faz sentido a declaração de Korzybski (*apud* Batenson, 1986) sobre o fato de que em todo pensamento, percepção ou comunicação sobre percepção, há uma transformação, uma codificação entre o relatório e a coisa relatada.

A verdade é que, constantemente, temos necessidade de rotular não apenas coisas materiais, reais, tangíveis que nos cercam, mas também os estados interiores, sendo que para ambos nos utilizamos do mesmo tipo de linguagem. Mesmo que seja difícil traduzir adequadamente estados corporais em palavras, Porter (1993) afirma que precisamos fazê-lo em busca de confessar, partilhar, buscar conforto.

Em outras palavras pode-se dizer que o homem, não só costumeiramente, mas também a partir de uma necessidade, designa pela palavra ou em outro tipo de sinal aquilo que percebe. Desta maneira, a palavra funciona como um “anteparo”, sendo utilizada como um meio de sentir o ambiente e o momento, proporcionando a transferência de informação aos que o cercam.

As maneiras de nomear as coisas e expressar sentimentos são mutáveis historicamente e também especializadas, pois cada grupo humano tem uma maneira de

verbalizar, resultado de uma adaptação ao seu mundo ambiente.

Um grupo social, como enfatizou Bourdieu (*apud* Burke & Porter, 1993), pode preferir utilizar uma determinada linguagem, dialeto, vocabulário ou sotaque, para estabelecer diferenças culturais e hegemônicas. Em outras situações, a língua pode representar - ou ser levada a representar - uma força unificadora, agregando um povo contra um destino adverso comum.

Da mesma forma que a língua pode ajudar a moldar a identidade coletiva, também pode contribuir na construção da identidade do indivíduo.

Mc Luhan (*apud* Burke & Porter, 1993) faz distinção entre a palavra escrita e a falada ao considerar que a primeira é prisioneira de sua própria linearidade, sequencial e congelada. Por outro lado, a fala, ainda que efêmera, às vezes assume a supremacia sobre a palavra impressa, conforme lembra Porter (1993). Assim, a linguagem falada, rica em expressões e outros sinais, principalmente em contextos emocionais, reflete especial mérito.

O ato da fala também mostra-se bastante importante no sentido em que, ao estimular o pensar e a demonstração das construções dele surgidas, proporciona a preservação da memória e estimula o próprio desenvolvimento da auto consciência, além de se constituir num valioso “transporte” de informação.

Sendo assim, a linguagem pode e deve ser tratada como de relevância fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo, e também como um valioso recurso na investigação de variados temas ou grupos humanos.

As considerações acerca do relacionamento indivíduo e meio natural e social, sua fundamentação em complexos aspectos psicológicos, dão margem à necessidade de não apenas verificar objetivamente aspectos da realidade, e sim buscar suas relações subjetivas, ou seja, emocionais.

É fundamental um maior envolvimento com o tema em estudo, e para tanto, deve-se considerar com bastante ênfase a linguagem dos atores sociais, seja ela escrita, mas principalmente a falada, onde pode-se perceber grande tipo de informação (gestos, expressões etc.) que podem ser de utilidade para compreender o ator em suas representações, no seu universo simbólico.

As técnicas que lidam com o relato oral - notadamente a da gravação em fitas - foi o relevo adquirido pelas investigações ligadas à memória individual, compondo o que na França está sendo chamado de “arquivos orais” e que têm recebido também noutros países o nome de “informação viva” (Queiroz, 1991). O emprego de coleta do registro oral possuem grande importância na medida em que oferece uma abertura para a pesquisa em grupos sociais que são pouco atingidos pelos registros escritos.

Queiroz (1991), lembra a importância da utilização de toda espécie de documentos escritos para, além de abarcar vasta parte de realidade presente - que se obtém via relatos orais - avançar pelo passado afora, tentando conhecê-lo através de incursões pelas mais diferentes fontes.

Assim sendo, os relatos orais se prestam à complementação de documentos históricos ou a dados agregados entre outros para que seja permitida a reconstituição de fatos.

No referencial positivista, acredita-se que o requisito para a comparabilidade e confiabilidade das respostas estaria sempre na padronização do experimento. Os resultados deveriam ser quantificáveis, comprovados pôr estatísticas, e também que a metodologia utilizada mantivesse o pesquisador “de fora” do contexto observado. Desta forma, ele estaria empenhado em extrair conclusões “objetivas”, ou seja, independente de sua própria interação com o observado. O fato é que esquecia-se que não é possível demonstrar alguma coisa com independência da experiência perceptível que é o ato de observação. Von Foerster (*apud* Maturana e Varela, 1995) ilustra esta questão quando referencia que “tanto o biólogo, quanto o teórico do cérebro ou o pensador social enfrentam um problema fundamental quando, querendo ou não, têm de descrever um sistema do qual eles mesmo são componentes.” Maturana e Varela (1995) concluem, então, que se um especialista se exclui do contexto estudado, sendo que ele faz parte do contexto estudado, sua teoria não é adequada.

Desta forma, em vez do triângulo clássico observador - organismo - ambiente, o que há é um círculo com o observador no centro, em que observar é só um modo de viver o mesmo campo experimental que se deseja explicar.

Minayo (1987) mostra que ao pensarmos em pesquisa que trabalha com atores sociais em interação, devemos levar em conta que, se inicialmente eles são considerados teoricamente enquanto componentes do objeto de estudo, no campo²², fazem parte de uma relação de inter - subjetividade, de interação social com o pesquisador.

E se a interferência torna-se inevitável, vários pesquisadores, como Haguete (1992), acabam pôr concordar que esta deva ser então deliberada. O resultado disto é que chega-se ao ponto de considerar o conceito “objetividade” de maneira mais abrangente, ou seja, que dentro dele não estejam somente as informações mensuráveis e comprovadas de modo positivista mas também aspectos subjetivos.

As soluções, os procedimentos surgem da natureza do problema. Assim sendo, as metodologias qualitativas surgem em decorrência da necessidade de que seja fornecida uma compreensão profunda de certos fenômenos, enfatizando suas especificidades em termos de suas origens e de sua razão de ser.

Em várias situações, dentre as quais seleciona-se as descritas por Lazarsfeld (1969) devido à sua pertinência, presta-se atenção particular a indicadores qualitativos: quando a situação na qual a evidência qualitativa substitui a simples informação estatística relacionada a épocas passadas; quando deseja-se captar dados psicológicos que são reprimidos ou não são facilmente articulados, como motivos, atitudes etc.; quando de situações nas quais as observações qualitativas são usadas como indicadores de funcionamento de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta.

A abrangência de uso que pode haver nos procedimentos qualitativos é mostrada por Haguete (1992) ao assinalar que são mais frequentemente utilizados: a) em teses de hipóteses, quando os métodos estruturados não podem ser empregados; b) na reconstituição de um evento ou de uma série de eventos; c) na história de vida dos indivíduos, organizações ou mesmo de uma comunidade; d) em estudos-piloto sobre novas áreas de conhecimento, onde o objetivo principal é a geração de hipóteses mais do que sua verificação.

²² Minayo (1987) entende por “campo”, na pesquisa qualitativa, o recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação. Os termos gerais “trabalho de campo”, “pesquisa de campo”, “estudo de campo” são usados por variadas áreas da ciência, inclusive antropológicas e sociais, as quais lançaram mão de técnicas semelhantes na abordagem do real, especialmente no valor que alocaram à participação do pesquisador no local analisado, e à necessidade de ver o mundo através dos olhos dos atores sociais (Haguete, 1992).

A Observação Participante, a Entrevista e a História da Vida são alguns métodos qualitativos que podem ser utilizados conjuntamente, sendo que, dependendo da problemática definida pelo estudo, pode ser alocada maior ênfase para um ou outro instrumento. Trow (1969), orienta que o problema sob investigação é quem dita o método a ser utilizado na pesquisa.

A Observação Participante, para alguns como Douglas (1973), iniciou-se na Escola Sociológica de Chicago e, para outros como Durhan (1978), tem origem nos estudos antropológicos de Bronislaw Malinowski. Isto levou ao surgimento de variadas linhas de abordagem, repercutindo na falta de clareza de sua definição até a atualidade.

Edward C. Lindeman, em 1924, descrevia a atuação do observador em pesquisas científicas, denominando-os de observadores participantes já que atuavam nas atividades do grupo que estava sendo observado, de modo que para ele é possível perceber elementos que um observador “de fora” jamais poderia ver.

Mas é Florence Kluckhohn que tem sido referida como uma das primeiras a ter utilizado o termo Observação Participante, definindo-o como “...um compartilhar consciente e sistemático, conforme as circunstâncias o permitam, nas atividades de vida e, eventualmente, nos interesses e afetos de um grupo de pessoas.” (Kluckhohn, 1940).

Na literatura referente, verifica-se que suas concepções tem sofrido aprimoramentos constantes de modo que Bruyn (1966) a representa como um processo que busca não só a perspectiva humana mas também da sociedade, e Schwartz & Schwartz (1969) a caracteriza como, além de um recurso para a coleta de informações em campo, um instrumento que provoca modificação no meio estudado, ou seja, de mudança social.

Desta forma, o pesquisador é orientado para que mantenha presença na situação social enfocada, participando da vida dos observados e do cenário natural, de forma que ele acaba por fazer parte do contexto, que ao mesmo tempo modifica e por ele é modificado. Esta metodologia²³ se opõe àquelas que concebem a ação social como uma consequência de fatores estruturais atuantes sobre o indivíduo e que, conseqüentemente, descartam e minimizam o papel do homem na história, ou seja, a liberdade humana (Haguette, 1992).

²³ A discussão dos fundamentos da Observação Participante, a qual mostra quão complexo e variado é seu papel, leva à concepção, para fins da presente pesquisa, de que esta é uma metodologia científica e não apenas como uma técnica.

Este aspecto também reflete o respeito pela natureza do objeto pesquisado, obtido pelo reconhecimento do caráter peculiar dos seres, seu comportamento e sua vida em grupo, é salientado por Bryun (1966), autor que sugere que se busque metodologia que ajude na formulação das categorias subjetivas da teoria sociológica como “justiça”, “liberdade”, “confiança”, “comunidade” e “propósito”.

Neste contexto, Mead (*apud* Haguette, 1992) salienta que para atingir o sentido das ações torna-se necessário assumir o papel do outro, compartilhando os aspectos subjetivos das ações.

Interessante notar que, na formulação inicial da Observação Participante, enfatizava-se a observação, da forma mais objetiva possível, estando esta condicionada à participação. Com o desenvolvimento do seu uso e o crescente enfraquecimento da premissa que o pesquisador deve evitar o envolvimento com a temática em estudo, concebido como agente deformador da captação e análise das informações, percebe-se a valorização da subjetividade.

Concomitantemente, um esforço consciente de identificação do pesquisador com o meio que estuda, privilegiou a participação, de maneira que “... numa formulação sintética e um pouco caricatural, pode-se dizer que estamos passando da Observação Participante para a Participação Observante e resvalando para a militância²⁴ (Durhan, 1988).

Sob outra formulação, Cardoso (1988) afirma que a prática da pesquisa que procura este tipo de contato precisa valorizar a observação tanto quanto a participação, pois se a última é condição necessária para um contato onde afeto e razão se complementam, a primeira fornece a medida das coisas.

São bastante variáveis as formas que podem ser utilizadas no encaminhamento da pesquisa sob a pretensão da Observação Participante, não existindo o que se pode

²⁴ Comenta Durham (1988) “... assistimos hoje a uma politização crescente do nosso universo social que incide duplamente na situação de pesquisa. De um lado, o próprio clima intelectual tem se desenvolvido no sentido de criticar o isolamento acadêmico, proclamando a necessidade de um engajamento político dos cientistas e enfatizando sua responsabilidade social. De outro, são os próprios ‘objetos de pesquisa’ que cobram dos investigadores esse tipo de atuação e de identificação política”. Uma ação consequente é que o pesquisador procura um retorno prático para as resultantes de sua pesquisa, de maneira que a população estudada receba alguma forma de benefício.

Cardoso (1988) salienta que a intensificação da participação dos investigadores, ao ser justificada mais como identificação com propósitos políticos entre pesquisador e pesquisado e menos como forma de aproximar para conhecer, reduziu a pesquisa à denúncia e transformou o pesquisador em porta-voz do grupo. Sendo assim, como consequência, eliminou um dos passos mais importantes da pesquisa, que é o estranhamento como forma de compreender o outro.

considerar como uma rigidez no seu procedimento. As escolhas serão definidas a partir das possibilidades de tempo e estruturais mas, principalmente, dos objetivos da pesquisa.

A participação na vida diária das pessoas sob estudo pode ser realizada abertamente, no papel do pesquisado, ou pode ser encoberta através do papel dissimulado, observando as coisas, ouvindo o que é falado e questionando as pessoas no espaço de algum tempo (Becker & Geer, *apud* Haguette, 1992). O observador pode dispende muito ou pouco tempo na situação da pesquisa de campo e seu papel tanto pode ser parte integral da estrutura social quanto apenas periférica com relação a ela (Schwartz & Schwartz, 1969)

Em uma discussão mais formal sobre os diferentes tipos de papéis que podem ser assumidos, sugere-se quatro papéis teóricos possíveis, que podem variar do participante total ao observante total, estando entre estes extremos o participante-como-observador e o observador-como-participante (Gold *apud* Cicourel, 1990).

Quanto mais intensa for a participação, mais exposto estará o pesquisador facilitando a observação das rotinas e atividades incomuns do grupo, mas também estará mais disposto às dificuldades na inferência do trabalho de campo, já que possivelmente ficará mais sujeito à obliteração de sua percepção e vieses na interpretação .

A observação destas questões, aparentemente conflitantes, leva à consideração de que a melhor fórmula para a atuação do pesquisador é, ao analisar uma mudança enquanto observador, manter-se, de certa forma, numa perspectiva fora e independente do contexto que estuda.

Esta coexistência de funções (desprendimento e envolvimento), para o observador participante em uma pesquisa científica é o princípio que possibilita a busca ao rigor científico, sem que se perca conteúdo e qualidade em suas resultantes.

A necessária dupla função é explicado por Bryun (1966) quando da exposição de um corolário: “O papel científico do observador participante é interdependente com seu papel social na cultura do observado.”

Este tema está também descrito em Matta (1978) quando aborda que para descobrir algo é preciso relacionar-se com o assunto e, no momento mesmo da descoberta, o pesquisador remete-se para seu mundo e, deste modo, isola-se novamente:

“... realizar uma dupla tarefa que pode ser grosseiramente contida nas seguintes fórmulas: (a) transformar o exótico no familiar e/ou (b) transformar o familiar em exótico. [...] Isto significa que a apreensão no primeiro processo é realizada primordialmente por uma via intelectual (a transformação do exótico em familiar é realizado fundamentalmente por meio de apreensões cognitivas), ao passo que, no segundo caso, é necessário um desligamento emocional.”.

Assim, concebe-se como tarefa do pesquisador o estabelecimento de dois parâmetros de significação bastante distinta (exótico e familiar) e ainda a vivência em ambos domínios.

Esta discussão, referente à Observação Participante, nos mostra quão complexas e ricas são suas possibilidades de utilização em pesquisas científicas que busquem a compreensão do homem como indivíduo e grupo social, também em seus aspectos que não são facilmente explicitados, dimensões que exigem um esforço mais detalhado e aprofundado de observação e empatia.

Outra virtude desta metodologia, é que o pesquisador é capaz de modificar continuamente concepções e resultados anteriores, considerados menos corretos do que observações ulteriores, à luz das experiências subseqüentes (Cicourel, 1990).

Mas a Observação Participante não é um procedimento único, e sim um modelo de empreendimento que pode ser combinado a outros métodos de investigação. Por isto, ao ser escolhida para a metodologia, pode ser utilizada durante todo o processo de pesquisa conjuntamente com outras como a Entrevista, a História de Vida e a fotografia.

Referente à entrevista, muitos são os procedimentos possíveis de serem utilizados, desde os mais estruturados, através de questões fechadas, até os que proporcionam total liberdade ao entrevistado.

A aplicação de um questionário padrão, onde os entrevistados são submetidos à mesma formulação e à mesma ordem das perguntas, é apropriada apenas em certas situações de pesquisa, devido à ocorrência de alguns inconvenientes. Dentre os vários

autores que tem relatado tais fatos, Thiollent (1980) considera como limitações a pobreza das respostas, o desconhecimento dos quadros de referência e a indução das respostas pela formulação da pergunta.

Assim, a necessidade da experimentação revela-se fundamental para a finalidade de, no dizer de Minayo (1987), buscar táticas que parecem ter maior probabilidade de trazer à tona o tipo de informação requerida.

Segundo Queiroz (1991), na utilização da “técnica de liberdade”, uma vez ultrapassada a escolha do tema e a escolha do informante, no transcorrer das gravações, este último passa a ter certa autonomia em relação ao pesquisador, no que diz respeito à abordagem do tema e ao fornecimento de informações.

Michelat & Simon (*apud* Thiollent, 1980) expõem o conceito de não diretividade, que se estabelece como um tipo de pesquisa que não propõe ao entrevistado, contrariamente à entrevista dirigida, uma completa estruturação do campo de investigação: “é o entrevistado que detém a atitude de exploração”. A partir da instrução transmitida pelo pesquisador, o depoente define como quiser “o campo a explorar” sem se submeter a uma estruturação pré-determinada.

Desta forma, a grande preocupação da não padronização no processo de entrevista está focada numa maior liberdade para o informante (entrevistado), o que favorece a captação de uma informação mais profunda ou menos censurada.

Também para o pesquisador a liberdade se faz presente, pois tem permissão para acrescentar suas novas idéias ou informações surgidas durante o trabalho. A possibilidade de reformulamento do problema ao longo do tempo, ao não se sentir preso à pré-julgamentos, chegando ao ponto do redirecionamento da linha de investigação, é referenciada por Haguete (1992), e caracterizada como “pesquisa progressiva” por Queiroz (1991).

Haguete (1992) mostra as muitas vantagens da escolha deste método ao afirmar que o pesquisador pode com mais facilidade impor sua presença na área a um ritmo apropriado, escolhendo os melhores momentos para obter dados mais delicados e também selecionar informantes a qualquer momento da pesquisa, sendo mais fácil a seleção dos informantes mais habilidosos para fornecer *insights* sobre muitos aspectos.

A premissa básica é de que a entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação (Minayo, 1987).

Entretanto, esta maior flexibilidade provida por esta prática é também a origem de sua desvantagem. Em realidade não pode ser esquecido o fato de que a maior liberdade não é garantia de interpretação e compreensão válidas dos fenômenos observados. Por isto, há de se ter igual cautela, devendo ser observadas algumas questões como a capacidade de verbalização dos indivíduos que privilegia algumas classes sociais ou pessoas mais acostumadas com o discurso.

Quanto à escolha dos informantes, Queiroz (1991) afirma ser ilusório supor que exista seleção de informantes feita inteiramente ao acaso e, sendo assim, a escolha do informante provém de suas orientações: uma decorrente do tema em pauta e a outra decorrente de se saber que determinado indivíduo possui conhecimentos importantes a respeito do tema.

A qualidade do material obtido depende da qualidade do informante escolhido, em função do que se pretende desvendar, sendo que esta circunstância postula um conhecimento prévio do informante pôr parte do pesquisador (Queiroz, 1991).

Selltiz *et al.* (1974) salienta que a probabilidade de que um indivíduo seja bom informante, aumenta, naturalmente, se é indicado pôr mais de uma fonte, sobretudo se sabemos que as diferentes fontes tem pontos de vista diferentes. O citado autor indica que a escolha de informantes com características diversas, assegura uma representação de diferentes tipos de experiência, afirmando ainda que não há uma regra numérica para o número de informantes. Este dado seria proposto pelo próprio pesquisador, ao verificar que as entrevistas não estão se apresentando mais compensatórias para os seus objetivos.

As etapas da entrevista não diretiva, propostas por Michelat (*apud* Thiollent, 1980), são aqui apresentadas de forma resumida:

1) escolha de um pequeno número de pessoas representativas do assunto . Não se trata de amostragem, mas sim de seleção dos indivíduos em função dos critérios do investigador.

2) gravação das entrevistas conduzidas sem imposição da problemática. O ponto de partida é dado pela instrução do pesquisador. No decorrer da entrevista, o entrevistador permanece numa situação de “atenção flutuante” que permite estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural sem questionamento forçado.

3) análise do conjunto das entrevistas selecionadas (*corpus*) levanta as verbalizações assim como as hesitações, os silêncios, os risos, os lapsos, etc., que são considerados reveladores de significação latente. O todo é analisado em referência aos dados básicos das pessoas: idade, sexo, profissão, religião, nível de instrução, etc.

Quanto ao item segundo, Maître (*apud* Thiollent, 1980) apresenta um limite a não diretividade, sem o qual, tomando ao pé da letra a idéia de total liberdade da entrevista, a investigação se tornaria impossível. Desta forma, mesmo que a entrevista não diretiva não imponha uma estruturação rígida como no caso do questionário, deve apresentar uma determinada problemática (hipótese) guiando a coleta de dados.

A História de Vida também é uma metodologia que enfatiza o valor da perspectiva do ator, pois sustenta que a compreensão do comportamento de alguém só é possível quando este comportamento é visto sob o ponto de vista do próprio ator. Desta maneira, possibilita o conhecimento do indivíduo, e de um grupo, de maneira mais representativa. Proporciona uma riqueza de detalhes tendo ainda, pelo menos, dupla função, pois pode ser enfocada dentro da perspectiva documental, mais usualmente estabelecida, ou como procedimento que possibilita a coleta de informações.

Algumas das funções que esta metodologia pode desempenhar são apontadas por Haguette (1992) e aqui resumidas: serve como ponto de referência para avaliar teorias; particularmente útil em fornecer-nos palpites sob o lado subjetivo de muitos estudos; pode sugerir novas variáveis, novas questões e novos processos que podem conduzir a uma reorientação da área; ela pode, mais do que qualquer método, exceto talvez a observação participante, dar sentido à noção de “processo”. importante

Becker (*apud* Haguete, 1992) diferencia a História da Vida da Autobiografia convencional na medida em que a primeira atende mais aos propósitos do pesquisador que do autor e está mais preocupada com a fidelidade das experiências e interpretações do autor sobre seu mundo. Para tanto, o pesquisador deve tomar certas medidas para assegurar que o ator social cubra as informações que ele necessita, que os fatos não sejam omitidos, que as informações fornecidas sejam checadas com outras evidências e, finalmente, que as interpretações do autor sejam honestamente fornecidas.

Neste contexto a atuação do pesquisador é de grande importância pois, segundo Debert (1988); de uma forma bastante rígida; a História de Vida é sempre um monte de fragmentos desconexos, incoerentes e ambíguos sendo que a tarefa do analista é

entender estes relatos e depois apresentar um quadro minimamente coerente.

O documento visual tipo fotografia, ao se comportar como uma testemunha do acontecido, é um tipo de registro que permite o conhecimento do aspecto cultural de uma determinada sociedade e também do espaço natural. A preocupação com esta temática está vinculada diretamente à necessidade de resgate de memória, a qual permite compreender a historicidade da pessoa e do meio.

Entretanto, por ser um instrumento silencioso, e fragmentário, carece de uma decodificação que esteja de acordo com o tempo e o espaço a que pertence.

As fotografias podem ser interpretadas a partir da medição, avaliação e comparação de todos os elementos materiais - artefatos, instrumentos, mobílias, apetrechos, documentos verbais e trabalhos de artes (Alves & Massei, 1989).

Assim, como a linguagem oral e motora, a fotografia é uma representação que vai ser definida pelo imaginário humano, ou seja, é através da percepção que torna possível a constituição do significado dos signos que ela captou.

4 CARACTERIZAÇÃO DE ÁREA

4.1 ASPECTOS FÍSICOS DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Situado no litoral norte do Estado de Santa Catarina, o município de São Francisco do Sul está geograficamente compreendido em uma região insular formada pela ilha propriamente dita, com 80% da área total do município, e duas regiões continentais: uma na encosta do Saí, confrontando com o município de Garuva e outra de planície quaternária, confrontando com o município de Joinville (fig.3). Esta última une-se à região insular através de uma ponte sobre um aterro no Canal do Linguado.

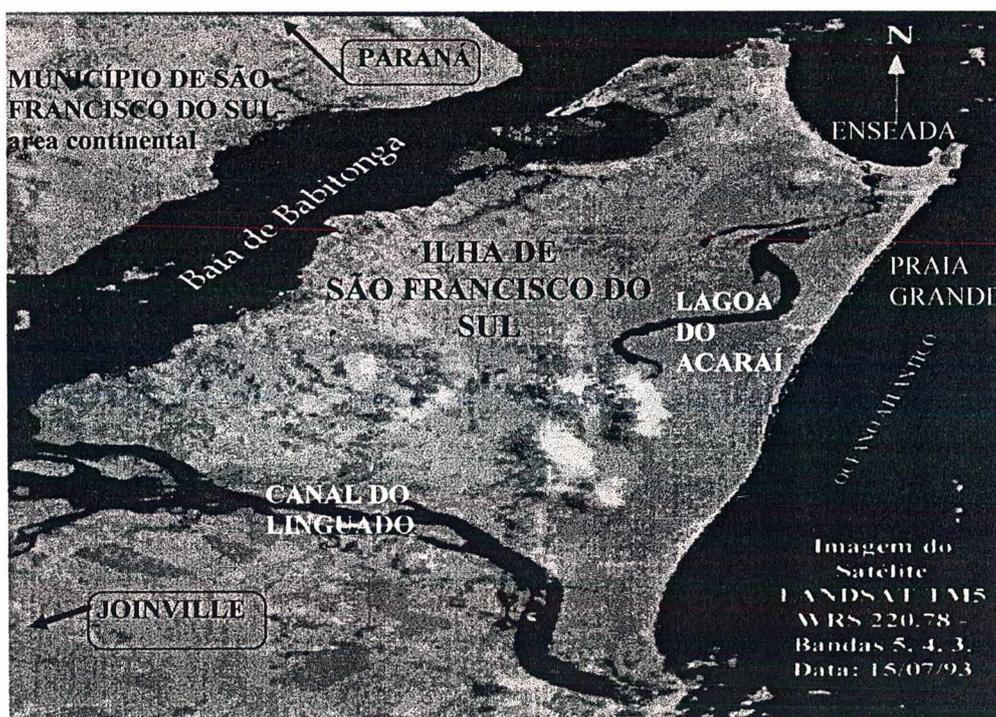


FIGURA 3: São Francisco do Sul com áreas de interesse para a pesquisa.

O município, que dista cerca de 228 km da capital do Estado, Florianópolis, e 44 km da cidade de Joinville, tem como limites territoriais:

- ao norte: o Estado do Paraná, município de Garuva;
- ao sul: na ilha, o Canal de Araquari; na área continental, o município Joinville;
- ao leste: o Oceano Atlântico;
- ao oeste: os municípios de Joinville (SC) e o de Campo Grande (PR).

Para efeito de planejamento estadual, integra a Microrregião do Nordeste do Estado que é composta de 5 municípios, cujo centro polarizador é Joinville e faz parte da AMUNESC - Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina, composta de 8 municípios.

Sua sede administrativa está situada na parte ocidental da ilha de São Francisco do Sul, determinada pelas latitude sul 26° 14' 17" e longitude oeste 48° 39' 34", com área total aproximada de 470 km².

O clima do município está classificado como Mesotérmico úmido, sem estação seca, com verões quentes, apresentando uma média anual de 20,1° C e uma precipitação total anual entre 1.800 a 1.900mm.

A estrutura geomorfológica predominante é a Planície Costeira, sendo que a cobertura geológica desta área é recente, datada do Cenozóico e constituída pôr depósitos sedimentares de tipo marinho, ou seja, sedimentos praias e cordões litorâneos. Os cordões litorâneos se caracterizam pôr lombadas baixas seguidas pôr depressões alagadiças, estando constituídos pôr areias quartzosas e, em menor proporção, siltes e argilas²⁵

A fisiografia (topografia) apresenta-se acidentada na parte meridional da ilha, nas proximidades da sede e junto à península do Saí. O interior da ilha e a faixa litorânea apresentam-se planos, porém com pequenas elevações isoladas, que não ultrapassam, na ilha, a altura de 200m e, no continente, 400m (Gabinete de Planejamento do Governo de Santa Catarina - GAPLAN, 1980).

Quanto ao solo, nas áreas de relevo plano, em grande parte da planície litorânea, possui baixa fertilidade, com teores extremamente baixos de nutrientes disponíveis para as plantas. Em outra extensão, devido aos elevados teores de matéria orgânica que ocorrem em relevo suave ondulado, o solo apresenta viabilidade no manejo da terra com restrições em determinadas extensões (Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento - SEPLAN, 1990).

²⁵ Comunicação pessoal do Laboratório de Geologia – Depto. Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.

A cobertura vegetal, resumidamente, está assim formada (GAPLAN, 1980):

- Vegetação Litorânea : predominantemente herbácea e arbustiva, abrangendo agrupamentos e associações vegetais diretamente influenciadas pelo oceano. Na faixa litorânea das praias Grande, Enseada e Ubatuba, encontramos uma vegetação de praia, de dunas, restingas e mangues, formando agrupamentos típicos de acordo com os diferentes habitats existentes. Na Baía de Babitonga, Canal do Linguado e na desembocadura de rios (Montão de trigo e do Lixo) é frequente a formação de manguezais, onde se destaca a presença de siriúba (Avicenia schauriana), de mangue vermelho (Rizophora mangle) e do capim praturá, estes principalmente junto à Lagoa do Acaraí, Capivarí e Canal do Linguado.

- Floresta Tropical da Planície Quaternária: praticamente 70% de toda área física do Município está constituída pela planície quaternária de constituição sedimentar e coberta pela mata característica da floresta tropical, predominando dois tipos de agrupamentos distintos:

- o primeiro, é o mais importante, pois além de ocupar a maior parte plana da ilha e da região do Cubatão, contém espécies de valor econômico, destacando-se a presença de Cupiúva (Tapirira guianensis), Canela - garuva (Nectandra rigida) e o Olandi (Calophyllum brasiliense).

- o segundo, situa-se nas depressões dos terrenos, onde há cursos de água e está caracterizado pela abundância do Pau-de-santa-rita (Richria australis), capororocão (Rapanea venosa), Canela-sebo (Persea racemosa), entre outras. Nas áreas onde encontramos uma vegetação uniforme, formando densas comunidades arbóreas, constatamos a ameaça de extinção das mesmas, devido ao corte indiscriminado praticado pôr madeireiros e reflorestadores.

- Floresta Tropical da Escosta da Serra do Mar: abrange somente áreas do continente (Saí) e pequenas áreas de elevações isoladas existentes na ilha, na proporção máxima de 25% da área total do município. Esta floresta está formada por densas comunidades arbóreas, entremeadas por árvores e arbustos definidos por tamanhos e espécies diferentes, apresentando uma

extraordinária densidade de epífitas, destacando-se as bromélias, orquídeas, samambaias etc., hoje todas ameaçadas de extinção devido à depredação provocada pelos reflorestadores, colecionadores e outros. No estrato maior, encontramos a laranjeira-do-mato (*Sloanea guianensis*), guamirim-ferro (*Calyptranthes lucida*), palmito (*Euterpe edulis*), jacatirão, leiteiro, guapuruvu, etc..

O Município está hidrograficamente caracterizado pela Bacia Marítima da Baía de Babitonga e seus braços norte (Canal três Barras) e sul (Canal do Rio São Francisco ou do Linguado).

Nesta Baía, deságuam os mais importantes rios do município. Na região do Cubatão os rios: Cubatão, Pirabeiraba, Cascalho (limite de Joinville com Garuva). Na região Continental do Saí, os rios: Jaguaruna (limite com o município de Garuva), Barbosa, do Frias, Ramos ou Alegre, Gibraltar, dos Tornos, Batuvi, Lami e Bicuí. Da ilha deságuam diretamente na Baía, os rios: Ubatuba, Montão de Trigo, da Pedreira, e do Lixo. No canal do rio São Francisco, deságuam os rios Pereque, Gamboa, Miranda, Cascatinha, Mariquinha e outros sem maior importância.

Da região insular, deságua no Oceano o rio Acaraí (navegável apenas com pequenas embarcações), que representa uma ligação das lagoas do Acaraí e Capivari com o mar, através da Praia da Enseada.

A falta de fraturamento ou o preenchimento das pequenas fraturas pôr pistacita dificultam o armazenamento e circulação da água subterrânea. A ausência de Mananciais de Superfície, em toda a Ilha, é um fato bem caracterizado pela pesquisa de mananciais levada pela ENGEVIX S.A. em 1979 (GAPLAN, 1980).

Acredita-se na potencialidade do manancial sub-superficial, inclusive em algumas áreas onde os “pacotes” de água no subsolo que poderiam atender perfeitamente a demanda esperada nos balneários, pelo menos em fase preliminar (GAPLAN, 1980), o que leva à necessidade de estudos hidrogeológicos objetivando uma avaliação mais aprofundada deste potencial.

4.2 COLONIZAÇÃO E EVOLUÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Os primeiros indícios de ocupação humana na ilha de São Francisco do Sul são os sítios arqueológicos pertencentes aos índios Tupi-Guarani. Os sítios tipo sambaqui²⁶, registrados em número de 47 para o município (Instituto Brasileiro Patrimônio Cultural, s.d.), chegam na casa dos 5.000 anos, sendo os mais recentes datados de 1.500 anos (Prous, 1992).

A região tornou-se rota dos viajantes europeus no romper do século XVI, quando o desejo de compartilhar do comércio que estava canalizando novas riquezas para Portugal, levou outras nações a estas longínquas terras.

Assim, no dia 5 de janeiro de 1504, quando apenas as localidades de Porto Seguro (BA) e São Vicente (SP) tinham sido fundadas, a expedição francesa do navegador Gonneville fundeu na Baía de Babbitonga.

Os relatos desta expedição indicam que a terra era fertilíssima, abundante em fauna e flora e povoada por índios que procuravam apenas passar a vida alegre, vivendo do produto espontâneo da terra e de alguns legumes e raízes que plantavam (Pereira, 1984). Estes indígenas eram hábeis caçadores e pescadores, apesar de seus processos primitivos de caça e pesca (S. Thiago, 1938).

Entretanto, a costa brasileira, de Cananéia para o sul, permaneceu, por alguns anos após o descobrimento do Brasil, quase completamente desconhecida, estando isto comprovado pela falta de referências bibliográficas.

Somente depois de muitos anos, Portugal começou a olhar com mais interesse para a costa sul, obedecendo as necessidades de defesa militar e de sustentação da colônia, iniciando o povoamento em São Francisco do Sul, Laguna e Desterro (atual Florianópolis).

Em 1658 é nomeado um corregedor responsável pela colonização de São Francisco, mas a localidade data de 1660, quando foi elevada à condição de Vila, com o extenso nome de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco Xavier do Sul. No ano de 1827, recebe a condição de município de São Francisco do Sul.

²⁶ Do tupi *tãba'ki*. Designação dada a antiquíssimos depósitos, situados ora da costa, ora em lagoas ou rios do litoral, e formados por montões de conchas, restos de cozinhas e esqueletos amontoados por tribos selvagens que habitaram o litoral americano em época pré-histórica (Sin.: casqueiro) (Dic. Aurélio)

Este movimento de colonização era mais verdadeiramente paulista que português, já que fazia parte do expansionismo bandeirante, ou dos vicentistas que, de acordo com Viana (1932), era um deslocamento do domínio rural com todos os seus elementos, um fragmento do latifúndio.

Dos anteriores ensaios de colonização ainda restava alguma coisa, entretanto, os primeiros fundamentos da povoação não se assentaram no local onde hoje está situada a cidade.

Só depois de se fixarem definitivamente, começou a prosperar a incipiente povoação com a indústria de cordoaria, o preparo de peixe seco, a construção naval de pequeno porte e a cultura de cana de açúcar, do algodão, e, sobretudo, da mandioca para o fabrico da farinha, cuja exportação era vultuosa, fazendo a base de todo o seu comércio (Gualberto, 1902).

Em certo aspecto, o poder administrativo procurava todos os meios de aumentar a produção da mandioca pois a considerava “o único estabelecimento dos moradores desta vila”, que conservava e mantinha o povo.

Entretanto, salienta Pereira (1984), altos encargos recaíam sobre os produtores, sendo constantemente caloteados e escorchados pelo governo, o que conspirava contra o desenvolvimento da terra.

Passando por desorganização administrativa e judiciária, inclusive tirania, encontravam-se os seus habitantes em situação precária. Apesar do local onde a fundaram prometer maior desenvolvimento de que tivera até então e as suas terras serem mais férteis do que as de outras vilas que iam se desenvolvendo promissora, esta não progredia.

O século XVIII, foi da ocupação do litoral catarinense por açorianos, uma colonização promovida pela colônia portuguesa, com influência marcante na formação histórico-política e cultural catarinense (Fundação Instituto Técnico, 1980). Trouxeram seus costumes, sua arquitetura peculiar, suas tecnologias, o linguajar além de um elenco de manifestações culturais.

A emigração européia, que se inicia a partir do século XIX, traz a estas terras alemães, italianos e outros que mesclaram seus traços étnicos e cultura aos que aqui já estavam instalados.

Faltavam boas estradas, o que dificultava demasiadamente a comunicação com

outras localidades. O uso de canoas era bastante comum e de grande valia para o transporte de mercadorias ou pessoas.

Estas representavam também a potencialidade da atividade de pesca na região, já que abundavam espécies nos pesqueiros da Baía de Babitonga e em mar costeiro. Os produtos coletados eram utilizados para consumo local e também para a comercialização em outros municípios.

A despeito dos vários e abusivos tributos, e da consequente vultuosa arrecadação, afirma S. Thiago (1947) que os habitantes desta tão pequena e pobre povoação não tiveram o menor socorro e nem qualquer providência.

A prosperidade agrícola foi se extinguindo, apesar da fertilidade da terra, sendo que as causas, referenciadas por Pereira (1984), são a extinção da escravatura aliada ao fato de que o braço livre não se prestava para esse labor, além das várias endemias que se manifestaram na zona rural.

Por isso as propriedades agrícolas involuíram, depreciado o comércio e os navios foram sendo vendidos, entrando em decadência o município (S. Thiago, 1941). Tal situação perdurou até 1910, quando foi construído um ramal ferroviário pertencente à estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, depois denominada Viação Férrea Paraná-Santa Catarina²⁷.

A inauguração do tráfego ferroviário trouxe um novo tipo de prosperidade local, pois a vida do município se deslocou das terras abandonadas para a profunda Baía de Babitonga, até então pouco aproveitada (SEPLAN, 1990).

O movimento marítimo foi a nova base econômica local, graças à exportação de toda espécie de produtos, muito especialmente a madeira, erva-mate, couros, cera animal, fumo em folhas, tornando-se assim um dos mais importantes impulsos para a organização social deste século.

No entanto, no Município ainda eram plantados alguns produtos agrícolas de importância para a subsistência e pequena comercialização, o que leva à referência de S. Thiago (1938) de que os misteres portuários, juntamente com a lavoura e a pesca eram as principais ocupações da população. Também existiam vacas leiteiras, porcos, galinhas, perus e cavalos empregados na tração de veículos, no serviço de engenhos de

²⁷ Para tanto, entre a área insular e a continental foi construída uma ponte móvel que, aberta, dava passagem aos pequenos navios e, quando fechada, dava trânsito às composições ferroviárias que demandavam da região serrana. Na década de 50 esta foi substituída por um aterro no Canal do Linguado, o que trouxe variadas consequências ao ecossistema natural e social

farinha e para montaria, tendo também se desenvolvido a apicultura (S. Thiago, 1941).

Ainda não haviam feiras, sendo que os gêneros de produção local chegavam ao mercado em canoas ou carroças, procedentes de várias zonas agrícolas. No Mercado Público, que contava com certa estrutura, havia uma área destinada à venda do pescado.

Ainda dados desta época nos informam que a indústria era incipiente, não representando fator econômico apreciável. A indústria extrativa caracterizava-se pelo aproveitamento de riquezas naturais - granito, areias, argila, madeiras²⁸, folhas de mangue etc.. O material dos sambaquis era amplamente utilizado para o revestimento do leito das ruas e das estradas, e para a fabricação de cal para as construções (S. Thiago, 1941).

Ainda nas décadas de 40 e 50, a indústria fabril estava representada por fábricas de conservas de palmitos e camarões, esta última com relativo apogeu, inclusive quanto à exportação deste produto. Havia também uma pequena indústria de fabricação de açúcar e aguardente de cana.

A evolução social se processou de conformidade com os costumes europeus, conservados resquícios de hábitos e práticas indígenas no preparo de alguns alimentos, secagem de peixe, processos de lavouras etc., e toponímia local: "Itacolomi", "Itapoca", "Paranaguá-mirim", etc. Do africano, assimilou-se um ou outro tipo de divertimento como o "Vilão", "O Boi", e outros.

²⁸ Em relação à riquezas naturais - fauna e flora - citaremos as observações de S Thiago (1938):

"O revestimento florístico do território do município ainda é bastante denso, apesar da despreocupação com que, em geral é tratado no Brasil o problema da preservação das nossas florestais (canela, peroba, figueira, cabriúna, oleo, pindauvuna, louro, uricurana, cedro, garúva, algum jacarandá, araribá, guanandis, gaporuvú, ubá...)...espécies de boa lenha : mangue bravo, tabucúna, araçá, canelinha [...] A fauna aquícola é riquíssima e variada. Abundam nos pesqueiros da Babitonga, localizados nos parciais: pescadas, dourados, badejos e garoupas que chegam a 200 kg, pescadinhas, bicudas, sargos, miraguaias, caraanhas, guriasmas (bagre amarelo), betara, curvinota, saguas, linguados, cações e arraias de quase dois metros de diâmetro. Em certas épocas do ano afluem às águas interiores da região as prejeirebas e pirabijús, prateados escrivães, jurunas, chareletes, paratis e sardinhas - estas últimas em cardumes tão grandes que excitam a voracidade das baleias, fazendo com que estes enormes cetáceos apareçam de tempos em tempos na Babitonga pondo em alvoroço a população ribeirinha. Botos e toninhas surgem a cada passo á flor da água, Fora da barra, nos meses de Maio e Junho, pescam-se as gordas tainhas de corso, que invadem em grandes cardumes, os costões do mar grosso, especialmente as praias de Enseada e João Dias, do lado da ilha e Itapema, do lado do continente, sendo pescadas com redes de arrasto. Na mesma época, mas prolongando-se a pesca ate setembro, aparecem no mar alto, uma ou duas milhas fora da costa a nas proximidades das "Graças", as corvinas, que são pescadas a linha e espinheis. Existem na região das corvinas, também as enchovas, mas os pescadores locais não se aplicam a sua dificultosa captura...duas espécies de camarão: camarão "ferro" de cor escura, que aparecem da janeiro a abril (na época do camarão novo", poucos procurados como alimento, mas utilizados como isca para as pescarias, especialmente de pedra; camarões ditos novos ou velhos, conforme são pescados na época próxima a desova (janeiro a abril) época em que só é permitido apanha-los para isca, ou quando tem atingido seu maior desenvolvimento, de abril em diante, constituindo a mais preciosa indústria desta localidade....ostras, mexilhões e ciris"

4.3 ASPECTOS ECONÔMICOS DE SÃO FRANCISCO DO SUL

A população é constituída de luso-brasileiros, em sua grande maioria, possuindo ainda algumas famílias de descendentes de alemães e de outras nacionalidades, consequência de migrações internas ocorridas já neste século, entrando a raça negra com um pequeno contingente na formação das populações rurais.

Em 1990, sua população era de 24.199 habitantes, apresentando um crescimento médio anual de 0,73% .

Analisando-se o comportamento demográfico, de acordo com a SEPLAN (1990), verifica-se que há uma tendência à urbanização que se deve, principalmente, a dois fatores: o desenvolvimento do parque industrial e a utilização de novas técnicas de produção no meio rural, bem como o desestímulo da política agrícola às lavouras de subsistência.

Muito do desenvolvimento do município deveu-se ao setor agropecuário, mas hoje há algumas barreiras e limitações a serem enfrentadas, como a inconsistência da política setorial, a atratividade exercida pelos centros urbanos e a dificuldade para ampliação da fronteira agrícola, já que muitas são as matas naturais e plantadas, manuseais etc.

Um significativo fluxo migratório para a cidade vem ocorrendo desde 1970 em razão da política econômica praticada pelos governos da época e pela vocação turística do município. Desta forma, há uma grande demanda de novos empregos a ser suprida, caso contrário esta mão-de-obra deslocar-se-á para outros centros urbanos à procura de novas oportunidades de trabalho.

O Município apresenta rendimentos agrícolas médios inferiores, com exceção das culturas de feijão, alho e arroz, cujos rendimentos ficam acima da Microrregião. Apresenta condições favoráveis para algumas culturas que, se bem exploradas, podem contribuir para mudar o perfil econômico do setor, melhorando o rendimento médio das lavouras e a renda do agricultor. Em relação à pecuária, tem importância econômica o rebanho bovino, a produção de leite e o rebanho suíno.

Destaca-se a exploração de granito e da areia, ambos para suprir as necessidades das indústrias de construção civil local e microrregional.

No setor pesqueiro, em anos passados, São Francisco do Sul ficou conhecido nacionalmente devido a sua expressiva produção pesqueira, chegando a ocupar o 6º lugar no Estado (Cardoso, 1980).

Atualmente o destaque deste setor limita-se à Microrregião do Nordeste de Santa Catarina, como produtor de moluscos e, com destaque menor, peixes e crustáceos, os quais são consumidos pela população local ou comercializados em outras cidades.

No município, verifica-se certa diversidade no sistema de captura do pescado de uma localidade para outra. Na comunidade de Enseada, predomina a diversificação da captura, sendo mais explorada a tainha (Mugil sp.), o cação (Mustelus sp.; Carcarinus sp.) e a corvina (Micropogonias sp.). Na comunidade de Paulas, verifica-se principalmente a captura de camarão "sete-barbas" (Xiphopenaeus kroyeri). Nas comunidades do Estaleiro e Vila da Glória, predomina o caceio do camarão legítimo (Penaeus schmitti).

O interesse econômico na exploração do potencial natural existente, está demonstrado pelas famílias de agricultores, distribuídas em 23 comunidades e pelas grandes empresas reflorestadoras que gradualmente ampliam suas propriedades do município com fins unicamente comerciais (GAPLAN, 1980). O mesmo órgão afirma ser a derrubada irracional da imensa floresta, seguida de imediato pela queimada, um processo que se consagrou na prática até nossos dias.

Como consequência, a situação da atividade extrativista do município é decadente, pois se esgotam os recursos animais e vegetais, tais como a madeira de lei que, antigamente, existia em grande quantidade.

Mesmo assim o beneficiamento de madeira ainda é bastante representativo de acordo com a SEPLAN (1990). Mas isto está de acordo com a atividade de reflorestamento com espécies exóticas praticada no município pois, de acordo com GAPLAN (1980), áreas de mata nativa - cerca de 13.000 ha, isto é, 1/3 das terras do Município - estão sendo paulativamente substituídas por matas uniformes com fins de industrialização.

A falta de planejamento e fiscalização adequadas para projetos de reflorestamento leva à implantação junto a locais não adequados para esta atividade, como córregos, rios e lagoas.

O setor secundário ainda é pouco desenvolvido, sendo que a estrutura tem se mantido estável nos últimos anos. Estima-se que o Parque Industrial do Município compõe-se de 50 estabelecimentos, tendo por base o gênero madeira, o qual representa aproximadamente 30% do total de indústrias. Os produtos alimentícios também tem importância econômica no setor e os gêneros de artigos do vestuário e tecidos vem ganhando espaço, principalmente em função do desenvolvimento do turismo.

O setor terciário está basicamente assentado nos gêneros de bares e restaurantes, com tendência para novas instalações como hotéis, supermercados e outros serviços de sustentação às principais necessidades da comunidade, tendo sido o incremento populacional e turístico um forte impulsionador neste sentido.

Os serviços de telefonia são prestados pela TELESC, empresa do grupo TELEBRÁS, que prevê planos de expansão já que ainda não atende a todo o município. A energia elétrica está sob a responsabilidade da CELESC, sendo boas as condições do alimentador que abastece as praias de Ubatuba e Enseada. A SAMAE abastece de água apenas parte do município, não existindo sistema de captação e tratamento de esgoto. A coleta de resíduos sólidos é realizada em dias alternados, podendo ser acrescida durante o veraneio ou nos feriados.

A sede dos Terminais do Sul da Petrobrás (DT-Sul) está inserida no Município, além de um atracadouro para desembarque e manutenção das embarcações e um oleoduto receptor do produto que é escoado subterraneamente para o continente.

É ainda um dos quatro portos mais importantes do litoral do Estado, ligado predominantemente à exportação de grãos - milho, soja - fumo, cargas em geral, procedentes inclusive do centro industrial de Joinville, e importação de carvão.

Devido aos seus atrativos naturais e históricos, o município apresenta um grande potencial turístico, todavia pouco estruturado e explorado, a despeito do contingente populacional que lá se apresenta durante os veraneios.

O sistema viário é formado por 105 km de rodovias municipais e 40 km estaduais, contando com transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual. O transporte ferroviário está sob a responsabilidade da Rede Ferroviária Federal S.A., somente para carga, e o marítimo é feito tanto para carga quanto para passageiros. Há um aeroporto de estrutura bastante simples que comporta aviões de pequeno porte.

A comunidade dispõe de serviços de uma emissora de rádio local e da penetração

de emissoras de rádios e TV de outras cidades. No município são editados dois jornais, sendo que um deles procura disseminar informações dos Balneários, além de contar com jornais e demais publicações procedentes de outras cidades.

O Balneário Enseada conta com serviços de correio, telefonia, posto de saúde, posto policial, agência bancária e escola pública de primeiro e segundo graus.

4.4 DA SEDE AOS VILAREJOS

Partindo-se da sede do município, pela SC 301, em poucos quilômetros pode-se alcançar algumas das mais conhecidas localidades da região, como Iperoba, Capri, Ubatuba e Enseada. A paisagem natural desta área encontra-se alterada pelo uso que dela se fez, com o corte de mata nativa e aterros para construções, principalmente após a pavimentação da rodovia, o que não impediu a apreciação de rica e exuberante vegetação.

Situada junto à rodovia, a partir de onde ainda pode-se avistar as águas da Babitonga, encontra-se a pequena localidade de Iperoba. O dimensionamento dos lotes de terra, que se estendem até as áreas de manuseais formados na margem da região estuarial, possibilita que o morador se aproxime com facilidade às águas de onde vários retiram o produto de pesca. Esta realiza-se principalmente na própria Babitonga, devido à proximidade e piscosidade desta área, mas também pode-se realizar em alto mar, dependendo do tipo de recurso que quer se obter. As embarcações utilizadas são de pequeno e médio porte e os utensílios de pesca simples, conferindo à atividade a característica de artesanal.

A significativa produção com variabilidade de espécies coletadas de peixes, crustáceos, moluscos, que pode ser comercializada “in natura” ou beneficiada de maneira simplificada (limpeza, salga, congelamento), confere à atividade pesqueira grande importância para a região. É um dos locais de grande procura para compra do pescado tanto por transeuntes turistas quanto por moradores dos outros vilarejos, que atuam na atividade de revenda destes produtos.

O Balneário Ubatuba, compreende as praias de Ubatuba e Itaguaçu, separadas entre si por um pequeno costão rochoso. Estão situadas em uma baía fechada de cerca de 8 km onde também localiza-se, em sua curvatura oposta, o Balneário Enseada. A

grande proximidade confere às localidades um grande relacionamento, seja entre os moradores, seja nas atividades de trabalho.

Por possuir as praias oceânicas mais próximas à sede municipal, foi um dos primeiros a desenvolver o turismo, tendo sido nestes tempos favorecido também em relação a sua atividade comercial. Entretanto, hoje está mais fortemente caracterizada como área residencial, de veraneio e moradia, algumas destas resguardando a arquitetura colonial. Também a relevância da pesca foi bastante modificada nos últimos anos, mas ainda há alguns moradores que nela atuam, inclusive nos grupos de arrasto de praia durante a época da safra de tainha.

Continuando na rodovia, a cerca de 20 km do centro do Município, após passar por uma pequena ponte sobre o canal de deságue da Lagoa do Acaraí, chega-se ao Balneário Enseada, área de estudo desta pesquisa, que compreende quatro praias: Enseada, da Ponta (ou do Molhe), Prainha (ou da Saudade), Praia Grande (foto 1).

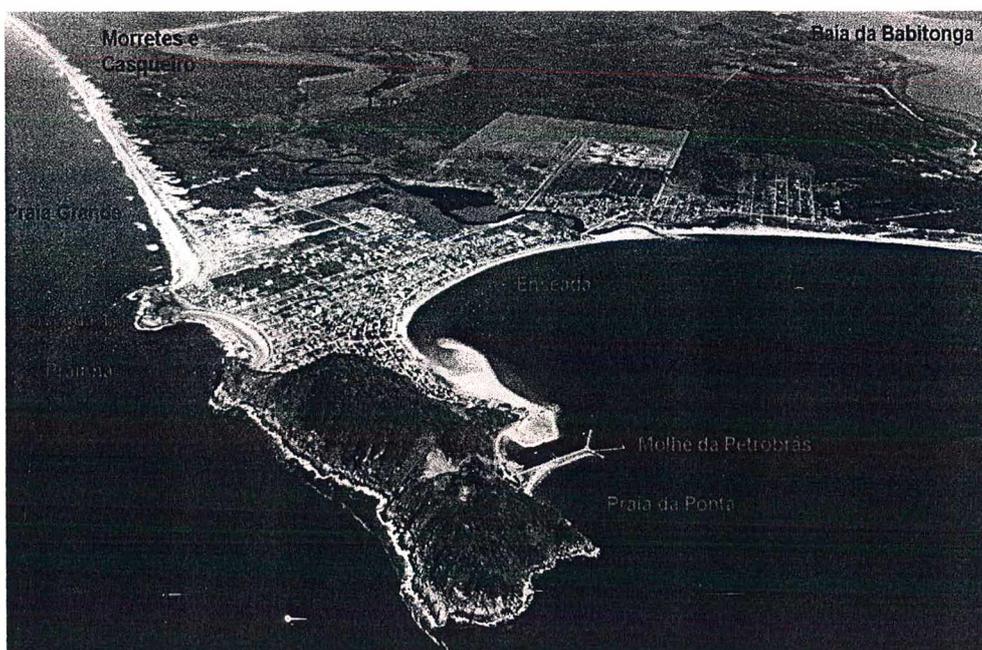


FOTO 1: Localização das praias e outros pontos de interesse do Balneário Enseada.

AUTOR: Foto Imagem. Joinville (SC)

Geologicamente localizado na Planície Litorânea da Costa Atlântica, desenvolve-se na direção Norte - Sul, apresentando como limites naturais, ao norte e leste, o Oceano Atlântico, a oeste, a Lagoa e o Rio Acaraí, ao sul a Barra do Rio São Francisco.

Este Balneário é o mais visitado durante o verão, devido às facilidades de acesso, serviços prestados e, principalmente, pela beleza e diversidade de suas praias.

A desembocadura do Rio Acaraí, em realidade um sistema lagunar, forma uma região de restinga meandrante, bastante apreciada para passeios e banhos e também para as aves e espécies aquícolas que neste local buscam repouso e alimento.

A avenida principal, situada junto à orla marítima, está totalmente pavimentada e ocupada, em seu lado direito, por residências, comércio variado, inclusive hotéis, contando também com uma calçada que margeia sua parte inicial. Algumas construções, comerciais e residenciais, impedem a apreciação da praia de Enseada.

A faixa de areia desta praia é, em várias porções, relativamente extensa, com declive pouco acentuado e águas bastante calmas, apenas perturbadas em ocasiões de tempestades, conferindo assim boas possibilidades para a movimento de embarcações pesqueiras, inclusive para a própria pesca e desembarque de pescado, e ainda para recreações diversas, como esportes aquáticos e de areia.

Na região mais central deste balneário, ainda do lado da praia, localiza-se a “Casa do Pescador”, um entreposto de pesca com salas para armazenagem de equipamentos de pesca e para comercialização do pescado, já que é nas proximidades deste local que ocorre a maioria de desembarque do produto da pesca (foto 2).



FOTO 2: Entreposto de pesca Casa do Pescador. Praia de Enseada.

No final desta baía, há um aterro feito pela municipalidade que tem sido utilizado como estacionamento de veículos, apesar de ter sido projetado com outros objetivos. Poucos metros adiante há um terminal de propriedade da PETROBRÁS e um canal, formado artificialmente, com finalidade de embarque e desembarque de equipamentos e dos trabalhadores desta. Entretanto, devido à inexistência de uma plataforma pública para o acesso das embarcações e outros impecilhos como o assoreamento, não teve a magnitude de uso objetivado anteriormente.

Ao lado desta instalação da empresa citada, há uma via estreita por onde pode-se alcançar uma pequena praia - da Ponta - formada após a construção de um terminal da PETROBRÁS e delimitada por este e por um extenso costão rochoso. Esta localização confere à praia a característica de tranquilidade para um banho de sol e mar e para mergulho e pesca, inclusive a tradicional pescaria de arrasto de praia de tainha.

A Prainha, também chamada de Praia da Saudade, tem águas bravias com correntes de repuxo em vários locais e declive mais acentuado, sendo ideal para a prática de surfê. Nos últimos anos, tem aumentado o fluxo turístico devido à sua beleza cênica e à característica de moda que tem lhe sido conferida. Possui pequena extensão, estando limitada por dois costões rochosos, um que a separa da praia da Ponta e outro onde se sobrepõe um sítio arqueológico tipo sambaqui, também com oficinas líticas.

Seguindo o sentido sul, a próxima é a Praia Grande, com aproximadamente 27 km de extensão de águas bravias, é ideal para a pesca de arremesso e tranquilos passeios. Caracterizada por uma extensa restinga, separada do mar por uma estrada de terra que termina na Praia do Ervino, a última situada nos limites insulares. Há construções praticamente somente em seu quilômetro inicial, onde existe um grande loteamento. A Praia Grande resguarda, junto com sua paisagem natural relativamente conservada, um histórico do início da colonização desta região.

Estas três praias, devido ao seu posicionamento e os arruamentos que iniciam nestas praias e findam quando atingem a Lagoa do Acaraí, formam um núcleo único, o qual encontra-se bastante urbanizado. Vários dos informantes pescadores residem neste núcleo, sendo que alguns estão bastante próximos entre si.

A arquitetura (estilo / materiais / padrão) das construções comerciais e residenciais é bastante variada. As regiões mais valorizadas são as próximas às praias e áreas mais altas.

5 METODOLOGIA

5.1 ANÁLISE DE DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS

Foi realizada uma consulta bibliográfica em entidades públicas e particulares do Município e do Estado a fim de obter dados sócio-econômico-ecológicos e referentes às etapas colonizatórias e do desenvolvimento municipal. As instituições consultadas estão abaixo referenciadas, reunidas de acordo com o município de localização (tab.1):

TABELA 1: INSTITUIÇÕES CONSULTADAS PARA O LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS E ORAIS.

Município	Instituição consultada
São Francisco do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura Municipal <ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Pesca e Agricultura *, • Secretaria de Turismo, • Secretaria de Planejamento* • Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (EPAGRI)*, • Bibliotecas do Museu Histórico e Museu do Mar • Associação de Moradores do Balneário Enseada (AMABE), • Associação Movimento Ecológico Carijós (AMECA)*, • Conselho de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente (CONDAPEMA), • Colônia de Pesca (Z 2)* , Associação Comercial do Município, • Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA)*
Joinville	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca Municipal, Arquivo Histórico, Jornal “A Notícia”, • Ministério da Agricultura, IBAMA.
Florianópolis	<ul style="list-style-type: none"> • Fundação de Amparo e Tecnologia de Meio Ambiente (FATMA) e IBAMA*,, • Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), • Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA), • Arquivo Público, Biblioteca Universitária (UFSC) , Federação de Pescadores do Estado.
Itajaí	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira das Regiões Sudeste e Sul (CEPSUL-IBAMA).

NOTA: Nas instituições indicadas com asterisco (*), dada a importância das informações que a citada poderia fornecer, foi realizada entrevista com o responsável encontrado no momento da visita. Estas instituições foram questionadas em relação à sua atuação e os projetos pretendidos. A ONG AMECA foi também questionada em relação à sua atuação, procurando-se verificar os conflitos ambientais reclamados. Esta etapa será melhor esclarecida no item 5.2, referente às Entrevistas.

Além das publicações científicas e relatórios, fez-se um levantamento histórico fotográfico e de exemplares de jornais publicados no Município (A Razão - décadas 10, 20 e 30; Vanguarda - década 30; O Município - década 50) e exemplares de publicação recente - décadas 70, 80, 90 do Município (Nossa Ilha, Atualidade) e do Estado (Diário Catarinense, A Notícia).

Com a finalidade de resgatar a organização da pesca no início do século, foram analisados exemplares da revista “A Voz do Mar” publicada pelo Órgão Oficial da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil (Marinha do Brasil)

Foram analisadas as anotações resultantes de reunião realizada pela EPAGRI na Enseada, que objetivou o levantamento de problemáticas e sugestões feitas pelos moradores locais, e também os dados brutos coletados pelo CEPSUL.

O Plano Diretor Municipal (Lei Municipal 763/81) e materiais cartográficos fornecidos por sua Secretaria de Planejamento também foram avaliados, estando abaixo referenciados, assim como os objetivos:

- mapa temático de 1979, 1:25.000, onde observou-se áreas de mangue, morros e sambaquis (área de preservação);
- reavaliação do Plano Físico Territorial de 1979, 1:5.000, onde observou-se o uso do solo;
- planta planimétrica Loteamento Zarling de 1993, 1:20.000, onde observou-se o uso do solo e
- mapa do Loteamento Zarling de 1995 (sem escala), onde observou-se a drenagem da rede pluvial e as áreas de preservação.

Foram analisados ainda os levantamentos aerofotogramétricos realizados nos anos 1938, 1957 e 1978, para a área específica de estudo. Foram realizados trabalhos de campo e análise de fotografias aéreas panorâmicas (década de 90) utilizadas para fins turísticos da região, mas que continham elementos mínimos necessários para o desenvolvimento da presente análise.

Esta coleta e análise crítica de materiais distintos quanto à forma, procedência e temporalidade, proporcionou um atenuante à deficiência de informações atuais e históricas.

A avaliação do Plano Diretor forneceu subsídios legais que foram postos à prova durante o trabalho de campo e durante a verificação de denúncias jornalísticas. Desta forma pôde-se discutir a atuação da municipalidade (ver item 7.2).

A análise do material cartográfico e aerofotográfico (complementada com fotos tiradas durante o trabalho de campo - item 5.2.6) proporcionou o reconhecimento espacial dos ecossistemas naturais e antrópicos e a verificação da dinâmica do uso do solo de 1938 até os dias de hoje.

Além do fornecimento de subsídios úteis para complementar e realizar comparações com informações adquiridas através dos outros procedimentos metodológicos, esta etapa também teve como meta o reconhecimento preliminar das características da região, orientando assim a continuidade desta pesquisa.

5.2 APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS QUALITATIVAS.

5.2.1 SONDAGEM DE CAMPO

De acordo com um conhecimento inicial, obtido através das metodologias acima referidas, e empírico, sobre os objetos e sujeitos de estudo, obtido pela pesquisadora durante alguns anos de vivência na região, foi elaborado um roteiro onde constavam questionamentos sobre diversos aspectos da vida cotidiana dos informantes:

- local de origem e/ou tempo de vivência na localidade,
- sobre seu trabalho e atividades realizadas pelos outros membros da família,
- nível social e educacional,
- condições habitacionais,
- condições sanitárias e de demais serviços públicos oferecidos,
- manifestações culturais, crenças,
- entendimento e atitudes em relação ao meio ambiente,
- problemas e anseios.

Estes depoimentos, na maior parte das vezes, eram gravados ou, ao menos, anotados, sendo que nesta entrevista - que pode ser considerada como preliminar - os tópicos acima descritos foram abordados sem que houvesse uma ordenação fixa, mas de acordo com o transcorrer da conversação.

Este procedimento motivou um prévio reconhecimento da vivência do ator social e, deste modo, forneceu bases para questionamentos posteriores, além de permitir maior intimidade entre entrevistador e entrevistado.

5.2.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE, ENTREVISTA, HISTÓRIA DE VIDA

Para fins deste trabalho, concebeu-se Observação Participante como um processo metodológico que busca “um compartilhar consciente e sistemático, conforme as circunstâncias permitirem, nas atividades e, eventualmente, nos interesses e afetos do grupo de pessoas” (Kluckhohn, 1949). Ou seja, é uma prática em que o pesquisador visa “assumir o papel do sujeito estudado” de forma “a compartilhar os aspectos subjetivos das ações”(Mead, *apud* Haguete, 1992), para, num segundo momento, depois da “descoberta” fazer um “desligamento emocional” (Matta, 1978), retornando “ao seu papel científico” (Bruyn, 1966). Concebe-se também que este processo não é apenas uma forma de coletar dados, mas também um “instrumento de mudança social” (Schwartz e Schwartz, 1969).

As observações captadas foram repassadas para um Diário de Campo de forma a permitir que estas percepções da pesquisadora pudessem ser lembradas quando de sua necessidade. Neste encontrava-se não apenas algumas considerações (não gravadas) feitas pelos atores e fatos ocorridos, como também outras impressões como informações não verbalizadas (expressões, gestos etc.).

Procurou-se a intermediação entre a observação e a participação, entretanto, durante a permanência da pesquisadora no grupo de arrasto de praia, a participação foi naturalmente fortalecida em detrimento de outros momentos do trabalho de campo. As próprias características da atividade pesqueira, marcadamente masculina, contribuíram para que a observação fosse valorizada em relação à participação.

O mesmo ocorreu durante os depoimentos dos atores, entretanto, por vezes estes requeriam da pesquisadora opiniões acerca de algum tema, normalmente polêmico como

os referentes às questões legislação, união (associatividade) dos pescadores, impactos ao meio ambiente, atuação da municipalidade etc. Neste momento fez-se necessário fazer alguns comentários à respeito dos temas abordados²⁹.

Para a Entrevista, não houve necessidade de uma forte estruturação por meio de um roteiro de questões³⁰, já que ela se baseou na busca de uma maior autonomia ao depoente para o fornecimento de informações, conferindo à prática a característica de não-diretividade, de acordo com a proposta de Michelat & Simon (apud Thiollent, 1980).

Ao informante foi proporcionada uma maior liberdade para o seu depoimento, entretanto animado pela entrevistadora que para isto se utilizou das informações que o mesmo forneceu anteriormente. Estas funcionaram como “ganchos” que dinamizaram constantemente o processo e possibilitaram a concretização de uma grande preocupação que consistia em que o depoimento fosse fornecido em concordância com o tipo de informação que melhor o depoente pudesse oferecer, ou seja, que a partir do depoimento se obtivesse uma boa concepção de sua vivência e suas idéias.

Com certo simplismo, pode-se dizer que a Entrevista era adaptada para cada depoente, sendo esta adaptação sempre realizada de acordo com informações fornecidas pelos próprios.

Em algumas ocasiões, a Entrevista foi realizada durante o mesmo encontro quando efetuou-se a sondagem de campo (item 5.2.1), sequencialmente a esta. Outros informantes foram procurados nos dias que se sucederam à sondagem.

Normalmente as Entrevistas ocorreram na própria residência do informante, quando dos momentos de seu descanso. No entanto, aproveitando-se das oportunidades, outras foram realizadas na praia ou no entreposto de pesca Casa do Pescador, um local bastante visitado pela pesquisadora por possibilitar os encontros com os atores sociais.

Cada Entrevista durava, em média, uma hora, tempo que era praticamente estipulado pelo próprio depoente.

²⁹ Salem (1978) fala desta “inversão de papéis”, considerando que tal ocorrência se deve a uma busca, por parte do informante, de pontos de afinidade entre ele e o entrevistador.

³⁰ Mesmo que, já no primeiro momento do trabalho de campo, houvesse uma preferência por um processo metodológico qualitativo, durante a sondagem de campo foi experimentado um modelo de roteiro de questões (mais estruturado do que o elaborado para a própria sondagem). Entretanto, quando de seu uso, verificou-se que esta opção limitava bastante o envolvimento com o (e do) depoente além de não fornecer as informações na dimensão que se prezava, tendo sido por isto, abandonado.

Parte dos informantes, principalmente aqueles que poderiam oferecer relevantes informações e os que contribuíram com a História de Vida, foram visitados mais de uma vez, de forma a verificar a dinâmica de sua vida, procurando notar alguma mudança das informações, das idéias, no dia-a-dia.

Nem todas as Entrevistas foram gravadas, pois também ocorreram conversas informais, originadas em encontros não definidos com antecedência e também situações de convívio direto com a população, como durante festas, almoços, atividades de trabalho etc.

De maneira geral, os depoimentos forneceram as informações requeridas, ou seja, evoluíram de forma a resultar uma caracterização (ecológica e social) do lugar, com a abordagem da percepção dos depoentes referente à infra-estrutura do Balneário, aspectos do meio natural, atividades de trabalho, convívio social, problemas vivenciados e os maiores anseios atuais, ou seja, dos parâmetros de qualidade de vida e ambiental (ver item 6.2 Análise Participativa).

Considerando que a atividade pesqueira foi um aspecto importante na vida de vários depoentes, demonstrando na atualidade e no passado, importante uso dos recursos naturais, naturalmente maior ênfase foi dada em relação à atividade pesqueira. Assim, coletou-se, de maneira mais aprofundada, depoimentos sobre a importância da pesca para a economia familiar e local, as técnicas utilizadas, as espécies coletadas, as problemáticas e os conflitos entre os pescadores e outras atividades econômicas realizadas na área e as transformações da atividade buscando seus motivos.

Ainda dentro da temática pesqueira, fez-se um estudo de caso referente à pesca de tainha por arrasto de praia, que será referenciado no item 5.2.3 (Participação na pesca da tainha por arrasto de praia).

Os funcionários dos órgãos assinalados na tabela 1, também foram entrevistados de forma a possibilitar uma maior desenvoltura dos depoimentos. No transcorrer dos depoimentos, foram animados através de “sugestões de temas” que representavam sua vivência, sua atividade atual e/ou anterior.

De alguns, os mais velhos nativos ou residentes há muitos anos, foi coletada a História de Vida, para a verificação da percepção sobre as transformações ocorridas na localidade, o que fomentou um levantamento histórico referente a este século, com o resgate das metodologias de trabalho, vivência social e qualidade do meio natural.

Estas informações originaram a primeira parte das resultantes desta pesquisa (item 6.1 Resgate de Memória) onde caracterizam-se alguns dos povoados mais antigos do Balneário, sua proeminência e seu declínio, demonstrando a dinâmica social e ecológica desde o começo do século.

5.2.3 ESCOLHA DOS INFORMANTES

O primeiro entrevistado foi escolhido por ser um antigo conhecido da pesquisadora, além de ser nativo da localidade Enseada e ter muitos anos de atuação como pescador na região. Este pescador, já aposentado, funcionou como um importante aliado durante toda a etapa de entrevistas, sendo uma “ponte” entre a pesquisadora e os sujeitos do estudo.

Outros entrevistados, em princípio, foram escolhidos de acordo com a premissa de serem pescadores na atualidade ou terem atuado de forma significativa nesta atividade no passado. Os depoentes contribuíram significativamente nesta etapa, já que sugeriram nomes de outros possíveis bons informantes, inclusive esclarecendo em que sentido estes poderiam ser úteis no delineamento da pesquisa.

As sugestões foram anotadas e verificou-se que estas relacionavam-se entre si de modo que formassem um rol quase fechado, mesmo sendo estes nomes pertencentes a pessoas de idade e atividades - emprego de métodos de pesca, atividade exercida - bastante variadas.

Além da obtenção de depoimentos de parte representativa (mais de 85%) deste rol, outro índice que fomentou o término das entrevistas foi a observação de que estas já não somavam mais tantas informações relevantes, em relação ao esforço realizado de pesquisa.

Conforme citado anteriormente, também foram entrevistados não-pescadores, pelas informações valiosas que poderiam fornecer, seja devido ao cargo ocupado ou pelo fator de relacionamento com o tema da pesquisa.

Desta forma, adquiriu-se depoimentos do Secretário de Pesca e Agricultura do Município, do Secretário do Planejamento do Município, de funcionários da EPAGRI, do atual e de um anterior Presidente da Colônia de pesca Z2, dos representantes do IBAMA de São Francisco do Sul e do Estado, e da presidente da ONG AMECA.

Durante os anos de 1996, 1997 e 1998, os depoimentos totalizaram o número de 50 pessoas, destes, 30 pescadores de arrasto de praia, 11 outros pescadores, e 9 pertencentes a organizações. O tempo de permanência no local para a realização destas entrevistas não foi calculado, mas estima-se em pelo menos 60 dias.

5.2.4 PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE DE PESCA DA TAINHA POR ARRASTO DE PRAIA.

Conjuntamente à etapa de sondagem de campo, a localidade preparava-se para a temporada de pesca da tainha. Tornou-se inevitável, e também bastante pertinente, o enfoque do envolvimento da população nesta atividade, tendo-se também participado das atividades do grupo de arrasto de praia, onde foi possível a operacionalização das metodologias Entrevista, História de Vida e principalmente a “Participação Observante”³¹.

Este momento foi de grande relevância para a pesquisa pois foi possibilitado um maior envolvimento com a vivência dos personagens do estudo, trazendo novos *insights* para a continuidade da pesquisa.

Foram acompanhadas, *in loco*, as temporadas da pesca de 1996 e de 1997, perfazendo um total de 30 dias.

Durante este tempo, priorizou-se a coleta de informações acerca das características mais específicas dos integrantes deste grupo. Para tanto, elaborou-se um pequeno questionário onde constavam as seguintes questões:

- idade,
- cargo exercido dentro do grupo,
- atividades exercidas após o término da pesca da tainha,
- descendentes e se exercem a atividade de pesca,
- local de origem e
- renda individual.

³¹ Ver discussão de Durhan (1988), estando descritos alguns de seus comentários no item 3.7. Esta concepção está de acordo com a sugestão de Cicourel (1990) de uma participação mais intensa na primeira parte da pesquisa afim de traçar os pormenores necessários.

Tendo sido levantadas as informações individuais básicas, outra meta foi a coleta de informações específicas do grupo e de sua atuação, inclusive referente à metodologia de pesca, características dos equipamentos, assim como as opiniões referentes aos aspectos mais problemáticos vivenciados essencialmente por este grupo.

Foi acompanhada a rotina de trabalho com a divisão de tarefas e a partilha do produto pescado, observou-se o relacionamento com outras artes de pesca, participou-se do arrasto de praia e coletou-se imagens fotográficas dos equipamentos, instalações e etapas da pesca.

Quando possível, foram realizadas a Entrevista e a História de Vida de maneira a abranger outras questões além das específicas acima citadas (de acordo com o item 5.2.2).

5.2.5 PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES

Durante o período de trabalho de campo, participou-se de algumas reuniões que abordavam os assuntos definidos nesta pesquisa. Foram estas:

1) o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) projetou uma série de reuniões (no total, 3) as quais se referiam à problemática do setor primário. Os objetivos eram, além do levantamento da problemática, a busca de soluções para cada aspecto verificado. Estavam presentes além de funcionários da SEBRAE, também a EPAGRI, Ministério da Agricultura e outros interessados residentes no Município.

2) na realizada pelo CONDAPEMA e EPAGRI, foi abordado o tema linhas de crédito para o setor primário. Estavam também presentes a Colônia de Pesca Z2, ONG AMECA, e demais integrantes da comunidade.

Durante estas, manteve-se a metodologia de Observação Participante, sendo que a participação esteve fortalecida já que a pesquisadora envolveu-se diretamente na construção dos resultados desta. Além da elaboração de Diários de Campo com os relatos pertinentes, foi reproduzido o material escrito resultante destas reuniões.

5.2.6 LEVANTAMENTO E ANÁLISE FOTOGRÁFICA

Durante o transcorrer do trabalho de campo, realizou-se um levantamento

fotográfico de diversos aspectos da paisagem natural e antrópica, inclusive do que se percebeu como conflitos de uso do meio ambiente e outras problemáticas.

Também foram fotografados os equipamentos de pesca, a atuação dos pescadores e outros fatos do dia-a-dia.

Esta metodologia proporcionou uma caracterização e ilustração de paisagens e acontecimentos, revelando-se também um instrumento para análise.

5.3 INTERPRETAÇÃO DE DADOS E APRESENTAÇÃO DAS RESULTANTES DA PESQUISA

As entrevistas gravadas foram transcritas integralmente, sendo posteriormente resumidas em suas citações mais pertinentes ao estudo. Estes “resumos”, juntamente com as informações contidas nos diários de campo, foram contextualizados no tempo e de acordo com o assunto a que se referiram.

Os resultados referem-se a uma leitura destes materiais, tendo sido inseridas também referências sobre o tema obtidas pelo CEPSUL, EPAGRI e SEBRAE, que foram apresentados de acordo com sua temporalidade e temática tratada.

Assim, há um sub-item que aborda a historicidade do lugar e vivência (6.1 Resgate de Memória) e outro que caracteriza o meio natural e social no momento presente (6.2 Análise Participativa), principalmente no que diz respeito a atividade pesqueira, tendo como estudo de caso a pesca da tainha por arrasto de praia.

Ao verificar a expressividade de uma verbalização individual, esta foi citada integralmente, para o melhor delineamento e ilustração da questão a que se refere. A reprodução literal na redação, da linguagem do informante, seguiu a tradição dos trabalhos que utilizam o método antropológico.

O item seguinte (7) refere-se à discussão de aspectos que não foram abordados pelos atores e também referente àqueles que denotaram maior relevância durante os apontamentos demonstrados no item das Resultantes. Esta discussão está permeada pela percepção da pesquisadora quando de suas análises bibliográfica, cartográfica, fotográfica, do Plano Diretor Municipal, da vivência pessoal no trabalho de campo e da participação de reuniões.

6 RESULTADOS

6.1 UM TEMPO ANTERIOR - RESGATE DE MEMÓRIA

A descrição histórica do Município, citada em literatura, refere-se praticamente apenas à sua porção urbana e proximidades, sendo desconhecidos relatos expressivos sobre os demais vilarejos existentes na região.

Mesmo considerando que as características e transformações ambientais, referenciadas em literatura, ocorreram no Município como um todo, percebeu-se que os seus vilarejos, principalmente os mais afastados, devido a peculiaridades próprias, tiveram uma evolução histórica diferenciada. Assim sendo, a dinâmica econômica e cultural, conforme descrita no item 4 - Caracterização de área - teve sua maior influência na sede do município e áreas bastante próximas a ela.

Não apenas o distanciamento geográfico, mas também a existência de distintas paisagens (sistemas ecológicos) e talvez até diferenças culturais³², tiveram grande importância para a ocorrência desta diferenciação.

Portanto, para que possa ser compreendida a realidade da região que hoje compreende o Balneário Enseada, verificou-se a necessidade do reconhecimento de seus aspectos sócio-naturais, dentro de uma contextualização evolutiva.

6.1.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO : DAS COMUNIDADES MORRETES E CASQUEIRO AO BALNEÁRIO ENSEADA.

Os resultados deste capítulo referem-se a uma descrição do desenvolvimento histórico do Balneário Enseada, desde o início deste século, fornecida através de um resgate de memória dos atores sociais que o vivenciaram.

Até o momento, estes dados não haviam sido referenciados em literatura, fortalecendo a importância dos depoimentos que nos foram fornecidos como forma de garantir a preservação da vivência desta gente, como bem salientou um dos poucos remanescentes daquela época: *“Não existe mais ninguém daquela época pra dizer. Ninguém lembrava-se que poderia alguém querer saber alguma coisa. Você sabe que o*

³² A impossibilidade de confirmar tal observação está relacionada com a insuficiente quantidade de informações locais sobre o processo colonizatório.

povo foi simples, foi desligado das coisas ... bom esta pesquisa. A juventude de hoje não quer saber as informações dos mais antigos do lugar. Conhecer um pouco da história do lugar onde vivem ou viveram”

De acordo com os depoimentos, na costa leste da Ilha, existiam dois povoados expressivos - conhecidos como Morretes e Casqueiro - que se estendiam pela região que hoje compreende a Praia Grande.

Morretes era um povoamento que estava situado em área próxima aos dois únicos morros existentes nesta praia, e o Casqueiro era assim denominado devido estar localizado junto a um grande sambaqui, situado na margem da Lagoa do Acarai.

O centro nervoso destes povoados era o Casqueiro, localidade onde, em seus tempos áureos, estavam instaladas a escola, a igreja, o salão de festas e ainda algum comércio e residências.

Devido à estratégica posição junto à margem da Lagoa, era a partir desta localidade que se realizava o escoamento da produção provinda de toda a região. Para aqueles que moravam mais distantes, era necessário percorrer, a pé ou a lombo de cavalo, uma pequena estrada³³, que estava margeada de propriedades.

A travessia da Lagoa era realizada em canoa a remo, até alcançar o porto do povoado Tapera, situado em sua margem oposta. Neste, poderia ser comercializada parte da produção ou então continuar o percurso até a sede do Município, onde havia maior possibilidade de comercialização dos produtos.

No início do século, os próprios produtores realizavam o escoamento da produção, até surgir a figura do atravessador, que dispunha de meio próprio para transporta-la, o que podia agilizar a tarefa e trazer maior comodidade ao produtor, em troca, é claro, de um menor lucro para este que passava a vender seu produto por um preço menor do que poderia obter diretamente na cidade. Um agricultor daquela época nos conta: *“Eu puxava melancia com três cavalos. Ali (Morretes) para aquele porto do Casqueiro. Dali eu pegava de canoa, carregava de canoas grandes, levava pra Tapera, e de lá pegava de carroça. Depois um começou a comprar. Então ele tinha carroça lá (na Tapera). Ele comprava melancia nossa e levava para São Francisco.”*

Desta forma, a Lagoa era a principal via de transporte, mas também eram utilizados outros percursos como os caminhos terrestres que foram utilizados para que

³³ Sobre esta há depoimentos que indicam ter sido construída por escravos.

se alcançasse Ubatuba ou até mesmo o município vizinho Barra do Sul, depois de atravessar o canal que a separava da Ilha de São Francisco. Ainda havia aqueles que se utilizavam do próprio mar e da Babitonga como percurso, podendo-se chegar até terras continentais, inclusive Joinville. Conta-se que, já que não havia motor nas embarcações, ia-se a remo, o que tornava a viagem demasiadamente cansativa, demorada - quase um dia de viagem para chegar em São Francisco - e até perigosa.

Estes dois povoados tinham a agricultura como atividade principal e, acessoriamente a esta, também criavam animais, caçavam e pescavam. As criações consistiam-se de porcos e galinhas e também possuíam cavalos, fundamentais para a tração.

A pesca tinha importância singular também para estes nativos, podendo ser utilizados o mar costeiro e a Lagoa do Acaraí, escolha que dependia da distância pois para os moradores de Morretes ficava mais facilitada a pesca no mar e para os do Casqueiro, a Lagoa.

A pesca era toda feita em pequenas canoas a remo e, por isto mesmo, as saídas ao mar também dependiam grandemente das condições de navegabilidade. Mesmo assim, quando a necessidade do recurso tornava-se grande, a pesca era realizada até mesmo em condições climáticas desfavoráveis.

A busca do recurso dependia também da época em questão, pois os pescadores procuravam atuar de acordo com a safra do pescado, conhecimento este que foi adquirido e aprimorado com o passar dos anos e com o aumento da experiência.

O ambiente aquático provia grande produtividade e variabilidade de recursos pesqueiros, não somente para o consumo mas, também, para comercialização. Entretanto, como não dispunham de equipamentos para conservação deste, muito do pescado sofria salga, processo que despendia bastante trabalho e cuidados, para posteriormente poder ser consumido pela comunidade ou vendido em outros locais, da mesma forma que eram os produtos agrícolas. *“Eu pescava lá muita corvina, muito peixe miúdo. Matava aquela grande quantidade e trazia prá casa. A minha mulher salgô o peixe uma hora da madrugada, sentada num banco, salgando peixe num cocho grande. Quando dava um sol quente a gente fazia um vara, e colocava tudo. Enxugava virando outra vez. Três, quatro dias. Quando você olhava tava amarelinho aquele peixe. Bem salgado, bem lavado. Isso tinha valor... Ia vendê em São Francisco.”*

Os materiais utilizados para a confecção de utensílios de pesca (corantes, fios, madeiras e outros) proviam do ambiente natural.

A agricultura lhes fornecia uma grande variedade de produtos como o aipim, mandioca, batata, milho, abóbora, melancia, amendoim, arroz, feijão e outros. Os equipamentos agrícolas utilizados eram rudimentares, assim como a metodologia empregada, que consistia em queimar a mata, roçar a terra com enxada e então plantar o que conviesse.

Como a terra era abundante, um mesmo lote era utilizado durante duas ou três vezes, sendo posteriormente abandonado. O relativo pouco uso, a despeito da quantidade de terra disponível, promovia o não esgotamento da fertilidade do solo, fato caracterizado pela produtividade agrícola que tinha aquelas terras, as quais eram utilizadas praticamente sem nenhum manejo mais cuidadoso, inclusive sem ter sido necessário o uso de fertilizantes. *“Você sabe que eu ouvi falar em adubo há poucos anos, depois que comecei a ver alguma coisa, televisão, um jornal. Você roçava a mata, queimava e plantava. Só fazendo assim já vinha. Deixava que aquela terra crescesse mais, que ela se fortalecesse, porque tinha mais terra de sobra. Então enquanto essa crescia, você desmatava outra. Você vê que tem 28 km de terra aí. Então a gente não chegava a usar nada em relação.”*

A maior produtividade local provinha do cultivo de mandioca, estando esta abundância revertida na quantidade de engenhos de moagem, que beiravam a terceira dezena. A maioria era movida por tração humana, o que barateava muito a instalação e manutenção, proporcionando a muitos este meio de produção da farinha de mandioca, um produto bastante consumido na época e que tinha, nesta forma, a possibilidade de boa conservação. Algumas poucas unidades eram movidas por tração animal nas propriedades dos que possuíam melhores condições financeiras e assim podiam dispor de um meio de trabalho menos sacrificante.

Haviam também, em menor quantidade, engenhos de cana, onde se produzia o açúcar, melado e aguardente, produtos que eram bastante procurados, inclusive por moradores de outras localidades.

Os moradores destas comunidades procuravam ajudar-se mutuamente no trabalho diário de agricultura e beneficiamento de produtos coletados, através das práticas de mutirão e tarefa, as quais são assim explicadas: *“O que era a tarefa, de*

mandioca: o sujeito hoje queria fazer um pouco de farinha, então tirava bastante mandioca, botava em casa, e convidava a vizinhança. Aí depois outro fazia na sua casa. Que era o matirão? Vamos roçar a roça e plantar. Então ia um monte de gente, a vizinhança, plantá aquela roça Na realidade um procurava ajudar o outro.”.

Para estes comunitários, o trabalho realizado por todos tinha um rendimento superior ao que alcançariam se trabalhassem cada um por si. Exemplificam que, em apenas uma noite de trabalho, obtinham a moagem de até 30 balaios de mandioca.

A união nesta comunidade era atingida não somente através de suas atividades de trabalho, mas também no seu cotidiano. Se alguém necessitava de ajuda financeira ou de algum produto, esse era obtido junto à vizinhança. O pagamento deste empréstimo podia ser feito através da devolução da mesma mercadoria emprestada. *“Era assim tipo uma família. Quer dizer, nos moradores dali, quando um não tinha, outro cedia pra ele. Eu cansei de fazer isso pra alguém e outros fizeram para mim. Porque um servia o outro, atender o outro quando ficava doente. Então vivia bem naquela época.”.*

O trabalho agrícola era de tanta importância para os locais, que nele estes iniciavam já na infância. O trabalho era árduo e requeria quase todo tempo que dispunham, durante o dia e a noite também. *“Eu pequenininho, minha mãe me levava na roça, plantá rama, carpiná, assim pôr diante. Então, por isto lá não nasceu vagabundo, não tinha tempo de ser vagabundo lá. Só trabalhar. A vida sempre foi assim. A nossa vida foi uma vida de trabalho, uma vida de luta.”.*

O trabalho lhes rendia bons frutos e assim lembram, com propriedade, que ali nunca se passava fome. Se lhes faltava dinheiro, a terra e o mar lhes proviam alimento em quantidade, quando para isto se dispunham a trabalhar.

Todas as propriedades, independente do tamanho, desde grandes sítios até pequenas terras, eram aproveitadas para a agricultura, sendo todas produtivas. Algumas destas terras eram de propriedade dos moradores, outras eram de uso comum. Os documentos de propriedade, quando existiam, rezavam que o lote tinha sua frente para o mar e o fundo para o rio Acaraí. Os limites das terras eram respeitados, mesmo que não houvesse uma escritura que comprovasse a posse.

A situação na região hoje é bastante distinta, já que a questão da posse dos terrenos tem ocasionado diversas discussões, inclusive judiciais, fatos que tem causado

desagrado aos informantes. *“Agora compra uma terra, escritura, paga imposto, e já aconteceu até de tomar da pessoa isso aí. Naquela época não havia disso.”*

A despeito da vida comunitária que levavam, dos bons rendimentos que o mar e a terra lhes provia e outros aspectos que lhes fazem lembrar com saudade e orgulho estes tempos, muitas eram as dificuldades enfrentadas, principalmente no que diz respeito ao acesso a serviços como o de saúde, os quais já existiam nos povoados maiores próximos. Muitas vezes, para o cuidado de doentes, utilizavam-se de remédios fabricados a partir de ervas coletadas na própria região. Este conhecimento algumas vezes trazia bons resultados, mas para os casos mais graves a demora para se conseguir trazer um médico ou levar o doente até São Francisco acabava por ocasionar o falecimento deste.

À procura de melhores condições de vida, que acreditavam encontrar nas proximidades da sede do município ou em novos vilarejos que estavam sendo implantados, alguns habitantes migraram. Dentre estes, houve os que continuaram o trabalho agrícola nestas terras, mas outros o abandonaram em busca também de outras atividades que lhes fossem mais viáveis.

Desta forma, ocorreu o decréscimo de população, fato que trouxe a descaracterização dos aspectos que moviam a vida destas comunidades, como o trabalho em mutirão, a união entre os vizinhos. A desestruturação das comunidades provocou uma maior emigração até que as mesmas se tornassem quase que completamente fantasmas. *“Esse povo foi desaparecendo. Foram falecendo os pais, os filhos foram recuando dali. E depois quanto menos ficou, ai foi saindo de uma vez só. Foi o que aconteceu comigo. Porque é impossível ficar sozinho. Fui obrigado a sair.”*

Estas terras foram pouco a pouco invadidas por outros colonos, que nelas se estabeleceram sem, no entanto, promoverem o mesmo desenvolvimento comunitário.

A partir daí, a especulação imobiliária começava a figurar na região, sendo alcançada com facilidade, já que não haviam reclamantes pelas terras. *“Foi o motivo que quando ficou abandonado aquelas terras o tubarão, como se diz, ele veio avançou. Ele teve meio de avançar.”*

A decadência apresentada aqui foi uma realidade ocorrida a vários vilarejos próximos como o Gamboa, Tapera e Porto do Rei, outrora povoados prósperos e bastante habitados. *“Porque o povo novo hoje não quer mais morar no sítio. Então foi*

esse o motivo que o sítio acabou. O povo acha tudo difícil, que é difícil mesmo. E não vai porque lá não tem o que na cidade tem.”

Além das memórias dos que vivenciaram estes tempos antigos do hoje Balneário Enseada, não foi muito que restou. As terras, não mais queimadas e cultivadas, foram rapidamente cobertas pela mata, tendo o mesmo ocorrido nas antigas chácaras e engenhos.

Mas não foi apenas a natureza que se apropriou do que restou destes antigos povoados. Tudo que foi construído pelo homem também foi destruído por ele, já que depoimentos confirmam que muito do material de construção foi de lá retirado. Até o cemitério do Casqueiro foi por muitas vezes violado, em busca de pertences pessoais. Havia ainda a intenção, sendo inclusive iniciada mas a tempo barrada, de se construir uma estrada por sobre ele.

Estes fatos tem repercutido de maneira muito negativa para os remanescentes destes povoados e outras pessoas que hoje conhecem esta história e compreendem sua importância.

Também a fauna não ficou impune frente às transformações que ali ocorreram. Os animais que antes abundavam nesta região, hoje são raramente encontrados. Para os que viveram em épocas de abundância de animais, o motivo do decréscimo foi a intensa caça. Salientam que, nos tempos mais antigos, a caça era realizada apenas com o propósito de alimentação e assim, da mesma forma que o citado para o uso da terra, o impacto era pequeno, sendo que o mesmo não pode ser dito em relação ao advento da caça com fins comerciais. *“Esse povo que depois começaram a caçar, eles ficava ali na cabeceira da ponte, pelo rio, com bateras carregada de capivara. Isso ai acabou. Foram caçando, foram matando. Era só o que tinha nesse mata, macaco, tatu, tamanduá, paca, capivara, cotia.”*

Em épocas posteriores (década de 50), outra atividade de importância nesta região, foi a produção de cal, já que abundava a matéria prima nos sambaquis. Grande parte da produção era escoada para a sede municipal onde se constituiu em importante produto para a construção.

Na Enseada existiu uma fábrica que chegou a empregar mão-de-obra vinda dos povoados da Praia Grande, nos fins da década de 50. Neste local foram destruídos, de acordo com depoimentos, pelo menos três sambaquis durante os cerca de 20 anos de

exploração, sendo que os localizados mais distantes, ou seja, os que estavam nas cercanias do Casqueiro, não chegaram a ser perturbados. O trabalho consistia em cortar lenha, cavar os sambaquis, queimar, coar e ensacar o cal. Durante as escavações, os informantes contam que foram encontrados vários ossos humanos além de objetos variados.

A tabela 2 lista as atividades de trabalho realizadas no Balneário, em três intervalos de tempo, com sua referente importância, estando esta caracterizada por níveis de expressividade (em ordem decrescente): grande, média, pequena, inexpressiva.

TABELA 2 : ATIVIDADES DE TRABALHO REALIZADAS NO BALNEÁRIO EM TRÊS INTERVALOS DE TEMPO DO SÉCULO.

Atividades	*começo século	*próximo à dec. 50	* atualidade
agropecuárias	grande	média	inexistente
engenho de moagem	grande	média	inexistente
engenho de cana	média	media	inexistente
pesca artesanal	média	grande	grande
caça	pequena	média	inexpressiva
fábrica de cal	-	média	-
serviços turísticos	-	-	grande

FONTE : trabalho de campo

6.1.2 HISTÓRICO DA PESCA

6.1.2.1 USO DOS ELEMENTOS NATURAIS PARA A CONFECÇÃO DE UTENSÍLIOS DE PESCA.

A inexistência de material industrializado, ou a não possibilidade de obtê-lo, seja pelo distanciamento do centro distribuidor, seja pela falta de dinheiro para compra-lo, fez com que o homem procurasse no meio natural o que necessitava para exercer sua atividade de trabalho.

De acordo com o conhecimento empírico e as espécies vegetais que o meio fornecia, o pescador elaborava os petrechos que lhe seriam úteis.

Alguns poucos materiais de trabalho desta forma confeccionados, ainda resistem

ao tempo de uso. Parte deste conhecimento também sobrevive na memória dos mais velhos e aqueles que tiveram contato com algum dos que participaram desta elaboração.

Interessante citar a especificidade desta produção na região em estudo, verificada a partir do comentário de um pescador nativo ao observar que a grande maioria das espécies referenciadas em um artigo de revista de sua época (Marinha do Brasil, 1922) não são de seu conhecimento, tampouco utilizadas naqueles tempos.

As espécies vegetais utilizadas e referenciadas pelos nossos informantes são o tucum, cipó de árvore, cortiça, jacatirão e bananeira.

O tucum foi utilizado como fio para o fabrico da malha das redes. *“No começo (há pelo menos 50 anos atrás) era o tucum. É um mato de onde tira o linho. Bem loiro. Então as fiadeiras teciam o tucum com fuisisinho. Era o mais resistente.”* Para a manutenção deste material eram necessários cuidados especiais, como sempre lavar com água doce após o uso, secar e guardar em local adequado, pois tampouco podia ficar ao relento. *“Porque é um fio muito forte, mas se apanha lua (sereno) também ele se estraga.”* Alguns citam seu uso somente para tarrafas devido ao volume e peso que resultava. Mas quando da falta de outra opção, também era utilizado para o fabrico de redes maiores.

Posteriormente ao uso do tucum, utilizou-se o fio de algodão que era comprado em novelos, necessitando passar por um processo para torná-lo mais grosso e resistente. Isto era feito no que denominava-se "encochador", um equipamento de uso manual que providenciava o enovelamento para uma fiação mais grosseira, de acordo com o uso que este teria - por exemplo, para o espinhel eram usados três fios assim torcidos.

O algodão ainda necessitava de outro beneficiamento antes de seu uso, para torná-lo ainda mais resistente, o que se obtinha a partir do seu tingimento, feito normalmente a partir da tintura provida pela árvore de Jacatirão. *“Raspava a casca, colocava na água, fervia e botava dentro de uma canoa velha.”* Da bananeira utilizava-se a folha que continha uma resina que, colocada juntamente com a tintura, assegurava sua fixação e também ajudava a fortalecer o fio.

Os cabos das redes de pesca eram inicialmente de cipó, sendo mais tarde confeccionados com algodão, torcido da mesma maneira já explicada.

As bóias, que ajudavam na flutuabilidade das redes eram feitas de cortiça, retirada da vegetação de mangue, cortada em forma de roda com um orifício no centro por onde podia passar o fio da rede (foto 3).



FOTO 3: Bóias confeccionadas com cortiça. Retiradas de uma antiga rede de arrasto de praia, para dar lugar a bóias de isopor.

Os pesos eram também confeccionados manualmente, a partir de barro, o qual era trabalhado como antigamente eram as telhas, na perna. Assim feitos, tinham forma ovalada com um orifício para a passagem do fio e também com uma depressão de um lado a outro (“funda”) para a passagem, externa, do cabo de rede.

6.1.2.2 INÍCIO DA PESCA NO BALNEÁRIO ENSEADA

Conforme demonstrado, a atividade pesqueira faz parte do contexto histórico - cultural do Balneário, já que vem sendo realizada desde os primórdios do assentamento humano nesta região.

Mas é em meados do século, quando inicia-se o povoamento das praias de Enseada e Ubatuba, que a atividade pesqueira se fortaleceu, como importante alternativa para o sustento de muitos de seus habitantes. Entre estes, estavam também aqueles naturais das comunidades de Casqueiro e Morretes, quando do abandono destas terras

onde praticavam atividades agropecuárias.

A praia de Enseada, com águas calmas e profundas, possuía características ideais para a pesca e movimentação das embarcações, além de que, em relação às comunidades da Praia Grande, tinha uma maior proximidade da sede municipal.

Os recursos pesqueiros eram abundantes e as metodologias de pesca e de confecção de materiais já estavam incorporados em muitos destes migrantes.

O pescado além de ser capturado em grandes quantidades e com grande variabilidade, era encontrado bem próximo à costa, inclusive dentro da baía da Enseada, o que facilitava em muito a pesca, apesar dos petrechos de pesca não serem tão fáceis de manejar como o são na atualidade. *“Em frente ao hotel ... (beira da praia) se matava tubarão. Vinha na praia. Antes a corvina entrava aqui dentro da nossa baía. Vinte anos atrás. Charelete. Esta nossa baía aqui era muito rica prá peixe”.*

Esta grande produtividade possibilitava a atuação profissional de muitos, ou seja, a atividade pesqueira tinha importância fundamental na sobrevivência destes homens e suas famílias. *“Tinha dia de dar 1900 corvinas, corvina grande. Pescadinha, tinha dia de ir de madrugada e arrastar com rede de arrastão de praia e vim só de noite embora para casa, chapado de peixe. Três mil quilos. Charelete, sacú, betara, era de tudo.”.*

Estima-se que, já no princípio de década de 50, cerca de 60 homens atuavam durante todo o ano na pesca artesanal.

Na época da safra de tainha, todos paravam suas atividades rotineiras para trabalharem em conjunto na captura deste recurso. O número de pescadores então dobrava, formando dois grupos que praticavam somente o arrasto de praia, para o qual utilizavam mais de 20 redes.

Os cardumes vinham beirando o costão rochoso do morro da Enseada, onde os olheiros acompanhavam e calculavam a mancha de peixe, e enviavam instruções para a realização do cerco que podia ser realizado em qualquer local da praia que considerassem mais propício para uma boa captura. Neste tempo toda a praia poderia ser utilizada para a atuação dos grupos, pois ainda não havia a construção do molhe da ponta da praia.

As quantidades de tainha eram bastante expressivas, chegando a somas de 60 mil somente num dia de atividade, e sobre o qual há lembranças ainda muito fortes (foto 4).



FOTO 4: Resultado de uma ação de captura de tainha por arrasto na praia de Enseada, no início da década de 70.

Mesmo os que moravam em locais mais afastados, na época desta pescaria vinham a esta praia juntar-se ao grupo de arrasto. *“Eu fazia esta viagem a pé até Enseada. Passava duas ou três noites aqui. Quando terminava a pesca as 6 horas, puxava tudo, e daí eu ia de noite prá lá e vinha novamente, amanhecia aqui.”*

No início da década de 60, começa a atuar a figura de um atravessador (por eles chamado “bombeiro”). Este iniciou sua atividade de revenda com uma bicicleta, tendo mais tarde começado a atuar com caminhões, e assim podendo transportar maiores quantidades, inclusive para a sede do município e outros locais mais distantes, onde poderia ter maiores garantias de revenda. *“.Chegava na época da quaresma, na semana santa, encostava dois caminhão compra cação, peixe de escama e levar para o interior.”*

Seus negócios começam a prosperar mais rapidamente, sendo que neste momento os pescadores começar a trabalhar quase que exclusivamente para ele, ao ponto que este chega a comprar quase toda a produção destes homens, inclusive durante

a época da tainha. *“Quando demos um lanço de 45 mil em 1962, quem comprou quase tudo (35 mil) foi ele.”*

Um pescador desta época nos comenta que se a atividade provia grandes quantidades de pescado, o mesmo não poderia ser dito em relação à renda obtida por estes trabalhadores, já que o preço obtido pelo produto era bastante pequeno.

Comenta-se também o fato de que o pagamento pelo trabalho destes pescadores normalmente não era efetuado imediatamente após a entrega do produto de pesca. Havendo um certo intervalo de tempo para o recebimento do devido, o pescador tinha que comprar a fiado gêneros de necessidade. Considerando que o pequeno mercado onde era realizada a compra era de propriedade de citado atravessador, ao contabilizar os débitos, normalmente o resultado era que ele nada mais devia ao pescador. Em realidade, o comércio estava sendo feito na base da troca, o que comprometeu as finanças de muitos pescadores.

Mas, para aquele que atuava diretamente no trabalho diário da pesca, não parecia haver outra opção além de repassar sua produção a um atravessador, mesmo a preços mais baixos do que ele poderia obter se vendesse diretamente ao consumidor. Não havia estrada, telefone, nem outros meios que possibilitassem a atividade conjunta de pesca e venda.

O peixe que não era comercializado imediatamente tinha que ser salgado, trabalho este que era normalmente feito pelas mulheres da comunidade. *“Fazia tipo bacalhau, escalava muito peixe assim salgado. Porque era a única opção. Salgava muito peixe miúdo, pescadinha, sacú. Tinha uma base de 10 mulher limpando, salgando peixe.”*

Com o passar dos anos, o equipamento deste primeiro atravessador foi repassado para outros, até que alguns começaram a fazer a comercialização de sua produção, tendo para tanto que percorrer trechos a pé ou canoa e depois em uma estrada bastante simples para chegar na sede do município.

Os que buscaram aliar a atividade pesqueira com outras opções de trabalho, puderam ter maior chance de melhorar a renda financeira, mas sempre dentro de uma simplicidade característica de quem atua na pesca. *“Pelo que eu trabalhei eu não arrumei nada. Eu acho que você trabalhando, você não fica rico. Mas arruma o que comer.”*

6.2 O TEMPO PRESENTE: ANÁLISE PARTICIPATIVA

6.2.1 LEITURA DO DISCURSO PARA ANÁLISE FÍSICO-TERRITORIAL

Distintos ecossistemas, suporte ecológico para todo o ambiente natural da região, e que também serviam de área de coleta de espécies para alimentação humana, foram totalmente descaracterizados, devido o corte de mata nativa e aterramento de manguezais, para dar lugar ao primeiro loteamento implantado (em 1954) no Balneário.

O modelo de loteamento inserido desconsiderou ainda outras premissas básicas, como a reserva de áreas para os serviços públicos de segurança, educação, saúde, lazer e outros. Esta área, localizada centralmente ao Balneário, é a mais densamente habitada e, apesar dos muitos aterros, ainda está desnivelada em relação ao restante da localidade. Este fato incrementa uma série de problemas oriundos de falta de infra estrutura básica, resultado de um planejamento mal elaborado, fato que é percebido por alguns moradores. *“Tá tudo errado aqui. Foi aberto as ruas e jogado um bocado de casco no centro da rua. Não fizeram nada que prestasse. Não deixaram área para nada. E fora isto, isto aqui é um baixio. Então tem uma porção de problema sério.”*

Não há rede pública de abastecimento de água, sendo esta, em sua grande maioria, provida por poços. Entretanto, em vários pontos da localidade, notadamente em sua zona central, é baixa a qualidade deste recurso. Devido às características de solo e por serem áreas baixas, nas proximidades da Lagoa do Acaraí, o lençol freático apresenta-se com coloração amarelada e com odor forte.

Por isso, se alguns poços estão junto às próprias moradias que abastecem, outros tantos são construídos em áreas mais altas, nas ruas e até em terrenos alheios, onde a água é de melhor qualidade. A constante remobilização da cobertura das ruas, abandono de poços e tubulações que já não fornecem boa água, eventuais rompimentos de canalizações quando da construção de outra, são algumas situações que tem ocasionado incômodos e desavenças, inclusive bastante exaltadas.

Como outra opção, há também uma rede particular de abastecimento de água, fornecida a partir de um poço artesiano de propriedade privada. Entretanto, esta foi referenciada como de custo acima das possibilidades de muitos locais que dela necessitam.

Alguns moradores coletam água, seja para beber ou lavar roupas claras, em residências de terceiros ou em bica pública, uma localizada na sede do município outra no Balneário Ubatuba, sendo esta opção pouco utilizada, já que é necessário percorrer significativa distância.

Todos estes inconvenientes tem sido mais amplamente sentidos pela população de menor renda, devido a localização residencial menos favorecida quanto à qualidade do recurso e até de demais serviços. Esta problemática é incrementada durante os veraneios, quando a demanda de água eleva-se grandemente e, conseqüentemente, há maior quantidade de produção de resíduos líquidos. Sendo assim, o risco de contaminação do lençol freático torna-se mais provável, já que também não há um sistema de tratamento nem de coleta do efluente.

As águas residuais são dispostas em fossas ou irregularmente lançadas nas ruas, terrenos baldios ou nos canais de drenagem pluvial. Este sistema tem sido utilizado, desta forma irregular, em toda a sua extensão, seja nos trechos canalizados ou nos vários outros que estão a céu aberto, desestruturando o calçamento das ruas e comprometendo a qualidade das áreas inclusive dos locais de recepção desta drenagem (foto5).

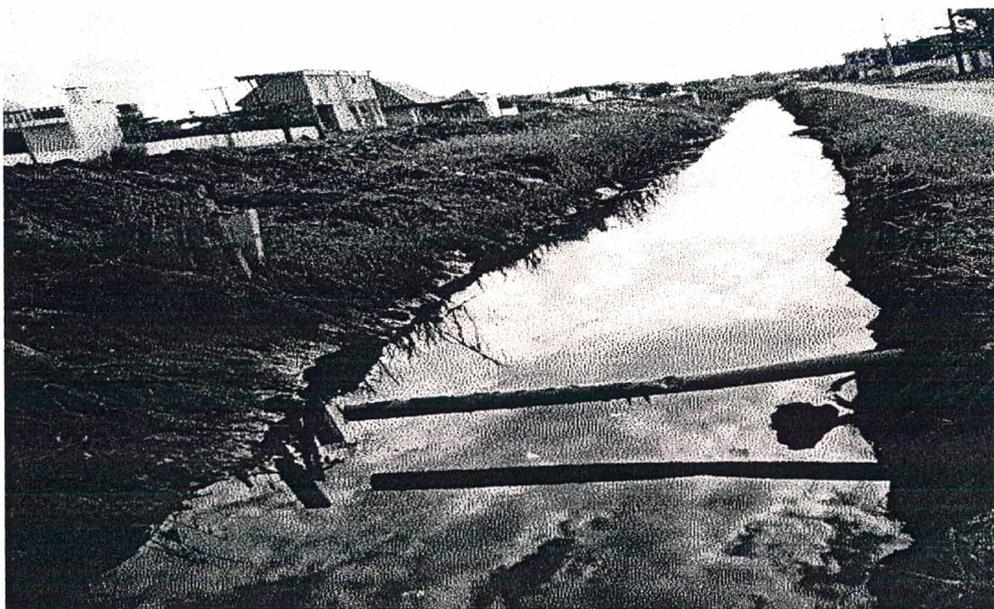


FOTO 5: Canal de drenagem pluvial, receptor de efluentes domésticos, que deságua na Lagoa do Acaráí.

O destino das águas de algumas destas galerias de drenagem é a praia de Enseada. Nos vários pontos de deságue, em algumas ocasiões, pode-se perceber nitidamente que a rede está sendo utilizada para outros fins que não a drenagem pluvial, pois as águas lançadas apresentam aspectos de contaminação - aspectos visuais e odores característicos (foto 6).



FOTO 6: Águas, com indícios de contaminação por esgotos domésticos e resíduos sólidos, provenientes do canal de drenagem pluvial desaguando na praia da Enseada.

Todavia, a maior parte da drenagem “pluvial” tem como destino final a Lagoa do Acaraí. Desta forma, este ecossistema vem constantemente sendo contaminado.

Os moradores mais antigos lembram, com emoção, de quanto e como se utilizaram dos recursos que a Lagoa provia, situação que hoje já não pode mais ocorrer:” *...eu não vou nem no rio, porque vou fazer o que lá ? Tá contaminado. Sempre*

peguei peixe ai na tarrafa. Hoje não vou mais. Não como mais. Peixe que eu como é lá de fora, pra lá das ilhas.”.

Entretanto, é bem verdade que muitos ainda realizam a coleta de espécies na Lagoa, inclusive em locais bastante próximos aos pontos mais prováveis de contaminação.

Outro problema de ocorrência relativamente comum são os eventos de enchente na área central da localidade. A drenagem das águas que passam por esta região, antes de aportarem na Lagoa, algumas vezes são aí retidas devido às condições de altas marés, grandes chuvas e falta de manutenção e limpeza dos canais, o que dificulta ou até impossibilita o deságue no corpo receptor. Alguns destes eventos tem ocorrido com bastante intensidade, ocasionando grandes dificuldades para os locais, inclusive se recordarmos o comprometimento da qualidade destas águas.

Os informantes se mostram bastante insatisfeitos com a situação vigente, reclamando por soluções urgentes para estes problemas, com a melhoria do sistema de drenagem, também a prestação dos serviços básicos de saneamento. *“Ano passado, precisava de batera pra ir embora, atravessar. Porque emendou, daí até o rio era só água. Estes valos, estas bocas de lobo tá tudo entupido. Onde nós vamos parar com isto aí? Tem que criar um planejamento com a circulação de água. Fazer uma coisa certa. Mas quem é que vai fazer?”.*

Um morador local, já com idade avançada, mas que ainda se preocupa com a qualidade da região que o criou, enfatiza sua preocupação ao lembrar que a falta de serviços básicos de saneamento pode acarretar graves consequências para a saúde, o que levará a um grande ônus para o governo e população.

A questão do incorreto uso do solo também é bastante proeminente na atualidade da região. Muitas construções tem utilizado quase totalidade do terreno que lhe cabe, não sobrando espaços compatíveis para a correta instalação de poços e sistemas de disposição de efluentes. Assim sendo, a ocorrência de transbordamento de muitas das fossas devido a questões técnicas como o mal dimensionamento tem sido um evento bastante comum.

Apesar dos novos conceitos e modelos de planejamento, a ineficiência destes no município e da sua fiscalização, torna-se ainda mais evidente quando verifica-se que residências tem sido construídas bastante próximas ou até sobre os poucos manquezais

que ainda restam, localizados as margens da lagoa, o que tem descaracterizado ainda mais o ambiente natural e incrementado a possibilidade de contaminação deste. “O camarada foi no mangue ali, e faz uma casa no meio do mangue. Ele bota quatro carrada de barro e faz uma casa. Aí quando vem uma maré grande, aí passa por baixo da casa dele, enche a fossa e carrega tudo e vai embora. Prá onde vai ? Pro rio, né?”(foto 7).

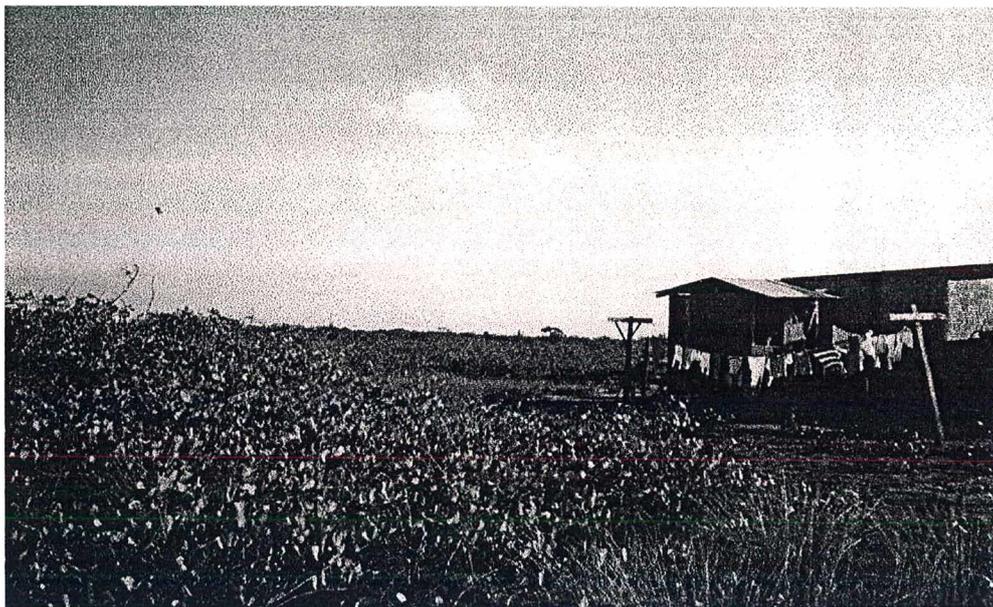


FOTO 7: Construção sobre os manguezais circundantes à Lagoa do Acaraí.

Algumas destas habitações são bastante simples, propriedade de gente de baixa renda, mas há também as com melhor padrão, inclusive de veranistas que procuram a proximidade das águas que lhes servem para o lazer.

A existência de cultivo de mexilhões, disposto próximo a desembocadura da Lagoa, confere ao tema ainda mais relevância, já que está possibilitado de sofrer com a má qualidade destas águas.

Tendo estas questões atingido proporções bastante significativas, alguns moradores são levados a buscar seus direitos junto à prefeitura municipal, mesmo que não tenham grandes expectativas de resultados favoráveis, já que a mesma está bastante desacreditada. “Eu vou lá falar com este do Planejamento. Mas ele não vai me atender nada. Mas eu vou falar com ele. Às vezes até um bobo que nem nós abre os olhos desta gente. Ele me conhece. Uma vez ele veio pedir voto para mim. Perguntar qual é a

intenção. Eu sou filho de São Francisco.”.

Salientam que a questão do planejamento deve considerar as características da área, sendo que a negativa desta necessidade como a concepção errônea quanto ao gabarito e demais especificações das construções atuais e pretendidas é o que tem causado os problemas referidos. *“Eles se baseiam em cidade. Mas precisam saber que na cidade o ar é outra coisa. Aqui nós temos salitre, muito vento, muita chuva, muita umidade. Então não querem saber. De planejamento eles não sabem é nada.”.*

A administração passada (1992-1996) requereu a mudança do Plano Diretor Municipal, estabelecido em 1981, objetivando a alteração dos gabaritos das edificações em várias áreas³⁴. Tal tema culminou em grande polêmica na comunidade, inclusive ao lembrar de balneários do Estado que, por sofrerem crescimento acima de sua capacidade suporte, seja natural, seja em relação à falta de infra-estrutura, decaíram em qualidade. *“Por enquanto tá bom. Pior é quando o pessoal quiser fazer hotel, estas coisas. Ai vai virar que nem Camboriú. Vai acabar com praia. Vão poluir a praia. Se crescer vai ficar horrível.”.*

A questão da irreversibilidade de algumas das realidades hoje sentidas e o incremento que será ocasionado se a situação não for barrada ou, ao menos, minimizada, é uma dimensão que já está sendo referenciada pelos moradores locais, ainda mais quando lembram do discurso dos órgãos governamentais em relação à falta de verba para realizar as necessidades mais urgentes da população. *“Um pepino que não vai solucionar nunca. A Enseada é problema sério. Porque a prefeitura não tem dinheiro pra fazer esgoto, prá fazer nada, não tem dinheiro prá puxá água. Fica tudo encalhado aí. Com esta grande povança que tá na praia. Ai vai custar caro.”.*

³⁴ Reportagem da imprensa escrita local referente à intenção de modificação do plano diretor: “Plano diretor será julgado [...] a Associação Movimento Ecológico Carijós (AMECA) entrou com um pedido de embargo do projeto que previa alterações no Plano Diretor do Município, principalmente nos balneários. A acusação da AMECA é de que a modificação aconteceu sem uma discussão com a comunidade, como prevê a Lei Orgânica em seu artigo 179, parágrafo 2º: ‘O plano Diretor deverá ser elaborado com a participação das entidades representativas da comunidade diretamente interessada’.” Nesta nota, a ONG entrevistada esclarece que esta modificação trará danos ao meio ambiente, inclusive à população, já que propõe-se a alteração do gabarito das edificações sem que hajam os serviços básicos como a rede de esgoto, além do inevitável sombreamento nas praias. Continuando, a nota conta que “a alteração do Plano Diretor foi aprovada no ano passado pela Câmara de Vereadores depois da última sessão do ano. Em caráter extraordinário, os vereadores se reuniram no dia 28.12.96 e aprovaram por unanimidade a proposta.” (Atualidade, 11/04/97)

Esta preocupação se estabelece também pelo apreço que possuem por seu lugar de nascer e de viver. Um nativo da localidade nos demonstra seu carinho e suas apreensões em versos que declama.

O crescimento acelerado do Balneário tem levado à verificação que os serviços prestados tornam-se insuficientes, inclusive no que diz respeito à educação e saúde, ambos ainda procurados pela população na sede municipal.

A tabela 3 lista os principais impactos ocorrentes no Balneário, seguidos pelas prioridades reclamadas pela população participante.

TABELA 3: IMPACTOS RECLAMADOS E PRIORIDADES SUGERIDAS PELA POPULAÇÃO PARTICIPANTE.

Impactos	Prioridades
* construções irregulares * contaminação da Lagoa * depredação do meio ambiente	fiscalização municipal
* descaracterização de áreas naturais * insuficiência de áreas para implantação de serviços básicos	Planejamento para implantação de loteamentos e demais construções
* inundações * problemas sanitários * comprometimento da qualidade da Lagoa	melhor estruturação e utilização do sistema de drenagem pluvial
* problemas sanitários	Implantação de sistemas de coleta de esgotos e de abastecimento público de água
* falta de autonomia do Balneário	melhoria dos serviços de saúde e educação

FONTE : trabalho de campo.

6.2.2 LEITURA DO DISCURSO PARA ANÁLISE ECONÔMICA - ENFOQUE PESQUEIRO

6.2.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESCA

A pesca no Balneário além de possuir importância histórico-cultural, também representa ainda hoje significativa fonte de renda para muitos moradores da localidade.

Entretanto, alguns poucos vivem exclusivamente da pesca. A maioria dos habitantes do lugar divide seu tempo de trabalho entre a pesca e atividades temporárias como a prestação de serviços em empresas, na construção civil e serviços a turistas (aluguel, manutenção e segurança de residências, comércio.). Outros atuam ocasionalmente na pesca como forma de lazer, ou buscando uma renda extra, que pode ser obtida durante uma boa safra de pescado.

Desta forma, encontram-se pessoas de características bastante diferenciadas atuando na atividade: pescadores profissionais de idade variada, jovens que vêem a pesca como opção para o futuro, até pessoas com idade avançada, aposentados de pesca ou de outras atividades, que possuem uma boa renda mensal, ou novos moradores que vieram buscar melhores condições de vida neste povoado.

A maioria dos trabalhadores da atividade atuam em parceria, como proprietários de apetrechos de pesca ou como camaradas³⁵, mas há também os que pescam sozinhos, com equipamentos próprios. A atividade é realizada de dia ou à noite, durante todo o ano, em todas as fases da lua e marés.

A remuneração é feita pelo sistema de partilha, que consiste na divisão de produção em duas partes, depois de descontado o combustível gasto: 50% para o proprietário da embarcação e 50 % dividido entre a camaradagem.

Praticamente não há predominância de espécie capturada, pois a atividade na região está bastante relacionada com as épocas de safras de pescado, que são acompanhadas pelos pescadores durante o transcorrer do ano.

Desta forma, os métodos pesqueiros e as espécies capturadas são bastante variados como, por exemplo: arrasto para o camarão, arrasto de praia para a tainha, rede

³⁵ Camarada é aquele que participa da pesca, mas normalmente é a denominação que se dá àquele que não possui petrechos de pesca - redes, embarcação.

de fundo para o linguado, emalhe para tainha, corvina e enchova, rede flutuante para cação, espinhel para garoupa, caça submarina de lagostas, coleta de mariscos são alguns dos métodos utilizados e espécies coletadas.

Poucos são os que se especializam na captura de um tipo de produto, com exceção dos que atuam quase que exclusivamente na pesca do camarão. Parte majoritária dos pescadores costuma pescar de acordo com a maior oferta de determinada espécie, mas há aqueles que procuram por outros tipos de pescado, de forma a possibilitar uma maior renda com a obtenção de melhor preço para o produto.

As informações demonstradas a seguir, na tabela 4, fazem parte da análise de uma planilha de dados coletados pelo CEPESUL - IBAMA & FEPESC (Federação de Pesca de Santa Catarina).

TABELA 4: PETRECHOS DE PESCA UTILIZADOS NO BALNEÁRIO ENSEADA, COM SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES COLETADAS.

Petrecho	Características
tarrafa	- petrecho bastante comum, utilizado durante todo o ano. As malhas tem tamanho variável entre 4 e 7, e altura entre 4 e 8m. - captura de parati, camarão, tainhota, tainha, enxada, papa terra e outros
rede emalhe	- petrecho bastante utilizado durante todo o ano. São encontradas as tipologias flutuante, caça e malha, fixa, rede de volta, caceio. Malha variável entre 6 e 20, altura entre 2 e 16m, comprimento entre 20 e 1.500m. - captura de gaivira, cação, corvina, camarão, pescada, tainha, sororoca, enchova, parati, robalo, tainhota, linguado, caratinga, papa terra e outros
espinhel	- captura de sargo, robalo, pescada, enchova, espada, caratinga, peixes de mistura
gerival	- captura de peixes misturados
embarcações	- 24 embarcações, a maior parte para pesca de espécies de peixes, totalidade sem uso de gelo, 92 % de madeira, o restante de alumínio; 63 % movido a remo, o restante a motor.

FONTE: CEPESUL - IBAMA & FEPESC. Dados brutos, não publicados.

A EPAGRI, em seu relatório sobre reunião ocorrida na Enseada, informou que 8 pescam sozinhos, 50 atuam como camaradas de pesca (recebendo cerca de 120 reais por mês) e 25 são proprietários de embarcações (os quais ganham cerca de 300 reais ao mês).

O aspecto de territorialidade não é forte por parte daqueles que pescam no mar, sendo os pesqueiros conhecidos por muitos. A área de pesca abrange uma grande extensão das águas costeiras à Ilha, desde a região circundada pela baía de Enseada, até profundidade de cerca de 50 m. Eventualmente realiza-se nas proximidades dos municípios de Itapoá (ao norte), Barra do Sul (ao sul) e na região estuarial da Baía de Babitonga.

O desembarque das espécies capturadas pela pesca normalmente se dá na própria Enseada, podendo ocorrer ocasionalmente na praia de Ubatuba ou na da Ponta.

Parte da venda do produto da pesca é feita diretamente ao consumidor, seja pela aproximação deste na praia, no entreposto Casa do Pescador, ou pela oferta direta em casas e nas ruas. Mas a maior quantidade é comprada por atravessadores proprietários de peixarias da própria localidade, próxima a ela ou até provenientes de outras cidades como Joinville, Itajaí e Curitiba.

A pequena dimensão das embarcações, a simplicidade dos petrechos de pesca, o sistema de remuneração nos levam a caracterizar a atividade pesqueira como artesanal.

Entretanto, a pesca realizada hoje tem algumas diferenças marcantes no que diz respeito aos petrechos utilizados. As motivações que contribuíram para a mudança destes dizem respeito ao advento de novos materiais que, ao substituírem os que antigamente eram empregados na confecção dos petrechos de pesca (tucum, cipó etc.), facilitaram a elaboração, manuseio e manutenção dos equipamentos de pesca além de proporcionarem maiores chances de capturar o pescado.

O nylon foi um dos materiais que levou às maiores modificações na vivência diária da atividade de pesca. *“Rede de malha não precisa de cuidado nenhum. Só estende para enxugar quando guarda. Remenda na hora que fura. Dura anos e anos, o tempo de uso. Facilita bem mais hoje. E o nylon tem que ser cada vez mais fino, prá pode matá o pescado.”* As redes puderam ser elaboradas com maiores dimensões pois o peso e volume diminuiu grandemente em relação às que antigamente eram fabricadas com tucum e algodão.

Outra transformação, que pôde ser vivenciada durante a pesquisa, foi a eliminação das bóias de cortiça para dar lugar às de isopor denso. Durante a temporada 1996 de pesca da tainha, uma antiga rede, toda de algodão formada por panos de rede de idade e cores variadas, teve suas bóias trocadas. A motivação partiu do princípio que a cortiça ao absorver a água do mar, incha, tornando-se bastante pesada.

Apesar destas mudanças no material, algumas redes ainda hoje são feitas manualmente, principalmente as tarrafas, as quais podem ser vistas sendo tecidas por homens e mulheres que a fabricam para uso próprio ou comercialização. Desta forma, diminui-se os gastos com a compra de petrechos, além de se constituir numa fonte de renda. Soma-se a isto o fato de que as tarrafas tecidas manualmente são consideradas de melhor qualidade: *“A maior parte , quem pesca, dá preferência à manual que é mais bem feita. Mais resistente que as industrializadas.”*

Mesmo assim, algumas redes antigas tem sobrevivido aos anos, tendo sido mantidas ainda hoje por manutenção manual, trabalho este que pode ser observado, principalmente antes das épocas de safra de pescado. Mas, se o pescador necessita de uma nova rede, normalmente opta pela compra da malha, e nesta complementa com as bóias, cabos e chumbos.

Diferente de anos anteriores, atualmente, para a pesca em mar, utiliza-se embarcações motorizadas. Entretanto verifica-se ainda o uso de barcos movidos a remo, para realizar trajetos mais curtos e também para a pesca de arrasto de praia - quando não é interessante o barulho do motor, que pode causar o afastamento do pescado.

Outros temas relacionados com a atividade pesqueira no Balneário Enseada são o entreposto de pesca Casa do Pescador e a Maricultura.

6.2.2.1A ENTREPOSTO DE PESCA CASA DO PESCADOR

Uma característica marcante no Balneário é a Casa do Pescador, projetada a fim de proporcionar um local onde pudessem ser guardados os petrechos de pesca, inclusive embarcações, utilizados pela população pesqueira local, e também um entreposto para a venda de pescado.

Os antigos barracões de pesca situados na orla da praia, foram desmontados pela prefeitura e seus proprietários tiveram a preferência de uso do novo espaço projetado.

Sua predestinação também foi no sentido de favorecer a comercialização do produto da pesca local, já que nas proximidades desta instalação era tradicionalmente realizado o desembarque da produção.

A sala maior, com tanques, um balcão comprido e uma balança, foi destinada à limpeza e comercialização do pescado, sobre o qual estabeleceu-se a obrigatoriedade de ser de produção individual ou familiar daquele que realizasse a venda. Assim, não seria permitida a revenda de produtos. Para a manutenção do espaço, estipulava-se um pagamento mensal.

Entretanto a prática do estabelecimento não foi realizada conforme estipulado quando de sua projeção, criando bastante polêmica, inclusive com desavenças pessoais. As informações coletadas indicam que alguns moradores locais se utilizaram desta instalação para revender pescado não de sua própria produção, chegando a fazer comércio desleal com os comerciantes donos de peixarias que, diferentemente a eles, pagavam impostos.

Atualmente, esta área de venda tem sido pouco utilizada para a comercialização do pescado, exceção feita para o veraneio ou em feriados, mas não há uma rotina de uso. O produto exposto não apresenta variabilidade nem a qualidade requerida para tal empreendimento, levando ao desinteresse por parte dos compradores, e num consequente incremento na desmotivação do pescador para que reanime o local. A grande maioria do pescado continua sendo vendido de outras maneiras.

O local tem sido mais utilizado para a guarda e manutenção de equipamento de pesca e para o desembarque e processamento do produto (separação / limpeza), o qual também ocorre em sua área externa, em um pequeno balcão ali instalado. Os maricultores também tem utilizado a área externa e interna, para a guarda de equipamentos e para as atividades deste grupo.

Apesar dos problemas descritos, esta construção foi um marco importante para a localidade, por visar a melhoria das condições de sua população pesqueira, através da promoção de venda direta produtor/consumidor, eliminando o comprometimento da produção do pescado com intermediários. É também um lugar de importante função social pois é ali que os pescadores e companheiros se encontram para as conversas.

Entretanto, de maneira geral, para seus usuários de direito, o projeto não foi dimensionado corretamente, de forma a abranger toda a produção pesqueira, e também

não considerou a necessidade de uma gestão durante seu uso. Por isso, mostram-se bastante favoráveis à ampliação e melhora administrativa do entreposto. Estas reivindicações foram demonstradas pelos pescadores desde a campanha para eleições municipais em 1996 mas, mesmo garantidas pela atual municipalidade, ainda não se concretizaram, culminando em bastante expectativa.

As sugestões para tanto são diversas entre si e, ao que parece, vem ao encontro de interesses particulares. Um dos posicionamentos é a construção de salas, cada uma com freezer e balança próprios e demais instalações necessárias para a venda e armazenamento do produto. Estas seriam oferecidas aos donos de material de pesca (rede, embarcação) ou seja, os patrões de pesca.

A explicação para esta idéia é que cada patrão é responsável pelo emprego de um certo número de pescadores, homens estes que se revezariam na venda da produção. Neste caso, a motivação parte do princípio que “...o camarada um dia é de um, outro dia está com outro, e vai mudando...”

Por outro lado, é factível a possibilidade de que o patrão de pesca acabe por se transformar num comprador da parte devida de produto dos seus camaradas, conseqüentemente num atravessador, o que não está de acordo com o interesse pretendido.

Também alertou-se quanto ao fato de que para um pescador com pequena produção, não seria interessante a existência de equipamento freezer só para si, além de que o mesmo teria que arcar com o gasto de energia elétrica e possíveis reparos.

Outro posicionamento, uma sugestão mais simplificada, é que os boxes sejam de uso livre e abertos, apenas com divisórias entre si. Quem tiver produto para venda poderia utilizá-los, sendo que a limpeza ficaria ao encargo da pessoa que usasse a instalação, e uma limpeza mais pesada seria feita pela sociedade, a qual seria formada pelos interessados em utilizar as instalações além de câmara fria também comunitária que seria para armazenamento do pescado não vendido no dia.

O dinheiro proveniente de uma arrecadação mensal dos associados teria como finalidade a manutenção do local e do equipamento e para o pagamento de terceiros que se fizerem necessários (guarda, faxineira, administrador etc.).

Para a comercialização do produto, sugeriu-se uma pesquisa nas peixarias para que se levantasse o preço máximo para a venda neste local, o qual deveria ser sempre

menor que nos entrepostos particulares.

Objetivando-se também a melhor estruturação do local, imaginou-se delimitar a área em frente à Casa para a movimentação de embarcações de pesca, evitando-se assim conflitos de uso, inclusive acidentes, fatos que tem tido ocorrência no local, principalmente durante os veraneios.

Esta segunda proposta parece vir ao encontro dos anseios dos pescadores pois objetiva de maneira mais clara a que todos tenham direito à comercialização, além de que seria auto sustentada, já que os encargos necessários seriam supridos pelos próprios dentro de um sistema de gestão, o que facilitaria as atividades lá desenvolvidas.

Atualmente, há inconvenientes na situação administrativa do local, já que a prefeitura tem atrasado com a verba necessária para a manutenção, inclusive com os pagamentos dos diversos, mas sub utilizados, empregados.

6.2.2.1B MARICULTURA

Outra evidência, relacionada com a pesca no Balneário é a Maricultura. Em 1994 foi implantado, pela EPAGRI, um projeto piloto de cultivo de mariscos na praia da Enseada, com o objetivo de fornecer uma alternativa de renda para o pescador desta região.

Entretanto, apesar de algumas reuniões e repasse de informações, os pescadores demonstraram pouco interesse em participar do que para eles era uma novidade em termos de trabalho.

Questionados sobre o fato, alguns comentaram que gostariam de conhecer primeiro os resultados, e dependendo da rentabilidade, então se engajarem. *“Nem sei bem como mas diz que dá um resultado bom. É uma boa idéia. Vou ver ali a produção. Se render, entro nesse meio também.”*

A própria EPAGRI local considera que o pescador não quis entrar no projeto, porquê não tinha dinheiro sobrando para um investimento e também porquê, de início, é descrente, querendo ter exemplos benéficos “ao vivo” para então repensar na sua participação.

O resultado foi que a grande maioria de maricultores são pessoas que nunca atuaram profissionalmente na pesca, mas que com um pouco mais de conhecimento de

causa e possuidores de verba suficiente, enfim pertencentes a uma outra realidade social, optaram por investir na proposta. A falta de pescadores interessados levou ao aceite destes que iniciaram assim, com todo o apoio da empresa, a maricultura no Balneário.

A realidade é que hoje não há mais vagas para os possíveis interessados, pois a questão quanto à regularização da área já utilizada - e que se tornou bastante expressiva - ainda não resolvida, tornando a liberação de novas áreas para cultivo uma situação bastante difícil de ocorrer.

Os poucos pescadores que estão inseridos no projeto, trabalham no estilo familiar para eliminar maiores custos, já que lembram das dificuldades e dos gastos que tiveram para iniciar na atividade. Estes, que se juntaram no projeto em uma segunda leva de interessados, apostam em bons resultados num futuro próximo, estando por ora bastante satisfeitos com o obtido até o momento. *“A pesca prá vivê não dá mais. Mas estamos com outro, com safra de marisco ... No verão é muita procura, é muita gente de fora. Dá um dinheirinho bom. Então estamos ajudando para ver se, que dê lucro. Porque gastou. Depende de buscar aquelas bóias (material) tudo fora (em outras cidades).”*

O projeto tem gerado descontentamento entre os pescadores pois afirmam que o mesmo tem dificultado suas atividades, por ter sido inserido em local próximo à ancoragem das embarcações e até de área de pesca, além do aparecimento de resíduos provenientes do descuido dos maricultores, e a utilização irregular da Casa do Pescador para guarda de material.

Outros consideram que a implantação do projeto trouxe malefícios quanto à questão cênica, pois as bóias além de bastante próximas à praia, tem cores e formatos variados, além de estarem desalinhadas entre si.

6.2.2.2 PROBLEMÁTICAS DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Apesar dos benefícios originados pelas modificações dos equipamentos de pesca, cada vez torna-se mais difícil obter uma boa captura, fato que tem sido percebido por quem tem muitos anos de prática na lida. *“Isto depende muito da maré, de águas sujas, pro peixe vir na rede. Peixe também tá ficando ladino. Mesmo que tu vai colocando mais aparelho, mas cada vez vai diminuindo mais.”*

Além do decréscimo na quantidade de pescado capturado, informantes citam que algumas espécies hoje já não aparecem, o que traz mais insegurança, desestimulando a atuação do pescador na atividade. *“Agora a gente não sabe como é que fica de agora em diante. A nossa praia não tem mais peixe.”*

É frequente o comentário sobre as transformações na praia da Enseada decorrente da construção do molhe da Petrobrás, em 1974. Tal empreendimento causou uma desestruturação no equilíbrio dinâmico da praia, resultando numa expressiva remobilização sedimentar, criando zonas de erosão e de deposição. A linha de praia foi drasticamente modificada, sendo necessário a colocação de grandes pedras e outros materiais na esperança de conter o avanço das águas.

O impacto mais citado foi em relação à morfologia de fundo da baía de Enseada, outrora profunda, que agora se caracteriza pela declividade pouco acentuada, o que, para os pescadores, prejudicou a aproximação do pescado.

Mas existem outros fatores tidos como negativamente impactantes sobre a pesca artesanal, com a pesca realizada pelos grandes barcos que se aproximam da costa da Ilha a mais referenciada. Estes, possuidores de petrechos de grande poder de pesca, tem causado uma exploração excessiva dos estoques pesqueiros.

O arrasto de porta, metodologia empregada na pesca de camarão é uma técnica que interfere grandemente no fundo (do mar e estuarino) e em toda a coluna de água, já que as embarcações tem se utilizado de malhas que coletam também o pescado em sua forma juvenil, o que ocasiona grave desequilíbrio reprodutivo e, conseqüentemente, no estoque não somente deste recurso, mas também de muitos outros. *“Vai arrastando com um motor possante e vai rasgando tudo. Então não vai ficando nada. Prá limpá o lanço deles, não incomodar aquela barbaça, aquele limo, passam a mão naquilo (jogam fora) e matam o camarão. Onde o camarão vai se defender é na barbaça. Cabeça do povo, eles pensam no lado deles hoje assim. Não pensa no que vem.”*

Isto tem ocorrido habitualmente em vários locais, como nas águas que circundam a Ilha, as quais são, ainda hoje, consideradas como produtivas.

Não somente o pescador que atua na pesca industrial mas também o artesanal tem interferido desta forma negativa nos recursos pesqueiros. *“Pescador artesanal de hoje, o que ele pode matar, ele mata tudo. Mata camarão que não tem presteza”*.

As embarcações industriais, que correm toda a extensão da costa, quando

trabalham na área, além de explorar o estoque não deixando sobrar nada para o pescador local, podem ainda causar a destruição de redes deste. *“Aí o outro pescador sai daqui prá ir botar a rede ali. Não tem mais nada...Eu já perdi muita rede. Por isso que quase não tem pescador que pesca com rede de fundeio. Só com rede de espera.”*

Outro problema para as redes de pesca são as poitas abandonadas no fundo do mar, algumas que foram utilizadas durante o verão por barcos de pesca e passeio ou até provenientes da maricultura. Quando da passagem de redes, o engate da malha em uma destas estruturas, causa um grande estrago no petrecho.

O clima também é um fator que pode prejudicar a operação pesqueira, já que em más condições de tempo, fica impossibilitada a verificação das redes de pesca. O resultado é uma perda na produção, pois quando do momento do recolhimento da rede, totalidade ou grande parte do pescado já se encontra morto ou deteriorado.

A época de veraneio, que poderia oportunizar uma boa renda ao pescador, devido à maior procura por pescado, é também a época em que encontra maiores dificuldades para a captura devido ao incremento nos níveis de barulho e principalmente no trânsito de embarcações, bastante desorganizado na área, inclusive trazendo risco ao petrecho de pesca.

No verão são sentidos também outros problemas como os que provêm do descaso dos visitantes com a qualidade do lugar que visitam. *“Eu vendo peixe, de bicicleta. No verão é melhor. A gente arruma dinheiro com os turistas. Mas eles relaxam muito. Fazem muita sujeira e não limpam”*.

A imprevisibilidade da atividade é uma das causas de maior desconforto para a população pesqueira, pois sem saber qual será a renda obtida ao mês, fica muito difícil organizar os gastos do dia a dia. *“Tem que lutar, né? Ontem eu fui de noite, não matei nada. Fui de madrugada, também não matei. Amanhã vou outra vez. Uma hora a sorte ajuda.”*

A situação levou muitos habitantes locais a optarem por outras atividades, ou a saírem do lugar para atuarem embarcados na pesca industrial, em Santos, Itajaí e outros portos. Entretanto, alguns dos que partiram, retornaram por achar que já obtiveram um pouco do sucesso que esperavam ou por total desilusão, pois a realidade não se mostrou tão favorável quanto esperada já que a situação de decréscimo de estoques pesqueiros tem repercutido da mesma forma na pesca industrial, também porque a maneira como é

feita a divisão de produção não os favoreceu.

Outros ainda, descontentes com a situação da pesca em São Francisco, partiram novamente. *“Fui embora prá Santos, no camarão, pescando com lancha de motor. Depois voltei prá Enseada, mas como não tinha nada de pesca, fui prá Joinville trabalhar.”*

Aqueles que permaneceram e investiram na pesca desde o princípio, na melhora dos equipamentos, hoje conseguem ainda obter bons rendimentos, mas isto é quase uma exceção à regra. *“Nós que começamos tivemos uma pesca mais. Mais aparelhos, melhores. É onde a gente tá ainda sobrevivendo da pesca. Se não fosse isso, se ficasse no ritmo deles, teria mais nada.”* Este depoimento considera então que apenas com a economia dos recursos financeiros obtidos na pescaria, transferidos para o aprimoramento dos petrechos e na busca de metodologias de pesca mais modernas é que se consegue persistir na pesca como atividade profissional. Mas, desta forma, são imbuídos elementos que descaracterizam a pesca artesanal.

A diminuição do recurso, leva os pescadores a atuarem cada vez mais longe da costa. *“Os cações que antes vinham atrás das tainhas e arrebentavam as redes durante a pesca dela, hoje só estão em locais de mais fundura.”*

O fato é que, de acordo com as especificações da embarcação, a Capitania regulamenta um limite de atuação. Entretanto, alguns grupos de pesca tem passado destes limites, em busca de melhores chances de captura, colocando em risco o equipamento de trabalho e a própria vida. *“A grande quantidade prá sobreviver, só em alto mar. Praticamente nossa pesca tá irregular. Nós (sua embarcação) não podemos passar de 16 m de profundidade, por lei. Mas nós vamos a 50 m. temos que ir, porque aqui não tem mais nada. Prá sobreviver não dá.”*

Portanto, as pequenas embarcações pesqueiras que atuam na atividade artesanal tem ainda menos chances de capturas significativas.

A mobilização dos pescadores, a partir do incremento turístico também é um fato bastante comentado, até como ainda ocorrente. *“Todo mundo morava na praia, né. Aí depois começou a invadir o pessoal de fora. Então a turma foram vendendo. É que nem agora. Tá invadindo casa aqui, casa ali. Amanhã, depois, a gente vende aqui e vai lá pra trás.”*

São poucas as alternativas de emprego para a população. Se, na época de veraneio, conseguem obter trabalho junto à atividade turística, no restante do ano a situação torna-se complicada, ficando difícil levantar verba para o sustento dos filhos para que estudem. O estudo é entendido como uma necessidade fundamental para que os jovens tenham melhores chances no futuro *“Que hoje em dia sem estudo não pega mais serviço. Já quem tem estudo tá ruim de pegar. Mais tarde também vai sofrer.”*

A tabela 5 resume os problemas por que passa a pesca artesanal, referidos pela população participante.

TABELA 5: RESUMO DAS PROBLEMÁTICAS ENFRENTADAS PELOS PESCADORES ARTESANAIS DO BALNEÁRIO ENSEADA.

Problemáticas
* decréscimo dos estoques pesqueiros (desaparecimento de espécies)
* modificação da morfologia da praia de Enseada
* pesca predatória ⇒ normas incoerentes com a realidade regional ⇒ falta de fiscalização
* danos às redes ⇒ poitas abandonadas ⇒ trânsito de barcos
* condições climáticas ⇒ falta de estrutura
* conflitos com turistas ⇒ falta de planejamento / organização
* imprevisibilidade da pesca ⇒ falta de alternativas de trabalho ⇒ falta de recurso financeiros ⇒ dificuldades educacionais
* equipamento de pesca não condizente com as necessidades ⇒ falta de recursos financeiros
especulação imobiliária
* enfraquecimento / desestruturação da Colônia

FONTE: trabalho de campo.

A EPAGRI realizou uma série de reuniões em alguns povoados do município, durante o primeiro semestre de 1996, convocando os habitantes de cada região visitada, onde procurou-se reconhecer os problemas relacionados à pesca, e as sugestões para sua mitigação. As informações coletadas pela empresa citada no Balneário Enseada são referenciadas em tabela (tab. 6).

TABELA 6: PROBLEMÁTICAS E PRIORIDADES REFERENCIADAS EM REUNIÃO REALIZADA PELA EPAGRI NO BALNEÁRIO ENSEADA

Problemas
* falta de recursos financeiros próprios e de linhas de crédito para compra de equipamento
* pouco auxílio da Prefeitura, inclusive no que diz respeito à educação
* danos às redes durante a noite, por barcos pesqueiros
* diminuição dos estoques pesqueiros
* falta de uma associação que ajude a resolver os problemas
* Colônia de Pesca inoperante, desconhecimento do presidente
Sugestões
* modificar a legislação referente ao tamanho de malha
* proibir a pesca com genival
* proibir a presença de barcos pesqueiros na costa antes de 10 milhas
* impedir a pesca de camarão nos criadouros

FONTE: anotações de reunião entre comunidade e EPAGRI de São Francisco do Sul (SC)

Observa-se que estes dados referentes às problemáticas da atividade pesqueira concorrem com os obtidos na pesquisa de campo deste trabalho.

Há ainda algumas sugestões, as quais, de maneira geral, referem-se à temática legal. Como se observa, pedem por uma legislação mais restritiva quanto ao tamanho de malha permitido e aproximação dos barcos da pesca industrial. Outras citações parecem referir-se mais especificamente à pesca realizada na Baía da Babitonga, como a reclamação quanto à pesca com o petrecho gerival e a reclamação quanto à pesca de camarão nos criadouros, os quais são por eles definidos como áreas dentro do ambiente estuarino da Babitonga. A liberação da pesca nestes locais e com o equipamento

referido tem sido colocado como um causador de grande impacto sobre o recurso camarão, colocando em risco a pesca realizada nas áreas costeiras à ilha pelos pescadores artesanais da Enseada.

Quanto à temática linhas de crédito, durante o período de pesquisa de campo, a CONDAPEMA realizou reuniões para discutir o assunto. Entretanto, o financiamento existente para o trabalhador familiar do setor primário (PRONAF) não abrange a atividade pesqueira. Quando do momento do alerta sobre este não enquadramento, o descontentamento dos que atuam no setor foi grande, resultando no abandono da reunião pelos poucos presentes.

Durante a mesma, sugeriu-se que a categoria se mobilizasse através das colônias e associações, tal como foi realizado no nordeste do país onde atualmente, como resultado da união de esforços da classe nesta região, existe o PRODESC - um programa específico de financiamento para a pesca. Entretanto, até o momento, tal encaminhamento não ocorreu.

Nesta mesma temática, a Prefeitura Municipal informou que há um projeto de liberação de recursos financeiros, rotativo, num total de 10 mil reais anuais, para os pescadores artesanais da região.

O SEBRAE também realizou uma série de reuniões, onde foram convocadas as lideranças do município e demais interessados, para que fossem descritos os problemas do setor primário, a definição das causas e de sua abrangência, a procura dos atores participantes, o momento, o local e a maneira apropriada de concretizar as soluções.

Os próximos parágrafos referem-se às resultantes destas reuniões, lembrando que estas não se totalizaram, devido à pouca participação local, e que as informações obtidas referem-se a todo o município.

Nestas reuniões, observou-se que o setor primário, apesar de ser fundamental para o desenvolvimento de um país, é considerado como de menor importância. As políticas existentes ainda são deficitárias, e as ações muitas vezes criam mais problemas que soluções, pois fogem à realidade local.

A mão-de-obra em São Francisco carece de treinamento e incentivo para uma maior e melhor produção, para diversificar e agregar valor ao seu produto, melhorando seu lucro.

As opções para a região são muitas, pois é grande seu potencial, seja natural, seja humano. Entretanto, estando o mercado desorganizado, as instituições deficitárias e pouco relacionadas, ocorre a falta de empregos repercutindo no nível de renda desta população. O produto local tem baixo consumo, e é preferido o proveniente de outras praças.

A própria população é também culpada por esta problemática, pois é pouco exigente, e acaba por se acomodar em relação ao que adquire e ao que produz. Não busca novas tecnologias porque pouco tem acesso a elas, além de que muitos tem aversão ao risco.

Por outro lado, muitas das tecnologias repassadas são incoerentes com as realidades locais, ou simplesmente são mal empregadas, assim como os equipamentos, seja por descuido ou por falta de assistência. No geral, a desvalorização do conhecimento e da produção local leva ao desinteresse e também à baixa qualidade da produção e da vida da população.

A implantação de infra-estrutura no município é urgente, inclusive para o saneamento da população e boas estradas que ajudariam no escoamento da produção (no caso, agrícola). A falta de linhas de crédito desburocratizadas para a compra de equipamentos e demais investimentos leva a uma estagnação e até decaimento da produção.

A população não tem costume de unir-se na forma de associações para a luta de suas necessidades e ideais, dificultando em muito a reversão das dificuldades existentes.

O baixo nível de informação e inadequada educação é uma das causas principais de todos estes problemas. Grande parte da população está pouco interessada em melhorar e também despreparada para compreender a plenitude que seus atos podem acarretar sobre o ambiente, seja natural seja social.

A fiscalização é insuficiente, seja pelo órgão ambiental, seja pela população que sabe das irregularidades mas pouco faz para combater.

Os resultados destas reuniões do SEBRAE estão demonstrados na tabela 7.

TABELA 7: RESULTADO DAS REUNIÕES REALIZADAS PELO SEBRAE REFERENTES AO TEMA “SETOR PRIMÁRIO - PROBLEMAS E SUAS CAUSAS”.

Problemas	Causas
Desemprego	Desqualificação da mão de obra Isolamento do setor Política inadequada Pouco relacionamento interinstitucional Pouca diversificação do setor Desorganização do mercado
Falta de tecnologia	Desvalorização do conhecimento local Insuficiência de linhas de crédito Falta informação técnica Mercado pouco exigente (comodismo) Desvalorização do produto local
Falta de infra-estrutura	Mecanização inadequada Estradas precárias Saneamento básico insuficiente Falta de recursos para o setor Inexistência de associativismo
Falta de Educação ambiental	Deficitário conhecimento ambiental Falta de educação para toda população Despreparo dos professores Conflito entre produção e conservação Desinteresse da comunidade
Poluição da Baía de Babitonga	Poluição no Rio Cachoeira Resíduos industriais de Joinville Dejetos fecais Fechamento do Canal do Linguado

FONTE: anotações de reuniões realizadas pelo SEBRAE em São Francisco do Sul (SC)

A percepção acerca da problemática pesqueira no município, delineada nas reuniões do SEBRAE mostrou-se não muito distinta das fornecidas pelos próprios pescadores. Pode-se considerar que isto decorre da convivência dos atores envolvidos, da sua vivência com a comunidade, ou seja, não chegando a se constituir uma percepção “de fora”.

Já que em diversos momentos da pesquisa, os temas “Fiscalização” e “Colônia de Pesca”, foram frequentemente referenciados, inclusive de forma polêmica, estes assuntos foram explorados mais profundamente nos próximos dois sub-itens.

6.2.2.2A FISCALIZAÇÃO PESQUEIRA

Quase a totalidade dos depoentes, afirma que o fator que mais ocasiona problemáticas na situação da atividade de pesca é o referente à fiscalização pesqueira, tanto amadora quanto profissional, que é especialmente deficiente na região.

O escritório regional do IBAMA (POCOF), situado no centro da sede municipal, conta com apenas três funcionários e uma viatura, faltando-lhes material de necessidade básica, como uma embarcação.

Como apoio, contam com a ajuda da Polícia Ambiental mas esta, por atuar em área geográfica e técnica mais ampla, além de tampouco contar com estrutura suficiente, pouco pode fazer para resolver a situação. Assim, ocorre que os órgãos fiscalizadores muitas vezes não conseguem comparecer ou chegam tarde demais em um local onde está se realizando uma ação ilegal.

São várias as citações acerca de embarcações pesqueiras de grande porte que vem realizar arrasto em áreas não permitidas, devido à proximidade da costa, estragando redes de pescadores artesanais, explorando demasiadamente estoques, o que torna a situação do pescador local bastante ruim.

As normas legais, sob forma rigorosa, e sua fiscalização são entendidas por muitos informantes como uma das únicas opções para se modificar o quadro atual.

Entretanto, algumas leis não são compreendidas como a que refere-se ao defeso do camarão, para eles incoerente por não considerar as especificidades da região. *“Eles (IBAMA) fazem da cabeça ... não dá prá entender. A gente vive muito tempo com isso. Não tem uma teoria, mas tem uma prática. Fazem errado as coisas. Tinha que fazer o*

defeso na Baía. Mas eles liberam. Então o pessoal do gerival metem pau lá. Mata tudo o camarão ali. E quando chegar o mês que onde o camarão começa a se criar, novembro, dezembro, eles deviam proibir a baía para não deixar o próprio artesanal que hoje tá destruindo também.”.

Alguns informantes pescadores, ao serem interpelados acerca de algumas legislações pesqueiras, mostraram-se confusos ao citar os textos das mesmas. Os temas tamanho de malha, aproximação máxima da costa por embarcações pesqueiras industriais e outros foram representados erroneamente, demonstrando insuficiente conhecimento sobre os mesmos.

A incompreensão de algumas normas pesqueiras, a falta de fiscalização e também o baixo valor monetário do seguro-desemprego (equivalente a um salário mínimo) obtido pelos pescadores em épocas de proibição da captura de um recurso pesqueiro, são elementos que levam a atitudes negativamente impactantes por parte dos pescadores locais.

Assim, por exemplo, no Balneário muitos atuaram na coleta do camarão durante a época de seu defeso, de maneira que retornavam somente de madrugada para o desembarque na ponta da praia, onde já aguardava um caminhão que transportava o produto para comercialização em outras praças.

Um antigo pescador compreende que a situação da fiscalização é problemática também por culpa dos próprios funcionários dos órgãos responsáveis, já que há um histórico de irregularidades, como aceitação de propinas para a liberação das apreensões. *“No tempo... (mais antigo) havia mais respeito. Hoje não há mais respeito pois não se fazem respeitar.”.*

6.2.2.2B COLÔNIA DE PESCA Z2

A Colônia de Pesca é um órgão de classe dos pescadores profissionais, instituído para a administração de questões relevantes para a atuação deste grupo, inclusive para a promoção da atividade.

A Zona de Pesca que abrange todo o município, Z 2, tem sua sede administrativa situada na área central da cidade de São Francisco. Nesta, atuam 5 funcionários, sendo um presidente eleito a cada dois anos por uma comissão de pescadores, um intendente

da região da Enseada e outro da Vila da Glória, um dentista e uma secretária, sendo que apenas estes dois últimos são remunerados.

Para associar-se, o pescador deve comparecer à mesma munido dos seus documentos, pagar uma taxa de inscrição de 20 reais, mais uma anuidade do mesmo valor. A partir deste momento, e também com o pagamento do INSS, o associado tem direito ao atendimento de saúde, inclusive na própria colônia, seguro-desemprego para época de defeso e, depois de 35 anos de trabalho ou 60 de idade, a aposentadoria.

A despeito de sua grande importância como órgão associativo, de interesse da classe, a colônia está bastante enfraquecida. Este fato foi amplamente salientado durante as conversas e entrevistas, podendo ser praticamente considerado um consenso para a população ligada à temática pesqueira que, no geral se mostra bastante insatisfeita com tal situação.

De acordo com a legislação vigente, aquele que quer pescar deve comparecer no IBAMA que confecciona uma documentação, mediante custo irrisório, a ser encaminhada, pelo interessado, à Capitania dos Portos para que lhe confira um carimbo.

O entendimento é que a não obrigatoriedade da inscrição na colônia dos que querem atuar na atividade é um dos fatores que resulta no afastamento do pescador. O sentido de colaboração, de interesse no fortalecimento do grupo, não parece ser suficiente para causar o envolvimento do pescador com sua organização. *“A colônia cobra hoje ... e o IBAMA não é nada. Se não é obrigado (legalmente) ninguém paga ou atrasa. Porque o povo não é obrigado a fazer alguma coisa por si próprio. Faz se quer, e não quer”*.

Poucos percebem que apenas o encaminhamento de documentação ao IBAMA e Capitania não confere os direitos fornecidos pela colônia e INSS. Estes, ao fazer parte do órgão, concebem esta atitude como correta. *“Sou da colônia de pesca, desde há 25 anos atrás. Sempre fui da pesca, tenho os direitos. Paga uma vez por ano, não é grande coisa”*. Também porquê acreditam que desta forma, através da associatividade, as questões referentes à pesca, as necessidades do grupo poderiam ter melhor encaminhamento. *“Acho que a colônia deveria trabalhar em conjunto por que acredito que a gente ia ter mais força”*.

Mas isto parece realmente ser quase uma exceção à regra. Funcionários do órgão nos esclareceram que, apesar da preocupação em relação ao repasse de informação, os

pescadores ainda são pouco esclarecidos quanto à função da colônia. *“Maior parte do pescador é mal informado. Que a colônia é o órgão que o apoia em qualquer situação. Fica um pouco amparado. O pessoal é desatento a isto.”*

O não pagamento à colônia a coloca numa situação monetária bastante difícil, o que resulta numa maior dificuldade de melhora na estrutura e oferecimento de serviços aos conveniados. Tal realidade repercute negativamente sobre a importância desta para a classe, o que é somado ao desprestígio que já lhe é conferido.

Rotineiramente, comparecem à colônia pessoas que desejam requerer sua aposentadoria de pescador ou para outro assunto, sendo que a maioria destas ou nunca esteve ligado ao órgão, ou havia comparecido apenas no momento da inscrição.

Considerando que o pagamento da anuidade normalmente não se cumpriu, o débito deste para com a colônia torna-se oneroso. Tenta-se então fazer um acordo que facilite o pagamento, seja em parcelas ou com algum tipo de desconto, para que então o órgão possa liberar um atestado de pescador. Munido deste, o pescador procura o INSS, onde também deve regularizar sua situação, para requerer a aposentadoria.

No momento do pedido do seguro-desemprego, a história se repete. Se o pescador regulariza sua situação, ele ainda tem que contar com paciência para o recebimento do salário. Mesmo assim, tem se verificado uma maior presença de interessados na colônia (25 pedidos em 1996; 35 em 1997), o que tem contribuído para uma pequena melhora da sua situação, além de oportunizar um melhor esclarecimento das questões trabalhistas de direito deste profissional.

Os pescadores do Balneário de Enseada são citados como um dos grupos que mais está desligado destas questões, o que é verificado pelo levantamento feito pela colônia sobre os contribuintes desta localidade.

Estes, por sua vez tem reclamado que a colônia *“está muito longe do pescador”*, ou seja, que aparentemente não tem dado retorno que beneficie o trabalhador. Alguns salientam que o fato do presidente não ser um pescador, dificulta o convívio mais direto. Lembram também que o citado trabalha voluntariamente, algumas vezes tendo que pagar com sua própria aposentadoria algum eventual gasto com a atividade que exerce.

As opções de atendimento de saúde hoje encontradas - postos de saúde, hospitais públicos - também foi salientado como um fator que desestimulou o relacionamento entre órgão e classe. Anteriormente, o pescador via na colônia uma das poucas, ou até a

única, opções de saúde, época na qual também existia médico, pois as condições financeiras do órgão estavam melhores.

Atualmente, o responsável pelo escritório local do IBAMA tem exigido, para a liberação da carteira de pescador, que o interessado passe primeiramente pela colônia e peça uma carta atestando que é realmente pescador. No entanto, o mesmo afirmou que não sabe se o procedimento continuará sendo desta forma, alegando problemas de veracidade destes documentos.

Entretanto nem sempre foi problemática a situação da colônia Z2. Há relatos e documentos que comprovam que, em anos passados, a colônia estava bastante fortalecida.

O início foi a partir de 1920, quando o serviço de pesca, até então confiado ao Ministério da Agricultura, foi transferido para o da Marinha. O C. A. José Bonifácio realizava uma peregrinação, de norte ao sul, por todo o litoral brasileiro de forma a organizar colônias de pesca. Nesta, estimou-se o contingente de cerca de 80 mil pescadores (Marinha do Brasil, 1921).

No município organizaram-se duas colônias - Z1 e Z2 - sendo a primeira responsável pela região do Distrito do Saí e a outra pela região insular. No ano de 1925 a referida contava com 1.201 inscritos, na sua maioria quites (Marinha do Brasil, 1925). Em cada uma das escolas, no total de 14, havia cerca de 30 alunos. Naquele ano, no Estado de Santa Catarina estavam registradas apenas 3 colônias, duas em São Francisco do Sul e uma no Porto de Ganchos (Município Governador Celso Ramos).

Nestes tempos, havia o Crédito Marítimo, encarregado de fornecer aos interessados os artigos necessário (pequeno material de pesca - rede, linha, fio, anzol) pelo mínimo preço. (Marinha do Brasil, 1922).

No Boletim da Diretoria de Pesca editado nesta época, encontramos, por diversas vezes, citações benéficas referentes à colônia existente em São Francisco do Sul, já que era considerada “um bello exemplo” para as outras. Vários dados demonstram os méritos e a evolução desta colônia.

O município de São Francisco do Sul também contava com uma publicação que fazia parte da colônia de pescadores Z2, denominada “O pescador”, que manteve-se na defesa da classe, de fevereiro a dezembro de 1922 (S. Tiago, 1947). Este cita com bastante referência alguns sobrenomes que hoje ainda se encontram entre os pescadores

da Enseada, e que colaboraram neste trabalho.

O periódico do município, “A razão”(25 maio, 1929), elogia a colônia, suas escolas e posto médico. Estas escolas eram motivo de grande orgulho para os habitantes, conforme foi observado por antiga moradora da sede do município, parente do primeiro presidente da referida colônia.

Era dever das diretorias a elaboração de um relatório anual com todas as questões de ordem econômica e social, especificando os trabalhos executados, as impressões colhidas etc., abrangendo questões que influenciavam diretamente na vida da Colônia e fossem de interesse imediato para o pescador. Também “procurar por meios suasórios incutir nos colonos de sua zona a fiel observância aos processos de pesca adotados por lei, evitando as infrações que resultam em prejuízo próprio [...] obter destes a pontualidade nos pagamentos das quotas mensais destinadas a melhoramentos...” (Marinha do Brasil, 1923). Cabe salientar que os pescadores eram obrigados a fazer parte de uma colônia no Estado em que residiam, sendo aplicada penalidade ao contraventor desta norma.

De maneira geral, a referida publicação oferecia informações bastante pertinentes e diversas, seja sobre temas de ciências biológicas, como classificação ictiológica, ou sobre normas instituídas esclarecendo sua função, até informações sobre metodologias de preparo de equipamento de pesca, como tingimento de redes.

Fornecia dados também sobre os feitos das Colônias, de modo a trazer incentivo, dados de pesca e vendas, dados referentes às escolas. Assim se mostrando bastante educativo, demonstrando preocupação com os temas de conservação e temas sociais³⁶.

O poder de organização e a qualidade de serviços prestados pela Colônia à população pesqueira é também referenciada por alguns pescadores que vivenciaram este tempo. “*A Colônia foi boa no tempo da Marinha, pois o pessoal respeitava.*”

Já no periódico “O município” (11 abril 1959) a atuação dos órgãos públicos responsáveis pela administração da pesca era citada “.... os inconvenientes das redes usadas pelos barcos de pesca” e elogiando a antiga colônia: “Recordamos agora o vigor com que, ao tempo de vigência das colônias de pescadores, entre as quais se destacou a Z2 organizada neste município ...fora encarado esse problema referente às malhas das redes de toda espécie destinadas à pesca dos peixes e camarões...”

³⁶ Entretanto, quando da demonstração da revista para pescadores locais pertencentes a esta época, os mesmos mostraram-se surpresos, já que não tiveram contato com ela.

6.2.3 A PESCA DA TAINHA

6.2.3.1 CONSIDERAÇÕES

A época da safra da tainha, iniciada em 15/maio e findada em 15/julho de cada ano, a exemplo de outras comunidades pesqueiras do litoral sul do Brasil, certamente é uma das atividades que mais movimentam a população de Enseada, já que muitos interrompem a rotina para manutenção do equipamento de pesca e, posteriormente, à captura deste recurso.

É uma época aguardada e vivida com bastante entusiasmo, devido à possibilidade de bons ganhos que pode proporcionar aos que nela atuam.

Basicamente, as metodologias empregadas no Balneário são quatro: arrasto de praia, rede de emalhar (caça e malha), rede de espera (vai e vem), tarrafas.

A rede de caça e malha é utilizada em barcos, a motor, onde embarcam entre 3 a 6 homens. As redes são de nylon, com tamanho de malha variando entre 7 e 12 e altura relacionada às profundidades pescadas (foto 8).



FOTO 8: Rede de emalhe à espera de manutenção, na área reservada da Casa do Pescador, para ser usada na pesca da tainha.

A rotina de trabalho é a saída diária dos pescadores e a navegação por toda a extensão de águas costeiras à Ilha até o encontro do cardume, em torno do qual faz-se o cerco, sendo a rede içada ao barco. Estando em terra, o pescador desembarca,

acondiciona ou comercializa o produto, para depois fazer a manutenção dos petrechos de pesca.

A rede de espera, também de nylon, é colocada em águas costeiras, deixada ao sabor das correntes, sendo verificada constantemente, por isto a denominação “vai e vem”. O seu uso na captura da tainha é quase uma novidade na região.

A tarrafa é usada em toda a orla, desde a desembocadura da Lagoa do Acaraí até a Praia Grande, principalmente no fim de tarde, quando o pescador já encerrou sua atividade em grupos de pesca.

O arrasto de praia é um método de pesca organizado por área de pesca, conferindo, entre as localidades do Sumidouro e da Enseada, a atuação de 8 grupos.

No Balneário de Enseada, o arrasto de praia é realizado por um grupo que atua na extremidade direita da baía (praia da Ponta) (foto 9).



FOTO 9: Pescadores e o produto da captura por arrasto de praia na Praia da Ponta.

Esta metodologia de pesca é realizada tradicionalmente há muitos anos, representatividade cultural esta que é somada à importância econômica desta atividade, e ainda à função social, ao provocar o envolvimento de grande parte da população.

6.2.3.2 CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE PESCA DA TAINHA POR ARRASTO DE PRAIA.

O grupo é formado anteriormente à época da pesca da tainha, a partir da inscrição de camaradas, ou seja, pessoas interessadas em participar da atividade.

O limite para o número de pessoas inscritas, próximo a 40, está de acordo com o equipamento selecionado (número de embarcações e redes), área física a ser utilizada e também com a pesca do ano anterior (quantidades obtidas).

A produtividade de pesca durante a temporada influencia também na desistência de camaradas no seu transcorrer. “*Se dá uma pesca boa, tem bastante gente. Se, como neste ano, a pesca inicia muito ruim, o pessoal vai saindo.*”

De um ano para outro, grande parte da camaradagem permanece invariável, mas há alguma renovação.

Nesta renovação, há uma certa preferência por pescadores locais, mesmo que o quadro de inscritos já esteja completo, conferindo ao limite de quantidade de inscritos uma certa maleabilidade. “*Se tiver um pescador nato aqui da Enseada, mesmo que esteja lotado, nós não deixamos ele fora. O acolhemos. Agora, sendo uma pessoa de fora, estando com lotação completa, fica esperando vaga...se alguém sair...*”. Também há um limite de tempo máximo para a inscrição no grupo, já que há toda uma preparação inicial de equipamento e instalação a serem utilizados, o que é bastante trabalhosa.

O aspecto idade condiciona um ciclo de renovação bastante peculiar pois, para os mais velhos, esta metodologia de pesca é praticamente a única possibilidade de continuar exercendo a atividade, já que a idade aparece como limitante para outras alternativas de atuação. Desta forma a pesca de arrasto constitui uma atividade para aquele que não possui mais a saúde da juventude, mas que ainda tem alguma energia para cumprir suas necessidades econômicas e deseja continuar na pesca.

Muitos a consideram de importância, como uma “reserva de trabalho”, para aqueles que encontram dificuldade para pescar no mar em embarcações, por não contarem mais com a saúde suficiente para este exercício. “*Todo mundo que vai ficando velho quer entrar ali. O fim de todo mundo vai ser aquilo ali. Então tem que deixar.*”.

Todos os participantes são registrados com carteira de pesca do IBAMA e o próprio grupo está também registrado, o que é parte das exigências do órgão para a regulamentação da pesca e delimitação do espaço físico.

A área de pesca situa-se entre a ponta da Enseada, onde se estabelecem durante a temporada, e a Praia Grande. A distância limite de uso legal é de 800 m da praia e 50 m do costão (Portaria nº 26/95), área esta que fica sinalizada com uma bóia e bandeira.

O grupo é bastante heterogêneo, apresentando significativas diferenças no que se refere à idade (entre 16 e 77 anos), naturalidade (sede ou Balneários de São Francisco do Sul, Joinville, Estado do Paraná etc.), atividades exercidas após a temporada (pesca, construção civil, comércio etc.), renda individual (1 a 7 salários), escolaridade (analfabeto, 1º ou 2º grau) (tab. 8).

No entanto, pode-se verificar algumas características representativas do grupo, sendo a idade uma das mais importantes, já que mais de 70 % dos camaradas tem idade superior a 50 anos. Outro aspecto é que o mesmo é formado por maioria de aposentados (48%), alguns da pesca profissional, mas a maior parte proveniente de outras atividades trabalhistas (tab.8).

TABELA 8: CAMARADAGEM DA PESCA DE TAINHA POR ARRASTO DE PRAIA - GRUPO ENSEADA EM 1996.

	idade	estado civil, filhos	função no grupo	profissão	renda	naturalidade
1	59	casado , 1	patrão	pescador	1 sal	São Fco
2	48	casado , 6*	patrão	pesca	1 sal	São Fco
3	53	casado , 9	presidente	empresa	7 sal	São Fco
4	59	casado , 5	patrão	aposentado	2 sal	São Fco
5		viúvo , 7	olheiro	pesca	5 sal	São Fco
6	40	casado , 3*	olheiro	pesca	5 sal	São. Fco
7	57	casado , 5	marcador	aposentado, pesca, outros	1 sal	São. Fco
8	39	casado , 3	guarda	pesca	1 sal	São. Fco
9	52	casado , 3	guarda	aposentado, pesca	1 sal	São José há 26 em São Fco
10	61	casado , 2	camarada	aposentado	1 sal	São. Fco
11	68	casado , 5	camarada	aposentado, serviços	1 sal	Araquari há 61 em São Fco
12	44	casado , 1	camarada	caseiro	2 sal	Joinville há 6 em São Fco
13	53	casado , 8	camarada	construção, pesca	3 sal	
14	43	casado , 5*	camarada			
15	57	casado , 4	remador	construção, pesca	1 sal	São Fco
16	56	solteiro, nenhum	camarada	prestação de serviços		Minas Gerais há 14 em São Fco
17	61	casado , 1	camarada	aposentado		São. Fco
18	77	viúvo , 4	camarada	aposentado		São. Fco
19	17	solteiro, nenhum	remador	pesca, estudante	-	São. Fco
20	16	solteiro, nenhum	remador	estudante	-	Paraná
21	37	casado , 1	camarada	outros		Joinville
22	56	casado , 3	camarada	aposentado	5 sal	Joinville
23	59	casado , 1	camarada	aposentado		Joinville
24	65	casado , 6	camarada	aposentado, pesca		Joinville há 11 em São. Fco
25	65	casado , 2	camarada	aposentado	3,5	Joinville há 3 em São. Fco
26	64	casado , 3	camarada, cozinheiro	aposentado		Joinville
27	63	casado , 1	camarada	aposentado		
28	56	casado , 4	camarada			
29	55	casado , 5	camarada	aposentado, pintor, pedreiro	5 sal	Itajaí mora em Joinville

FONTE: Trabalho de campo

NOTA: As assinalações (*) significam que este filho atua profissionalmente na pesca. No ano de 1997, o número de participantes praticamente se manteve, tendo ocorrido o falecimento de um de seus integrantes, e o comparecimento de outros dois que já haviam participado desta atividade. As funções da camaradagem também foram mantidas.

Estes aposentados vem se juntar ao grupo de pesca a fim de possibilitar um aumento em sua renda mensal, além do intuito de manter-se ativo e em contato com os colegas. Outros, depois desta safra, continuam exercendo atividade profissional de pesca artesanal, na captura de enchova, corvina, cação e outras espécies.

A naturalidade e tempo de vivência no local parece ter relação direta com a escolaridade e nível de renda do indivíduo. Assim, de forma geral, os “nativos” tem escolaridade mais baixa, exerceram a atividade pesqueira por mais tempo, e sua renda é menor do que aquele que nasceu e/ou residiu em outra cidade.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos pescadores (descritas no item 6.2.3.4), notou-se relativa satisfação e orgulho por estarem atuando na atividade, pois há consciência da importância que tem a tipologia artesanal e a tradição desta pesca. Ao reconhecer sua importância, o grupo conhece e luta por seus direitos

Há uma forte união interna e eventualmente contam com ajuda externa, decorrente da repercussão que tem esta pesca também para outros grupos.

A ecologia do recurso pesqueiro, principalmente o processo migratório foi adquirida através de conversas dentro e fora do grupo e nos meio de comunicação (TV, jornal etc.), mas principalmente pela prática de vida e a partir do conhecimento repassado por pescadores mais tradicionais. “*Os antigos falavam que a tainha não gosta do frio. Ela vem procurar água quente*”. Alguns depoentes demonstraram grande interesse em adquirir um pouco do conhecimento científico e isto vem ao encontro da vontade de solucionar dúvidas demonstradas pelos próprios quando questionados sobre o tema. Um informante comentou o fato do pouco acesso a este nível de conhecimento, sugerindo temas de estudo.

6.2.3.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESCA DE ARRASTO DE PRAIA : INSTRUMENTAÇÃO, METODOLOGIA, DIVISÃO DAS TAREFAS E DO PRODUTO.

Os equipamentos de pesca selecionados para a temporada da tainha são de propriedade individual, mas são utilizados pelo grupo de acordo com a necessidade premente.

O grupo possui autorização da municipalidade para ocupar espaço da Casa do

Pescador, onde pode acondicionar o equipamento de pesca. Parte do material é guardado na própria residência do proprietário

Cerca de um mês antes do início da pesca da tainha, em meados de abril, é feita a verificação e manutenção do material que será utilizado. Não somente os proprietários de barcos e redes, mas todos participam deste trabalho, que é realizado manualmente, seja nas residências ou na Casa do Pescador.

Havendo necessidade, os barcos são pintados ou consertados, mas são as redes que recebem atenção especial pois elas precisam estar suficientemente fortes para arrastar grandes quantidades de peixe, que por ventura podem ocorrer. Assim, partes são cerzidas, panos inteiros são inseridos ou trocados assim como as bóias e pesos.

Todo o equipamento de pesca é levado para a praia no início da temporada e neste local ficam até seu término.

A quantidade de redes é estipulada a partir de um acordo entre pescadores e IBAMA, ficando registrado na autorização da pesca. Dependendo do interesse do grupo, e sequencial acordo com o órgão fiscalizador antes que se inicie a pesca, o número de redes pode ser modificado.

As redes, no total de 10, são diferenciadas em relação a largura, comprimento, tamanho de malha e material constituinte. São divisionárias, ou seja, compostas por partes distintas entre si, que se dispõe simetricamente a partir do centro, cada qual com altura diferenciada, esta crescente das laterais para o centro da rede, que deve ser maior pois é onde fica concentrada a maior quantidade de peixe. Cada parte tem nomenclatura própria: manga, subencontro, encontro, cópio (centro). Desta forma, a maior rede por eles utilizada possui 300 braças de largura e as alturas de cada parte, da manga até o centro são, respectivamente: 4, 5, 6 e 12 braças.

Quanto ao material que compõe a malha, algumas são totalmente de seda, outras são mistas (seda e nylon), sendo que, por uma questão técnica, todas devem ter pelo menos o cópio de seda, já que não são redes para o emalhe e sim para o arrasto e com esta área especialmente forte. O tamanho de malha da rede para o arrasto de praia da tainha varia de 7 a 10.

Mesmo as redes que possuem pesos por dentro do cabo, também tem pesos de barro ou chumbo dispostos externamente o que lhe confere maior arrasto de fundo.

A rede mais antiga deste grupo tem cerca de 30 anos, totalmente de seda, já amarelada, bóias de cortiça e pesos de barro.

São sete os barcos, tipo baleeira, de madeira sem cabine, sendo todos movidos a remo (de pá ou de voga).

Os camaradas permanecem diariamente na praia, entre seis da manhã e cinco da tarde, à espera dos cardumes. Havendo probabilidade de pesca, mesmo que já tenha passado da hora de recolherem-se, permanecem à espera de cercar o cardume que se apresenta.

Durante a noite, um ou dois camaradas com função de guarda ficam de vigília, sendo que, ao desconfiar da presença de cardume, contata com alguns pescadores mais experientes e, se verificada a necessidade, chamam outros para realizar o cerco, que pode ocorrer a qualquer hora da noite ou da madrugada.

Estão munidos de estrutura física que lhes fornece certo conforto durante o tempo da safra. Há um barracão de madeira com dois cômodos, um dos quais serve de sala de estar, com mesas e bancos, onde os camaradas se abrigam para as tarefas e o lazer. O outro cômodo é uma cozinha equipada com fogão, dispensa e pia onde diariamente é feito almoço e café (foto 10).

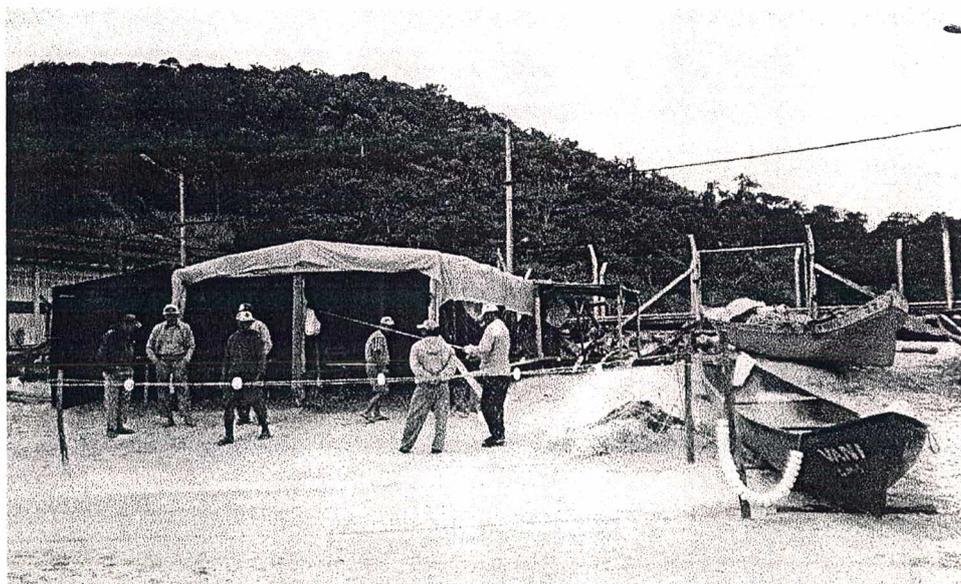


FOTO 10: Estrutura física e alguns camaradas do grupo de pesca da tainha por arrasto de praia, localizado na praia da Ponta. Ao fundo, molhe da PETROBRÁS.

Externamente a este há um banheiro e varanda com uma grande mesa para as reuniões e almoços, varais para secagem das redes e, junto ao costão, existe uma guarita de fibra de vidro, reservada para os que observam a chegada dos cardumes (foto 11).



FOTO 11: Guarita e olheiro à espera dos cardumes, no costão da Praia da Ponta.

Toda esta estrutura, que vem sendo melhorada com o passar dos anos, era montada e desmontada a cada temporada, mas, a partir de 1996, permaneceu na praia, tendo sido apenas retirada a guarita. Também um barco com rede fica por mais alguns dias após o término para que possam se realizar eventuais arrastos.

A presença de cardumes de outras espécies, como sororoca e enchova, quando verificada, possibilita a captura através do arrasto de praia ou cerco por barco, dentro da área delimitada para a pesca deste grupo.

A metodologia de pesca é bastante organizada, havendo contínua comunicação entre os camaradas, aos quais compete responsabilidade no cumprimento da tarefa que lhes cabe.

As tarefas estão relacionadas com o cargo que cada um ocupa dentro da camaradagem. Assim, de acordo com as temporadas presenciadas: são 3 os chefes do grupo - patrões - que organizam a pesca; 2 olheiros que são encarregados de ficar sobre o costão à espera de avistar os cardumes que nele se acostam, indicando aos companheiros a maneira de realizar a pesca (localização, quantidade de redes); 2 guardas noturnos que ficam de olheiros; pelo menos 2 remadores, que levam o barco com a rede a ser utilizada durante o cerco e, os restantes, camaradas de pesca. Todos, quando não estão atuando em suas tarefas específicas, ajudam no arrasto da(s) rede(s).

A ação de captura caracteriza-se pelo “cerco” do cardume, após as instruções

orientadoras do olheiro que conhece a movimentação e a quantia de peixe a partir da maneira como pulam para fora da água e a mancha observada.

O olheiro explica qual é sua tarefa no grupo: *“Conforme ele vem a gente (olheiro) vai vendo se ele vai se aproximando ou não. Quando ele (o peixe) está no local de pega, a gente faz sinal com o pano, da casinha. Então saem (os camaradas) com a rede e a canoa para fazer o cerco. Conforme eu mando eles vão fazendo até deixar o peixe dentro da rede.”*

Conforme a quantia de peixe percebida pelo olheiro, são utilizadas mais que uma rede. A primeira a ser usada para cercar o cardume é a que possui maiores dimensões - anteriormente descrita. Havendo necessidade, as outras vão cercando uma por detrás da outra. *“Numa área de 5 por 3 metros na água, a gente calcula uma base de 5 mil tainha. Pra 5 mil tainhas precisaria no mínimo umas três redes. Pró primeira rede é necessário uns 25 homens para puxar devido o peso. Puxando a primeira, o pessoal passa para outra e assim por diante. As outras não precisam de 25, só o suficiente para puxar devagar acompanhando, se não o peixe aproveita e sai por baixo. A praia é cheia de buracos. A tainha é um bicho muito esperto”*

Estando o cardume cercado, com os cabos da rede presos à praia, processa-se o arrasto propriamente dito. Para isto, os dois lados são puxados ao mesmo tempo, estando a maioria dos camaradas nesta função e outros dentro da água de maneira a suspender um pouco o lado de cima da rede (onde estão as bóias) e fixando o outro lado (o fundo, dos pesos) junto ao chão. Desta forma, procura-se evitar que a tainha escape.

Quando o cópio da rede, com a concentração de peixes, estiver bastante próximo à linha da praia, com um movimento combinado e rápido, unem-se os lados de cima e baixo, de modo a formar um envelope com a malha da rede. Estando toda a rede fora da água, é feita a separação do peixe, que fica amontoado na areia.

A esperança da chegada do cardume está ligada às condições climáticas e de maré, conforme esclarecido por um dos olheiros: *“O vento sul vem. Venta dois ou três dias. Quando o vento acalma, ela vem encostando, nas praias, nos morros. Depois da maré vazante, vem uma maré pequena de enchente, que ajuda o peixe vir até onde a gente está esperando. O peixe pode sentir também a frente fria, como o vento, o tempo ruim, e pode encostar. O peixe apanha muito dos ventos. Ela corre para onde o mar está calmo e onde nós estamos esperando para fazer o lance”*.

A divisão da renda ou do produto obtido é feita através do quinhão (partes) e está relacionado com o esforço que cada tarefa exige do camarada (tab. 9). Um terço do arrecadado fica para as redes, sendo dividido entre os proprietários destas. Dois terços ficam para a camaradagem, onde há os que recebem 3 quinhões (patrão, olheiro, vigia noturno), 2 quinhões (remador) e 1 quinhão para o restante da camaradagem. “*O canoeiro ganha dois quinhão porque faz dois serviços. Ele vai remando, dá o cerco e quando pula na água, também vai puxar. O patrão ganha três quinhão porquê é responsável pela embarcação. Ele que tem que ver na hora se pode sair. Porque quando tem mar ruim, ele que tem que segurar a canoa. É pessoa de responsabilidade. E quando o espia manda o peixe, tem que obedecer o espia. E cuida do peixe para não errar o lance*”.

TABELA 9 : EXEMPLO DE DIVISÃO DO PRODUTO PELO SISTEMA DE PARTES (“QUINHÃO”).

Função	quantidade atuantes	parte devida	total por função	cálculo
Patrão	2	3	6	450 peixes capturados
Olheiro	2	3	6	30 quinhões (total camaradagem)
Remador	1	2	2	$450 \div 1/3 = 150$ (das redes)
Guarda	2	3	6	$300 (2/3) \div 30 = 10$ (cada quinhão)
Camarada	10	1	10	patrão recebe 30 peixes; camarada, 10
				total = 30

FONTE : trabalho de campo

Característica bastante tradicional neste tipo de pesca é a presença do quinhão de praia, distribuído para as pessoas que participam no processo de captura, ajudando a puxar as redes : “*Todo que ajuda, ganha. Conforme a quantia que é pescada. Como uma gratificação. Aqui ninguém passa fome se a sociedade matou peixe*”

A divisão do produto é realizada na própria praia. Primeiro dá-se o quinhão de praia, depois divide-se o total de acordo com a camaradagem atuante no dia. São feitos “montinhos” com a mesma quantidade de peixe, referentes a um quinhão (no caso apresentado em tabela, 30). Cada um toma a parte que lhe é devida.

Caso a quantidade capturada seja significativa, ou se decida por isto, realiza-se a venda, sendo a renda desta dividida da maneira descrita.

Entre a camaradagem, um é chamado de “marcador”, estando responsável pelos cálculos, também anotando as quantidades pescadas e preço obtido.

A venda é realizada de acordo com o preço oferecido, não existindo compromisso firmado, independente do tamanho ou da presença ou não de ova nos peixes. Desta forma, vende-se para a melhor oferta, seja Joinville, Itajaí. Com menor frequência o produto fica na própria região, pois alegam que no município não há um comprador para uma grande quantidade de pescado. Um camarada é o encarregado deste assunto, por isto é chamado de patrão de assuntos externos.

Uma outra possibilidade para a venda do produto da pesca é a banca de peixe da Casa do Pescador. Entretanto, esta não tem sido utilizada pelo grupo já que acreditam não ser compensatório, pois a praia já é bastante tradicional no que diz respeito à captura da tainha, levando o freguês a buscar o pescado direto na praia.

A dificuldade de obter-se uma média da renda está no fato de que as quantidades pescadas são bastante diferenciadas entre cada ano, o que está demonstrado na figura 4.

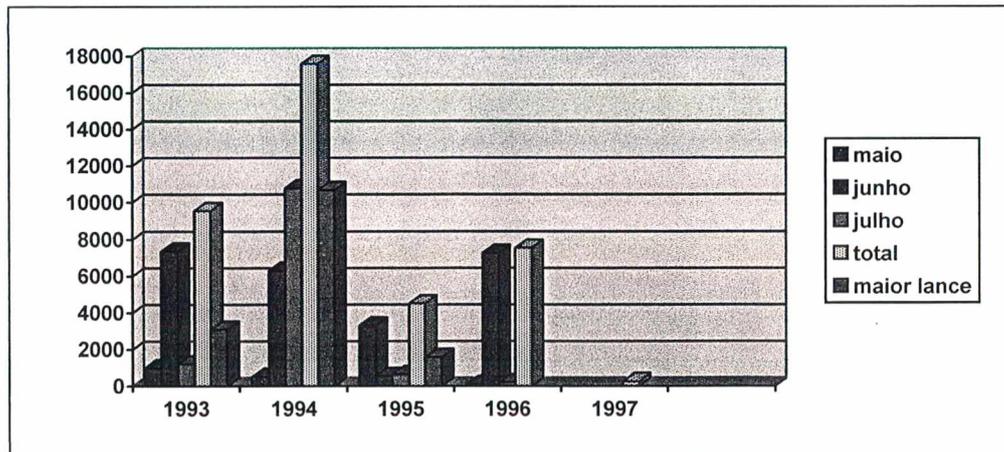


FIGURA 4: Quantidades capturadas de tainha por arrasto de praia, nos anos de 1993 a 1997, para cada mês, total da temporada e maior lance de captura efetuado.

FONTE: Trabalho de campo. Anotações do tesoureiro (marcador) da associação de pesca por arrasto de praia na Enseada.

Se o camarada inscrito está ausente durante o arrasto, perde o direito à partilha do peixe. Entretanto, dependendo do caso, pode vir a receber normalmente como se estivesse presente no momento do lance. Em um evento de cerco pouco significativo, o

quinhão de um camarada, como um guarda da noite, por exemplo, pode diminuir. Portanto, a divisão do produto nem sempre é tão objetiva como anteriormente abordada, havendo algumas outras condicionantes que interferem na decisão.

Eventualmente, o grupo realiza o arrasto em outras praias que estão dentro do território delimitado pelo IBAMA, como a Prainha e a Praia Grande. Ocorrem ocasionalmente pois estas são praias de mar menos tranqüilo, o que dificulta a pesca, sendo válida, e assim executada, apenas quando o recurso se encontra em abundância (foto 12).



FOTO 12 : Ação de arrasto de praia sendo realizado na Prainha.

6.2.3.4 ASPECTOS PROBLEMÁTICOS REFERENCIADOS PELO GRUPO DE ARRASTO DE PRAIA E OUTROS COMENTÁRIOS.

O aspecto problemático mais referenciado pelo grupo que atua na pesca por arrasto de praia é a relação conflituosa com outras artes de pesca realizadas na região: rede de caceio do tipo caça e malha, rede vai e vem, pesca industrial.

Anteriormente, a pesca industrial não explorava o recurso tainha mas, com a diminuição dos estoques de outras espécies, optou-se também por esta, mesmo tendo menor valor econômico.

O emprego de redes de caça e malha é relativamente novo na região, tendo sido

iniciado por volta dos anos 70, contando hoje com mais de 20 redes. A rede tipo vai e vem começou a ser utilizada somente há poucos anos, e ainda tem expressividade mínima para a pesca da tainha.

Mesmo conscientes do aumento do número de redes empregadas e de pescadores que atuam na safra da tainha, os pescadores de arrasto de praia praticamente não acreditam no decréscimo do estoque desta espécie, o que comprovam empiricamente. “ *A tainha não tem diminuído. Todo ano vem muito. Pode ser que ele diminui um pouco por causa que tem mais gente que pega, mas a gente vê os cardumes.* ” . Costumam crer mais na sorte, que tem ocorrência cíclica e assim : “ *ano passado foi uns. Agora quem sabe é a minha vez. Cada vez é de um.* ”

Para estes pescadores, o maior impacto sofrido para a captura deste recurso é o espalhamento dos cardumes (por eles denominado “ estrova”) o que tem sido causado quando da exploração em barcos, principalmente pelas redes de carceio.

O descontentamento faz-se bastante visível pois, depois do peixe ter sido espalhado, ele dificilmente volta a formar um cardume expressivo e se aproximar da praia, para que possam realizar o arrasto. “ *São os tipos de rede que estragam. Eles (carceio) vão cercar o peixe na frente quando o cardume vem. Eles pescam com três homens e estragam a comida de muita gente. Esta pesca devia ser proibida. Antes vinha peixe aqui. Hoje em dia agora tá difícil. Tá tudo assustado.* ”.

O fato é que há várias condicionantes para que o cerco de um cardume através da rede de caça e malha traga bom resultado, elementos estes que por várias ocasiões não são cumpridos levando a uma pequena exploração do recurso e ainda impedindo sua captura por outro grupo. Em várias ocasiões, quando um grupo de caça e malha avista um cardume, o petrecho de pesca é inadequado para a quantidade e local de captura do pescado. Mesmo sendo assim, o cerco é efetuado, resultando na captura de uma pequena quantidade de pescado, em relação ao total existente. “ *Eles saem e cercam pra 20 mil. Matam 200-300, ou conforme se cerca. Bem cercado, num lugar baixo, até 1000. Mas num lugar mais fundo, não chega a 200.* ”.

Mesmo sendo pouco significativa a quantidade pescada, dividida entre somente 3 ou 4 homens, a renda individual torna-se satisfatória para estes.

Mas este tipo de pesca não contenta quem tem mais experiência na atividade de carceio, e que entende como um grande desperdício o fato do peixe acabar escapando.

“Matar tainha é difícil. Tem que ser esperto. Tem uma guriada que hoje tá entrando e não tem idéia, não tem prática. Cerca e bota fora. Estraga, acaba com tudo.”

Lembram ainda que o crescente número de pessoas que necessitam deste recurso e a maior dificuldade de hoje em obtê-lo, levou a um aprimoramento de petrechos e à modificação da atuação do pescador, que abandona a captura de praia para sair ao encontro do peixe em alto mar. *“Todas as pessoas tem o direito, porque tem família. E a pescaria cada vez vai ser mais moderna.”*... *“Quem tá pescando no mar, precisa. Este troço é ruim.”*

Em realidade, a mobilidade de pescadores entre os dois tipos de pesca é um fato característico, o que leva à consideração de alguns outros elementos.

O esforço requerido pela pesca em barco é maior do que a da praia, em termos de material pelo investimento na embarcação, no motor, no gasto de óleo e energético, já que o embarque em busca dos cardumes é diária e nele permanecem por várias horas.

A pesca de praia é considerada por muitos como mais vantajosa, devido à unidade do grupo durante as atividades e ao fortalecimento de laços de amizade. Também, quando da aparição de um grande cardume, os ganhos possibilitados são significativos. *“Ali (na praia) é bom porque a gente está na praia, tudo unido.. Todo mundo fica curioso para que a tainha venha logo, que quando é uma pesca que quando a pessoa acerta é bom.”*

Mas, se a atuação na praia aparentemente é menos dispendiosa, por outro lado este relativo conforto traz mais insegurança em relação aos ganhos. Apesar da experiência dos pescadores, o resultado de pesca é bastante imprevisível, pois depende, em primeiro lugar, da aproximação dos cardumes. Esta situação é comprovada na análise da figura 4, onde percebe-se a nítida diferença não só entre os anos de atuação do grupo, mas também entre os meses da temporada, sendo que, por vezes, as quantidades obtidas durante uma só ação de captura são praticamente a quase totalidade do obtido em um mês.

Esta atuação menos ativa em relação à pesca em embarcações, levando à pouca atividade durante várias horas ou dias consecutivos, gera grande impaciência em todo o grupo, principalmente nos mais jovens. *“Os mais novos não aguentam. Eles vem, se der peixe, ficam. Se não deu, vão embora. Fazer o que aqui? Estes que estão aqui até agora são aposentados (querendo dizer, os mais velhos). Pois passar aqui duas*

semanas e não matar um rabo de peixe, é fogo.”. O tempo parece não passar quando não se realiza um cerco.

Assim, no balanço de vantagens e desvantagens, sempre tentando melhorar o rendimento monetário, alguns tem atuado, em distintas temporadas, nos dois tipos de pesca.

Os mais velhos ou com saúde debilitada, conforme já esclarecido, tendem a ficar por falta de opção, e é neles que aparentemente o emocional é mais afetado, até porque lembram de tempos melhores de pesca. A expressão facial do pescador é de angústia quando fala da diminuição do peixe, da falta de entendimento e organização dos pescadores para evitar os conflitos, de situações consideradas irremediáveis, como a de não ter outro caminho a não ser “...*ir para a pesca de praia para ver se pega algum peixe.*”.

Considerando que o pescador profissional precisa ter a renda assegurada, e no carceio o pescador parece ter papel mais ativo na captura, alguns consideram este método como fundamentalmente importante para a garantia de sua sobrevivência.

O abandono da atividade durante a temporada incrementa a problemática vivida pois, já que a pesca de praia é que necessita do trabalho conjunto de muitos homens, a insuficiente quantidade de camaradas pode resultar em um lance mal dimensionado, ocasionando perda de pescado.

Reclamam pela falta de apoio para esta tipologia de pesca que para eles é o maior exemplo do conceito artesanal além de não prejudicar ninguém, pois não espalha o cardume nem machuca o peixe, fato que comentam para a caça e malha: “*A verdadeira pesca artesanal, que é tanto defendida, e para nós não defende nada. Não sei se para nós, mas para o futuro, que alguém olhasse esta parte e que o peixe caçado, com a rede de caça, eles de mil que eles caçam, mais de mil saem machucado.*” Para eles, o peixe coletado no arrasto tem mais valor de mercado pois é um peixe de melhor qualidade e que, mesmo tendo maior variabilidade no tamanho, não fica machucado como o que é caçado em redes de malha.

Lembramos que, independente do método de trabalho, a pesca é uma atividade que tem se mostrado cada vez mais imprevisível o que vem a trazer outras atitudes conflituosas entre os dois grupos. Isto tem se mostrado em situações diversas. Alguns atuantes do carceio não tem cumprido as determinações legais de manter

distância do costão e praia delimitada para arrasto, levando este desrespeito às normas e acordos preestabelecidos à desavenças entre os integrantes dos grupos.

Por outro lado, alguns dos que atuam na caça e malha não acham coerente que fiquem a esperar que o cardume se encontre fora da área delimitada para o grupo de arrasto, para então procederem sua pesca. *“ Vem, chega peixe no costão aí. Peixe prá 20, 30 mil, fica aí uma semana inteirinha. O pessoal da sociedade espera que o peixe vem para o ponto do laço para cercar . Como já aconteceu, a gente tá aí e dá tempo ruim. O peixe vai embora. Não mata a sociedade e não mata o pescador da rede de malha.”*

Ainda neste tema, a norma legal vigente que regulamenta esta situação, tem causado desagrado ao grupo de praia, por possibilitar uma maior aproximação das embarcações. De acordo com a Portaria que legislou até 1995, estava permitida a pesca de tainha com rede de malha após a distância de 1.800 m da praia onde existia pesca de arrasto e 300 m do costão. A partir da Portaria nº 26/95, foi admitida a aproximação em até 50 m do costão e 800 m da praia.

Considerando-se que é pelo costão da Enseada que o cardume vem se aproximando até a praia onde então é cercado e arrastado, não é de se estranhar o fato de que os pescadores admitem a legislação como bastante inadequada para a região pois não considerou suas peculiaridades. São constantes os comentários negativos acerca da atuação dos órgãos governamentais responsáveis. *“ O pessoal de gabinete entende pouco. Fizeram uma portaria de norte a sul do Estado.”*

Lembram que a área utilizada para a pesca de arrasto está bastante modificada em relação a anos atrás, devido à construção de um molhe que culminou na separação da praia em duas partes. Os antigos pescadores afirmam que a obra causou uma barreira para o movimento da tainha. A pesca, que era antes realizada desde o meio da praia até as proximidades do costão, agora só pode ser realizada na pequena praia formada atrás da referida construção, dificultando sua aproximação até um local propício para o cerco. *“Estragou essa linda praia que nós tinha. E agora nós só temos esta areazinha.”*

Os pescadores concebem que é necessário proteger o peixe através desta legislação *“porque ele vem do Rio Grande, perseguidos por barcos, por rede. Então é uma maneira de ela chegar no costão e descansar até quando ameaça um vento.”*

Entretanto muitos não conferem tanta importância para o fato de que a pesca, independente do método usado, é realizada durante a época da desova. Observam que grande parte das tainhas capturadas estão ovadas mas, nem sempre, que isto é totalmente inadequado para a manutenção da espécie. De fato, dificilmente se consideram agentes causadores de decréscimo do estoque, além da crença de que o recurso não se extinguirá: “ *Cada ano parece que tem mais.* ” Alguns chegam a comentar a crença de que o homem jamais poderá acabar com a natureza, observando que o que ocorre é somente a menor disponibilidade desta nos locais mais próximos ao homem.

No geral, os resultados das pesquisas científicas - sobre as quais reclamam que tem pouco acesso, pois não há repasse - não lhes oferecem informação que confere com sua realidade diária. “ *Com toda a pesquisa que o homem faz, não chega a uma conclusão. No fim eles até chegam até, mas só que eles deviam participar mais, acompanhar mais.* ”.

Outros tipos de redes também são referenciadas como problemáticas e de atuação ilegal. “ *Estão colocando na Praia Grande, e agora já na Enseada. Vai dar muita polêmica, muita briga. É gente daqui. É muito pessoal de Joinville. Na Praia Grande, no Morrete. Sem barco, usando até surfista para levar a âncora. A rede de vai e vem estraga ainda mais. Quando o peixe bate ali, corre e não volta mais. Se a tainha vê outra ali presa, ninguém pega mais.* ”.

Outro informante, não pertencente a este grupo, alertou sobre o uso de rede tipo feiticeira para a captura de tainha, em área delimitada para atuação de arrasto. O relacionamento com surfistas, de presença constante nestas praias, é calmo, não existindo histórico de desavenças como em outros locais do Estado: “ *Mesmo quando tem peixe na Prainha, já aconteceu, geralmente eles atendem. Não atrapalham. Se ficar surfando aqui e for entrar peixe, ele vai embora. Mas o surfe não atrapalha tanto que nem o jet que vem muito rápido e não tem como falar com eles.* ”. Há uma placa na praia indicando a proibição do surfe durante a safra de tainha e sabem que podem acionar a Capitania, se houver necessidade.

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E OUTROS COMENTÁRIOS

Este item se refere a uma discussão de assuntos já delineados anteriormente (item 6 Resultantes), mas que necessitavam de uma maior experimentação pela sua pertinência. Também são abordadas outras questões - não referenciadas pelos atores sociais entrevistados - mas que foram percebidas pela pesquisadora durante o processo metodológico.

7.1 IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

No início desta pesquisa, optou-se pela utilização de técnicas qualitativas para a coleta de informações junto à população, pois - além do fundamentado no item 3.4 da Revisão Temática - contava-se com a obtenção de informações quantitativas provenientes de relatórios das Prefeitura Municipal, CEPSUL, IBGE, FEPESC e outras.

A Prefeitura de São Francisco do Sul, especialmente sob as formas de assessorias de planejamento, meio ambiente e pesca, tem se isentado da elaboração de diagnósticos e outros estudos. O único documento disponível data de 1980. Nos últimos meses foram realizadas algumas pesquisas, mas estas são inconsistentes além de não possuírem um planejamento para sua continuidade.

Na análise dos dados brutos cedidos pelo CEPSUL³⁷, referentes ao Balneário Enseada, verificou-se que algumas informações eram de difícil comprovação como, por exemplo, aquelas referentes às embarcações (quantidade e proprietários) e espécies coletadas. As informações eram incompletas, inclusive a respeito de dados significativos para a região e temática como as áreas de pesca, quantidades obtidas e duração da pesca, bem como questões relativas à venda entre outras. Acredita-se que isto se deve ao pouco tempo utilizado e ao método de pesquisa. Estas falhas comprometem o conjunto de dados mas, por outro lado, entende-se a importância desta pesquisa inicial e que, a princípio, há a intenção de continuidade e melhoria na captação e na análise de informações.

O IBGE não dispõe de dados referentes ao município de São Francisco do Sul, além de que desde 1992 não realiza o Censo Pesqueiro.

³⁷ Dados não publicados, referenciados na tabela 4, incluída no item 6.2.2.1

No ano de 1996, a FEPESC convocou as Colônias de Pesca e as Municipalidades, para que realizassem um censo junto às suas comunidades pesqueiras. Tal processo realizou-se também em São Francisco do Sul. Entretanto, até a conclusão desta pesquisa, nem os dados brutos estavam disponíveis. Tal fato é lamentável já que, provavelmente, quando estiverem analisados e disponibilizados não terão mais a validade requerida.

A EPAGRI tem realizado alguns estudos e reuniões, quando os moradores locais discutem seus problemas de forma democrática, mas também de forma dispersa e não conclusiva.

Portanto, concluímos que a quantidade e a qualidade de informações para a área de estudo são limitadas e, sendo assim, não apropriadas para a resolução das problemáticas, mantendo o Balneário numa situação de estagnação. Para uma região de tantas potencialidades, inclusive lembrando da importância da temática pesqueira artesanal, é incoerente esta realidade e compreende-se a necessidade de esforços no sentido de resolução desta demanda.

Na elaboração do presente estudo, foi verificado que a utilização de procedimentos qualitativos, ao permitir constante aprimoramento dos instrumentos metodológicos, a liberdade e a possibilidade do informante detalhar algumas questões, permitiu a coleta de dados com significativa profundidade. Também, que o convívio direto e a não utilização de gravador em certas ocasiões, fomentou uma maior tranquilidade para o informante relatar fatos que possivelmente não seriam mencionados se estivessem sendo abordados de maneira diferente.

O exercício de captação da percepção manifestada pelos atores sociais revelou-se um instrumento para a interpretação da realidade e formação do sistema de valores. Pôde-se, desta forma, ampliar a compreensão da realidade construída interiormente e que configura o cotidiano dos informantes.

Assim, devemos reconhecer, como o faz Lévy (1994) que “as ciências cognitivas tem muito a ensinar [...] estão numa fase de expansão, ultrapassando os limites, [...] tendem a conquistar novos territórios científicos.”

Por isto, acredita-se na relevância das informações analisadas, além da experimentação realizada, que se revelou um instrumento essencial para a participação ativa de parte da população local, de modo a torná-la elemento fundamental na

elaboração da pesquisa.

O ensaio metodológico mostrou-se importante também pelo fato de promover a valorização e conscientização dos sujeitos acerca de seu meio social e natural, suas problemáticas e prioridades de modo a, posteriormente, poderem contribuir mais efetivamente para a construção de seu futuro.

Conforme verificado pelos depoimentos, os informantes mostraram-se bastante satisfeitos com a temática da pesquisa, inclusive na forma que foi proposta. Isto pôde ser percebido também nos reencontros com os atores, quando livremente comentavam sobre temas abordados anteriormente, situando o encaminhamento destes (se haviam ou não novidades), convidando para uma nova visita ou alertando sobre outro fato ou evento.

A motivação para o uso destes procedimentos metodológicos em uma pesquisa de Engenharia Ambiental encontram resposta em trabalhos que tratam da temática ambiental: “a ciência é levada a considerar problemas locais ... acarretando a necessidade de uma versatilidade metodológica ...” (Levi, 1990); e nos de cunho sociológico: “a análise de qualquer realidade humana social pressupõe uma postura atenta à contribuição de múltiplas disciplinas.” (Lago, 1996).

Mas é Marsan (1976) que, ao falar sobre a planificação do desenvolvimento, fecunda a concepção de que é fundamental um esforço considerável para o aprimoramento da ciência do Homem e do Meio, desenvolvimento este sempre suscetível de redefinição pela integração e interfecundação das ciências físicas e humanas. Neste tema, parece bastante pertinente parafrasear o físico Schwartz (1992), para quem a ciência é feita de números somente em partes, sendo fundamentalmente feita de relações.

Em busca de bons resultados, Moran (1981) mostra que são infrutíferas as discussões sobre quais disciplinas, se culturais ou biológicas, melhor se adequam ao estudo das interações entre o homem e o meio ambiente. O que é fundamental para uma análise ambiental, é a busca de uma visão integrada entre as ciências, já que se reconhece que as problemáticas vivenciadas têm origem no manejo dos recursos, que está sujeito a particularidades humanas como os fatores individuais, sociais, históricos e outros.

A leitura dos discursos dos atores sociais nunca poderia ser totalmente imparcial, meramente explicativa. Ela é, em realidade e desde o princípio, um processo de análise, onde o universo cultural do pesquisador acarreta a “não neutralidade”, o que de forma alguma invalida as resultantes³⁸.

Isto está de acordo com os métodos antropológicos, que além de não evitar a consideração dos dados subjetivos, assume a subjetividade tanto do pesquisador quanto a dos sujeitos pesquisados, conforme esclarecido e realizado por Lago (1996) quando do estudo dos processos de urbanização da Ilha de Santa Catarina.

Vários autores, como Schwartz (1992) reivindicam a não objetividade da ciência e Levi (1990), em seu artigo que questiona a existência de uma ciência ambiental, também refere-se à necessidade de reavaliar a importância da subjetividade, para um redirecionamento holístico das ciências que abordam a temática ambiental.

Para a demonstração das resultantes desta pesquisa (item 6, Resultados) optou-se por desenvolver somente as questões e temas que foram abordados pelos depoentes, para desta forma, obter um pouco da identidade dos sujeitos e suas representações acerca do meio natural e social.

Entretanto, pôde-se perceber, assim como Lago (1996), parafraseando Manuela Carneiro da Cunha, que a identidade não é algo posto, acabado, mas sim algo dinâmico, constantemente reconstruído, reinventado, investido de novos significados e de novas identificações profissionais, na transformação das formas tradicionais de trabalho.

No mesmo sentido, a leitura, ou melhor, a interpretação das representações orais também sempre será inacabada, mesmo para um só analisador. É neste ponto que encontra-se a maior riqueza e, conseqüentemente, a maior complexidade do processo.

Isto, portanto, leva à conclusão de que esta Dissertação é parte da situação que estudou-se, e por isto mesmo, está centrada na maior verdade da ciência: que ela nunca é conclusiva e sim indicativa. Afirmo Schwartz (1992) que “quase tudo o que se lê hoje em dia sobre a ciência está irremediavelmente ultrapassado. [...] A ciência não é o caminho que leva à verdade. A ciência é uma construção humana. É o que acontece quando seres humanos tentam, juntos, atribuir sentido às experiências com a natureza”.

³⁸ Esta questão é discutida mais profundamente no item 3.7 da Revisão Temática e Metodológica.

7.2 REAVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E CULTURAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BALNEÁRIO ENSEADA.

A compreensão do funcionamento (estrutura e articulações) da paisagem antrópica e natural e a sua administração, é fundamentada, em primeira instância, no conhecimento de suas condições anteriores e sua dinâmica.

Os aspectos da colonização de uma área, de um povo, repercutem sobre a sociedade e meio ambiente, por toda a sua existência, podendo isto ser observado em suas características, desde as mais gerais até as mais específicas. As transformações ocorrentes, sejam sociais, sejam no meio natural, dependem de uma gama de variáveis que se relacionam de modo bastante complexo, este intimamente relacionado com as condições do passado.

Neste contexto, salienta Mc Lagan (1977) que *“el fundamento de las cosas está en su origen; sólo a partir de éste se desarrolla su existencia.”*

Conforme já demonstrado pela revisão bibliográfica sobre a colonização e desenvolvimento econômico do Município de São Francisco do Sul, a agricultura foi a atividade de primeira importância para a fixação do homem nestas terras e a geração de excedentes, desenvolvendo-se a prática da pesca como atividade complementar ao trabalho agrícola.

Tal prática também foi delineada para o restante do litoral do Estado de Santa Catarina, conforme referenciam vários autores como Lago (1996), em estudo sobre Florianópolis, bem como Silva (1992) sobre a comunidade de Ganchos (Governador Celso Ramos), sendo também observado em outras regiões do país (Rios, 1975).

Beck (1989) explica que, na metade do século XX, ocorria uma nítida incorporação dos lavradores à atividade pesqueira, quer de forma permanente, quer de forma sazonal.

O resgate de memória realizado com os atores sociais que vivenciaram o início do século no distrito de Enseada, mostrou que esta situação “típica” também fez parte dos primeiros focos de colonização.

As atividades agrícola e pesqueira não se limitavam à subsistência dos moradores, pois a produção era significativa a ponto de proporcionar não somente a troca, mas também a comercialização em outras praças.

A atividade pesqueira era normalmente realizada em épocas de safra de espécies, mas também podia ser realizada entre as etapas de plantio e colheita de produtos agrícolas.

Interessante notar que, de acordo com o mapa de capacidade de uso do solo do IBGE, a totalidade da área da Praia Grande, onde estavam inseridas as propriedades agrícolas, é classificada como solo de baixa aptidão agrícola. (GAPLAN, 1986).

A significância da atividade pesqueira nestes tempos, um trabalho acessório na conceituação de Kautsky (1972), está bem delineada por Lago (1983) quando se refere ao produto da pesca como um bem importante na dieta do camponês³⁹, e de fácil comercialização, ou seja, um trabalho que o auxiliava a manter sua condição.

A transferência de importância entre as duas atividades, conforme ocorrido na segunda metade deste século, quando do abandono das terras cultivadas de Morretes e Casqueiro, foi uma significativa modificação das características econômicas e sociais da área de estudo. Com ela, ocorria a desestruturação destes primeiros povoados, até que fosse eliminada totalmente a produção agrícola e a própria existência das duas comunidades.

Além das memórias dos que vivenciaram estes tempos antigos do hoje Balneário Enseada, não foi muito o que restou. As terras, não mais queimadas e cultivadas, foram rapidamente cobertas pela vegetação, tendo o mesmo ocorrido nas antigas chácaras e engenhos.

Mas não foi apenas a natureza que se apropriou do que restou destes antigos povoados. Tudo que foi construído pelo homem também foi destruído por ele, já que depoimentos confirmam que muito material de construção foi de lá retirado.

Até o cemitério da comunidade do Casqueiro foi por muitas vezes depredado, em busca de pertences pessoais, conforme alertado em reportagem: *“Um dos primeiros focos de colonização da Enseada, o Casqueiro, está sendo depredado por vândalos [...] pessoas inescrupulosas e que não tem o menor respeito com a própria história, estão violando túmulos do antigo cemitério e depredando as ruínas da igreja.”* (A Notícia, 27/04/1997). Neste local, iniciou-se a construção de uma via de circulação de automóveis, de modo a cortar o cemitério em duas partes. Felizmente esta foi barrada em tempo, restando no local as marcas do desrespeito à memória local. Fatos como

³⁹ Utilizamos o conceito de camponês de acordo com o referenciado e analisado por Lago (1983).

este tem repercutido negativamente para os remanescentes destes povoados e para as poucas pessoas que hoje conhecem esta história e avaliam sua importância.

São muitos os sambaquis existentes na região, mas apenas o Enseada I - localizado entre a Prainha e Praia Grande - é relativamente conhecido e explorado turisticamente, estando os restantes em situação de completo abandono, inclusive sofrendo depredações.

A partir destas verificações, compreende-se que o descaso e o descuido para com os elementos históricos e culturais foi, e ainda o é, provocado por particulares e pelos órgãos públicos responsáveis pela salvaguarda destes bens.

A partir de um empenho jornalístico, o tema veio à tona e, num primeiro momento, recebeu apoio da Secretaria de Turismo no sentido de reverter esta situação. Entretanto, a prática não se manteve neste intuito e o assunto parece ter sido esquecido, a despeito da urgência de projetos de manejo, inclusive porque, de acordo com a legislação ambiental, as áreas citadas são de preservação permanente devido à sua importância natural e científico-histórica (Lei 4.771-65).

Conforme verificado neste trabalho (item 6.1.2.1), grande também é o potencial de conhecimento humano acerca do uso de elementos da natureza para a confecção de utensílios e medicamentos, de metodologias artesanais, e de tantas histórias, elementos que estão disponíveis apenas na memória desta gente.

Interessante notar que o Museu do Mar, em São Francisco do Sul, que se propõe a valorizar a arte e o conhecimento dos homens que vivem do mar e que são detentores deste patrimônio cultural, referencia informações de outras localidades, principalmente Florianópolis, praticamente desconsiderando a cidade mais antiga do Estado onde está localizado.

7.3 DIAGNOSE FÍSICO-TERRITORIAL A PARTIR DA ANÁLISE CARTOGRÁFICA, FOTOGRÁFICA, DO PLANO DIRETOR E DAS AÇÕES DA MUNICIPALIDADE.

A análise das fotografias aéreas de 1938 pressupõe as características de uma paisagem natural íntegra, composta por praias, costões, restingas, mata atlântica, cordões de dunas, manguezais.

Ao realizar uma comparação entre o uso do solo nos anos de 1938 e 1957, nota-se a falta de modificações significativas na paisagem durante este intervalo de tempo (anexo 1a e 1b). De acordo com as informações orais que esclarecem este período, as comunidades de Casqueiro e Morretes concentravam a população da região, além do Balneário de Ubatuba.

Entretanto, pode-se considerar que a ocupação teve como vetor predominante as faixas paralelas à linha de costa, com uma pequena tendência de desenvolvimento transversal originada especialmente por loteamentos. Nota-se que um centro urbano crescia na praia de Enseada, iniciando desta forma, o desenvolvimento do Balneário.

As fotografias de 1979 indicam um significativo aumento da urbanização, de modo que percebe-se nitidamente uma forte modificação da paisagem natural, em praticamente toda a linha de costa. Esta relevante transformação está de acordo com a melhoria do sistema viário com o asfaltamento da SC 208, no início da década de 70, e da SC 301, anos após. A partir deste momento houve um sensível aumento no fluxo turístico e também o incremento da população local, devido às facilidades de acesso (anexo 1c).

Outra motivação para a transformação da paisagem foi a implantação, em 1976, da PETROBRÁS com suas instalações industriais que ocupam aproximadamente 170 ha. A praia da Enseada é ponto de descarga de navios petroleiros que suprem, através de estações de bombeamento, na Serra do Mar, à Refinaria REPAR em Araucária no Paraná.

Fato que também influenciou decisivamente foi a implantação de loteamentos⁴⁰ (tab. 10).

TABELA 10: RELAÇÃO DOS LOTEAMENTOS APROVADOS NO MUNICÍPIO PARA O BALNEÁRIO ENSEADA (ATÉ 1980).

Nome	Local	Data
Lot. Jardim Lindomar	Praia Grande	1953
Baln. Jardim Tamboretas	Praia Grande	1955
Baln. Praia Grande	Praia Grande	1955
Lot. Jardim Praia Grande	Praia Grande	1957
Lot. Jardim Curitiba	Praia Grande	1957
Parque Baln. Praia Verde	Praia Grande	1959
Parque Baln. Boa Viagem	Praia Grande	1959
Lot. Enseada II	Praia Grande e Enseada	1961
Lot. Blumenau II	Praia Grande	1961
Parque Baln. Bela Vista	Praia Grande	1963
Lot. Dib Abrão	Enseada	1964
Lot. Baln. Colibri	Praia Grande	1964
Lot. Jardim Noemia	Praia Grande	1967
Lot. Baln. Solemar	Praia Grande	1967
Lot. Cid. Baln. Sayonara	Praia Grande	1969
Lot. Baln. Luzemar	Praia Grande	1969
Lot. Cid. Baln. Mar e Sol	Praia Grande	1969
Lot. Costa Azul	Praia Grande	1974
Lot. Jardim Astéria	Praia Grande	1979

Local	Total loteamentos	Área loteada	Número de lotes
Enseada	02	97,87 ha.	3.674
Praia Grande	18	142,44 ha	23.618
Total	20	240,30 ha	27.292

Fonte: GAPLAN (1980).

Este rápido crescimento, em relação ao curto espaço de tempo, impôs à localidade uma agressiva transformação ao ambiente físico-natural, o que pode-se perceber nitidamente pela descaracterização da paisagem outrora formada por mata Atlântica, de restinga, e de manguezais. A própria unidade da PETROBRÁS está situada bastante próxima à Lagoa do Acaraí, em região formada por manguezais (anexo 6c).

⁴⁰ Vale lembrar que mesmo que alguns tenham sido implantados em anos anteriores ao segundo sobrevôo, a ocupação do solo não acompanhou concomitantemente o seu rápido parcelamento. Comprova tal fato o Diagnóstico Físico Social de São Francisco do Sul (GAPLAN, 1980) ao salientar que do total de lotes aprovados, até a década de 80, apenas 8% das áreas loteadas apresentavam seus arruamentos implantados.

Ao analisar as fotografias de 1957 e 1979, verifica-se uma forte mudança no contorno da Lagoa, inclusive de seu canal de deságue, devido a fatores naturais e também, provavelmente, como consequência do processo de ocupação humana. São históricas as derrubadas e aterramento dos mangues e construção de residências em suas margens, conforme salientado pelos informantes, e relatado em literatura (GAPLAN, 1980) (foto 13).



FOTO 13: Construções no entorno da Lagoa do Acaraí

Desde 1979, não foram realizados levantamentos aerofotogramétricos, mas a memória dos atores sociais e algumas fotografias da época comprovam um crescimento mais acelerado em relação aos anos anteriores.

O Plano Diretor (1981), normatização básica para o planejamento municipal, tem sido desrespeitado em várias situações, as quais vem sendo denunciadas à opinião pública através da imprensa⁴¹.

A questão só não tem se tornado mais crítica, devido à atuação da organização não governamental local, a AMECA, elogiada inclusive pelo IBAMA citando que “os embates desta, quer sejam através da mobilização da opinião pública e de denúncias, quer sejam por vias jurídicas, vem tentando impedir o avanço de diferentes projetos inescrupulosos ou de cunho político, que desrespeitam a legislação vigente, sem

⁴¹ “Prefeitura Municipal não cumpre Plano Diretor [...] a opção de mover ação contra a administração municipal aconteceu devido aos alvarás de licença terem sido fornecidos pelo poder público municipal.” (Atualidade, 27/03/1997). “A AMECA tem duas ações contra a Prefeitura Municipal de obras na Enseada que descumprem o Plano Diretor. Mesmo com o pedido de embargo, as obras continuam em ritmo acelerado.” (Atualidade, 11/04/97)

qualquer compromisso com a questão ambiental.” (IBAMA-CEPSUL, relatório não publicado). Realmente, a AMECA possui em seu currículo grande diversidade de ações que tem minimizado algumas problemáticas bastante sérias, inclusive contrariando atitudes empresariais e governamentais, além de atuar em projetos de cunho social.

Áreas classificadas como residenciais têm sido utilizadas para outros fins que acabam por desrespeitar os direitos adquiridos dos proprietários que ali se instalaram, além de causar transtornos que colocam em risco a tranquilidade e segurança dos moradores⁴². A municipalidade compactua com estas infrações chegando inclusive a agir de forma ilegal, na medida que também não estrutura corretamente suas ações.

O Morro da Enseada, à despeito de ser classificado como área de preservação no Plano Diretor Municipal, sofreu de um indiscriminado corte de vegetação, o que ocasiona processos erosivos nesta área, inclusive com depreciação cênica. Para este mesmo, anos atrás, projetou-se um empreendimento bastante impactante, que vinha sendo aceito pela Secretaria de Planejamento do Município.

A construção de alguns prédios tem descumprido o Plano Diretor no que diz respeito a gabarito máximo ou outras especificações como recuos, área apropriada para disposição de efluentes, área para estacionamento etc. O mais grave é que a prefeitura compactua com a situação, muitas vezes inclusive deixando de cumprir a determinação judicial de embargo.

A inserção de loteamentos na Praia Grande foi mais um exemplo de descumprimento da legislação federal, por permitir a destruição de vegetação de restinga e de dunas (Lei 4.771-65). O desmatamento das áreas e nivelamento das dunas para a implantação da infra estrutura nos loteamentos tem provocado o assoreamento junto à barra do Rio Acaraí, situação já denunciada há alguns anos pelo GAPLAN (1980): “a ocupação dirigida sobre os mais belos sítios naturais do município ... é destituída de qualquer critério de preservação ecológica.”.

⁴² Nos últimos anos, proprietários locais organizados tem buscado, através de ações judiciais, a proteção de seus direitos. Entretanto, mesmo tendo em mãos ordem judicial de ganho de causa, o cumprimento desta não tem se constituído em tarefa fácil, o que tem culminado no abandono das residências nas épocas de veraneio. A prefeitura e a polícia têm tratado com certo descaso a questão.

Nesta mesma área legalmente protegida, poucos anos atrás pretendeu-se, e inclusive iniciou-se, a construção de um hotel de luxo. Mesmo não tendo sido finalizado, a área em questão sofreu impacto do qual ainda não se restabeleceu, além de que não houve nenhuma preocupação para a retirada dos resíduos desta construção. Também na extensão desta restinga, a construção de residências é uma constante.

Esta área, em especial, sofreu grandes retiradas de madeira nativa, algumas das quais tinham como destino a queima para o fabrico de carvão, sendo ainda encontrados alguns fornos que comprovam este uso. Por muitos anos, caminhões carregados com troncos passavam sem a menor dificuldade pelo Balneário, inclusive durante o dia. Também muita areia das dunas foi retirada para uso em construção civil. Nem as constantes denúncias impediram a retirada de madeira e areia, somente a transferiu para as noites e finais de semana.

Vale notar que a Lei 4.771 (1965) é anterior aos impactos referidos, o que descaracteriza o comentário de que *“naquele tempo nem se tinha idéia destas coisas.”* feito por um integrante de cargo de relevância dentro da administração municipal.

Toda a região de restinga da Praia Grande está sob o poder de particulares, inclusive algumas grandes empresas. Muitas áreas estão cercadas com o intuito de, certamente, serem utilizados para a implantação de loteamentos e outras obras.

Nas margens e proximidades da Lagoa do Acará e Capivari, consideradas no Plano Diretor “non aedificandi”, são muitas as construções residenciais, responsáveis também pela emissão de efluentes domésticos sem nenhum controle por parte da municipalidade, à despeito de vetado legalmente pela mesma. O descaso e ilegalidade com que a mesma responde, transparece também quando do não cumprimento das ações de embargo acionadas pela sociedade civil organizada, levando a consequências irreversíveis ao ambiente natural, situação confirmada também pela imprensa escrita (A Notícia, 13/01/1987).

O deságue de efluentes na Lagoa compromete a vida silvestre e a saúde pública. Nos últimos anos, tem se tornado frequente a ocorrência de processos de contaminação, com mortandade de peixes, o que tem sido noticiado (Diário Catarinense, 14/04/1997). Até o momento, a responsabilidade por tais danos ainda não foi apurada. No entanto são constantes as reclamações e acusações dos moradores à PETROBRÁS que lança seus dejetos líquidos diretamente no corpo de água, além das emissões atmosféricas.

As águas marinhas do Balneário também não escapam dos impactos negativos, ao receber efluentes que são lançados bem em frente de seus emissores e em plena superfície da praia da Enseada, se refletindo na degradação ambiental. No ano de 1997, a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FATMA) julgou imprópria a qualidade das águas, pois haviam sido encontrados coliformes fecais acima do máximo permitido pelo CONAMA (Resolução 20/1986) nas amostras de água coletadas (Atualidade, 27/03/97).

Uma grande área da praia da Enseada sofreu aterramento o que repercutiu em degradação cênica e dificultando a atividade pesqueira . Estes impactos negativos tendiam a ser minimizados, já que o projeto definia esta área para fins de lazer, o que iria beneficiar toda a comunidade. Entretanto, hoje esta está sendo utilizada como estacionamento de ônibus de excursão, sofrendo com o desleixo dos usuários e dos órgãos públicos responsáveis.

O discurso da municipalidade quanto à necessidade de demolição dos barracos de pesca, dispostos à beira mar, pois impediam a visualização da praia, é invalidada quando se verifica o apoio a outras instalações situadas nestas regiões, muitas das quais não contribuem para seu embelezamento.

A falta de infra-estrutura básica como os serviços de abastecimento de água, coleta de resíduos líquidos e sólidos, é uma situação bastante representativa no Balneário, conforme observado pelas reclamações dos depoentes. Tais alertas não são novidade, tendo sido referenciados há muitos anos, inclusive sobre as possíveis consequências para a localidade (A Notícia, 13/01/1987). O GAPLAN, em 1980, já salientava: “...não temos dúvidas em afirmar que, em breve, todo o lençol freático estará contaminado, ameaçando diretamente a saúde dessa população...”

Todas estas situações, ao se manterem estagnadas, fomentam a descaracterização do ambiente natural, além de repercutirem sob a forma de problemas sanitários, o que, conseqüentemente, inibem a presença do turismo de qualidade, que tanto se almeja para a localidade.

7.4 CARACTERIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DAS ATIVIDADES SÓCIO-ECONÔMICAS

Observando a dinâmica das atividades e vivência da população verifica-se quão significativa foi a alteração do modo de vida desta. De população com característica agrícola-pesqueira a pesqueira, perdeu-se muito das relações de compadrio, como as atividades tipo “tarefa” e “mutirão”, realidades verificadas com intensidade em toda a área litoral do Estado (Piazza, 1983).

Entretanto, pode-se dizer que a pesca da tainha por arrasto de praia é um movimento de resistência às mudanças pois é caracterizada por um regime de trabalho em grupo e a união de esforços para o benefício deste. Lembra Lago (1983) que a pesca de arrasto é uma atividade fundamentalmente integrada e coletiva, como a farinha nos engenhos⁴³.

Algumas modificações que despersonificaram o trabalho realizado pela população pesqueira local foram as decorrentes do advento de novos equipamentos e metodologias de pesca, algumas das quais estavam relacionadas com as transformações do meio natural, que ocasionaram o decréscimo das espécies capturadas. Albuquerque (1983), confirma esta verificação ao demonstrar que a pescaria em barcos foi uma maneira de adaptação da pescaria à diminuição do pescado, tendo sido introduzida pelos donos de grandes parelhas, e depois utilizada por quase todos os pescadores.

O decréscimo dos estoques pesqueiros tem causas bastante diversificadas, as quais já fazem parte de variada literatura científica (Mourão, 1971; Lago, 1983; Mello, 1985; CIMA, 1991; Tremel, 1983) e também são percebidas por parte dos atores sociais entrevistados por esta pesquisa. Uma das mais comentadas é referente à atuação dos grandes barcos de arrasto, advindos do fortalecimento da moderna indústria pesqueira em detrimento do pouco incentivo dado ao setor artesanal. Outras grandes causas são a depredação de ambientes naturais e a ineficiência da fiscalização pesqueira, também bastante comuns na área estudada

⁴³ No presente trabalho, a conceituação fornecida pelos depoentes foi “tarefa”.

As necessidades básicas da população também se modificaram. O abandono dos cultivos agrícolas e das práticas artesanais de elaboração de apetrechos de pesca, repercutiu na necessidade de compra de produtos alimentares básicos e de material e/ou equipamentos para a atuação na pesca. Desta forma, a população tornou-se mais dependente do mercado, e assim, com maiores necessidades de obtenção de recursos financeiros para custear estas “novas” necessidades.

Quanto à tipologia de produção pesqueira, de acordo com a categorização feita por Diegues (1995), a atividade em Enseada insere-se dentro dos moldes da pequena produção mercantil. Ainda utilizando esta classificação, verifica-se que, desde o início do século até os dias de hoje, houve uma transição entre a produção mercantil simples dos pequenos produtores, “os pescadores-lavradores” para a pequena produção mercantil pesqueira (ampliada), “o pescador artesanal”.

Assim, se por um lado houve uma relevante modificação nos apetrechos de pesca, as relações de produção não foram profundamente transformadas, constatação que também é verificada por outros autores (Mourão, 1971; Diegues, 1983). Manteve-se o sistema de remuneração por “partes” (“quinhões”) entre os parceiros de pesca, de acordo com os bens materiais e a função do indivíduo dentro do quadro de camaradagem.

A instabilidade⁴⁴ da captura é uma das características mais marcantes desta atividade e é a partir dela, de acordo com Meillassoux (1960), que se origina a divisão da produção pelo sistema de partilha, bem como o baixo nível de acumulação de capital existente nestas comunidades.

Neste contexto, segundo Bidet (1974), este modo de remuneração, apesar de aparentar a participação do trabalhador do mar no produto capturado, em realidade é uma máscara ideológica que pretende explorar ainda mais a mão-de-obra.

A situação de espoliação, devido ao sistema de partilha, a que está sujeito o camarada, está consciente em algumas comunidades, como na estudada por Lago (1983). Esta autora julga que a não-denúncia desta desigualdade deve-se ao fato de saberem que, sendo camaradas num primeiro momento, poderiam tornar-se donos de rede mais tarde.

⁴⁴ O conceito de instabilidade, aqui, não tem relação com o decréscimo de estoques pesqueiros (problema recente), mas sim é inerente à prática pesqueira.

Os atores consultados, no geral, acreditam na legitimidade da divisão de produção de acordo com a tarefa e equipamento do camarada. Alguns percebem o sistema de partilha como responsável pela estagnação de seu nível econômico, mas, geralmente, aceitam a fórmula proposta, embora ocorram desentendimentos no momento da partilha ocasionando a transferência do camarada de um grupo para outro.

Também crêem que com melhores equipamentos de pesca a captura torna-se mais proveitosa, o que culmina numa maior renda financeira. Seguramente, a maneira como atuam na pesca, o tipo de equipamento que possuem, o esforço exercido na atividade, a busca de informações, são aspectos que possibilitam melhores resultados.

Entretanto, a premissa de que a melhoria da tecnologia é uma solução para a situação vivenciada não é muito coerente. Em primeiro lugar, porque a tecnologia, historicamente, tem sido empregada de forma a se constituir numa ferramenta de poder de uns sobre os outros e sobre o meio natural.

É o que tem ocorrido durante os últimos anos, ou seja, a melhoria dos equipamentos pesqueiros foi empregada, por alguns, de forma a causar uma exploração excessiva dos recursos, ocasionando danos ecológicos em grande escala e têm revertido em problemas sociais, principalmente no que diz respeito às comunidades pesqueiras artesanais.

Outro porém, é que a implementação tecnológica algumas vezes acaba por desconfigurar a característica artesanal da atividade, o que impediria toda a discussão levantada em benefício da conservação desta categoria.

Um aspecto bastante característico da população pesqueira do Balneário, a exemplo de muitas outras do litoral catarinense, é a influência da intermediação que, segundo a Fundação Instituto Técnico de Economia e Planejamento (1988), trunca o sistema de comercialização das espécies capturadas sendo repassado ao pescador, por sua produção, importância irrisória de dinheiro.

Desde os primeiros povoamentos do balneário, a articulação aos atravessadores (“bombeiros”), que se apropriavam do excedente da mercadoria agrícola e pesqueira, foi uma relação desigual de trabalho e ganhos, chegando a um nível de exploração de modo a tornar a atividade pesqueira quase impraticável. A ampliação do mercado consumidor desta região não proporcionou maiores ganhos para o trabalhador da pesca mas sim ao atravessador, acentuando ainda mais a diferenciação entre ambos.

Segundo Silva (1992), esta submissão dos trabalhadores ao pequeno capital mercantil poderia lhes causar um empobrecimento generalizado, situação comprovada na Enseada, através dos depoimentos sobre o histórico e desenvolvimento da pesca.

A localidade Enseada é demonstrativa das mudanças ambientais que ocorreram em grande parte do litoral na segunda metade do século, decorrentes de investimentos no setor turístico, principalmente estradas, e a expansão urbana. Lago (1983) assinala as variadas consequências destas mudanças, o que tem repercutido na transformação das comunidades pesqueiras em Balneários.

Quando o turismo ampliou-se na Enseada, modificou ainda mais, e rapidamente, as características do lugar. É certo que há uma tendência natural de reestruturação ocupacional das localidades litorâneas, mas o turismo vem ampliar e acelerar o processo de abandono das atividades tradicionais e de uma forma desorganizada, em prol do engajamento do trabalhador do mar em serviços outros que a pesca. Efetivamente, as atividades neste setor ocupam a força de trabalho local em funções subalternas, com remuneração baixa, temporária e sem vinculação trabalhista.

Verificou-se que os pescadores locais tem certa preferência ao trabalho com salário fixo, devido às vantagens que dele se originam (segurança de renda no fim do mês, vínculos trabalhistas etc.) levando o pescador ao abandono da atividade na qual se criou e se especializou. Em outros casos, buscam emprego em funções como vigias ou serventes e continuam parcialmente na atividade pesqueira para a complementação da renda e obtenção do alimento básico da família, sem dispender de salário. O mesmo processo ocorre na comunidade pesqueira estudada por Albuquerque (1983)

Neste pensamento, Beck (1979) apresenta as frentes de expansão capitalista, representadas, nos limites da terra, pelo processo de urbanização, ou mais especificamente, pelo turismo, como impactantes para as antigas localidades litorâneas de Santa Catarina. Durante a temporada de veraneio, muitos moradores locais alugam suas próprias residências. Percebendo as possibilidades de maiores ganhos, eles investem a renda obtida na temporada e umas outras poucas economias, para construir outra casa, muitas vezes com seu próprio trabalho. A construção de casas para turistas parece ser uma forma bastante comum e de grande importância para que famílias obtenham boas rendas, conforme ilustrado por Diegues & Nogara (1994). Quem se engajou no oferecimento de serviços de comércio também foi favorecido pelo turismo.

Entretanto, com o passar dos anos aumentou a oferta de casas e apartamentos para aluguel e serviços de comércio, já que muitos, inclusive “de fora” também resolveram investir no turismo de temporada. Estes, em sua maioria, por terem melhores condições financeiras, investiram em melhor qualidade de construção e localização, com maior rentabilidade. Esta situação é defendida por Lago (1990) quando cita que a participação no turismo é diferenciada, tendo uma escala descendente, da burguesia para as camadas médias da população e destas, às classes populares.

Assim, a pressão sobre a terra pode ser sentida pela alteração da paisagem local, pois as casas rústicas vêm juntar-se às residências de veraneio com outras características, suprimindo a tipicidade e a personalidade do local. Mas a maior modificação é a intensificação da especulação imobiliária em função da maior procura por imóveis no local, com a conseqüente valorização dos terrenos, levando muitas vezes à venda de terrenos e casas de pescadores, representando também o rompimento com a atividade tradicional, fato que também foi levantado por Lago (1996).

Fato interessante é que apesar da pressão sobre a terra ter se tornado uma realidade que acelerou e diversificou a ocupação, esse processo não resultou ainda na expulsão dos nativos do local. Parte deles tem conservado suas propriedades e outros têm migrado para locais mais distantes da área de praia, ou ainda vivem como caseiros de residências de veraneio.

No geral, a convivência entre locais e turistas é boa, relação também demonstrada por Figueiredo (*apud* Albuquerque, 1983) em sua pesquisa do litoral baiano. Para os moradores que se beneficiam do turismo e os comerciantes em geral, a transformação do vilarejo em balneário no verão é benéfica pois significa injeção de dinheiro no local.

A maior parte das atividades proliferadas são referentes à atividade turística e, sendo assim, passada a temporada de veraneio, a vida continua no ritmo normal. Este aspecto repercute em um certo sentimento de amargura por parte de alguns informantes que sentem que a localidade é “utilizada” para o turismo. É bem verdade que as benfeitorias havidas no local se deram apenas em função do turismo e não para atender prioritariamente a comunidade, além de serem de aspecto imediatista, com a ocorrência de problemas após a época de veraneio.

Conforme demonstrado anteriormente, o aumento do número de casas trouxe modificação expressiva no uso do solo, de forma a descaracterizar ainda mais o ambiente natural, já que há um contínuo aterramento de áreas úmidas, corte de vegetação, retirada de areia de dunas etc., tudo para facilitar novas construções.

Assim, a multiplicação dos frequentadores das praias e usuários dos serviços de hospedagem e alimentação trouxe consigo uma série de modificações no local e na população, dentre eles o aumento de preços dos produtos, maior criminalidade, menor tranquilidade, prejuízo para a pesca devido ao tráfego de embarcações e de pessoas nos ambientes aquáticos, decréscimo da qualidade ecológica (poluição, descaracterização cênica, problemáticas sanitárias), repercutindo na perda de qualidade de vida da população.

O tráfego marítimo, decorrente da ampliação das atividades portuárias de São Francisco do Sul e das atividades da PETROBRÁS, aumentou significativamente a probabilidade de graves acidentes, que acabaram por se concretizar com o vazamento de combustíveis e o encalhe de um grande navio (Nedlloyd Recife, em março de 1996) que transportava materiais nocivos ao meio ambiente e saúde humana, com seríssimas repercussões na localidade (foto 14).

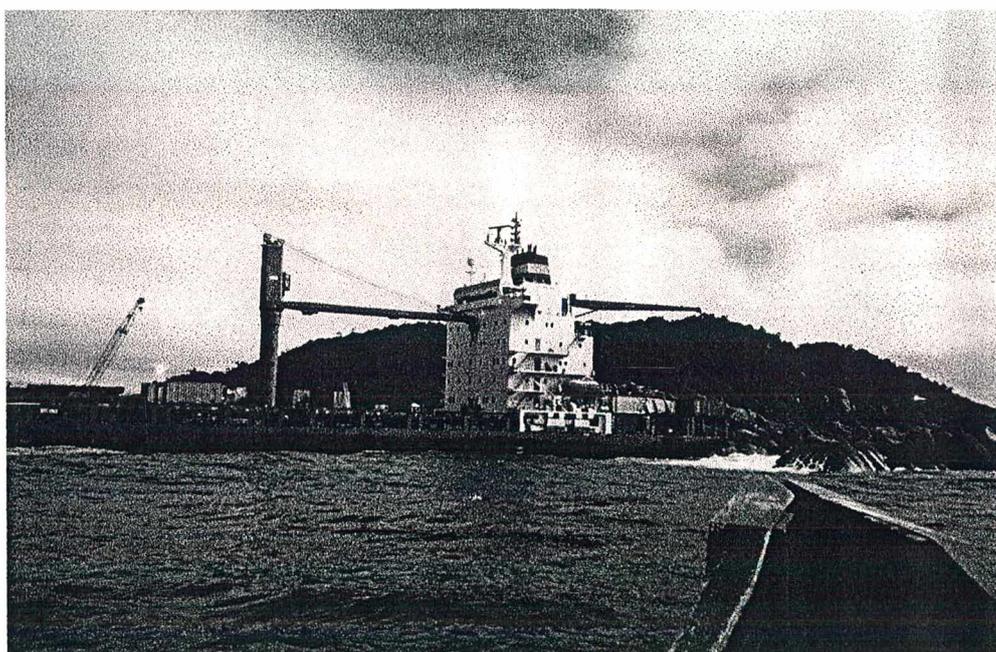


FOTO 14: Navio encalhado na Ilha da Paz, localizada em frente ao Balneário Enseada.

Apesar de toda a problemática apresentada, há no Balneário um movimento de resistência dos pescadores artesanais, ilustrado por aqueles que tendo adquirido equipamentos modernos, puderam obter melhores condições de captura, e também por outros que, ao se utilizar de tradicionais métodos de pesca, mantêm conservadas algumas características da atividade, reclamando, para si, o conceito de artesanal.

Na localidade observa-se uma relativa valorização da atividade pela população, inclusive entre os jovens, aspecto que também foi verificado por Albuquerque (1983) na comunidade pesqueira de “Tainhas”. Os pescadores apreciam o trabalho no mar pois ele depende de coragem, conhecimento e força, além da liberdade que proporciona.

No entanto, nota-se que alguns jovens, em idade escolar, preferem pescar em detrimento da continuidade de seu estudo básico. Para estes, o estudo tem pouca utilidade para a sobrevivência diária, além de que entendem como conflitante a atuação em ambas tarefas.

Uma outra dimensão desta questão é que a quantidade de pescadores da nova geração é pouco representativa na população de Enseada, uma decorrência de toda a problemática que atinge a atividade, levando ao desinteresse na sua manutenção, conforme também salientado em Córdova (1986) em seu estudo sobre o processo de migração dos profissionais da pesca.

7.5 PESCA PREDATÓRIA E FISCALIZAÇÃO PESQUEIRA

A pesca predatória não é fato ocorrente somente nos dias de hoje. Já há algum tempo, a falta de informação acerca das consequências da cobiça, gerou episódios que eram vistos com orgulho, conforme demonstra um artigo de revista “A voz do mar” referente a uma captura realizada em Florianópolis em 1922: “pesca admirável ... apanharam 300.000 tainhas com ovas [...] vendendo-se esse peixe a resto de barato preço [...] ficando nas praias cerca de 20.000 tainhas que ninguém quis buscar.” (Marinha do Brasil, 1922). Assim sendo, mesmo vultosas as quantidades pescadas, o mesmo não concorria para o ganho do pescador, pois a grande quantidade de peixe reduzia o preço unitário. Já que era difícil a conservação do produto não vendido imediatamente, parte do pescado apodrecia nas praias afetando, inclusive, as condições sanitárias.

Tais fatos ocorriam também na Enseada, sendo a preocupação com este desperdício demonstrada em alguns periódicos locais: “[...] inconvenientes das redes usadas pelos barcos de pesca [...] montões de peixes refugados, devido ao tamanho [...] no nosso mercado são muitas vezes vendidas grandes quantidades de filhotes em geral.” (O Município, 11/04/1959). Já neste tempo, a imprensa local reclamava por soluções e maior atividade dos responsáveis pela proteção destes recursos tão fundamentais para a economia da população: “Esta história desataviada de barcos de pesca, redes de arrasto, montões de peixinhos mortos, às vezes jogados fora, às vezes vendidos a bom preço, é verídica e o seu relato tem uma finalidade providencial: chamar a atenção das autoridades às quais incumbe a regularidade e legalização do exercício da pesca, no sentido de promover a defesa da criação ictiofila.”(O Município, 11/04/1959).

Fatos como estes, ainda bastante comuns na atualidade, contribuíram e contribuem para o decréscimo dos estoques pesqueiros e a desestruturação das populações de trabalhadores do mar.

Se, anteriormente, faltava informação acerca das consequências da pesca predatória, hoje é de conhecimento público a compreensão da necessidade do manejo mais adequado das espécies e de seus habitats.

Mesmo assim, é evidente que ainda é insuficiente o esclarecimento da população acerca das normas legais, até porque elas são numerosas e complexas ao entendimento. Durante o trabalho de campo, em várias ocasiões, pôde ser percebido que faltava aos atores sociais conhecimento à respeito da legislação pesqueira. Os depoimentos referentes a questões como tamanho de malha mínimo permitido ou aproximação máxima da costa por barcos da frota industrial e por barcos de pesca com rede de emalhe durante a época da tainha, mostraram que os pescadores não possuem um claro entendimento da legislação.

Muitas das leis são criadas sem o embasamento técnico necessário, inclusive de modo a atender interesses particulares ou já defasados, conforme salientado pelos próprios órgãos competentes (IBAMA-CEPSUL & EPAGRI, 1992).

Também na definição de medidas de regulamentação de captura (épocas, métodos) muitas vezes é feita sem que seja corretamente avaliada sob interesses e motivações sociais (populações pesqueiras e mercado), nem seus efeitos sócio-econômicos.

Estas circunstâncias provocam o fracasso das medidas de administração pesqueira, até porque os pescadores acabam por contestá-las, acusando os legisladores de “possuir somente um saber de escritório” (Diegues, 1995), referência muito semelhante à fornecida por atores do Balneário.

Um dos exemplos mais representativos da questão, encontrado nesta pesquisa, refere-se à normatização de defeso do camarão, a qual não encontra aceitabilidade pela população por considerá-la totalmente incoerente com o conhecimento prático que possuem. O descrédito quanto a esta norma, está sendo ampliado de forma a considerar outras instaurações de manejo. Por isto, leis consistentes e fundamentais para os pescadores são por eles consideradas errôneas. Isto culmina, em certos casos, no desrespeito a outras deliberações, tornando a situação caótica, e cada vez mais difícil de ser revertida.

Uma outra abordagem é a de que o valor pago pelo seguro-desemprego é pequeno (um salário mínimo) em relação ao que pode ser obtido com a pesca na época de safra de camarão, por exemplo. Isto torna factível a continuidade da atuação de pescadores mais interessados em bons ganhos monetários do que na manutenção de estoques ou na concepção da legalidade do ato. Um trabalhador que precisa sustentar a família, e que na época de defeso tem poucas alternativas de trabalho, vive uma situação de contradição entre o ganho financeiro e se manter na legalidade.

É claro que a inoperância da fiscalização pesqueira acaba por facilitar este tipo de ação. A falta de estrutura de equipamentos para a fiscalização e o despreparo dos fiscais no exercício da função, são alguns dos problemas de São Francisco do Sul, relacionados no relatório “Situação da Pesca Artesanal no Estado de Santa Catarina” (IBAMA-CEPSUL & EPAGRI, 1992).

Cabe lembrar que, normalmente, a fiscalização rigorosa incide sobre aquele que possui menos posses, no caso o pescador artesanal. Autua-se menos a pesca industrial, os barcos de arrasto, atitude esta profundamente injusta, colocando os primeiros como os vilões da história, conforme denuncia Diegues (1995).

No trabalho de campo, constatou-se a presença constante de barcos da frota industrial na área de pesca artesanal na Enseada, fato também relacionado nas problemáticas para o local, conforme referenciado pelo IBAMA-CEPSUL & EPAGRI (1992). Os informantes reclamaram constantemente da continuidade desta ilegalidade,

levando-os a uma grande revolta, pois sabem que estão sendo explorados os recursos que são, para eles, a garantia de sobrevivência. Neste sentido, compreende-se a desleal relação entre estas distintas categorias econômicas da atividade.

A percepção de incerteza quanto à produção do “dia seguinte” leva o pescador à coleta de tudo que está ao seu alcance no “dia de hoje”, ou seja, é compelido a realizar ações indevidas. Esta situação condiz com a teoria da “Tragédia dos Comuns” elaborada por Hardin (1968) segundo a qual, no regime de propriedade pública (no caso, o espaço costeiro e marítimo) haveria uma conseqüente degradação dos recursos naturais, pois cada usuário tenderia a explorá-los em demasia.

Em diversas ocasiões, os depoimentos demonstraram a percepção de que os recursos pesqueiros ainda são abundantes e assim haveria muito a explorar, demandando somente equipamentos mais modernos e mais potentes.

Conseqüentemente, esta exploração desenfreada dificulta a captura pelos pescadores, ainda mais para aqueles que possuem menor qualidade e quantidade de equipamentos, aumentando os riscos de fracasso e as chances de empobrecimento, ou seja, acelerando a desestruturação da população pesqueira.

Waldman (1992) nos alerta quanto à superficialidade de respostas como “homem” quando se quer definir responsabilidade para a degradação ambiental. A abordagem sob estas formas indiscriminadas colocam em risco a resolução da problemática. Neste contexto, é bastante conveniente o pensamento de Gonçalves (1982) de que não se pode responsabilizar um trabalhador que opera uma moto-serra que derruba dezenas de árvores em algumas horas, sem que enfoquemos as relações sociais sob as quais vive.

Sendo assim, a questão pode ser repensada em relação ao sistema social que nos gerencia, mesmo que não o aceitemos, caracterizado pela concentração de renda, consumismo e por uma divisão de trabalho onde uma minoria detentora do poder decide o que muitos outros vão cumprir.

Mas não se pode culpar somente a inconsistente atuação dos órgãos legisladores e fiscalizadores, e a complexa situação social. É preciso lembrar que também ações individuais como a cobiça, a irresponsabilidade, a despreocupação com os impactos futuros que as ações de hoje podem originar, são elementos que explicam parte das ações impactantes realizadas pelos trabalhadores do mar.

Aceita-se a necessidade, a importância dos critérios sociais na regulamentação da pesca, mas é primordial a imposição, no papel e de fato, de medidas restritivas para a pesca industrial e artesanal, desde que embasadas em estudos científicos, devendo também ser utilizados os conhecimentos tradicionais. Pois, por mais que venham a diminuir os ganhos econômicos, ou até trazer alguns impactos sociais na população, as consequências destas medidas serão benéficas para a sociedade num espaço de tempo não muito distante. Dellitti (1991) fortalece esta concepção ao citar que “os aspectos ecológicos devem ter o mesmo peso na decisão política que os aspectos sócio-econômicos.”.

Sabendo-se a crônica falta de estrutura para o setor de fiscalização, nada mais lógico do que procurar aliados para o combate às atividades inescrupulosas, através do esclarecimento de que estas trazem benefícios somente às necessidades momentâneas e individuais, em detrimento a malefícios muito mais amplos. Certamente, para reprimir ou reverter totalmente este complexo quadro de problemáticas, é fundamental o esclarecimento e a educação da sociedade para a cidadania.

É relevante considerar que quanto mais eficaz for o exercício da cidadania, mais justas e legítimas serão as leis e aqueles que as aplicam. Neste sentido, Aguiar (1994) salienta que o direito é expressão de lutas sociais, sendo estas fruto do exercício da cidadania.

Também a constituição e atuação de grupos de trabalho, unidos em torno de uma associação comunitária, fortalece e disciplina o esforço em busca de conquistas comuns, para que realmente se pratique o poder valorativo⁴⁵, além de serem formas de promover o repasse de informação e o processo educativo.

A formulação de um sistema gerenciado pela própria população é uma abordagem que se fundamenta na democracia e sustentabilidade ambiental. Assim como o exemplo que se coloca pela associação de maricultores de São Francisco, o fortalecimento e a instituição de associações de moradores, de pescadores (Colônia) e outras é percebida como um meio de melhorar a qualidade das atividades econômicas, resultantes em maiores rendas financeiras e qualidade de vida da população.

⁴⁵ De acordo com Russel (*apud* Viola *et al.*, 1995) são as normas que respeitam os indicadores sociais (aspirações da sociedade).

7.6 ASSOCIATIVIDADE

Grande parte dos depoimentos alertavam que a Colônia de Pesca do Município (Z2) está enfraquecida, carecendo de recursos financeiros e mesmo do apoio daqueles que representa.

Através de pesquisa nos arquivos da Secretaria da Colônia, verificou-se a pouca representatividade de associados que, na Enseada, não alcançava uma dezena. Muitos destes associados, inclusive, estão atrasados no pagamento da anuidade.

A falta de organização dos pescadores foi bastante referenciada por muitos atores sociais que estão relacionados com a atividade pesqueira. Estes acreditam que tal fato é irreversível, uma consequência do processo histórico e cultural.

Entretanto, sabe-se que várias comunidades alcançaram sucesso em suas empreitadas devido exatamente ao fortalecimento das associações de pescadores, inclusive da Colônia. Albuquerque (1983) crê que os pescadores não podem ser acusados de serem menos corajosos e criativos que outros grupos que desencadearam outros movimentos sociais. Realmente, há vários movimentos sociais que envolvem os pescadores, como o Movimento dos Pescadores pela Constituinte (1985-1987), a Pastoral dos Pescadores (CNBB), que iniciam a possibilidade de articulação destes trabalhadores para a conquista da cidadania (Diegues, 1995).

Portanto, o descrédito quanto à capacidade e/ou interesse de organização da comunidade pesqueira no município, mais se parece como um forte preconceito por parte da própria classe, o que dificulta a reversão desta problemática.

A crença de que “cada um por si” confere mais resultados práticos, é fator que desestimula com mais facilidade os que ainda acreditam na possibilidade de fortalecimento do grupo, dificultando ainda mais a projeção e aplicação de novas opções e planos de desenvolvimento para a localidade.

Outros aspectos que tem influência são as dificuldades de relacionamento entre a Colônia de Pesca e os pescadores, que parece estar motivada pela distância cultural e social existente entre os dois grupos, fator demonstrado também nas instituições da localidade “Tainhas” (Albuquerque, 1983).

A não obrigatoriedade de filiação junto às colônias requer das suas lideranças um maior empenho no sentido de atrair os pescadores para a participação nestas entidades, fato este lembrado por Diegues (1995).

Entretanto, falta apoio logístico à Colônia, o que dificulta a atuação do órgão e de seu líder. Este líder local, que trabalha voluntária e gratuitamente, recebe pouca capacitação no sentido de melhorar seu desempenho nas atividades requeridas pelo órgão que preside.

A necessidade de subsidiar as Federações de Pescadores, como modo de atender às necessidades de primeira grandeza e também à capacitação dos dirigentes das colônias, já era sugerido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina em 1978.

Um exemplo da situação vivenciada pela atividade pesqueira e do desempenho do órgão que a representa, pode ser dado em relação à inexpressividade das opções de crédito. A melhor forma de reverter esta situação é a união dos interessados na questão e a apresentação das reivindicações aos órgãos competentes. Entretanto, isto não tem ocorrido e inclusive, durante reunião que discutia a insuficiência de recursos para o setor, percebeu-se a pouca presença de pescadores e a falta de interesse dos responsáveis pelo setor. Apesar dos depoimentos sobre a qualidade da colônia no período de organização pela Marinha do Brasil, sabe-se que a categoria social dos pescadores era totalmente dominada pela estrutura corporativista, conforme lembra Diegues (1995). Esta valorização do passado pelos atores sociais, parece estar relacionada com a percepção de que piorou a realidade atual, uma visão pessimista acerca da possibilidade de melhora. Mesmo aqueles que, nos depoimentos, se mostraram otimistas quanto ao fortalecimento da colônia, a melhora das condições do entreposto etc., vem sendo desestimulados pelos companheiros.

A solução de vários problemas graves que afligem a pesca artesanal continua sendo a efetiva e democrática organização dos pescadores, sendo a colônia local uma forma de associação dos pescadores para a defesa de seus interesse e para a autorização da pesca..

Para tanto é necessário a auto-valorização e conscientização dos trabalhadores desta necessidade e as vantagens daí decorrentes, sendo para tanto importante o apoio externo para que se dinamize o processo.

Diegues (1995) fortalece esta concepção salientando que:

O esforço acadêmico e intelectual deve ser realizado no sentido de subsidiar os movimentos sociais dos pescadores que, a exemplo dos sem-terra, das populações indígenas ... passaram a exigir o reconhecimento de seu papel enquanto produtores de alimentos, enquanto trabalhadores e, sobretudo, cidadãos.

O citado autor lembra ser importante que estas associações se aliem na defesa do meio ambiente a entidades não governamentais. A coerência desta ação está no fato de que a qualidade do meio natural é fundamental para a melhoria das condições econômicas, sanitárias e outras, e de uma forma a garantir a sustentabilidade destes elementos fundamentais para a qualidade de vida.

É também fundamental este relacionamento entre os pescadores organizados com outros movimentos sociais, pois como bem salientou Silberling (1990), as ações locais em nosso país só puderam ter resultados positivos quando amparadas por movimentos amplos e fortes.

Sabemos que, se para grupos urbanos é difícil alcançar o desenvolvimento e a cidadania, mais difícil isto é para grupos, como o aqui estudado, de vivência em locais mais afastados destes centros onde normalmente concentram-se os serviços e a informação. Assim faz-se necessário o fortalecimento da associatividade desta classe, como uma maneira de “barganhar” com o restante da sociedade por benefícios que lhes são necessários.

A ONG ambientalista AMECA tem se preocupado com esta questão, buscando o envolvimento com os pescadores do município para realizar trabalhos conjuntos. Seu objetivo, neste tema, tem sido fortalecer e subsidiar tecnicamente os grupos a fim de que seja conservada sua atividade conjuntamente com a qualidade do ambiente.

Mesmo sendo bastante relevante este esforço, é a Colônia de Pesca Z2 o órgão que representa todos os pescadores da região e, por isto mesmo, devia ser uma dinamizadora deste processo e outros para a administração e o otimização de desempenho da atividade. Por isto, é fundamental seu fortalecimento para o desenlace benéfico das questões prioritárias - como a falta de associados e de condições financeiras - e, conseqüentemente, atuar em prol dos pescadores.

7.7 MARICULTURA, COMERCIALIZAÇÃO E BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA.

A instalação do entreposto Casa do Pescador, foi um marco importante para a localidade, promovendo a venda direta produtor/consumidor, reduzindo a dependência com intermediários. Albuquerque (1983) esclarece a idéia da importância deste modelo de empreendimento, salientando que a atividade de venda complementa a da pesca, em benefício do empreendedor

Entretanto, faz-se necessário um melhor delineamento e administração, para que cumpra com estes objetivos principais e que se procure contribuir com a melhoria das condições de sua população pesqueira e não somente dos detentores de bens.

Além da comercialização e beneficiamento do produto da pesca pelo próprio pescador ou através de trabalho familiar, para que nele se inclua maior valor de mercado, as atividades como artesanato e maricultura constituem elementos de fundamental motivação para a melhora da qualidade de vida desta população. Ao lembrar Maldonado (1988) “...a atividade pesqueira é sempre oscilante e imprevisível...”, fortalece-se a necessidade de inserção de outras atividades, e no constante aprimoramento do pescador para que nelas atue de maneira otimizada, como forma de regularizar a renda, diminuindo a imponderabilidade a que está sujeito.

A aquicultura no Brasil, apesar do seu rápido crescimento durante os últimos anos, está num estágio de pequeno desenvolvimento, contribuindo com cerca de 3% da produção anual de pescado. O mercado é potencialmente grande, embora desacostumado⁴⁶ com o consumo deste produto. Na região em específico, nota-se uma expressiva e crescente procura pelos produtos do mar, principalmente em decorrência da valorização do pescado pelo turista.

São muitas as vantagens quando da implantação desta atividade, que tem como discurso principal o de encaminhar uma alternativa econômica que estimule o pescador a continuar no seu lugar de origem e trabalhando numa atividade que não o retire do meio em que sempre viveu: as águas do mar.

⁴⁶ Nos estados do sul, a falta de hábito de comer carne oriunda da pesca é ainda mais percebida, por ser esta região grande produtora de carnes bovinas, suínas e aves, deixando os produtos pesqueiros em posição de desvantagem (Fundação Instituto Técnico de Economia e Planejamento, 1988).

Entretanto, ao levantar a realidade ocorrente no Balneário, verifica-se uma grave contradição quando a compara com a finalidade principal do projeto de maricultura, pois percebe-se nitidamente que a grande maioria dos atuantes na atividade não são pescadores de fato. Se hoje, algum pescador tiver necessidade deste tipo de trabalho para se manter no povoado e/ou na atividade pesqueira, não poderá se beneficiar deste projeto, que foi definido para seu próprio uso.

O projeto da maricultura tem ocasionado conflitos de uso, como o decréscimo da qualidade cênica do lugar e o impedimento no percurso das embarcações pesqueiras, percepções que são manifestadas também pelos informantes desta pesquisa.

Especialistas estrangeiros apontam na Revista Ecologia e Desenvolvimento (11/1995) alguns outros conflitos entre a aquicultura, a pesca e a preservação ambiental, dentre estes citando Antônio Carlos Diegues uma das contradições verificadas em nosso país "... a aquicultura confunde-se com a privatização do litoral. Há lugares que não são mais acessíveis ao pescador artesanal, porque o Estado concedeu as terras [!] aos aquicultores.". O especialista Joel Le Bail, da França, salientou que no Equador a implantação da aquicultura foi um desastre, devido à destruição de manguezais.

7.8 CASA FAMILIAR DO MAR

Os depoimentos dos moradores demonstram que, no Balneário, há uma grave deficiência em termos educacionais. Este assunto foi enfatizado durante a reunião realizada pela EPAGRI⁴⁷, onde os pescadores reclamaram do baixo investimento da Prefeitura em educação, resultando no abandono dos estudos pela maioria dos jovens.

Também é relevante a comprovação que o conteúdo curricular nas escolas da região é indistinto do aplicado em todo o Estado, não participando à comunidade estudantil local as peculiaridades a que está inserida, não formando-a para o exercício de atividades e ações específicas à sua realidade.

Lago (1966) já salientava a viabilidade da introdução de conteúdo curricular relacionado com os problemas inerentes à atividade pesqueira, atenuando, desta forma, a inocuidade das mensagens educativas. Entretanto, verifica-se que esta situação incoerente continua e parece ainda mais evidente na atualidade, sendo verificada de

⁴⁷ Dados referenciados na tabela 6, do item 6.2.2.1

maneira geral para todo país, estagnando a possibilidade de desempenho da escola convencional como fator de mudança cultural.

Uma outra opção seria a criação de cursos de capacitação ou de escolas de pesca de nível médio, as quais resultariam em melhor qualidade técnica da mão-de-obra, um expressivo fator que inibe o desenvolvimento da atividade pesqueira. Proposta neste sentido foi requerida pelo Governo do Estado de Santa Catarina (1978) ao reconhecer a necessidade da definição de unidades educacionais voltadas à atividade pesqueira com a formação de mão-de-obra voltada para a realidade de cada comunidade.

Dentro desta temática, está sendo proposta pela EPAGRI a Casa Familiar do Mar, um projeto destinado aos filhos de pescadores desinteressados pelo ensino fundamental, mas que desejam adquirir conhecimentos, inclusive de modo a se profissionalizarem. Esta profissionalização será com atividades selecionadas de acordo com as peculiaridades locais (pesca, maricultura, turismo etc.), a instrumentação com conhecimentos em diversas ciências.

Seus objetivos são também estimular os jovens pescadores sobre a importância de sua permanência na comunidade pesqueira e ao trabalho participativo entre comunidades e instituições, de modo a contribuir para a cidadania e na manutenção e fortalecimento das populações tradicionais em suas áreas de origem, dentro de um sistema com qualidade e sustentabilidade.

O funcionamento da Casa Familiar do Mar caracteriza-se por um sistema de alternância, em que o jovem terá uma semana para adquirir conhecimentos técnicos na “escola” e duas semanas de atividades na comunidade, onde desenvolverá seu projeto - exercício do aprendizado - com sua família e o acompanhamento dos monitores. Neste sentido, dará oportunidade ao jovem para que busque o aperfeiçoamento sem ter que se afastar da família e do trabalho. No seu processo de existência e manutenção, a comunidade se constitui numa associação que participa ativamente, ligando-se intrinsecamente à escola no sentido de ambas proporcionarem e receberem os benefícios.

O professor exerce a função de mediador entre o conhecimento que o aluno já possui e o científico que “*a priori*” é o conhecimento que deve ser transmitido pela escola. O currículo será elaborado a partir da realidade local, contando então com certa flexibilidade. Esta concepção se enquadra dentro da Proposta Curricular Catarinense (1991) que define, como função da escola, a socialização do conhecimento científico,

historicamente produzido e acumulado pela humanidade. Esta experiência pedagógica tem, desta forma, características de educação comunitária, trabalhando de forma articulada com a família e a comunidade.

Durante o trabalho de campo, no geral, percebeu-se que os pescadores mostraram-se preocupados com a questão educacional, com muitos dos seus filhos recusando-se a estudar nas escolas locais e preferindo a atividade pesqueira. Aqueles que foram questionados sobre a possibilidade de implantação do projeto demonstraram satisfação com a concepção, pois reconhecem as transformações e dificuldades para a atuação pesqueira.

Por outro lado, vale chamar-se a atenção a uma situação singular demonstrada por Silva (1992) quando da criação de mecanismos (cursos, encontros etc.) com o intuito de homogeneizar a força de trabalho, bem como uniformizar o complexo de idéias e manifestações que ideologicamente possam reproduzir os interesses dominantes.

7.9 PESCA DA TAINHA

Quando se trata de analisar o espaço costeiro de Santa Catarina, de modo a compor suas dimensões sociais, a pesca da tainha surge como tema de grande relevância. Esta atividade assume importância para o desenvolvimento e manutenção de comunidades pesqueiras, o que tem sido ressaltado por alguns autores (Cascaes, 1978; Beck, 1979; Córdova, 1986).

No Balneário Enseada, tradicionalmente, praticou-se a pesca desta espécie, o que é comprovado pela memória de seus atores. É esta memória que proporciona o repasse de histórias de um tempo de trabalho comunitário e de grande fartura.

Ainda, na atualidade, a atividade tem para a população pesqueira da Enseada, grande importância econômica. Entretanto, as capturas não são mais tão expressivas como outrora.

Em relatório sobre aspectos da pesca da tainha em localidades de Florianópolis (Beck, 1989) identifica “estes dois tempos, ou dois momentos, ou ainda, dois movimentos” representativos da atividade.

As metodologias e equipamentos de pesca sofreram transformações, inclusive com novas técnicas. Estas modificações repercutiram também no advento de relações conflituosas, principalmente entre os diferentes métodos (arrasto e emalhe). Referência sobre conflitos entre redes de emalhar, inclusive com destruição de equipamentos e agressões físicas entre pescadores, são encontrados também por Beck (1979, 1989).

Os pescadores de arrasto de praia entrevistados consideram que os maiores impactos causados a esta espécie, a exemplo de outras, são provenientes da ação de pesca sob outras metodologias. Dentre estas, a mais referenciada é aquela realizada com rede de emalhe (caça e malha). Entretanto sabe-se que, em termos de manutenção de estoque, os métodos de pesca com redes de arrasto e de emalhe tem praticamente o mesmo impacto. O mesmo não pode ser dito em relação ao causado pela frota pesqueira industrial e, portanto, esta é que deve ser manejada de maneira mais intensiva pela fiscalização.

Uma outra questão importante diz respeito à concepção de manutenção da atividade, que claramente tem sofrido um grande declínio, tendo inclusive, em algumas regiões do Brasil, desaparecido por completo.

Foi verificado, nesta pesquisa, que parte da camaradagem de arrasto de praia é formada por pescadores com grande tempo de atuação na atividade. Dentre estes, alguns estão na ativa e durante a safra, optam por esta metodologia, com a percepção de que é vantajosa em relação a outras.

Alguns dos camaradas de pesca estão aposentados, sentem necessidade de manterem-se na ativa, mas, ao mesmo tempo, não possuem as condições de saúde necessárias para a atuação em outros métodos. Especificamente para estes, a atividade tem fundamental importância para que possa ser proporcionada uma renda extra, já que os ganhos com aposentadoria são mínimos, além de fortalecer a percepção positiva do indivíduo quanto à sua função e relevância para a sociedade. A situação parece ser semelhante à de ocorrência na localidade de "Tainhas" (Albuquerque, 1983), verificada no discurso de um informante do pesquisador: "se não houver controle não sobram peixes para os pescadores mais velhos que pescam com tarrafas fora dos barcos".

Quanto aos petrechos, a maioria é de propriedade de pescadores profissionais, alguns com idade avançada. Outros, assim como o conhecimento sobre o método e sobre a vivência nesta atividade foram adquiridos por gente “de fora”, os quais se aliam aos profissionais para manter a tradição dos equipamentos e desta prática.

Mesmo que de forma eventual, e cada vez menos frequente, a captura de grandes quantidades ainda ocorre para este grupo. O preparo que antecede a época da pesca e principalmente uma ocorrência de arrasto é sempre festejada não apenas pelos integrantes do grupo, mas por toda a população local, expandindo-se a nível regional.

Sendo assim, as características do estudado grupo não conferem totalmente com a opinião de que esta arte de pesca é, tecnicamente, antiga, de importância somente folclórica, sendo o perfil do atuante o de uma pessoa sem participação profissional na atividade ou um aposentado que não necessita desta renda para sobreviver. A pesca de arrasto, organizada na Enseada sob a forma de uma sociedade, constitui-se num movimento de importância econômica e cultural e que exemplifica a atitude de resistência na pesca artesanal.

Segundo Beck (1989), “A constituição de uma sociedade parece corresponder a uma tentativa localizada de manutenção do aspecto ritual da pescaria da tainha, resgatando o aspecto organizativo que a atividade tem para a comunidade.”. Neste mesmo trabalho, a autora estabelece que a garantia da continuidade da atividade nos moldes artesanais, a permanência de um ritual de identidade e coesão grupal, está ligada à reafirmação do mito e à esperança de retorno ao tempo de fartura.

A convivência com os pescadores de Enseada, leva a uma percepção semelhante, já que estes, ao resgatar a memória referente aos “grandes lances de tainha”, demonstram não só grande orgulho mas também a esperança de retorno, pelo menos momentâneo, a situações semelhantes. Por outro lado, há também o aspecto de falta de opções de atuação, principalmente, como já salientado, para os mais idosos.

Ainda em relação à constituição da sociedade para a captura de tainha por arrasto de praia, verifica-se algumas diferenças entre Enseada e outros locais do Estado. A organização dos donos de redes em uma sociedade é assinalado por autores como Beck (1979) e Córdova (1986). A sociedade, nestes casos, é composta por emendas que variam conforme o número de redes de tainha que há em cada ponto de pesca, e seu objetivo é disciplinar a ordem dos arrastos.

No caso apresentado em Enseada, as redes são de uso comum do grupo, ou seja, não há emendas. Independente de qual rede foi utilizada para o arrasto, todos camaradas nele participam e recebem a parte (“quinhão”) de acordo com a função exercida dentro do grupo. Parece ser, desta forma, mais identificável com a atividade realizada décadas atrás, ao menos na localidade Enseada.

8 EM OUTRAS PALAVRAS...

São Francisco do Sul está assentada sobre um território imensamente rico em decorrência de suas riquezas naturais, advindas da diversidade de recursos naturais, paisagem e climas amenos, agregando-se à herança arqueológica indígena e riqueza histórica e arquitetônica que data do Brasil Colônia.

Apesar disto, seu desenvolvimento não foi proporcional às suas potencialidades. Ao comparar São Francisco do Sul com outras regiões do país, com características semelhantes - seja a nível ecológico, cultural-arquitetônico, histórico - verifica-se uma grande diferença quanto ao estágio de crescimento, mais ainda, que São Francisco passou por rupturas no seu estado progressivo.

Questionando as origens deste inconstante e irrelevante desenvolvimento, da desestruturação de atividades produtivas que promoviam significativo impulso econômico para a região, da descaracterização cultural e natural, considera-se o descuido e até abandono por parte das administrações públicas⁴⁸.

⁴⁸ Na literatura e na memória local, encontram-se outras motivações. Uma das características mais representativas do Município está na crença em um histórico desastroso, na impossibilidade de seu desenvolvimento. Uma, das muitas, ilustrativa citação pode ser verificada em Bezerra (1975): “qual gigante adormecido, acordará e se levantará derrubando por terra todos os tabus e lendas que lhe criaram, para se projetar em busca do progresso que lhe falta.”. Tal crença não é exclusiva de algum grupo social, envolvendo a comunidade como um todo, inclusive fazendo parte das peculiaridades comentadas até pelos turistas.

Uma frase bastante citada no município é “São Francisco é a cidade do “já teve”, “já foi””. A exemplificação para tanto é variada, desde a existência no passado de uma fábrica de conserva de camarão, com grandes volumes de exportação, passando por um simples cinema, até campeonatos de surf mundial.

Uma estória referida como uma das causas da descontinuidade dos elementos de desenvolvimento do Município é a de um frei franciscano que, ao ser expulso da cidade, deixou-lhe uma maldição “[...] per omnia secula seculorum”, ou seja, que até o fim dos séculos a mesma não se desenvolveria. Este episódio é bastante conhecido na região, sendo referenciado, algumas vezes em tom jocoso, como causador do mal que assola o Município.

Histórica má administração, parte representativa da realidade nacional, maldição de frei, a constante revitalização do mito ... são explicações (verdadeiras ou fantasiosas) para a situação passada e vigente em São Francisco do Sul.

Até certo ponto isto foi benéfico, pois, desta forma, encontramos resguardada parte de sua beleza cênica original, ecossistemas pouco impactados pela presença humana e a relativa conservação de suas particularidades culturais.

Entretanto, nos últimos anos, a exemplo de outras localidades litorâneas, houve um expressivo incremento turístico na região, ocasionando o aumento do uso do solo e dos demais recursos.

Em relação ao Balneário Enseada, o maior fluxo de turistas tem repercutido na ocorrência de muitas transformações e estas tem se tornado cada vez mais evidentes e rápidas.

Pode-se considerar que algumas destas modificações do ponto de vista econômico sejam benéficas, como também pode-se pensar nos problemas originados.

Independente de avaliações quanto a progresso ou estagnação, benefícios ou malefícios originados - mesmo porque estas são dependentes de vários fatores e referenciais tornando difícil uma avaliação de “bom” ou “ruim” - a evidência é o processo de mudança e até desaparecimento de características da sociedade local.

Os atores sociais possuíam formas de vida, crenças, valores e conhecimentos tradicionais que os caracterizam e que fomentavam a manutenção da estrutura social da comunidade e a diferenciava das demais.

Atualmente, são espoliados de seus recursos naturais e de seus estilos de vida para seres apresentados, de forma abrupta, a novas exigências e problemas característicos de grandes cidades. Tal situação denota uma competição desigual entre imposições, a percepção de problemas e encaminhamento das soluções⁴⁹.

Algumas destas questões estão caminhando para a irreversibilidade, já que os elementos naturais que contribuíram, e ainda contribuem, para o desenvolvimento local estão sendo destruídos.

A situação é bastante complexa e demanda uma compreensão de que a manutenção das atividades artesanais e tradicionais é da maior importância, seja na garantia da sobrevivência e conforto da população, para que não se descaracterize nem se tornem marginalizadas.

⁴⁹ A ocorrência da não-percepção de transições numa localidade, resultando no despreparo da população para que se adapte à nova condição imposta é citada por Lopes et. al. (1996) quando discute a transição de valores atribuídos à faixa costeira do Brasil.

As necessidades humanas não se restringem aos ganhos materiais proporcionados pela apropriação dos recursos naturais, mas há também todo um aspecto emocional que repercute sobre a qualidade de vida das populações. A partir da verificação do carinho e respeito ao meio natural por parte da população entrevistada e a amargura quanto a depredação e decréscimo de sua qualidade, torna-se mais fortalecida a importância da manutenção deste bem.

Esta pesquisa tem mais a intenção de apresentar uma forma metodológica de planejamento ambiental, fornecer, analisar e comparar a realidade de Balneário Enseada com outros, do que apresentar soluções diretas. No entanto, as informações adquiridas e sua análise resgataram algumas sugestões e forneceram novas concepções que são reapresentadas como alternativas de ações para a localidade Enseada e para o Município.

9 PARA ALÉM DESTE TRABALHO: ALGUMAS SUGESTÕES.

Recomenda-se a utilização das metodologias qualitativas aqui delineadas (que incluam as dimensões antropológicas, sociológicas e psicológicas) na pesquisa que objetiva o manejo integrado e democrático das questões ambientais. Estes métodos podem também estar aliados a outras formas de coleta de dados quantitativos, como aqueles que foram utilizados, para a complementação e confirmação das informações.

É necessário que os órgãos públicos, principalmente de forma interinstitucional, tenham maior empenho na coleta e análise de informações sócio-econômico- ecológicas de modo a sanar rapidamente as demandas demonstradas. Também que estas sejam sistemáticas a fim de que a dinâmica das relações possa ser acompanhada de forma a sempre serem atualizados e dimensionados corretamente os projetos para a região.

Dada a importância do Município de São Francisco do Sul, sugere-se a análise ambiental de suas outras regiões – balneários e bairros – avaliando semelhanças e diferenças, potencialidades e prioridades, a fim de promover projetos descentralizados e condizentes com a realidade de cada localidade.

Considerando que o corpo funcional da Prefeitura foi designado com o intuito de cuidar dos bens públicos (naturais e sociais) e que sobre ele rege legislação, faz parte de sua competência o processo de manejo ambiental em concordância com a legislação.

Recomenda-se a elaboração de programas e políticas ambientais por parte dos órgãos públicos competentes, adotando providências condizentes com o estágio econômico e cultural, e que estes se tornem realmente responsáveis pelo seu desenvolvimento e fiscalização. Nestes deve ser avaliada a viabilidade de implantação de Unidades de Conservação na região da Lagoa do Acaraí e na restinga da Praia Grande. É preciso também um cuidado especial com os bens histórico- arquitetônicos, os sambaquis e as áreas das antigas comunidades de Casqueiro e Morretes.

Cada secretaria da municipalidade, quando encarregada do gerenciamento de uma questão específica, deve buscar o envolvimento dos vários setores em busca de propostas corretamente estruturadas. A partir deste princípio, os projetos em parceria com órgãos públicos inseridos no município (EPAGRI, Colônia, Capitania, IBAMA etc.) e de outras esferas também faz-se fundamental.

Grupos privados devem ser procurados e orientados quanto aos benefícios empresariais originados quando do apoio a projetos de cunho ambientalista. Desta forma podem ser obtidos patrocínios que auxiliem no desenvolvimento de pesquisas e programas ambientais.

Ao mesmo tempo, a sociedade local deve participar ativamente deste processo. Para tanto, é fundamental o aprimoramento dos sistemas de repasse de informação assim como apoiar a formação e atuação de associações. A sociedade civil organizada poderá assim atuar na elaboração de pesquisas e programas, se auto-administrando (decisões descentralizadas) e fiscalizando (fiscalização voluntária) de modo a auxiliar no desenvolvimento sustentado e a conservação de características culturais e do ambiente natural. O exercício da cidadania plena, legitima o cidadão na busca ativa de melhores condições ambientais (dever), o que pode ser potencializado pela presença catalisadora de ONG's ambientais, como a AMECA, associação que já conta com alguns projetos e realizações bastante pertinentes .

A atividade turística é condizente com a realidade local, desde que seja conjugada às características tradicionais locais, como a pesca, e se respeite as particularidades sociais e ecológicas.

Já que a região possui uma variedade cultural e arqueológica que pode ser explorada com criatividade, não devem ser utilizados modelos externos e padronizados. Seus recursos podem ser usados de modo mais eficiente ao serem adotados programas e

políticas ambientais e atitudes mais razoáveis e prudentes, que levem em conta sua diversidade natural e sócio-cultural. Por isto, os sistemas tecnológicos empregados na exploração desses recursos devem ser selecionados criteriosamente e adaptados às condições locais do ponto de vista social e ecológico. Seria útil resgatar tecnologias locais que foram utilizadas no passado, complementando-as em conformidade com a ciência e tecnologia modernas.

Sugere-se que o resgate de memória desta gente que tanto contribuiu para a colonização e desenvolvimento da região seja utilizada como um recurso histórico, um “gancho” para atrair o interesse pelo turismo temático. Este reconhecimento certamente possibilitará os cuidados para com os bens naturais e históricos e também para com a própria população que vivenciou este tempo, adentrando no propósito do “conhecer para proteger e respeitar”. Um espaço bastante apropriado para dinamizar esta necessidade é o Museu do Mar, sendo interessante também a utilização do entreposto de pesca Casa do Pescador.

Em relação à temática pesqueira, recomenda-se o trabalho conjunto dos órgãos responsáveis (IBAMA, Colônia de Pesca, Secretaria Municipal de Pesca, EPAGRI outras) na análise e complementação das informações já obtidas, assim como na elaboração de propostas para administração e fiscalização pesqueira. É emergencial a resolução dos problemas da legislação que atualmente não é condizente inclusive com as especificidades biológicas locais. Também são necessários estudos e o encaminhamento de alternativas de trabalho para o pescador durante a época de defeso do camarão.

A fim de simplificar e aprimorar o trabalho, além de fortalecer o associativismo, sugere-se que o acompanhamento contínuo da localidade seja feito por um responsável (ou grupo de responsáveis) morador local, escolhido pelo própria comunidade pesqueira, sob a forma de uma associação. São imprescindíveis as reuniões periódicas, inclusive com outras associações, para a discussão de temas de importância para o desenvolvimento integral, como meio ambiente, saúde, educação. Desta forma, são apresentadas as necessidades de cada grupo e podem ser buscadas soluções integradas e concretas.

Para que a Colônia de Pesca se fortaleça é necessário maior empenho das lideranças no sentido de unificar os pescadores. Isto poder ser feito através de eventos e

reuniões onde sejam discutidos os problemas e se detectem soluções para as prioridades. Ela deve buscar apoio externo junto a organizações governamentais, do terceiro setor e privadas. A colônia, como organização política e geograficamente próxima dos seus associados, pode e deve auxiliar na resolução de conflitos locais, o que irá desenvolvê-la. Sugere-se também que os presidentes e assessores tenham remuneração e treinamento para poderem atuar de forma mais concisa.

Recomenda-se a melhoria administrativa da Casa do Pescador como forma de garantir maior rentabilidade ao pescador e dinamizar o processo de venda e turismo no local. Neste contexto, é necessário o delineamento de normas de uso e venda da produção, assim como o desenvolvimento de um programa de beneficiamento de pescado, inclusive com métodos tradicionais (salga e defumação) e a elaboração de congelados. Também o planejamento de ações, definição de responsabilidades e a inclusão de outras atividades como o artesanato, a maricultura, exposições, eventos gastronômicos etc. a fim de promover o espaço e que pode ser realizada por profissionais habilitados.

Já que a maricultura é atividade que envolve muitos conflitos de interesse, além de ter grande importância para as comunidades litorâneas, é importante o seu desenvolvimento através de uma contínua extensão por parte do órgão responsável, até que estes possam se estabilizar. É necessário também que se procurem soluções para as questões de certificação de área e qualidade de produto, estudos sobre a possibilidade de novas áreas para cultivo, preço mínimo, beneficiamento e a qualidade e outras referentes ao mercado consumidor.

Dada a forte vinculação que tem a região com a pesca artesanal, a despeito do preocupante quadro que se instala, a ação Casa Familiar do Mar é reconhecida como necessária por contribuir de maneira efetiva para a minimização das problemáticas vigentes. Também há de se ter cuidado especial para que seja mantido o dinamismo e a criatividade individual dos trabalhadores do mar.

Considerando a tradição da pesca de arrasto e o envolvimento comunitário que a caracteriza na área estudada, se estabelece a necessidade de conservação da atividade, dos petrechos e a delimitação de reserva extrativista para a conservação de locais de importância cultural e natural (manifestações culturais e ecossistemas de suporte).

10 BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, R.A.R. Direito do meio ambiente e participação popular. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 1994.

ALBUQUERQUE, C.M.C.P.. Tecendo redes sociais: articulação de instituições sociais numa localidade pesqueira de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: PPGCS-USC, 1983.

ALVES P. & MASSEI, R. C.. Fotografia e História. História Vol.8. São Paulo: Unesp, 1989

APPLEYARD, D. The Conservation of European Cities. MIT Press. Cambridge MA., 1979.

ARBEX, J.C. & LINAGE, J.L. Pesquerias tradicionales y conflictos ecológicos 1681 - 1794. Una selección de textos pioneros.

AYALA, F.J. O Conceito do progresso biológico. In: Nova Antropologia. O Homem em sua existência biológica, social e cultural. Antropologia Biológica I. Gadamer, H.G. & Vogler, P. São Paulo: EPU/EDUSP,

BATENSON, G.. Mente e Natureza: a unidade necessária. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

BECK, A. Aspectos sócio-econômicos da pesquisa da tainha em Santa Catarina. Relatório de pesquisa. Florianópolis: UFSC, 1989.

BECK, A. Lavradores e pescadores. Um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório. Apresentado no concurso de professor titular, UFSC, Florianópolis. 1979.

BECKER, H.S. & GEER, B. Participant Observation and Interviewing: a comparison. In: Issues in participant observation, a text and reader. McCall, G. & Simmons, J.H. Massachusetts Addison - Wesley Publishing. Company, 1969

BIDET, J. Sur les raisons d'être de l'idéologie: rapports sociaux dans le secteur de la pêche. La Pensée, Paris. 1974.

BONILHA, L.E.C. ; POLETTE, M.; MATAREZI, J. & ARAÚJO, I.A. Implementação de um Programa de Monitoramento Ambiental Voluntário na Zona Costeira: Aspectos metodológicos e Estudo de Caso – Programa Olho Vivo. Revista de Estudos Ambientais, Blumenau, 1(2): 59-70, 1999.

BOUHDIBA, A. Turismo de massa e tradições culturais. O Correio da UNESCO. 9(4):4-8, abril 1981.

BRUYN, S. T. The human perspective in sociology. The methodology of participant observation. New Jersey Prentice Hall, Inc. Inglewood Clifs. 1966.

BURKE, P. & PORTER, R.. Linguagem, Indivíduo e Sociedade. São Paulo: Unesp, 1993.

CALDARELLI, S.B. A preservação do patrimônio cultural em planejamento ambiental. Anais do 4 Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente. Vol.II. Cuiabá M.T., 1993.

CARDOSO, R.C.L Aventura de antropólogos em campo, ou como esquecer das armadilhas do método. In: A aventura antropológica. Teoria e pesquisa. Cardoso, R.C.L. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARDOSO, R.D. Exploração pesqueira em Santa Catarina e na Região Sudeste / Sul do Brasil. In: O mar e seus recursos, UFSC,1980.

- CARDYN, L.J. Introducción general al concepto de biosfera contaminada. In: Perspectivas en Ecología Humana. Colección Nuevo Urbanismo. Bourgoignie, G.E. Madrid: Inst. de Estudios de Adm. Local, 1976.
- CARTER, D. The psychology of place. Londres: Architectural Press, 1977.
- CASCAES, F.J. A pesca da tainha na ilha de Santa Catarina. Florianópolis: MU-UFSC, 1978.
- CAVALCANTI, C. Na direção de uma noção de etno/ecodesenvolvimento, 1992
- CDMAAL (Comissão para o Desenvolvimento e Meio Ambiente de América Latina e Caribe). Nossa Própria Agenda. Banco Interamericano de Desenvolvimento/PNUP/ 1990.
- CEPAL Procedimientos de gestión para un desarrollo sustentable (aplicables a municipios, microregiones y cuencas). 1993.
- CEPSUL - IBAMA & EPAGRI. Situação da pesca artesanal no Estado de Santa Catarina -Relatório final. Itajaí. 1992.
- CEPSUL - IBAMA & Federação de Pesca de Santa Catarina (FEPESC). Planilha de dados (não publicados).
- CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: Desvendando máscaras sociais. Guimarães, A.Z. Rio de Janeiro: Fco Alves, 1990.
- CLARK, J.R. Coastal Ecosystem Management: A technical Manual for the Conservation of Coastal Zone Resources. John Wiley & Sons. 1977
- COLLIER, B.D.; COX, G.W.; JOHNSON, A.W.; MILLER, R.C. Dynamic Ecology. New Jersey Prentice Hall, 1975.

COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL).

Bases conceptuales para la formulacion de programas de manejo de cuencas hidrográficas. Santiago de Chile, 1992

COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA A PREPARAÇÃO DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO (CIMA). Relatório. Brasília,1991.

CÓRDOVA, R.V. Ficar em terra: o processo de migração dos profissionais da pesca. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: PPGCS-UFSC, 1986.

DA MATTA, R. O ofício de etnólogo, ou como ter “Antropological blues”. In: Aventura sociológica. Nunes, E.O. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DEBERT, G.G. Problemas relativos à utilização de história de vida e história oral. In: In: A aventura antropológica. Teoria e pesquisa. Cardoso, R.C.L. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DEL RIO, V. & OLIVEIRA, L. Percepção Ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel., 1996.

DEL RIO, V. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini Editora, 1990.

DELITTI, . Ecologia e análise ambiental. In: Análise ambiental: uma visão multidisciplinar Tauk, S.M.; Gobbi, N.; Fowler, H.G. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1991.

DIEGUES, A.C. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A.C.S & NOGARA, P.J. O nosso lugar virou parque. São Paulo: NUPAUB-CEMAR, 1994.

DIEGUES, A.C.S. Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítima. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DOUGLAS, J.D. Introduction to sociology, situations and structures. New York: The Free Press, 1973.

DOUROJEANNI, A. Procedimientos de gestión para el desarrollo sustentable. ILPES/CEPAL/ECLAC/CEPLAC. Serie Ensayos, Doc. 89/05/Rev.1 Santiago de Chile, 1993.

DURHAN, E.R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: A aventura antropológica. Teoria e pesquisa. Cardoso, R.C.L. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DURHAN, E.R. A reconstituição da realidade. Ensaios 54. São Paulo: Ática, 1978.

EPAGRI. Anotações referentes à reunião com a comunidade de Enseada - Situação da pesca. 1996.

EPIRCUM, D. In: Perspectivas en Ecologia Humana. Colección Nuevo Urbanismo. Bourgoignie, G.E. Madrid : Inst. de Estudios de Adm. Local, 1976.

FAO Informe de la Conferencia Mundial Sobre Ordenación y Desarrollo Pesquero . 1985

FEEMA Vocabulário básico de meio ambiente. Rio de Janeiro: PETROBRÁS, 1992.

FERKISS, V. O homem tecnológico. Mito e realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1976

FISKE, S. & TAYLOR, S. Social cognition. New York: McGraw Hill, 1991.

FUNDAÇÃO IBGE Estatística de pesca, 1988. Vol 1 e 2. Brasília, 1989.

FUNDAÇÃO INSTITUTO TÉCNICO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO.
Diagnóstico da economia catarinense. Vol 1. Florianópolis, 1988.

GABINETE DE ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO - GAPLAN Atlas de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1986.

GABINETE DE PLANEJAMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (GAPLAN), ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL Diagnóstico físico - social de São Francisco do Sul. São Francisco do Sul, 1980

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONÇALVES, C.W.P. Notas para uma interpretação não-ecologista do problema ecológico. In: Geografia. Teoria e crítica. O Saber posto em questão. Moreira, R. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

GOODEY, B. & GOLD, J. Geografia do comportamento e da percepção. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

GOODEY, B. Toward a participatory culture in the built environment. Estrasburgo: Conseil d'Europe, 1981.

GUALBERTO, L. Contribuição para a história do estado de Santa Catarina. Fundação de São Francisco do Sul. Rev. Trim. Inst. Hist. Geog. de Sta. Catarina. nº1, vol.1

HAGUETTE, T. M. F. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. In: Science n°162, 1968.

IBAMA - CEPSUL Estatística pesqueira do Estado de Santa Catarina, ano de 1991.
Brasília, 1992

IBAMA-CEPSUL & EPAGRI Situação da pesca artesanal no Estado de Santa Catarina.
Relatório final. Projeto Conscientização e divulgação das medidas administrativas
pesqueiras. Itajaí, 1992.

IBAMA-CEPSUL & FEPESC Planilha de dados de Enseada (não publicado)

IBAMA-CEPSUL. Manguezais da Baía de Babitonga. não publicado.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PATRIMÔNIO CULTURAL - 11 CR. Cadastro
técnico de localização dos sítios arqueológicos no litoral norte do Estado de Santa
Catarina. Florianópolis, s.d.

KADT, E. Turismo e desenvolvimento O Correio da UNESCO. 9(4): 9, abril 1981.

KATES, R.W. Natural hazard in human ecological perspective: hypotheses and models.
Economic Geography, 47. 1971.

KAUTSKY, K. A questão agrária. Vol.2, Porto: Portucalense, 1972.

KLUCKHOHN, F. The participant-observer technique in small communities. American
Journal of sociology 46, 1940.

KOHLSDORF, M.E. Breve histórico do urbano como campo disciplinar. In O espaço
da cidade. Farret, R.. São Paulo: Projeto Editora, 1985.

KRUGER, H. Introdução. In Curso de psicologia geral. Sensações e percepção (vol.II)
Luria, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

- LAGO, M.C.S. Memória de uma comunidade que se transforma: de localidade agrícola-pesqueira a balneário. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFSC. 1983
- LAGO, M.C.S. Modos de vida e identidade. Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1996.
- LAGO, P.F. Condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade pesqueira em Santa Catarina. Resultado de pesquisas realizadas em 1966.
- LAGO, P.F.A.. Chaminés do turismo. In: Jornal o Estado. Florianópolis, 7/9/1990.
- LANNA, A.E. Instrumentos de Gestão Ambiental: Métodos de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica. Brasília, 1994
- LAXE, F. G. Análisis de la productividad pesquera: los resultados de la explotación económica. apud: Jornadas sobre Economía y Sociología de las Comunidades Pesqueras. Univ. Santiago de Compostela. Min. de Agric., Pesca y Alimentación, 1987.
- LEE, T. Psicologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- LEVI, F. Existirá uma nova ciência ambiental? Unambiente, ano 1, n 0, São Paulo. 1990.
- LÉVY, P. Uma constelação científica em transformação. In: Ciência e tecnologia hoje. Witkowski, N. São Paulo: Ensaio, 1995.
- LLANEZA, J.L.O. La necesidad de planificar el desarrollo de la comunidad pesquera: el caso de Andalucía. apud: Jornadas sobre Economía y Sociología de las Comunidades Pesqueras. Univ. Santiago de Compostela. Min. de Agric., Pesca y Alimentación, 1987.

- LURIA, A.R.. Curso de Psicologia Geral. Sensações e percepção. Vol.II. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1991.
- MACEDO, R.K. A Importância da Avaliação Ambiental. In: Análise Ambiental: Uma Visão Multidisciplinar. Tauk, S.M.; Gobbi, N.; Fowler, H.G. São Paulo: UNESP/FAPESP. 1991.
- MACLAGAN. Mitos de la creación. La aparición del hombre en el mundo. Madrid: Debate, 1994.
- MAÏTRE, J. Sociologia da Ideologia e Entrevista Não-Diretiva. Segunda Parte, Texto 5. In: Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. Thiollent, M. São Paulo: Polis, 1980
- MALDONADO, S. No mar: conhecimento e tradição. In: III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. Coletânea de trabalhos apresentados em São Paulo. Diegues, A.C. & Sales, R. IOUSP - F. Ford - UICN. 1988.
- MANFREDI, H.C. Impacto social de los impactos ambientales. In: Fundamentos del manejo de cuencas. Proyecto Regional de Manejo. CENTRO AGRONÔMICO TROPICAL DE INVESTIGACIÓN Y ENSEÑANZA (CATIE). 1986.
- MARINHA DO BRASIL A Voz do Mar, 1921; 1922; 1923 e 1925
- MARSAN, A. A. In: Perspectivas en Ecologia Humana. Colección Nuevo Urbanismo. Bourgoignie, G.E. Madrid: Inst. de Estudios de Adm. Local, 1976.
- MATURANA, H & VARELA, F. A árvore do conhecimento. As bases do entendimento humano. Editorial Psy II. 1995.
- MEARLEAU - PONTY, M. Fenomenologia de la percepción. Série Univ. Historia/Ciência/Sociedad (2). Barcelona: Ed. Península, 1975.

- MEILLASSOUX, C. Essai d'interpretation du phenomene economique dans les societés traditionnelles et d'auto - subsistance. Cahiers d'Etudes Africains, Paris. 1960.
- MELLO, A.F. A pesca sob o capital: tecnologia à serviço da dominação. Belém: UFPA, 1985.
- MESAROVIC, M. & Eduard Pestel (ed.) Manking at the Turning Point: the Second report to the Club of Rome. New York, Signet, 1974.
- MICHELAT, G. Sobre o Uso da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia. Segunda Parte, Texto 4. In: Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. Thiollent, M. São Paulo: Polis, 1980
- MINAYO, M.C.S.. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec1987.
- MORAN, E.F.. Adaptabilidade humana. Uma introdução à Antropologia Ecológica. São Paulo: Edusp, 1994.
- MOURÃO, F. Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado FFLCH- USP, São Paulo. 1971.
- NOGUEIRA, M. G. O papel do Turismo no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Rev. Adm. Publ, Rio de Janeiro 21(2): 37-54, abril/jun 1987.
- NORBERG - SCHULZ , C.. Genious loci: towards a phenomenology of architecture. Londres: Academy Edition, 1979.
- NUNES, E. Características das unidades ambientais do município litorâneo de Touros (RN) 3º Encontro Nacional de estudos sobre o meio ambiente - Anais V.2: 28-34. Londrina, set. 1991.

ODUM, E.P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

OLIVEIRA, C. O saber e a ética - A pesquisa científica como instrumento de conhecimento de transformação social. Conferência na Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1989.

PAZ, O.. O mono gramático. Rio de Janeiro: Guanabara, 1974.

PEREIRA, C.C. História de São Francisco do Sul. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.

PERLS, F.S. Teoria e técnica de integração da personalidade. In.: Isto é gestalt. Stevens, J.O São Paulo: Summus, 1977

PIAZZA, W. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL. Lei municipal 763/81

POLETTE, M. Planície do Perequê / Ilha de São Sebastião - SP. Diagnóstico e Planejamento Ambiental Costeiro. dissertação de mestrado. Univ.Fed.São Carlos 1993

PORTER, R. Sem título In: Linguagem, indivíduo e sociedade. Burke, P. & Porter, R. São Paulo: UNESP, 1993.

POSEY, D.A. Introduction to etnobiology: Its implications and applications. In: Etnobiology: implications and applications. Posey, D.A. Proceedings of the first international Congress of Etnobiology (Belém, 1988). Belém: Museu Goeldi, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL. Plano Diretor - Lei Municipal 763/81.

PROUS, A. Arqueologia Brasileira. UNB. Brasileira, 1992.

QUEIROZ, M.I.P.. Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva. Série 2, Vol.7. São Paulo. 1991

RAFAELLI, R.. O conceito de percepção em Freud: repercussões. Estudos de Psicologia. Vol.11. Campinas. 1994

RAPPAPORT, R. Ecology, meaning and religion. California: North Atlantic Books, 1979.

REV. ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO. Debate. Alternativas da pesca. 5(57): 22-27, novembro 1995.

REV. ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO. Serrinha, vocação para paraíso. 5(50): 31-35, abril 1995.

RIOS, G.S.L. A pesca artesanal como parte do setor de subsistência - Sua abordagem sociológica. In: Ciência e Cultura, 28(4). 1975.

RODRIGUES, J.M. Programa ambiental de México / Curso de capacitación en matéria de ordenamiento ecológico (el paisaje como fundamento teórico metodológico del ordenamiento ecológico) PINADI, 1993.

RODRIGUEZ, P. A. D. Ecologia, modernización y transformación económica en una comunidad pesquera de Tenerife: San Marcos. Coloquio de Etnografía Marítima. Conselleria de pesca (Xunta de Galicia). 19__.

ROSS, J. L. S. A expansão urbana e as questões ambientais (Guarujá - SP) 3º Encontro Nacional de estudos sobre o meio ambiente - Anais V.2: 69-79. Londrina, set. 1991.

- S. THIAGO, A. Breve notícia histórico-descritiva do município de São Francisco do Sul. 1938.
- S. THIAGO, A. Notícia estatístico-descritiva. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Depto. Estadual de Estatística- n19. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis. 1941.
- S. THIAGO, A. São Francisco do Sul (no 1º centenário de sua elevação à categoria de cidade) Evolução cultural. Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 1947.
- SACHS, I. Invironnement et styles de développement. In: Annales, Paris, n3. 1974
- SALEM, T. Entrevistando famílias: notas sobre o trabalho de campo. In: Aventura sociológica. Nunes, E.O. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SCHEINER, C. M. Sobre turismo e visitação em parques Ciências Humanas III(10): 12-20, jun 1979
- SCHWARTZ, J. O momento criativo. Mito e alienação na ciência moderna. São Paulo: Best Seller, 1992.
- SCHWARTZ, M.S. & SCHAWRTZ, C.G. Problems in participant-observer technique. In: Issues in participant observation, a text and reader. McCall, G. & Simmons, J.H. Massachusetts Addison - Wesley Publishing. Company, 1969
- SEBRAE. Anotações referentes às reuniões sobre o tema “Setor primário - problemas e suas causas. 1996
- SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Coletânea de proposições para a manutenção e desenvolvimento da pesca artesanal. Florianópolis. 1978

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – SEPLAN. Programa Integrado de Desenvolvimento e Planejamento: Diagnóstico Municipal de São Francisco do Sul. Florianópolis, 1990

SELLTIZ et all. 1974 Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. São Paulo. E.P.U..

SILBERLING, L. Social movements and successful common property regimes: the case of the brazilian rubber-tappers. Ms. Thesis, Univ. of Cornely. 1990.

SILVA, C.M. Ganchos (SC) Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: UFSC, 1992

SMITH, E. Those who live from the sea St. Paul West Publishing Co. 1977.

STEWART, J. Theory of culture change: the methodology of multilinear evolution. University of Illinois Press, Urbana 1955

TAUK, S.M.; GOBBI, N.; FOWLER, H.G. Análise ambiental: uma visão multidisciplinar São Paulo: UNESP/FAPESP, 1991.

THIOLLENT, M. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. São Paulo: Polis, 1980

TIEZZI, E. Tempos históricos, tempos biológicos. A terra ou a morte: os problemas da nova ecologia. São Paulo: Nobel, 1988.

TREMEL, E. Pesca, novos rumos. Ciclo de palestras sobre temas relacionados ao poder marítimo. Ministério da Marinha, Comando do Quinto Distrito Naval. Florianópolis. 1993.

- TROW, M. Comment on Participant Observation and interviewing: a comparasion. In: Issues in participant observation, a text and reader. McCall, G. & Simmons, J.H. Massachusetts Addison - Wesley Publishing. Company, 1969
- TUAN, YI-FU.. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difusão Editorial, 1980
- TUAN, YI-FU. Espaço e lugar. São Paulo: Difel, 1983.
- TUDELA, A.G. La antropologia de la pesca: problemas, teorías y conceptos. Coloquio de Etnografía Marítima. Conselleria de pesca (Xunta de Galicia). 19__.
- UNESCO Ecology and Rational Use of Island Ecosystems. Programm on Man and Biosphere (MAB) 1979
- UNESCO Ecology and Rational Use of Island Heritage. Programm on Man and Biosphere (MAB) 1988.
- VALLA, V.V. & STOTZ, E.N. Participação popular, educação e saúde: teoria e prática Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1993.
- VEIGA, E. L., La ordenación pesquera: bases y principios. Caja Municipal de Vigo, 1985
- VIANA, O. Populações Meridionais do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1932
- VIEIRA, P.F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais. Viola, E.J. et al. Cortez Editora, São Paulo e Editora da UFSC, Florianópolis, 1995.

VIEZZER, M.L. & OVALLES. Manual latino-americano de educação ambiental. São Paulo: Gaia, 1995.

WALDMAN, M. Ecologia e lutas sociais no Brasil. Contexto, São Paulo. 1992.

WALTER, E.V. Placeways: a theory of the human environment. The Univ. of North Carolina Press, Chappel Hill NC. 1988.

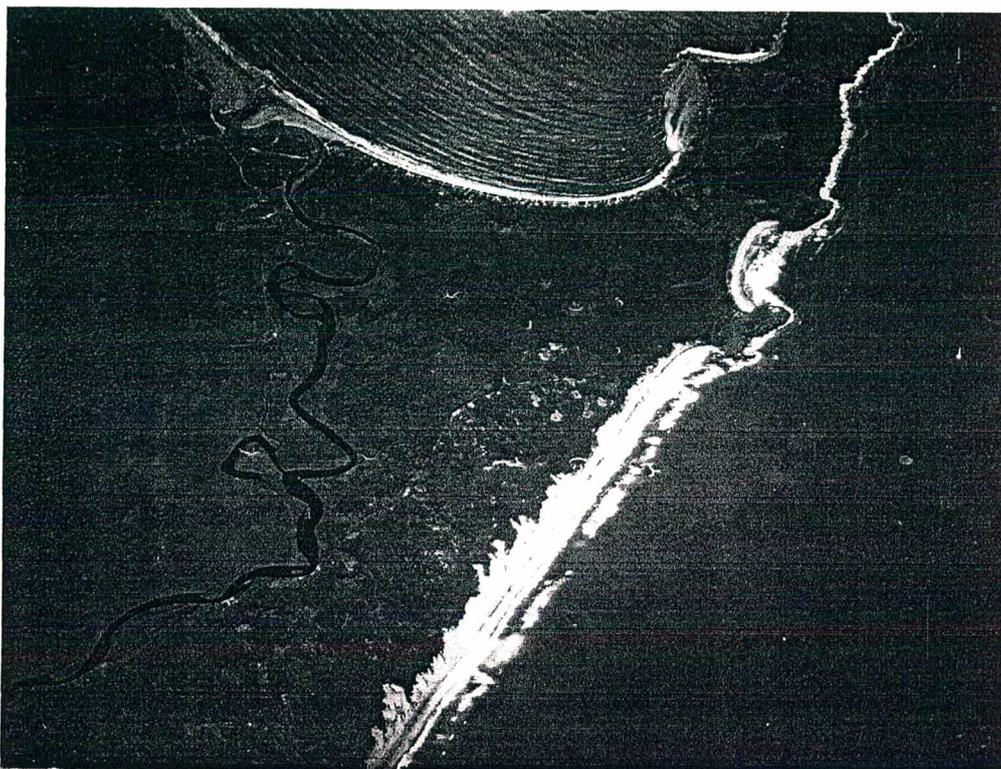
WHYTE, A. Guidelines for field work in environmental perception. MAB Technical Notes n5., 1977.

WILLIAMS, A. Legal, administrative and economic tools for conflict resolution. In: Ludquist, J.; Lohm, U. e Flakenmark, M. Strategies for river basin management. D. Reidel Pub.Co. 1985

WITKOWSKI, N.. Ciência e tecnologia hoje. Ed. Ensaio, São Paulo. 1995.

YANES-ARANCIBIA La ecologia de la zona costera. Análisis de siete tópicos, 1986

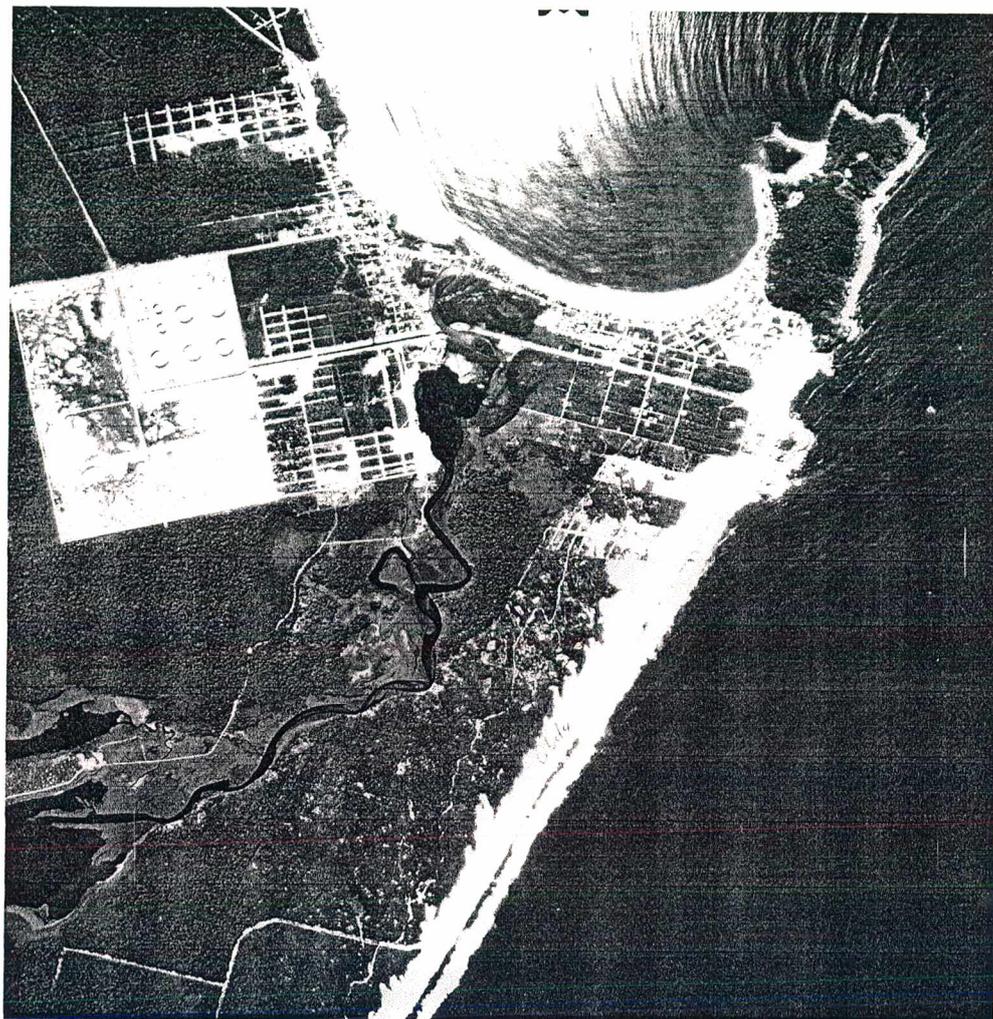
ANEXOS



Anexo 1a: Fotografia aérea da área de estudo. Ano de 1938



Anexo 1b: Fotografia aérea da área de estudo. Ano de 1957.



Anexo 1c: Fotografia aérea da área de estudo. Ano de 1979